DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO MARANHÃO

ANO XIX * Nº 3598
ISSN 2763-860X
SãO LUíS
TERçA * 13 DE MAIO DE 2025

ÍNDICE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO 6
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP 6
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA 6
AVISO DE LICITAÇÃO, CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025. 6
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. 6
EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. 6
EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. 7
EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. 7
EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. 7
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS 7
PREGAO ELETRÔNICO Nº 026/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 7
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES 7
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2025 7
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 042/2025 8
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 043/2025 8
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 044/2025 8
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME 8
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRAETO N° 20250160/2025 8
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250123/2025 9
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250124/2025 9
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250125/2025 9
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250126/2025 9
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250127/2025 9
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250128/2025 10
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250129/2025 10
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250130/2025 10
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250131/2025 10
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250132/2025 10
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250133/2025 11
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250134/2025 11
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250135/2025 11
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250136/2025 11
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250137/2025 11
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250138/2025 12
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250139/2025 12
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250140/2025 12
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250141/2025 12
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250142/2025 13
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250143/2025 13
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250144/2025 13
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250145/2025 13
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250146/2025 13
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250147/2025 14
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250148/2025 14
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250149/2025 14
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250150/2025 14
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250151/2025 14
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250152/2025 15
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250153/2025 15
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250154/2025 15
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250155/2025 15
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250156/2025 16
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250157/2025 16
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250158/2025 16
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250159/2025 16
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250161/2025 16
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250162/2025 17
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251120/2025 17

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251121/2025 17
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251122/2025 17
EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 2025119/2025 17
PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 012/2025 – SEMED 18
PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 013/2025 – SEMAD 18
PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 014/2025 – SEMED 19
PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA 20
AVISO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2025 20
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS 20
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 09/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 47/2025 20
LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL 20
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO 21
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025 21
AVISO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO Nº 010/2025 22
AVISO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 010/2025 22
PARECER JURIDICO CONCLUSIVO PE SRP Nº010/2025 23
RESULTADO DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº010/2025 24
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI 24
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 03/2025 24
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA 24
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 24
AVISO DE LICITAÇÃO 24
PORTARIA Nº 062/2025 – GAB. SEMED 24
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO 25
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025–CPL. PROC ADMINISTRATIVO Nº 033/2025. 25
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS 25
EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2025 25
EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2025 25
EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2025 25
EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2025 26
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 17/2023 26
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO 26
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2024 - SEMED 26
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01.09.0203.001/2021 26
PORTARIA N0 37/2025 - GAB/PREFEITO 26
PORTARIA Nº 029/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025 27
PORTARIA Nº 030/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025 27
PORTARIA Nº 031/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025 27
PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO 27
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025/SRP/PMFN 27
PORTARIA Nº. 71/2025-GAB 31
PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS 31
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2025 – SEMED 31
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2025 – SEMAD 31
PORTARIA Nº 217/2025 – (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) CONCESSÃO DE TFD. 32
TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – ADESÃO 08/2025 32
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER 32
EXTRATO DO CONTRATO N° 68/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025. 32
EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. 32
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. 32
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. 33
EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. 33
EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025. DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025. 33
REPUBLICAÇÃO . AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025 33
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ 33
DECRETO Nº 022, DE 09 DE MAIO DE 2025 33
ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2025 34
EXTRATO DE CONTRATO N° 2204001/2025 34
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2024 34
EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2024 34
PORTARIA Nº 001/2025 - SECULT, DE 09 DE MAIO 2025 34
PORTARIA Nº 194/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 195/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 196/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 197/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 198/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 199/2025, DE 08 DE MAIO 2025 35
PORTARIA Nº 200/2025, DE 08 DE MAIO 2025 36
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO 36

OFÍCIO Nº 080/2025 – GAB/PREF 36
OFÍCIO Nº 081/2025 – GAB/PREF 37
DECRETO Nº 183/2025 – GAB 38
DECRETO Nº 195/2025 – GAB 38
DECRETO Nº 196/2025 – GAB 38
PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ 39
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 PREGÃO ELETRÔNICA Nº 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025 39
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025 43
AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2024 64
AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2024 64
AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2025 64
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2025 65
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 65
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA 65
ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 021/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 013/2025 - SRP 65
ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ESCUTA PÚBLICA,ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA 69
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº AD001.001/2025 69
LEI Nº 066/2025 DE 12/05/2025 - DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOSELÂNDIA 69
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO MATO 71
EXTRATO DE CONTRATO Nº 018.01.2.077/2025 - SEINFRA 71
EXTRATO DE CONTRATO Nº 036.01.2.078/2025 - SEINFRA 71
PORTARIA Nº 0201/2025 – GABINETE DO PREFEITO 71
PORTARIA Nº 0202/2025 – GABINETE DO PREFEITO 72
PORTARIA Nº 203/2025 - GABINETE DO PREFEITO 73
PREFEITURA MUNICIPAL DE LORETO 73
EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025/PML – CONCORRÊNCIA Nº 002/2025/PML. 73
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES 73
DECRETO Nº 030, DE 12 DE MAIO DE 2025. 73
EXTRATO DO CONTRATO 161/2025 73
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR 74
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Nº ARP: 08/2025. Nº P.A: 017/2024. NÚMERO DO PREGÃO: 12/2025 74
EXTRATO DE CONTRATO. NÚMERO DO CONTRATO: 063/2025-PMM. Nº P.A : 04/2025- NÚMERO DO PREGÃO: 11/2025- 74
EXTRATO DE CONTRATO. Nº DO CONTRATO: 059/2025. Nº P.A : 058/2024. NÚMERO DO PREGÃO: 021/2024 74
PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES 75
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 75
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS 75
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2025 75
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES 75
EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2025 - SEMUS 75
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA 76
PORTARIA N° 192/2025 76
PORTARIA N° 198/2025 76
PORTARIA N° 208-A/2025 76
PORTARIA N° 211/2025 76
PORTARIA N° 212/2025 76
PORTARIA N° 213/2025 77
PORTARIA N° 234/2025 77
PORTARIA N° 236/2025 77
PORTARIA Nº 229/2025 77
PORTARIA Nº 230/2025 77
TERMO DE APOSTILAMENTO 77
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS 78
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 78
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO 83
RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025 83
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025 102
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2025 102
TERMO DE RETIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103
TERMO DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025 103
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE 103
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (SEM DISPUTA) DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2025 103
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 104
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 104
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 41/2025 - SEMED 104
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA 104
PORTARIA DE EXORENAÇÃO Nº 98/2025- GAB 104
PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA Nº 01/2025- GAB 104
PORTARIA Nº 97/2025- GAB 105

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 105
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025 105
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025 105
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025 106
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025 106
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHÃO 106
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025 106
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002.001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025 110
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO 113
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025 114
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 001/2025 114
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ 115
AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2025 115
AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2025 115
AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2025 115
DECRETO Nº 231/2025, DE 07 DE MAIO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL 115
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA 116
PORTARIA Nº 073, DE 07 DE ABRIL DE 2025. 116
PORTARIA Nº 074, DE 07 DE ABRIL DE 2025. 116
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO 116
DECRETO N°008, DE 28 DE ABRIL DE 2025 116
DECRETO N°009 DE 28 DE ABRIL DE 2025 117
LEI Nº 014/2017 118
PORTARIA Nº 023/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS 123
PORTARIA Nº 035/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS– CONCESSÃO DE DIÁRIAS 123
PORTARIA Nº 036/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS– CONCESSÃO DE DIÁRIAS 123
PORTARIA Nº 022/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS 123
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO 123
DECRETO N.º 10, DE 30 DE ABRIL DE 2025. 123
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO 124
AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2025 -PMSJP-MA. CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 - PMSJP- MA. 124
EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2025, ASSINADO EM 12/05/2025 124
LEI Nº 0279/2025 124
LEI Nº 0280/2025 126
LEI Nº 0281/2025 127
LEI Nº 0282/2025 129
RESENHA DE CONTRATO Nº 116/2025/PMSJP. PROCESSO Nº 54/2025 – PMSJP 129
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS 129
ERRATA DO EXTRATO DE CONTARTO Nº CONTRATO Nº 015.015/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2023. 129
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – SRP 129
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES 130
EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2025 130
EXTRATO DE CONTRATO Nº 396/2025 130
EXTRATO DE CONTRATO Nº 397/2025 130
EXTRATO DE CONTRATO Nº 398/2025 130
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 130
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS 130
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 34/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 130
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 35/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 134
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 36/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 138
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 37/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 142
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 38/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 146
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 39/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 150
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 40/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 154
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 41/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 160
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 42/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 167
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 44/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP 171
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 45/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP 175
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 46/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP 179
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 47/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP 182
ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 43/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP 186
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2025 189
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90003/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 61/2025 190
DECRETO Nº. 11/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025. 190
PORTARIA N° 209-A, DE 30 DE ABRIL DE 2025 190
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025-SRP. 190
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER 191
DISTRATO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL 191
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2024 191

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA 191
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025 191
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025 198
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025 206
AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 05/2025-SRP 210
RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 46/2021 210
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 210
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO 211
LISTA DE INSCRIÇÃO PRELIMINAR 211
PORTARIA Nº. 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2025. 218
PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO 218
ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 643/2025 218
ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 644/2025 218
ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 645/2025 219
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025-PMTF/MA. 219
LEI Nº 643 DE 12 DE MAIO DE 2025. 219
LEI Nº 644 DE 12 DE MAIO DE 2025. 220
LEI Nº 645 DE 12 DE MAIO DE 2025. 221
RESENHA DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº009/2024. PROCESSO Nº49/2025. 222

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
Processo Administrativo nº 034/2025.
Tipo de Licitação: Menor preço UNITARIO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, LIMPEZA E DESCARTAVEIS DO MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO-MA
Conforme resultado e classificação do certame e nos termos do artigo 71 IV c/c art. 17 VII da lei 14.133/21 produza seus efeitos jurídicos. Homologo o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025, para que a Adjudicação, em favor da empresa abaixo:

- **AMAGO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 24.120.0004/001-71, com o valor de R$ 606.313,32 (seiscentos e seis reais, trezentos e treze reais e trinta e dois centavos).**
- **COMERCIAL GOA, CNPJ nº 33.614.584/0001-44, com o valor de R$ 38.931,00 (trinta e oito mil e novecentos e trinta e um reais).**
- **PRATIKA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 59.372.004/0001-43, conforme itens em Anexo na planilha no valor total de R$ 728.479,24 (setecentos e vinte e oito reais, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos).**

Água Doce do Maranhão - MA, 25 de abril de 2025.

Emídio Augusto Gomes Pinto Caldas
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicado por: EMIDIO AUGUSTO GOMES PINTO CALDAS
Código identificador: 00b30fe45058d10836d56337aaf7472a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCÂNTARA

AVISO DE LICITAÇÃO, CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2025.

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 31/2025

A Prefeitura Municipal de Alcântara/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação–SEMED, torna público a **Chamada Pública n° 02/2025,** que tem por objeto **o Credenciamento de empreendedores familiares rurais ou suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à composição da merenda escolar na Rede Municipal de Ensino do município de Alcântara/MA.** Para tanto, os interessados em fornecer os gêneros alimentícios deverão apresentar a documentação para habilitação e o projeto de venda, impreterivelmente, durante os **dias 13 de maio de 2025 a 20 de maio de 2025 (excetuando-se, sábado, domingo e feriados)**, nos horários das 08h:00min às 12h:00min. e das 14h:00min. às 17h:00min. A sessão da chamada pública **será realizada às 09h:00min do dia 21 de maio de 2025**, na sala da Comissão Central de Licitações-CPL da Prefeitura Municipal de Alcântara/MA, situada na Praça da Matriz, nº 01, Centro, Cep 65.250-000, Alcântara – MA. O presente Edital poderá ser consultado e obtido **GRATUITAMENTE** na sala da CPL da Prefeitura Municipal Alcântara/MA, de segunda a sexta (exceto feriados), no horário das 08h:00min às 12h:00min. e das 14h:00min. às 17h:00min, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico (https://transparencia.alcantara.ma.gov.br/licitacoes) e e-mail: cplalcantara2022@gmail.com.

Alcântara-MA, 12 de maio de 2025

Neidilene Pereira de Castro
Secretária Municipal de Educação

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: db06f63d9a64a228ea392be0bc416818

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2025. **ADESÃO Nº 05/2025**. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. PARTES: MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA/MA, por intermédio do **Fundo Nacional de Educação Básica - FUNDEB**, e a empresa **CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA**. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo (expediente, higiene, limpeza e copa e cozinha), para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipal de Alcântara – MA. **VALOR TOTAL: R$ 369.867,58 (trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**. Dotação Orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO .06 – FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 12.361.0004.2066.0000 – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO CONTINUADO DE MELHORIA PEDAGÓGICA E DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA .3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO .FONTE DE RECURSO 1.540.0000. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: 31/12/2025. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: Sra. Neidilene Pereira de Castro **-**Secretária Municipal de Educação.. P/ CONTRATADO: Sr. Anne Katherine Moura Rabelo **-** CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA. Alcântara - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: fb7966d855683c541612a8d5145f4ca8

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 125/2025. ADESÃO Nº 05/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. PARTES: **MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA/MA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Assistencia Social e Desenvolvimento Humano**, e a empresa **CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA**. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo (expediente, higiene, limpeza e copa e cozinha), para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipal de Alcântara – MA. **VALOR TOTAL: R$ 99.373,99 (noventa e nove mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos)**. Dotação Orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO;09 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.08.244.0003.2103.0000 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.FONTE DE RECURSO 1.500.000.:BASE LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: 31/12/2025. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: Sra. Maria da Conceição Diniz Alves - Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. P/ CONTRATADO: Srª. Anne Katherine Moura Rabelo **-** CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA.

Alcântara - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: 338aa0dacdbf5af5c0fd92cd38b1c1c7

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2025. ADESÃO Nº 05/2025.- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. PARTES: **MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA/MA**, por intermédio do **Fundo Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano**, e a empresa **CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA**. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo (expediente, higiene, limpeza e copa e cozinha), para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipal de Alcântara – MA. **VALOR TOTAL: R$ 99.331,37 (noventa e nove mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos)**. Dotação Orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO.10 – FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.08.244.0006.2124.0000 – IMPLEMENTAR AS AÇÕES DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E APOIO ADMINISTRATIVO DO FMAS.3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO.FONTE DE RECURSO 1.660.0000.:BASE LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: 31/12/2025. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: Sra. Maria da Conceição Diniz Alves - Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano. P/ CONTRATADO: Srª. Anne Katherine Moura Rabelo **-** CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA. Alcântara - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: 31c97b29b385263cefe3980fdf278b7e

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/2025. ADESÃO Nº 05/2025.- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. PARTES: **MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA/MA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão**, e a empresa **CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA**. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo (expediente, higiene, limpeza e copa e cozinha), para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipal de Alcântara – MA. **VALOR TOTAL: R$ 198.803,69 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e nove centavos)** Dotação Orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO 03 - SECRETARIA DE ADM. PLANEJAMENTO E GESTÃO 04.122.0003.2026.0000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO 1.500.0000. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: 31/12/2025. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: Sra. . Soraia Gleide Cunha Chagas dos Santos - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão. P/ CONTRATADO: Srª. Anne Katherine Moura Rabelo **-** CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA. Alcântara - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: 38dde57b878d85848e0503f792829cac

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 128/2025. ADESÃO Nº 05/2025.- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025. PARTES: **MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA/MA**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde**, e a empresa **CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA**. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material de consumo (expediente, higiene, limpeza e copa e cozinha), para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipal de Alcântara – MA. **VALOR TOTAL: R$ 95.611,97 (noventa e cinco mil, seiscentos e onze reais e noventa e sete centavos).** Dotação Orçamentária: 02 – PODER EXECUTIVO 05 - SECRETARIA DE SAÚDE 10.301.0003.2080.0000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO 1.500.1002.. BASE LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/2021. VIGÊNCIA: 31/12/2025. ASSINATURAS: P/ CONTRATANTE: Sra. . Jorgeanne Ribeiro Serejo - Secretaria Municipal de Saúde. P/ CONTRATADO: Srª. Anne Katherine Moura Rabelo **-** CONCEITO DISTRIBUIDORA LIMITADA. Alcântara - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO AUGUSTO DA SILVA
Código identificador: 25bfc4794e812f2641f75301d668b8e1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS

PREGAO ELETRÔNICO Nº 026/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGAO ELETRÔNICO Nº 026/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Anapurus – MA, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço unitário sob a égide da Lei nº. 14.133/21 e subsidiariamente a lei nº. 14.770/22, e suas alterações posteriores. Tendo por objeto Registro de Preço para Eventual Aquisição de Água Mineral para Suprir as Necessidades das Secretarias Municipais de Anapurus – MA, no dia 23 de maio de 2025, as 09h00min (horário de Brasília) através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site: https://www.pmamaportal.com.br/ sendo presidida pelo Pregoeiro, na sala da Comissão Permanente de Licitação no Prédio da Prefeitura Municipal de Anapurus- MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras – Endereço: https://www.pmamaportal.com.br/, Portal da transparência https://anapurus.ma.gov.br/portal-da-transparencia/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Pedidos de esclarecimentos: Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Anapurus – MA, 09 de maio de 2025. Francisco Ferreira Chaves Neto - Secretário Municipal de Finanças e Planejamento.

Publicado por: THAILA RODRIGUES DA SILVA
Código identificador: 5530fb1a4082108005d272fd730989e6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAIOSES

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 045/2025.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Araioses, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico (Processo Administrativo n.º 202505080-CPLPMA), do tipo: Menor preço global para contratação de empresa para execução dos serviços de manutenção de poços para atendimento da Prefeitura Municipal de Araioses. O certame se realizará às 16:00 hs do dia 23 de maio, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site https://www.comprasbr.com.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Sete de Setembro, s/n.º,

Centro – CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal ComprasBR no endereço https://www.comprasbr.com.br. E https://araioses.ma.gov.br/transparencia/ Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Araioses/MA, 07 de maio de 2025.
Gilson Veras Nunes.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por: DAVI CORNÉLIO OLIVEIRA
Código identificador: 3101f8438817fe81a06cc8215d251178

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 042/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 042/2025.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Araioses, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo n.º 202505077-CPLPMA), do tipo: Menor preço por item para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de carteiras escolares, móveis tipo escritório e móveis planejados, para atendimento da Prefeitura Municipal de Araioses. O certame se realizará às 08:00 hs do dia 23 de maio de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site https://www.comprasbr.com.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Sete de Setembro, s/n.º, Centro – CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal ComprasBR no endereço https://www.comprasbr.com.br. E https://araioses.ma.gov.br/transparencia/ Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Araioses/MA, 07 de maio de 2025.
Gilson Veras Nunes.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por: DAVI CORNÉLIO OLIVEIRA
Código identificador: 39ab2bac146c263cf5b9b52ac8d47715

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 043/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 043/2025.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Araioses, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo n.º 202505078-CPLPMA), do tipo: do tipo: Menor Preço global e que tem por Objeto: Registro de Preço para futuro e eventual prestação de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando os serviços apoio administrativos, operacional e técnico para atendimento da Prefeitura Municipal de Araioses. O certame se realizará às 10:00 hs do dia 23 de maio de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site https://www.comprasbr.com.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Sete de Setembro, s/n.º, Centro – CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal ComprasBR no endereço https://www.comprasbr.com.br. E https://araioses.ma.gov.br/transparencia/ Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Araioses/MA, 07 de maio de 2025.
Gilson Veras Nunes.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por: DAVI CORNÉLIO OLIVEIRA
Código identificador: 856cf7f4af7cfc9e114ab4262bf1c8ab

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 044/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 044/2025.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Araioses, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo n.º 202505079-CPLPMA), do tipo: Menor preço por item para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material de expediente para atendimento da Prefeitura Municipal de Araioses. O certame se realizará às 14:00 hs do dia 23 de maio, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, no site https://www.comprasbr.com.br, sendo presidida pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Sete de Setembro, s/n.º, Centro – CEP n.º 65.570-000, na cidade de Araioses/MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal ComprasBR no endereço https://www.comprasbr.com.br. E https://araioses.ma.gov.br/transparencia/ Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Araioses/MA, 07 de maio de 2025.
Gilson Veras Nunes.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por: DAVI CORNÉLIO OLIVEIRA
Código identificador: 57d4a33817a97e9efb9a135a9275a64e

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRAETO N° 20250160/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRAETO N° 20250160/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250160/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 25.020,30 (vinte e cinco mil, vinte reais e trinta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 25.020,30. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. SEBASTIÃO FRANÇA DOS SANTOS CPF nº ***.***.253-97, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: b88a6cfb7cde3f9a59a6d02dd7b06cbf

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250123/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250123/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250123/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 16.180,00 (dezesseis mil, cento e oitenta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 16.180,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO AMORIM PINTO, CPF nº ***.***.423-34, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: b04e1b6e465d86d8f90d9d27496ce8dd

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250124/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250124/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250124/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 9.630,00 (nove mil, seiscentos e trinta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 9.630,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO BRAGA PEREIRA, CPF nº ***.***.023-00, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 8caf585c9511ed84b27cf7721b9fb507

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250125/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250125/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250125/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.119,00 (dez mil, cento e dezenove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.119,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO CLEUDES VIEIRA DA COSTA, CPF nº ***.***.701-98, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: b7a50c89b4d0a3d9291efb68d80edb1b

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250126/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250126/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250126/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 22.534,00 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta e quatro reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 22.534,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO DOS SANTOS PINTO, CPF nº ***.***.003-92, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 7f889caff43682942e196504c805efda

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250127/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250127/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250127/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 16.953,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e três reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 16.953,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO EDILSON CESARIO DA SILVA, CPF nº ***.***.783-55, pela CONTRATADA.

VIGÊNCIA: 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 242a8cf9df5b506000d73e267fcef1aa

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250128/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250128/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250128/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 11.136,00 (onze mil, cento e trinta e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 11.136,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO FRANCISCO DE ALMEIDA, CPF nº ***.***.213-01, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 202da0fbd8a01009d38e2eebde758191

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250129/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250129/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250129/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.025,50 (vinte mil, vinte e cinco reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.025,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO SALGUEIRO SILVA, CPF nº ***.***.713-96, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 15021388682b53fd4496ef4daac141da

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250130/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250130/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250130/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 15.699,00 (quinze mil, seiscentos e noventa e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 15.699,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ANTONIO NILTON DA SILVA SANTOS, CPF nº ***.***.843-40, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: a68f5c40cb3be1a7eb30a46a8d2ecfac

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250131/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250131/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250131/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 25.706,00 (vinte e cinco mil, setecentos e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 25.706,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr ANTONIO SOARES NUNES, CPF nº ***.***.202-10, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 7b3ae2b550969fbc1905664507a2c337

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250132/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250132/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250132/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 25.706,00 (vinte e cinco mil, setecentos e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo,

Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 25.706,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr ARMANDO FRANÇA GOMES NETO, CPF nº ***.***.193-25, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 6399ea9ab299b7346ef0412ad8487186

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250133/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250133/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250133/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 25.706,00 (vinte e cinco mil, setecentos e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 25.706,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr CLAUDIO SALES DE OLIVEIRA, CPF nº ***.***.473-34, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 299bd553d4049420bc7f246b4af57497

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250134/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250134/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250134/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 21.493,50 (vinte e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 21.493,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sra. DEBORA VIEIRA LIMA, CPF nº ***.***.243-75, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 3651f233aa530de5b528c54958864c0c

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250135/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250135/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250135/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.025,50 (vinte mil, vinte e cinco reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.025,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. DONIZETE SOUSA GUAJAJARA, CPF nº ***.***.773-57, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 7a8996b50c18a162932e64f3acc1f341

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250136/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250136/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250136/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.398,00 (vinte mil, trezentos e noventa e oito reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.398,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. EDEGAR GOMES DE CASTRO, CPF nº ***.***.798-78, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: c9bc1c3072c6e44ffa1e2e70887f1647

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250137/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250137/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250137/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros

alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.379,50 (vinte mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.379,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ERISVALDO GERONIMO DA SILVA, CPF nº ***.***.473-84, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: c0c85383f360035a9695422910d1e0f7

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250138/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250138/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250138/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 12.843,50 (doze mil, oitocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 12.843,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. FRANCIANE SILVA BRUNO, CPF nº ***.***.583-90, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 1406186dc56f7988c1dce67711164b38

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250139/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250139/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250139/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 19.656,00 (dezenove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 19.656,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. FRANCISCO EDINALDO RODRIGUES DE CARVALHO, CPF nº ***.***.342-68, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 21232bea70861a105bdfda01d8683c9e

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250140/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250140/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250140/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 12.793,00 (doze mil, setecentos e noventa e três reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 12.793,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. FRANCISCO FRANÇA DOS SANTOS, CPF nº ***.***.663-67, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 79b2288b1187c55b138a8c35c6316c94

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250141/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250141/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250141/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 21.484,00 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 21.484,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr GILSON OLIVEIRA DIAS, CPF nº ***.***.483-00, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: b3a14b012994e7e1225874daeaa3259e

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250142/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250142/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250142/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 17.153,50 (dezessete mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 17.153,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. JARDIENE PEREIRA NUNES, CPF nº ***.***.533-77, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 8eafd9491ff2cc791cd40403b7649b13

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250143/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250143/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250143/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 15.998,50 (quinze mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 15.998,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. JESSICA SILVA MATOS, CPF nº ***.***.423-55, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 34b861a3f8c7a32407dc9674fd713aff

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250144/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250144/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250144/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.007,60 (dez mil, sete reais e sessenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.007,60. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. JOEL SOUSA PEREIRA, CPF nº ***.***.461-17, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 86a4be08001911f4f68972caa1b2ff71

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250145/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250145/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250145/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.379,50 (vinte mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.379,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO, CPF nº ***.***.663-04, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: a341e7515ee7ea27b2d45505b47087fc

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250146/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250146/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250146/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 39.302,00 (trinta e nove mil, trezentos e dois reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$

39.302,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. JOSÉ RIBAMAR SOUSA ALBUQUERQUE, CPF nº ***.***.803-04, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: a9f58adcf7bd2e5666db283663d89bc4

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250147/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250147/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250147/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.289,00 (dez mil, duzentos e oitenta e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.289,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. JOSE SOUSA LIMA , CPF nº ***.***.425-53, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 519193a8db7bc035dfc9b3c0c4e27617

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250148/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250148/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250148/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ R$ 11.136,00 (onze mil, cento e trinta e seis reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 11.136,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. LEUDE NUNES DE SOUSA, CPF nº ***.***.141-84, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: fd781ca726cdef5c5915773d6cbc1940

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250149/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250149/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250149/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.289,00 (dez mil, duzentos e oitenta e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.289,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. LUIS ARAÚJO LOPES, CPF nº ***.***.903-67, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: c756094cd293e2d2c46d422bb0f8f855

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250150/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250150/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250150/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 25.070,40 (vinte e cinco mil, setenta reais e quarenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 25.070,40. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. MARIA AMANDA SOUSA ANCHIETA, CPF nº ***.***.582-69, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: fe106895780e9b8d7286a15347103a9c

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250151/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250151/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250151/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural

para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.289,00 (dez mil, duzentos e oitenta e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.289,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. MARIA DE JESUS DOS SANTOS SOUSA SILVA, CPF nº ***.***.693-12, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: f761cbc1ae2cfad937c59eee3f9188a6

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250152/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250152/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250152/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 15.007,20 (quinze mil, sete reais e vinte centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 15.007,20. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. MARIA JOSE DO NACIMENTO COSTA, CPF nº ***.***.293-49, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 4c5fa5f8674d53e3bb3a6590863b6abd

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250153/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250153/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250153/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 14.877,00 (quatorze mil, oitocentos e setenta e sete reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 14.877,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. MILENA OLIVEIRA ALVES, CPF nº ***.***.503-48, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 7075505ae352d98231cc692a526414cd

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250154/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250154/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250154/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 20.888,00 (vinte mil, oitocentos e oitenta e oito reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 20.888,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. NILVANE SILVA DO CARMO, CPF nº ***.***.773-01, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 20346eb879b052119d0f102bd3c8ea9a

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250155/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250155/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250155/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 14.877,00 (quatorze mil, oitocentos e setenta e sete reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 14.877,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ORISVALDO GERONIMO DA SILVA CPF nº ***.***.503-48, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 0e7c9f91f539666396a28bd38367d457

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250156/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250156/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250156/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 15.699,00 (quinze mil, seiscentos e noventa e nove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 15.699,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. PAULO ROBERTO DOS SANTOS NUNES CPF nº ***.***.693-67, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 18e9874345f0da421e72a6f016910acf

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250157/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250157/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250157/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 16.953,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e três reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 16.953,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. RONALDO DE QUEIROS OLIVEIRA CPF nº ***.***.333-08, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: bacc237c6ddd5d2b643c1297b250a04b

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250158/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250158/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250158/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 9.991,00 (nove mil, novecentos e noventa e um reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 9.991,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. RONALDO NASCIMENTO SILVA CPF nº ***.***.553-46, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 4022085b40f327f8e7f8ae3fb9de0910

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250159/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250159/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250159/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 39.999,60 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 39.999,60. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. ROSIMAR CARNEIRO OLIVEIRA CPF nº ***.***.193-20, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 55924001ca4e03bfde762554b0ac6f3d

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250161/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250161/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250161/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 4.050,00 (quatro mil, cinquenta reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 4.050,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. VICENTE DE PAULA SILVA CPF nº ***.***.803-97, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio

de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: bd10e137f3bea48184ff10684c0dcc13

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20250162/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20250162/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20250162/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. OBJETO: - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.004,50 (dez mil, quatro reais e cinquenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.004,50. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e a Sra. WIARLANDIA DE SOUSA LIMA CPF nº ***.***.633-93, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: bdfd687e7c04aea108a610bd34e7b3ed

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251120/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20251120/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20251120/2025. CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. **OBJETO:** - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 16.201,00 (dezesseis mil, duzentos e um reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 16.201,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ALBERTO PEREIRA SOARES, CPF nº ***.***.991-68, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 82a32b0f173aa43770aae60267057b84

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251121/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20251121/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20251121/2025. CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. **OBJETO:** - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 21.232,00 (vinte e um mil, duzentos e trinta e dois reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 21.232,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ALBERTO RIBEIRO, CPF nº ***.***.063-20, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 031d9463c00455ff512c7309c50ed997

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 20251122/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 20251122/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **20251122/2025** REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. **OBJETO:** - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 19.581,00 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e um reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 19.581,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE e o Sr. ANSELMO LOTÁRIO VIEIRA SOUSA, CPF nº ***.***.723-68, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026. **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 0cf6c841a81f7d5fdc3b7a4c32855e2a

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025 EXTRATO DE CONTRATO N° 2025119/2025

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° 2025119/2025
EXTRATO DE CONTRATO N° **2025119/2025**. REFERÊNCIA: **CREDENCIAMENTO Nº CR 001/2025**. **OBJETO:** - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para atender a demanda dos alunos da rede pública da Secretaria Municipal de Educação do município de Arame - MA. **VALOR GLOBAL:** R$ 10.119,00 (dez mil, cento e dezenove reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Exercício 2025, Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Atividade 0501.123610004.2.706 Administração da Unidade - SEMED, Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo,

Subelemento 3.3.90.30.07 Gêneros de alimentação. Fonte de recurso: 1552000000 Transferência de recursos do PNAE, no valor de R$ 10.119,00. **SIGNATÁRIOS:** Secretaria Municipal de Educação, representada pelo Sr. ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE – Secretário Municipal de Educação pela CONTRATANTE, e o Sr. ADONIAS GUAJAJARA DE OLIVEIRA, CPF nº ***.***.643-81, pela CONTRATADA. **VIGÊNCIA:** 07 de maio de 2025 a 07 de maio de 2026 **DATA DA ASSINATURA:** 07 de maio de 2025. Arame – MA, 12 de maio de 2025. Elizeu Chaves Albuquerque – Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 0c70d08483d5c37444ac3a6129245c37

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 012/2025 – SEMED

Portaria de Fiscalização N° 012/2025 – SEMED

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.
CONTATO Nº. 20250115/2025
REF. PROCESSO Nº. 00000020/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 010/2025
OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis para atender a demanda da alimentação escolar para o ano letivo do município de Arame - MA.

A. O Sr. Elizeu Chaves Albuquerque– Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, e a celebração de Contrato entre a **Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 10.830.598/0001-08**, como **CONTRATANTE e M. I. COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.655.090/0001-10** como CONTRATADA.

RESOLVE: Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, para Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e/ou seus substitutos, oriundos de processos licitatórios e outros, celebrados com o município de Arame/MA por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

FISCAL	**MATRÍCULA Nº**
Barbara Karoama	000297-4
SUPLENTE	
Gilmar silva Brito	197871-1

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II. – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III. – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV. – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V. – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI. – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII. – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII. – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX. – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X. – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI. – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII. – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
§ 1º - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ARAME - MA, 24 de abril de 2025.

ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Educação
GESTOR(A) DO CONTRATO

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 14e7544bfb93ddfe851768385f5b03e3

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 013/2025 – SEMAD

Portaria de Fiscalização N° 013/2025 – SEMAD

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.
CONTATO Nº. 20250116/2025
REF. PROCESSO Nº. 00000020/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 010/2025
OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis para atender a demanda da alimentação escolar para o ano letivo do município de Arame - MA.

A. O Sr. Elizeu Chaves Albuquerque– Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o

disposto art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, e a celebração de Contrato entre a **Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 10.830.598/0001-08**, como **CONTRATANTE e MONTEIRO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ Nº 15.661.771/0001-05** como CONTRATADA.

RESOLVE: Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, para Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e/ou seus substitutos, oriundos de processos licitatórios e outros, celebrados com o município de Arame/MA por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

FISCAL	**MATRÍCULA Nº**
Barbara Karoama	000297-4
SUPLENTE	
Gilmar silva Brito	197871-1

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II. – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III. – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV. – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V. – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI. – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII. – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII. – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX. – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X. – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI. – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII. – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
§ 1º - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ARAME - MA, 24 de abril de 2025.

ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Educação
GESTOR(A) DO CONTRATO

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: 203c2f211bcf564dcc71be25666c8a04

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO N° 014/2025 – SEMED

Portaria de Fiscalização N° 014/2025 – SEMED

DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.
CONTATO Nº. 20250117/2025
REF. PROCESSO Nº. 00000020/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 010/2025
OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa para aquisição parcelada de gêneros alimentícios perecíveis e não-perecíveis para atender a demanda da alimentação escolar para o ano letivo do município de Arame - MA.

A. O Sr. Elizeu Chaves Albuquerque– Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, e a celebração de Contrato entre a **Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 10.830.598/0001-08**, como **CONTRATANTE e ND COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 40.723.350/0001-09** como CONTRATADA.

RESOLVE: Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, para Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos e/ou seus substitutos, oriundos de processos licitatórios e outros, celebrados com o município de Arame/MA por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

FISCAL	**MATRÍCULA Nº**
Barbara Karoama	000297-4
SUPLENTE	
Gilmar silva Brito	197871-1

Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I. – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua Responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II. – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III. – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV. – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V. – Comunicar formalmente à unidade competente, após

contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI. – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII. – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII. – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX. – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X. – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI. – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII. – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º - A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.
§ 1º - Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.
Art. 4º - Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.
Art. 5º - Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.
Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.
Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º– Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

ARAME - MA, 24 de abril de 2025.

ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Educação
GESTOR(A) DO CONTRATO

Publicado por: ANDRé VINíCIUS LIMA ALBUQUERQUE
Código identificador: d62dc478968f8356179b89225762c8ad

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACURITUBA

AVISO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2025: O MUNICÍPIO DE BACURITUBA/MA TORNA PÚBLICO, NA FORMA E TERMOS DA LEI 14.133/21, A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 1604.02/2025 E SUA RESPECTIVA RATIFICAÇÃO PELA PREFEITA MUNICIPAL, CUJO OBJETO DESTE PROCESSO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO DIA DAS MÃES MUNICÍPIO DE BACURITUBA-MA
DA RATIFICAÇÃO: RATIFICA EM FAVOR DA EMPRESA PRIME LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ,INSCRITA NO CNPJ: 28.726.074/0001-29.
VALOR GLOBAL R$ 60.135,00 (SESSENTA MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS).
TORNA-SE PÚBLICO.

Publicado por: TALYTA GARRETO DOS SANTOS
Código identificador: 193be7cd7b673d7c1b96cc84cdc9de84

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 09/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 47/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 09/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 47/2025
A PREFEITURA DE BALSAS/MA torna público, para conhecimento dos interessados, que a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos - SLC, sediada na Praça Prof. Joca Rego, Centro, Balsas, Maranhão, CEP N.º 65800-000, Balsas/MA, realizará Credenciamento, nos termos das Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 04 de 08 de janeiro de 2025, objetivando Credenciamento de empresas especializadas na **prestação de serviços de consultas, exames e cirurgias oftalmológicos**, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Balsas – MA. DO PERÍODO E FORMA DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO: 1. Os interessados deverão encaminhar por meio eletrônico (cplbalsas2017@gmail.com) ou protocolar diretamente na Secretaria Municipal de Licitações e Contratos (localizada na Praça Prof. Joca Rego, Centro, Balsas, Maranhão, CEP N.º 65800-000, Balsas/MA, no horário de 08:00 às 12:00horas, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação de serviços, conforme descrição do Termo de Referência. 2. O presente credenciamento permanecerá aberto para manifestação de intenção de credenciamento no período de **14/05/2025** a **27/05/2025** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço https://www.balsas.ma.gov.br/, ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Balsas - MA, 12 de maio de 2025. Caroline Alves Ribeiro Secretária Municipal de Licitações e Contratos

Publicado por: TAIANY SANTOS CARVALHO
Código identificador: 107672079fc1c3a0517a3131bd6f2ce0

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL

Licença Municipal de Operação – LMO nº 007/2025
Processo nº 11858/2025
A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SMARH, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Código Municipal de Meio Ambiente concede a presente dispensa de licenciamento ambiental a:

RESPONSÁVEL/PROPRIETÁRIO	Auto Posto Santo Expedito Limitada
CPF/CNPJ	58.028.544/0001-41
ATIVIDADE PRINCIPAL	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores - 47.31-8-00
ENDEREÇO	Fazenda São Bento, S/N, Km 12, Zona Rural; MA 140, Balsas – MA.
ÁREA CONSTRUÍDA	250 m²
ATIVIDADE (S) A SER LICENCIADA (S)	47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes

PARECER TÉCNICO: 027/2025 CONDIÇÕES DE VALIDADE: 24 MESES

INICIO DA VALIDADE	27/02/2025
VALIDADE	27/02/2027

* Esta licença está impressa em FRENTE E VERSO, com 06 itens referentes às condições de validade.

Balsas - MA, 06 de março de 2025.

Maria Regina d' Almeida Lins Polo

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

OBS.: AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS EM ANEXOS;
ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A OPERAÇÃO DA ATIVIDADE; O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO
Licença Municipal de Operação – LMO nº 007/2025
Condições de validade:
1 – Esta licença e a documentação pertinente devem ser mantidas no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;
2 – Publicar comunicado de recebimento desta licença no órgão oficial de publicação do município e em jornal diário de grande circulação no Estado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações a SMARH;
3 – Esta licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;
4 – O presente documento não desobriga o licenciamento de outras providências junto a órgãos municipais, estaduais e/ou federais para a legalidade plena do estabelecimento;
5 – Esta licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime das demais exigências legais;
6 – ESPECÍFICAS
6.1 - A SMARH exigirá outras informações e novas medidas de controle, sempre que julgar necessário;
6.2 - Submeter previamente a SMARH, para análise e parecer, qualquer alteração na área de projeto;
6.3 - Caso seja necessária à renovação desta Licença Municipal, requerer, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento de seu prazo de validade;
6.4 –6.4 - Toda instalação e sistemas de armazenamento de derivados de petróleo e outros combustíveis, configuram-se como empreendimentos potencialmente ou parcialmente poluidores e geradores de acidentes ambientais (CONAMA nº 273/2000);
6.5 - Controlar os impactos ambientais, realizar inspeções dos possíveis riscos de contaminação;
6.6 - Armazenar o combustível de forma correta para evitar incêndios, explosões, danos ambientais e problemas de saúde;
6.7 - O empreendedor está ciente de que quando existirem áreas onde haja possibilidade de ocorrência de derramamento acidental de substâncias oleosas (por exemplo: bacias de contenção de tanques aéreos de combustíveis, áreas de abastecimento de veículos, oficinas de manutenção de máquinas/equipamentos, áreas de armazenagem de óleo lubrificantes, etc) é obrigatória a instalação de pisos impermeáveis e sistemas de drenagem (por exemplo: canaletas) interligados a caixas separadoras de água-óleo, e desde que esta atenda as exigências da Resolução CONAMA 357/2011, que limita em 20 mg/Litro a concentração máxima de óleos e graxas na saída da caixa (ou que atendam ou que atendam a normas mais restritivas).
6.8 - 11. Deverá ser realizada a manutenção periódica do sistema Separador de Água e Óleo - SAO, promovendo sua limpeza e remoção dos resíduos gerados, que deverão ser destinados a local adequado.
6.9 – Os resíduos de filtros de combustível e de lubrificantes, bem como serragem, papéis e estopas impregnados com óleo deverão ser convenientemente armazenados, de acordo com as normas e legislação vigentes, e destinados a sistemas de tratamento ou destinação final de resíduos sólidos aprovados e/ou licenciados.
6.10 - O empreendedor esta? ciente de que e? proibido lançar em via pública, rede de drenagem ou nos corpos receptores qualquer resíduo ou efluente proveniente de vazamento acidental.
6.11 - O empreendedor devera? manter em bom estado o sistema de drenagem de águas pluviais, de modo a evitar carreamento de material para áreas externas à área da empresa.
6.12 - O empreendedor esta? ciente de que todo óleo lubrificante usado ou contaminado devera? ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista na Resolução CONAMA 362/2005.
6.13 - O empreendedor deverá obedecer aos requisitos de Segurança contra Incêndio e Pânico (indispensáveis para promover a segurança de pessoas, instalações e mercadorias) conforme o Certificado de Aprovação, ou ato equivalente, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar (de acordo com a Lei Estadual nº 6.546/1995 - Dispõe sobre Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Maranhão e da? outras providências).
6.14 - Os resíduos sólidos gerados no empreendimento deverão ser adequadamente dispostos a fim de evitar problemas de poluição ambiental.
6.15 - O não cumprimento destas condições e das normas ambientais vigentes sujeitará o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98 e Decreto 6.514/08 e poderá levar à suspensão, cassação e cancelamento da presente licença

Balsas - MA, 06 de março de 2025.

_____
Maria Regina D' Almeida Lins Polo
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Publicado por: GILBERTO SILVA VIEIRA
Código identificador: 852ed1d1e168136c96a7f152aebc524c

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2025

DADOS DO PROCESSO DE ORIGEM	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0013/2025
Nº PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:	010/2025
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
ÓRGÃO GERENCIADOR:	Prefeitura Municipal de Brejo
OBJETO:	Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA
VALOR TOTAL REGISTRADO:	R$ 938.100,00 (novecentos e trinta e oito mil e cem reais)
VIGÊNCIA INICIAL:	12 de Maio de 2025
VIGÊNCIA FINAL:	12 de Maio de 2026

DADOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR			
NOME:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO	CNPJ:	06.116.743/0001-08
LOGRADOURO:	Av Luis Domingues, 95	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Brejo	ESTADO:	Maranhão

REPRESENTANTE:	Pablo Jefferson Martins Castro	CPF:	711.867.862-72

DADOS DO BENEFICIÁRIO			
RAZÃO SOCIAL:	LIMA J N EMPREENDIMENTOS - ROBERT LTDA	CPF/CNPJ:	38.060.309/0001-40
ENDEREÇO:	Av Raul de Freitas, 06	BAIRRO:	Centro
CIDADE:	Brejo	ESTADO:	Maranhão
REPRESENTANTE:	Maria Dos Santos Silva Lima	CPF:	471.414.503-78

DOS ITENS REGISTRADOS

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DA ARP						
LOTE I - ÁGUA						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**R$ Total**
1	Água 500ml	MAR DOCE	Und	25.000	R$ 2,05	R$ 51.250,00
2	Água 500ml com gás	MAR DOCE	Und	3.500	R$ 2,20	R$ 7.700,00
3	Água copo 200ml	MAR DOCE	Und	3.500	R$ 1,40	R$ 4.900,00
4	Água 20 litros	MAR DOCE	Und	28.000	R$ 15,50	R$ 434.000,00
5	Vasilhame 20 litros seco	MAR DOCE	Und	700	R$ 24,50	R$ 17.150,00
Valor Total do Lote						**R$ 515.000,00**
LOTE II - GÁS						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**R$ Total**
1	Gás de cozinha	ULTRAGAS	Und	3.000	R$ 123,50	R$ 370.500,00
2	Botijão vazio	ULTRAGAS	Und	200	R$ 210,00	R$ 42.000,00
3	Suporte para botijão	FELG	Und	200	R$ 18,00	R$ 3.600,00
4	Kit de instalação de gás	APIS	Und	200	R$ 35,00	R$ 7.000,00
Valor Total do Lote						**R$ 423.100,00**
Valor Total						**R$ 938.100,00**

Brejo - MA, 12 de Maio de 2025

ASSINATURAS

PELA GERENCIADORA	**PELA BENEFICIÁRIA**
Pablo Jefferson Martins Castro Secretário Municipal de Fazenda	Maria dos Santos Silva Lima Representante Legal

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: 7dbbc88c4a3cd19e562dbf30a830f97b

AVISO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO Nº 010/2025

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **010/2025**, Processo Administrativo nº **0013/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA

Detalhes
Pablo Jefferson Martins Castro na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:
Resumo

Fornecedor	**Adjudicado**
LIMA J N EMPREENDIMENTOS - ROBERT LTDA - 38.060.309/0001-40	**938.100,00**

Brejo/MA, 09 de Maio de 2025.

Autoridade Competente: Pablo Jefferson Martins Castro

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: a7d3b0edafed24aa598010486d53258a

AVISO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 010/2025

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **010/2025**, Processo Administrativo nº **0013/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA

Detalhes

Pablo Jefferson Martins Castro na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:
Resumo

Fornecedor	Homologado
LIMA J N EMPREENDIMENTOS - ROBERT LTDA - 38.060.309/0001-40	938.100,00

Brejo/MA, 09 de Maio de 2025.

Autoridade Competente: Pablo Jefferson Martins Castro

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: 7312a25972220137295524c636d05789

PARECER JURIDICO CONCLUSIVO PE SRP Nº010/2025

ASSUNTO: Parecer jurídico conclusivo referente ao **Pregão Eletrônico - SRP n° 010/2025** – que versa sobre o **Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA.**

Ref.: Processo Adm Nº: 0013/2025 - CPL

Interessado: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

1.RELATÓRIO

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

A Assessoria Jurídica, no uso de suas atribuições, principalmente as contidas na Lei nº 14.133/2021, e também no Art. 8º. do Decreto Municipal nº63/2024 e demais legislação pertinente, emite o, presente **PARECER JURIDICO CONCLUSIVO** sobre o Processo Licitatório, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP** sob **n° 010/2025**, fazendo-o consoante o seguinte articulado.

Ressalvo, que a presente análise dispensa o exame do edital, em razão desta Assessoria, tendo em vista, já ter emitido o parecer relativo à minuta de tal peça processual, analisando mais dedicadamente os demais atos do procedimento licitatório realizados até então.

2.DO PARECER

A fim de delimitar o objeto do presente parecer, é imprescindível que se realize, ao menos, uma sucinta arguição em relação ao ato administrativo de adjudicação e homologação do processo licitatório.

Cita o artigo 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 que caberá a autoridade competente adjudicar o objeto e homologar a licitação.

Cumpre destacar que o presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos com a lei e o processo licitatório presente, levando-se em consideração, caso constatado alguma irregularidade, a natureza e extensão do vício quando for recomendada a adjudicação e homologação, o saneamento de algum ato, bem como a eventual anulação do certame.

Dessa forma esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano de legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência da licitação.

Ainda no plano da Legalidade cabe destacar o procedimento sucessivo da modalidade licitatória que requer parecer do controle interno, não presente no processo em epígrafe, pois considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das Unidades da Prefeitura, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Assim, tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da controladoria, análise e manifestação.

Nesse sentido:

Considerando a presente licitação na modalidade de Pregão Eletrônico que tem, por objeto o **Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA**.

Considerando que o Edital do Pregão Eletrônico vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Julgamentos dos Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei nº 14.133/2021, também houve a publicação em local público, para garantir a publicidades dos atos.

Considerando que os princípios esculpidos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, foram respeitados pela Administração Pública Municipal;

Considerando que o aviso de licitação foi devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, no Diário Oficial da União-DOU, no Diário Oficial do Estado-DOE, no Diário Oficial dos Municípios-FAMEM, e no jornal de grande circulação JORNAL PEQUENO, conforme a previsão do Art. 54. da Lei nº 14.133/2021, estando o seu instrumento convocatório devidamente divulgado dentro do prazo legal;

Conforme podemos verificar, pela análise dos documentos que compõe os autos até a presente data, a Comissão de Licitação desta Prefeitura obedeceu in casu, aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme atestamos nas formalidades.

3.CONCLUSÃO

Isto posto, forte na análise dos princípios que norteiam os contratos administrativos, entendemos pela inexistência de vício de forma ou nulidade que fulmine o ato administrativo, razão pela qual, OPINO pelo prosseguimento ao processo, adjudicando-se e homologando-se efetivando a contratação do licitante vencedor.

Recomenda-se ainda: Que o processo licitatório seja todo numerado, conforme preceitos legais;

É o parecer, salvo melhor juízo.

Brejo - MA, 09 de maio de 2025.

RONALDO SOUSA DA LUZ
Procurador Geral do Município
OAB/MA 17.964-A

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: 37b449bcf9c9389b489da0d7575e7a18

RESULTADO DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº010/2025

A Prefeitura Municipal de Brejo/MA, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público o resultado do Pregão Eletrônico - SRP nº 010/2025, que tem como objeto o Registro de Preços com o objetivo de futura e eventual contratação de empresa para aquisição de água mineral, gás glp e suprimentos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Brejo/MA. Foi adjudicado em 09/05/2025 e Homologado em 09/05/2025 pela autoridade competente, à(s) seguintes licitante(s);

Fornecedor: LIMA J N EMPREENDIMENTOS - ROBERT LTDA - CPF/CNPJ: 38.060.309/0001-40, pelo valor de R$ 938.100,00 (novecentos e trinta e oito mil e cem reais).

Brejo – MA, 09 de maio de 2025.

Anselmo Barbosa Mourão
Pregoeiro Municipal.

Publicado por: ANSELMO BARBOSA MOURÃO
Código identificador: c698f85a222f2d3769c3cc28c5fcf0bf

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJARI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 03/2025

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Concorrência** nº **03/2025**, Processo Administrativo nº **07/2025**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** e **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:
Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Maria da Paz Cardoso, de porte II, situada no Povoado Gameleira, no município de Cajari/MA, através da Proposta SISMOB nº 11258.6770001/24-003, conforme condições e especificações apresentadas no Anexo I – Projeto Básico do Edital e seus anexos.
RESUMO

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
A. OLIVEIRA PEREIRA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA CNPJ nº 17.898.077/0001-23 jaguarconstrucoes1@gmail.com	R$ 2.538.192,55	R$ 1.779.272,98	R$ 758.919,57 Proveito (29,90%)
Totais	R$ 2.538.192,55	**R$ 1.779.272,98**	R$ 758.919,57 Proveito (29,90%)

DETALHES

LIDIA TAJRA FEITOSA MELO, na condição de **Autoridade Competente**, adjudicou o objeto e homologou a contratação em favor de:

Fornecedor: A. OLIVEIRA PEREIRA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA - **CNPJ:** 17.898.077/0001-23				
Lote 1	**Data/Hora da Homologação - 12/05/2025 19:35:06**			
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Total**
Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Maria da Paz Cardoso, de porte II, situada no Povoado Gameleira, no município de Cajari/MA, através da Proposta SISMOB nº 11258.6770001/24-003, conforme condições e especificações apresentadas no Anexo I – Projeto Básico do Edital e seus anexos.	1,00	SERVIÇO	R$ 1.779.272,98	R$ 1.779.272,98

Cajari - MA, 12 de maio de 2025.

LIDIA TAJRA FEITOSA MELO
Autoridade Competente

Publicado por: RAQUEL DOS SANTOS FURTADO
Código identificador: 516c3d4e04293e5fb23b28ec9efc5b25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025
DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/05/2025 à 04/06/2025
OBJETO: Chamamento Público para fins de **CREDENCIAMENTO** de laboratórios de análises para prestação de serviços de exames laboratoriais na cidade de Carolina - MA.

Maiores informações poderão ser obtidas pela RETIRADA DO EDITAL NO SITE: https://www.carolina.ma.gov.br/licitacaolista.php.

Carolina – MA, aos 12 dias de maio de 2025.

Higor Costa Martins
Presidente da Comissão Especial
Portaria nº 017, de 09 de maio de 2025

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: f688ff8838154ab2c3e0b20227c9006e

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 010/2025 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2025
OBJETO: Formalização de ata de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de estrutura física para realização de eventos (palco, banheiro químico, gerador, som, tendas e outros), para atender as necessidades da Prefeitura e demais Secretarias.
ABERTURA: 29.05.2025 às 09h00min
EDITAL: Disponível no portal da transparência deste município: https://www.carolina.ma.gov.br/licitacaolista.php e www.bnc.org.br
NOTA: Maiores informações poderão ser obtidas na sala do Departamento de Licitações, e pelo e-mail: cpl@carolina.ma.gov.br

Carolina - MA, aos 12 dias de maio de 2025.

Ronildo Teixeira Gonçalves
Pregoeiro

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: 754bafc72ac1413dac0e3d1e19f37dcc

PORTARIA Nº 062/2025 – GAB. SEMED

Portaria Nº 062/2025 – GAB. SEMED

"Dispõe sobre remoção e lotação de funcionários e dá outras providências."

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAROLINA- MARANHÃO, SANDRA REGINA DOS SANTOS CARVALHO no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, CONSIDERANDO que o servidor é concursado para atuar na zona rural do município.

RESOLVE:

Art. 1º - Lotar o agente de segurança e vigia **Halleson Nascimento**

Silva, matrícula de n° 5000098, , portador do CPF:626.448.823-20 e RG:0000885044983, **na Unidade Escolar Antônio Carvalho Fialho,** localizada no povoado Canto Grande, zona rural do município de Carolina – MA.
Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Carolina- Maranhão, em 08 de maio de 2025.

Sandra Regina dos Santos Carvalho
Secretária Municipal de Educação Portaria
Nº 004/2025

Jayme Fonseca Espírito Santo
Prefeito Municipal
2025/2028

Publicado por: WERISSON DIAS BARBOSA BRANDãO
Código identificador: 76ad2885b420986a7d63569154422cb9

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025-CPL. PROC ADMINISTRATIVO Nº 033/2025.

O **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO,** comunica aos interessados que se encontra aberta a Concorrência nº 012/2025, na forma Eletrônica, do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** no modo **ABERTO/FECHADO,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E TAPA BURACO NO MUNICÍPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO/MA**.** A abertura das propostas dar-se-á no dia **29 de MAIO de 2025**, às **09:00hs**, e início da sessão de disputa de preços às **09:30hs** do mesmo dia, na plataforma da **Portal BNC, Bolsa Nacional de Compras. (https://bnccompras.com "Acesso Identificado")**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 001/2024, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. O Edital e seus anexos estão à disposição no site oficial da Prefeitura Municipal de Centro Novo do Maranhão/MA (https://www.centronovo.ma.gov.br/transparência), no sistema do TCE/SINC (www.tce.ma.gov.br/SINC), no **Portal BNC, Bolsa Nacional de Compras (https://bnccompras.com "Acesso Identificado")**. Informações adicionais no e-mail oficial da Comissão Permanente de Licitação – CPL (centronovoma.cpl@outlook.com). Centro Novo do Maranhão/MA, 12 de maio de 2025. **CLOVES JOSÉ MARTINS BEZERRA -** Presidente da Comissão.

Publicado por: ANDRé LUíS BARROSO BEZERRA
Código identificador: 47e0d9c0be35e8da45d8bbe9bd752676

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 60/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desobstrução de fossa sépticas com destinação final. **FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 16/2025. **DA PARTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ,** (CONTRATANTE), inscrito (a) sob o CNPJ nº 06.113.682/0001-25 e **LEAL EMPREENDIMENTO LTDA** (CONTRATADA), inscrito(a) sob o CNPJ nº 30.169.852/0001-78. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R **388.410,00 (trezentos e oitenta e oito mil quatrocentos e dez reais)**. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 05/05/2025 a 05/05/2026. **DAS ASSINATURAS:** Telly de Jesus Martins Lima Araújo, CPF N° 351.583.793-00 representante da CONTRATANTE **Janes Santos Viana portador do RG nº 05547374215-9 SSP/MA → CPF nº 730.714.982-68**, representante da CONTRATADA**. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 05/05/2025.

Colinas - MA, 05 de Maio de 2025.

Telly de Jesus Martins Lima Araújo
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS
Código identificador: 0dc03557e05d0db04e8c15d3342a027a

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 60/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desobstrução de fossa sépticas com destinação final. **FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 16/2025. **DA PARTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** (CONTRATANTE), inscrito (a) sob o CNPJ nº 06.113.682/0001-25 e **LEAL EMPREENDIMENTO LTDA** (CONTRATADA), inscrito(a) sob o CNPJ nº 30.169.852/0001-78. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R **397.237,50 (trezentos e noventa e sete mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 05/05/2025 a 05/05/2026. **DAS ASSINATURAS:** Soliane da Silva Monteiro, representante da CONTRATANTE **Janes Santos Viana portador do RG nº 05547374215-9 SSP/MA → CPF nº 730.714.982-68**, representante da CONTRATADA**. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 05/05/2025.

Colinas - MA, 05 de Maio de 2025.

Sr.(a) Soliane da Silva Monteiro
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS
Código identificador: c73c4340a4c9d69e6e34a30f0786b938

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 60/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desobstrução de fossa sépticas com destinação final. **FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 16/2025. **DA PARTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** (CONTRATANTE), inscrito (a) sob o CNPJ nº 06.113.682/0001-25 e **LEAL EMPREENDIMENTO LTDA** (CONTRATADA), inscrito(a) sob o CNPJ nº 30.169.852/0001-78. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$: **176.550,00 (cento e setenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais))**. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 05/05/2025 a 05/05/2026. **DAS ASSINATURAS:** Ivan Prudêncio da Silva, representante da CONTRATANTE **Janes Santos Viana portador do RG nº 05547374215-9 SSP/MA → CPF nº 730.714.982-68**, representante da CONTRATADA**. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 05/05/2025.

Colinas - MA, 05 de Maio de 2025.

Ivan Prudêncio da Silva
Assessor de Relações Institucionais e Planejamento,
CONTRATANTE

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS
Código identificador: 2489b9708955f71c23ed930800d31a81

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092/2025. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº** 60/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desobstrução de fossa sépticas com destinação final. **FORMA DE CONTRATAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 16/2025. **DA PARTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** (CONTRATANTE), inscrito (a) sob o CNPJ nº 06.113.682/0001-25 e **LEAL EMPREENDIMENTO LTDA** (CONTRATADA), inscrito(a) sob o CNPJ nº 30.169.852/0001-78. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$: **167.722,50 (cento e sessenta e sete mil setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos))**. **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 05/05/2025 a 05/05/2026. **DAS ASSINATURAS: Jardânia Viana de Oliveira Freitas**, representante da CONTRATANTE **Janes Santos Viana portador do RG nº 05547374215-9 SSP/MA → CPF nº 730.714.982-68**, representante da CONTRATADA**. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO**: 05/05/2025.

Colinas - MA, 05 de Maio de 2025.

Jardânia Viana de Oliveira Freitas,
Secretário(a) Municipal de Assistência Social
CONTRATANTE

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS
Código identificador: 1af212ed369a69ee2fb525177481a9bc

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 17/2023

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 17/2023
A Prefeitura Municipal de Colinas-MA por meio da Secretaria Municipal de Educação /SEMED, neste ato representado pela Senhora Secretária TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO, resolve RESCINDIR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023/SEMED, da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024/CPL e seus posteriores Aditivos oriundos da antiga Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 8.666/93), dando por encerradas as reponsabilidades anteriormente assumidas e quitadas todas as obrigações assumidas até a presente data.
Colinas – MA, 12 de maio de 2025.

TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO
Secretária Municipal de Educação
EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025
EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2025- A Prefeitura Municipal de Colinas, tem por objeto a contratação de pessoa jurídica ou física para a locação de imóvel, para o funcionamento das atividades do Anexo I e II da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Art. 74, inciso V, da Lei 14.133/21, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025, cuja contratação deverá ser celebrada com a PESSOA FISICA, SEBASTIÃO LUIZ PAIVA BORGES, RG nº 029526422005-7 SESP MA, CPF n° 067.496.903-00. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, terá início na data de 12/05/2025 e encerramento em 12/05/2026. A contratação terá seu valor R$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, perfazendo o valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), em conformidade com a proposta apresentada.
Colinas – MA, 12 de maio de 2025.
TELLY DE JESUS MARTINS LIMA ARAUJO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por: CARLOS DOS SANTOS
Código identificador: 26528844497ae7aa6174340c7c519fe2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2024 - SEMED

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2024 - SEMED

Ref. Contrato nº 046/2024-SEMED. Processo Administrativo nº 2025.0430.001/2025-SEMED. Objeto: **Contratação de empresa para serviço de reforma (acabamento e restauração) de carteiras escolares tamanho padrão adulto e infantil em geral e de mesa em madeira para professor (com gaveta e sem gaveta), para atender a Secretaria Municipal de Educação do município de Dom Pedro (MA)**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência. Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses. CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Educação de Dom Pedro/MA,** inscrito no CNPJ sob o n° 06.137.293/0001-30. CONTRATADA: **ESDRAS SOUSA E SILVA 05079028319**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.161.841/0001-01. Data das assinaturas: 09 de maio de 2025. Assinaturas: **Francisco Guthyerres Lemos Sampaio** – Secretário Municipal de Educação, **Esdras Sousa e Silva**, Representante Legal

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: 04ac152710a6a49ba0c9e2b909c0325d

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01.09.0203.001/2021

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01.09.0203.001/2021

Ref. Contrato nº 01.09.0203.001/2021. Processo Administrativo nº 2025.0430.002/2025 – SEMAFIN. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria em recursos humano com estruturação de plano de cargos e salários, atualização previdenciária, implementação de e-social, informações de portais e processamento de pagamento para atender as necessidades da secretaria municipal de administração de Dom Pedro/MA. Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, inscrito no CNPJ sob o n° 06.137.293/0001-30, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Dom Pedro/MA. **CONTRATADA**: Forth Consultoria e Informática LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 69.424.927/0001-55. Data das assinaturas: 09 de maio de 2025. Assinaturas: Sônia Lúcia Lopes Feitosa Machado – Secretária Municipal de Administração e Finanças, Dilson Carlos Franco Santos, Representante Legal.

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: 85d89107c840692f9544d13b0f207dbc

PORTARIA N0 37/2025 - GAB/PREFEITO

PORTARIA N0 36/2025 - GAB/PREFEITO

Dispõe sobre a Nomeação do Sr. **ISAEL FERREIRA SILVA** ao cargo de Coordenador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOM PEDRO - MA, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 79, inciso XVII da Lei Orgânica Municipal de Dom Pedro - MA, pela presente,
Resolve:
Art 1º - Nomear Sr. **ISAEL FERREIRA SILVA**, CPF nº 002.689.693-10, ao cargo de Coordenador, com as atribuições previstas na Lei de Organização Administrativa do Município e demais legislação pertinente ao cargo.
Art 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DOM PEDRO - MA, em 12 de Maio de 2025.

AILTON MOTA DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por: RICARDO ALVES DA SILVA
Código identificador: 5c3e0e86b009a6829625a977411b48a8

PORTARIA Nº 029/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025

PORTARIA Nº 029/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 7º, § 3º, 115º e 117º da Lei nº 14.133/2021, e
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor **JOSÉ DE ARIMATÉIA FREITAS SILVA,** Matrícula nº 3374-1, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do **CONTRATO Nº 112/2025-SEMAFIN, PE N° 030/2024, Originário da ARP Nº 001/2025-SEMAFIN,** que tem como objeto o Fornecimento de Combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), para atender a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e suas vinculadas, do Município de Dom Pedro-MA, celebrado com a **SEMAFIN e a Empresa A.M. VASCONCELOS - POSTO KAROLINA,** com o período de vigência de: **06/05/2025 a 31/12/2025.**
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.
Dê-se ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Ailton Mota dos Santos
Prefeito Municipal

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: 404f1fd55cadb3da2760e8893d6d1605

PORTARIA Nº 030/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025

PORTARIA Nº 030/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 7º, § 3º, 115º e 117º da Lei nº 14.133/2021, e
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor **MARIA EDILENE BEZERRA DOS SANTOS,** Matrícula nº 3659-1, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do **CONTRATO Nº 114/2025-SEMAFIN, PE N° 006/2025, Originário da ARP Nº 003/2025-SEMAFIN,** que tem como objeto o fornecimento de material de expediente, para atender a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e suas vinculadas, do Município de Dom Pedro-MA, celebrado com a **SEMAFIN e a Empresa LIDERE DESPORTIVA LTDA,** com o período de vigência de: **07/05/2025 a 31/12/2025.**
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.
Dê-se ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Ailton Mota dos Santos
Prefeito Municipal

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: d24739d4940736f16f72aa104408fff7

PORTARIA Nº 031/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025

PORTARIA Nº 031/SEMAFIN - 12 DE MAIO DE 2025.
"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL COMO FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE DOM PEDRO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 79º, incisos III e competências delegadas pelo Chefe do Executivo, e, ainda, de acordo com os artigos 7º, § 3º, 115º e 117º da Lei nº 14.133/2021, e
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designado o servidor **MARIA EDILENE BEZERRA DOS SANTOS,** Matrícula nº 3659-1, para fiscalizar, acompanhar e atestar as despesas decorrentes do **CONTRATO Nº 115/2025-SEMAFIN, PE N° 006/2025, Originário da ARP Nº 004/2025-SEMAFIN,** que tem como objeto o fornecimento de material de expediente, para atender a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e suas vinculadas, do Município de Dom Pedro-MA, celebrado com a **SEMAFIN e a Empresa 4R EMPREENDIMENTOS LTDA,** com o período de vigência de: **07/05/2025 a 31/12/2025.**
Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor nesta data.
Dê-se ciência.
Publique-se e Cumpra-se.

Ailton Mota dos Santos
Prefeito Municipal

Publicado por: JOEL PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
Código identificador: fff22f29c091047cf984035e37915d4b

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025/SRP/PMFN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025/SRP/PMFN.

PREFEITURA MUNICIPAL FEIRA NOVA DO MARANHÃO - MA
A PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO - MA, com sede na Praça Central, s/n, Centro, na cidade de Feira Nova do Maranhão – MA - CNPJ: **01.616.041/0001-70**, neste ato representado(a) pela **Sr.ª LUIZA COUTINHO MACEDO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 025/2025, processo administrativo n.º 015/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s),

atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 001/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
    1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **contratação de empresas para o fornecimento parcelado de pneus automotivos e agrícolas para suprir as necessidades da frota da Prefeitura Municipal de Feira Nova do Maranhão - MA e suas Unidades Administrativas conforme Termo de Referência**, anexo do edital de Licitação nº 012/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
    1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA	**VALDEJEAN JOSE DE CARVALHO SOUSA**
CNPJ	**41.934.608/0001-70**
ENDEREÇO	**AV CONTORNO, Nº 1815, BAIRRO: FATIMA, BALSAS – MA, CEP: 65800-000**
REPRESENTANTE	**VALDEJEAN JOSE DE CARVALHO SOUSA**
E-MAIL	**PNEUSTEEL@HOTMAIL.COM**

Item	Razão Social	Quant	Marca	Valor Uni.	Valor Total
3	PNEU 185/60R15	16	PIRELLI	R$ 458,95	R$ 7.343,20
5	PNEU 185/70R15	16	CONTINENTAL	R$ 503,81	R$ 8.060,96
6	PNEU 195/55 R16	16	DUNLOP	R$ 509,51	R$ 8.152,16
7	PNEU 215/65R16	16	DUNLOP	R$ 853,61	R$ 13.657,76
8	PNEU 215/75 R17.5	16	CONTINENTAL	R$ 1.089,37	R$ 17.429,92
12	PNEU 225/75 R16	16	DUNLOP	R$ 1.186,51	R$ 18.984,16
14	PNEU 235/70 R16	16	PIRELLI	R$ 891,10	R$ 14.257,60
15	PNEU 245/70 R16	16	CONTINENTAL	R$ 901,62	R$ 14.425,92
19	PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO	30	DUNLOP	R$ 2.153,78	R$ 64.613,40
21	PNEU 900/20 - BORRACHUDO (AMPLA CONCORRENCIA)	55	CONTINENTAL	R$ 1.839,91	R$ 101.195,05
25	PNEU 1000/20 BORRACHUDO (EXCLUSIVO ME/EPP)	15	DUNLOP	R$ 1.916,88	R$ 28.753,20
27	PNEU 12.4/24	10	DUNLOP	R$ 3.874,17	R$ 38.741,70
34	PNEU 19.5/24	10	DUNLOP	R$ 5.116,93	R$ 51.169,30
47	CAMARA 1000/20	100	TORTUGA	R$ 201,78	R$ 20.178,00
48	PTOTETOR 900/20	100	ABC	R$ 78,43	R$ 7.843,00
VALOR TOTAL DOS ITENS					R$ 414.805,33

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1. ÓRGÃO GERENCIADOR
    1. O órgão gerenciador será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO-MA.
2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de RP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
        1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
        2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
        3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
    2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
        1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
    3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
    4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
    5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

1. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
    1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
        1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
        2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
    2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
        1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
    3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
    1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
    2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
        1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
        2. Mantiverem sua proposta original.
    3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
    1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
    2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
        1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
        2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
        3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
            2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
        1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
        2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
        3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
    1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
    2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
    3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
    4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
    5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
    6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
    2. O remanejamento somente poderá ser feito:
        1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
        2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
    3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
    4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto nº 001/2024.
    5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
    6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
    7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
        1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
        2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
        3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista do Decreto Municipal nº 001/2024; ou
        4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
    2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
    3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
    4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
        1. Por razão de interesse público;
        2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
        3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-

se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 001/2024.

6. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (Decreto Municipal nº 001/2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (Decreto Municipal nº 001/2024).
    3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
7. CONDIÇÕES GERAIS
    1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Feira Nova do Maranhão – MA, 24 de abril de 2025.

_____
LUIZA COUTINHO MACEDO
Prefeita Municipal
Município de Feira Nova do Maranhão – MA

_____
VALDEJEAN JOSE DE CARVALHO SOUSA
CNPJ: sob o n° 41.934.608/0001-70
VALDEJEAN JOSE DE CARVALHO SOUSA
Proprietário

Publicado por: JACKSON MACEDO ROCHA
Código identificador: ce77dbc59a5dfad978bdc38731c5e9f3

PORTARIA Nº. 71/2025-GAB

Portaria nº. 71/2025-GAB

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DO SERVIDOR HEDYVINO PEREIRA DA SILVA AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos do **Decreto nº 007/2025**, que regulamenta a cessão de servidores públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica cedido o servidor **HEDYVINO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, inscrito no **CPF sob o nº 024.781.173-47**, matrícula funcional **nº 000268-1**, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Feira Nova do Maranhão, ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, para prestação de serviços junto à Comarca de Riachão, da qual o Município de Feira Nova do Maranhão é termo.

Art. 2º. A presente cessão dar-se-á com ônus para o Município de Feira Nova do Maranhão, pelo prazo inicial de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação desta portaria, podendo ser prorrogada por igual período, mediante nova solicitação e análise de conveniência administrativa.

Art. 3º. O servidor permanecerá vinculado ao seu cargo de origem, fazendo jus aos direitos e vantagens decorrentes de seu vínculo efetivo com o Município, salvo disposição legal em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Feira Nova do Maranhão, Estado do Maranhão, 12 de maio de 2025.

_____
LUIZA COUTINHO MACEDO
Prefeita Municipal

Publicado por: JACKSON MACEDO ROCHA
Código identificador: 33957b7504e982e473f36fa3c010d345

PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2025 – SEMED

?
REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, através da Secretaria Municipal de Educação e **ASSOCIAÇÃO RURAL DE MORADORES E AMIGOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.767.239.0001-91. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, com finalidade de elaboração de merenda, com verba FNDE/PNAE (conforme Lei Federal n° 11.947/09 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE), destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias/MA. Data da Assinatura: 12 de maio de 2025. VALOR GLOBAL: **R$ 417.091,40,00** (Quatrocentos e dezessete mil, noventa e um reais e quarenta centavos.). Dotação Orçamentária: ORGÃO 23 Fundo Municipal de EDUCAÇÃO; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 23.07 Secretaria Municipal de Educação; 12.361.0026.2.013; Manutenção e Funcionamento do Programa Merenda Escolar 3.3.90.30.00 **Material de Consumo**. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. ASSINATURAS: P/CONTRATANTE: Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, representado pelo Sr. **MARCELO HENRIQUE CARDOSO GONÇALVES** – Secretário Municipal de EDUCAÇÃO; P/CONTRATADA: Sr. **VALDIMIRO PAULO RODRIGUES**, portador do CPF nº 178.483.693-15. Gonçalves Dias (MA), 12 de maio de 2025.??

Publicado por: ANDERSON RODRIGUES DA SILVA VILANOVA
Código identificador: d6a0d835f5e2a4fc84a3997f61e25f4c

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2025 – SEMAD

REF.: Processo nº 25/2025 – SEMAD. PARTES: Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias, através da Secretaria Municipal de Administração e a empresa **V M CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 28.206.165/0002-14. OBJETO: contratação de empresa para execução dos serviços de reforma de pontes de madeira sob demanda no Município de Gonçalves Dias/MA. Data da Assinatura: 12 de maio de 2025. **VALOR GLOBAL: R$ 1.991.090,00 (um milhão, novecentos e noventa e um mil e noventa reais).** ORGÃO 23 PREFEITURA MUNICIPAL DE GONÇALVES DIAS; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 23.10 Sec. Mun. De Obras e de Infraestrutura Urb.; 15.451.0003.1.070 Const. Recuperação de Pontes e Bueiros; 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terc. Pessoa Jurídica. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura. ASSINATURAS: P/CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Administração, representada pela Sra. Valdenira Fernandes Dias Oliveira – Secretária Municipal de Administração; P/CONTRATADA: V M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-Filial, representada pelo Sr. Joederson Vieira Ferraz, inscrito no CPF nº 077.117.293-16. Gonçalves Dias (MA), 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANDERSON RODRIGUES DA SILVA VILANOVA
Código identificador: e7cf24b6d532a1e20d086c684a8d2216

PORTARIA Nº 217/2025 – (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) CONCESSÃO DE TFD.

PORTARIA Nº 217/2025 – (Secretaria Municipal de Saúde) Concessão de TFD.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Gonçalves Dias - MA, Estado do
Maranhão, no uso de suas atribuições, em consonância com a **portaria Nº 55 de 24 de Fevereiro de 1999 - Ministério da Saúde**
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, ao Sr.(a) **RENATA DA SILVA LIMA,** CPF: 035.098.703-36, Paciente: (da Secretaria municipal de saúde), 01 (um) TFD para custeio de despesas a serem efetuadas em SÃO LUÍS—MA, com valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), para tratamento de Saúde em abril de 2025. Na data de 25/04/2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em Gonçalves Dias – MA, 29 de abril de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Baltazar Barros Marinho Neto
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por: JADSON SOARES PEIXOTO
Código identificador: ed6fc2a3f449417505789ed95232afac

TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – ADESÃO 08/2025

De acordo com o procedimento administrativo de adesão à Ata de Registro de Preços, **RATIFICO** e **ADJUDICO** a Adesão nº 08/2025 à **Ata de Registro de Preço nº 001.024/2024, decorrente da Concorrência Pública nº 024/2024, da Prefeitura de Zé Doca/MA**, visando a contratação de empresa para execução de serviços de reforma de pontes de madeira sob demanda no município de Gonçalves Dias – MA, em favor da Empresa **V M CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.206.165/0002-14, no valor total R$ 1.991.090,00 (um milhão novecentos e noventa e um mil e noventa reais), de acordo com o objeto a ser contratado e com as descrições.

Gonçalves Dias, 09 de maio de 2025.

VALDENIRA FERNANDES DIAS OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Portaria nº 01/2025

Publicado por: ANDERSON RODRIGUES DA SILVA VILANOVA
Código identificador: 82eb40e04fb6f8db78c248f835c03bf2

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER

EXTRATO DO CONTRATO N° 68/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025.

EXTRATO DO CONTRATO N° 68/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025. **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE GOVERNADOR ARCHER-MA, CNPJ nº 06.138.150/0001-42; por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento. **CONTRATADA:** NASCIMENTO BARROS E VIEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 22.348.823/0001-45. **VALOR DO CONTRATO:** R$ 733.346,00 (setecentos e trinta e três mil trezentos e quarenta e seis reais). **OBJETO:** É a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de Máquinas Pesadas em Regime de Horas, com operador e com combustível, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Governador Archer – MA. **VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do início da vigência que consta descrita no instrumento contratual. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: 6964531c53aed8fa54743e9d2c815e95

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. **CONTRATANTE:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER- MA, CNPJ nº 06.138.150/0001-42; por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento. **CONTRATADO:** A C B DE VASCONCELOS COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 17.185.397/0001-36. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 36.460,45 (Trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos). **OBJETO:** É a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet (sistema self service) para eventos e cerimônias a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Gov. Archer – MA**. VIGÊNCIA:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: ac528575260c52285fd7f333c574010b

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. **CONTRATANTE:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.150/0001-42, representada pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Archer- MA/FUNDEB -Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, inscrita no CNPJ sob o nº 30.970.146/0001-20. **CONTRATADO:** A C B DE VASCONCELOS COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 17.185.397/0001-36. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 33.211,85 (Trinta e três mil, duzentos e onze reais e oitenta e cinco centavos). **OBJETO:** É a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet (sistema self service) para eventos e cerimônias a serem realizadas pela

Prefeitura Municipal de Gov. Archer – MA**. VIGÊNCIA:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: 7158ab4ce909660beb53040dccc7ea36

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. **CONTRATANTE:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.150/0001-42, representada pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Governador Archer- MA/ FMS - Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.415.540/0001-52. **CONTRATADO:** A C B DE VASCONCELOS COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n° 17.185.397/0001-36. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 33.211,85 (Trinta e três mil, duzentos e onze reais e oitenta e cinco centavos). **OBJETO:** É a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet (sistema self service) para eventos e cerimônias a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Gov. Archer – MA**. VIGÊNCIA:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: e0a01d8da2ae579dc734396fcacd6350

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025. **CONTRATANTE:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.150/0001-42, representada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Governador Archer- MA/FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ sob o nº 15.174.547/0001-80. **CONTRATADO:** A C B DE VASCONCELOS COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ n° 17.185.397/0001-36. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 30.591,85 (trinta mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos). **OBJETO:** É a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet (sistema self service) para eventos e cerimônias a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Gov. Archer – MA**. VIGÊNCIA:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: 813c2b26ac4421e1f6a56fcfa1a1609a

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025. DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2025. DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2025. **CONTRATANTE:** A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.138.150/0001-42, através da Secretaria Municipal de Educação de Governador Archer - MA/FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, inscrita no CNPJ sob o nº 30.970.146/0001-20. **CONTRATADA:** RV SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 49.350.579/0001-01. **VALOR TOTAL DO CONTRATO:** R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). **OBJETO:** É a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de consultoria e assessoria técnico educacional para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Governador Archer/MA. **VIGÊNCIA:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2025.

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: 2aa39700e2a83fefc2cbb5465c25fec0

REPUBLICAÇÃO . AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025

O Município de Governador Archer - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 12/2025,** Processo Administrativo n° 09/2025, do tipo menor preço global, que tem como objeto o **Registro de Preços para o fornecimento de pneus, câmaras de ar e protetores, para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Governador Archer/MA**, com data de abertura dia **27/05/2025 às 09:00**. O presente Edital estará à disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos GRATUITAMENTE pela internet no portal da transparência do município (http://portal.governadorarcher.ma.gov.br/), no Portal de Compras Governador Archer (https://www.comprasgovarcher.com.br/) e no Portal Nacional de Compras Públicas Nacional – PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais).

Governador Archer - MA, 12 de maio de 2025.

Jakson Valério de Sousa Oliveira
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
Portaria nº 001/2025

Publicado por: ELIAS DE MOURA SILVA
Código identificador: 785c0daa33cf00d6e1a64703b4032dc5

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ

DECRETO Nº 022, DE 09 DE MAIO DE 2025

DECRETO Nº 022 - GAB. **FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DO VI FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA DA CIDADE DE GRAJAÚ-MA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**
O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAJAÚ, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**
Art. 1º - Fica convocado o **VI Fórum Municipal de Cultura de Grajaú/MA** com o Tema **"Cultura em movimento: fortalecendo identidades locais e construindo comunidades ativas"**, a ser realizado na data de 16 de maio de 2025, no Auditório da Câmara Municipal de Grajaú, Rua Francisco dos Reis, Centro, Grajaú/MA, no horário das 14:00 às 18:00 horas, sob a Coordenação da Secretaria Municipal de Cultura, em conjunto com a sociedade civil organizada.
Art. 2º - O **VI Fórum Municipal de Cultura de Grajaú/MA** tem como objetivo:
I - Discutir políticas públicas voltadas ao seguimento cultural do município;
II - Eleger delegados que participarão do Fórum Estadual de Cultura para o processo Eleitoral do Conselho Estadual de Cultura do Maranhão, de acordo com Regimento Eleitoral, que será realizado no dia 28 de maio de 2025 no município de Grajaú/MA.
Art. 3º - O secretário municipal de Cultura, por meio de portaria, expedirá as normas complementares à execução deste decreto.
Art. 4º - As despesas para a realização do VI Fórum Municipal de Cultura

de Grajaú/MA correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento Anual do Município para o corrente exercício.
Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. **Grajaú (MA) 09 de maio de 2025. ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: a5e7de1e580c9854354cf606654aed61

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2025

O Município de Grajaú - Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão torna público para conhecimento dos interessados a presente ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2025 "Publicado no dia 12/05/2025 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, "(...) "Onde se lê" PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010/2025. ( )" Leia-se "CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025. Data da Realização 28 de maio de 2025, às 09:00 horas. Grajaú, 12 de maio de 2025. Raquel Carvalho Jorge Araújo - Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Gestão. Portaria nº. 176/2025-Gab.

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: 6fa7aeafe99f26ef56aa14a41b596f9c

EXTRATO DE CONTRATO N° 2204001/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 2204001/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2205/2025. PARTES: **CONTRATANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, sediada na Rua das Verbenas, S/N, Canoeiro, CEP 65940-000, CNPJ Nº 11.354.569/0001-71. **CONTRATADA: NEUDSON KIO ZACHEU LAGO (ZYON INFORMÁTICA),** sob o CNPJ nº 14.114.663/0001-41, com sede na Rua 09, nº 49, Quadra 14, Cohatrac V, São José de Ribamar – MA, CEP: 65.65.110-00 **VALOR**: R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), **ORIGEM:** Dispensa de Licitação n.º 002/2025. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para implementação e manutenção do sistema integrado de Análises Clínicas, com a finalidade de organizar as informações, controlar dados dos pacientes, enviar os resultados aos devidos destinos, controlar dados do laboratório, criar mapa de lançamentos e imprimir etiquetas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Grajaú/MA. **RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**: 10 301 0082 COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE 10 301 0082 2037 0000 MANUT. FUNC. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 239 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: Lei 14.133/21 e Decreto Municipal nº 01/2024. Grajaú/MA, 06 de maio de 2025. LUÍS FERNANDO BARROS MOURÃO.Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: c1e49ca93bc9f8607d6be55e03ffee5c

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 129/2024 - REF.: Processo nº **1471/2025** - **PARTES**: MUNICÍPIO DE GRAJAÚ (MA), através de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa **R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** - **OBJETO**: O presente termo aditivo tem como objeto a alteração quantitativa, mediante o **ACRÉSCIMO** no percentual aproximado de +/- 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade dos itens dos do contrato **192/2024**, firmado entre as partes em 31/12/2024, nos termos previstos em sua Cláusula Sexta - **VALOR GLOBAL:** O valor do presente Aditivo é de **R$ 207.993,38**(duzentos e sete mil, novecentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) correspondente ao percentual aproximado de +/- 24.813% (vinte e quatro inteiros vírgula oitocentos e treze milésimo por cento) do valor inicialmente contratado, passando este de **R$ 838.225,24** (oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos) para **R$ 1.046.218,62**(hum milhão, quarenta e seis mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos) – **BASE LEGAL:** O presente termo aditivo decorre de autorização do Ordenador de Despesa e encontra amparo legal no artigo 65, alínea "b" do inciso I, combinada com o §1º, da Lei n.º 8.666/93 c/c a Cláusula Sexta do Contrato nº. **192/2024**, firmado entre as partes e demais normas atinentes à espécie- **SIGNATÁRIOS:** LUIS FERNANDO BARROS MOURÃO – Secretário Municipal de Saúde, pela **CONTRATANTE** e **GILLIARD DE ARAUJO SILVA**, pela **CONTRATADA**. Grajaú (MA), 11 de abril de 2025

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: c2367e0ced2892df6d9e53fbe611ac41

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2024 **REF.: Processo nº** 6.860/2023**- PARTES: O MUNICÍPIO DE GRAJAÚ-MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E R7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ:** 37.995.908/0001- 92 **OBJETOS: aquisição de materiais médico e odontológico, insumos hospitalares e odontológicos e reagentes para equipamentos de analise clinicas, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Grajaú – MA. VALOR GLOBAL** R$ 838.225,24 (oitocentos e trinta e oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos). **DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA: 10.301.0082.1004.0000 4.4.90.52.00 – Equipamentos E Material Permanente 10. 302.0065.2337.00003.3.90.30.0010.302.0065.2335.00003.3.90. 30.00.10.301.0086.2412.0000.3.3.90.30.10.301.0082.2037.0000 3.3.90.30.00 - Material De Consumo - PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2024 contar da assinatura do contrato - BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, na Lei n.º 14.133/21 SIGNATÁRIOS: MARCELO AUGUSTO BARROS MOURÃO Secretário Municipal de Saúde pela CONTRATANTE e** GILLIARD DE ARAUJO SILVA**, pela CONTRATADA. Grajaú (MA), 31 de dezembro de 2024**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: b2b7e875329090607e66780cea1f2511

PORTARIA Nº 001/2025 - SECULT, DE 09 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 001/2025-SECULT. A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SECULT) DO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFORME O DECRETO N° 022/2025 - GAB, RESOLVE:
Art. 1° - Fica Nomeada a Comissão Organizadora do FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA, a ser realizado no dia 16 de maio de 2025, no horário das 14:00 às 17:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Grajaú-MA.

- **MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA:**

Milena Santos da Silva
Danyel Sales Pacheco
Lais da Cunha Conceição
Maria Helena Batista Amorim

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Dê Ciência, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura de Grajaú, em 09 de maio de 2025. **Messias Galvão**

Pereira Junior. Secretário Municipal de Cultura.

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: 6e173d75e3b95a46fa48cd0fd8e7afa7

PORTARIA Nº 194/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 194/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **EXONERAR** do cargo de **Secretária Municipal da Juventude,** a senhora **RAIANE LOPES GUAJAJARA SILVA.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: ee3cae1bcd17e70c6b2257ba9257b029

PORTARIA Nº 195/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 195/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **NOMEAR** para exercer o cargo de **Secretária Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas,** a senhora **RAIANE LOPES GUAJAJARA SILVA.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: 03b16c08898019e2564c58c69b142607

PORTARIA Nº 196/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 196/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **EXONERAR** do cargo de **Diretora do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)**, a Senhora **RANIELMA DA SILVA GONÇALVES RIBEIRO.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: 62fec6832b04538038083084df1b0718

PORTARIA Nº 197/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 197/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **NOMEAR** para exercer o cargo de **Superintendente de Operações do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)**, o senhor **BERNARDO BACELAR MENDES FILHO.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: a8d6aad7283359e048a97648c4beef65

PORTARIA Nº 198/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 198/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **NOMEAR** para exercer o cargo de **Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)**, o senhor **RODRIGO DE ORQUIZA MOREIRA.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: fda422ec6b2a7cd8673866063ca93dbd

PORTARIA Nº 199/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 199/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **NOMEAR** para exercer o cargo de **Secretário Municipal da Juventude,** o senhor, **PAULO RENATO DA SILVA MARQUES.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025.**ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: 6c5861d44647b4e0c168d0221374dfeb

PORTARIA Nº 200/2025, DE 08 DE MAIO 2025

PORTARIA Nº. 200/2025-Gab. O Prefeito de Grajaú, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Grajaú/MA, com o regime estabelecido pela Lei Municipal nº. 06/1997 e suas atualizações, na Lei Nº. 375/2020 e suas atualizações. **R E S O L V E :** Art. 1º. **NOMEAR** para exercer o cargo de **Secretária Municipal de Articulação Institucional,** a senhora, **RANIELMA DA SILVA GONÇALVES RIBEIRO.** Parágrafo único. Principiam os efeitos desta Portaria em 08 de maio de 2025. Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário. Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o artigo 147, item IX, da Constituição do Estado do Maranhão e o "*caput*" do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Grajaú, Maranhão. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito Municipal de Grajaú, Estado do Maranhão, em 08 de maio do ano de 2025. **ANTONIO GILSON BOMFIM DA SILVA. Prefeito Municipal.**

Publicado por: PEDRO ALVES DOS SANTOS FILHO
Código identificador: b018bde715210aa14ce1ae69609d1cc5

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

OFÍCIO Nº 080/2025 – GAB/PREF

OFÍCIO Nº 080/2025 – GAB/PREF

Itinga do Maranhão - MA, 12 de maio de 2025.

Agência nº 5676-6
Município Itinga do Maranhão – MA

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 – 2028

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do(a) Ente/Órgão **MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 01.614.537/0001-04**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo Ente/Órgão, conforme segue:

OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO

Nome Outorgado 1: LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
CPF: 031.072.013-32
Cargo: PREFEITA MUNICIPAL
E-mail: paulafirmiano.prefeita@gmail.com
Assinatura Obrigatória: (X) sim ou ( ) não
Telefone: (99) 992284976

Nome Outorgado 2: CLAUDEMIR VIEIRA DA SILA
CPF: 431.545.142-87
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
E-mail: claudemir1adv@gmail.com
Assinatura Obrigatória: (X) sim ou ( ) não
Telefone: (99) 98114-4590

Poderes delegados:

009 – Emitir Cheques
010 – Abrir contas de depósito
020 – Receber, passar recibo e dar quitação
026 – Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027 – Requisitar Talonário de cheques
036 – Retirar cheques devolvidos
038 – Endossar Cheque
094 – Susta/Contradordenar cheques
095 – Cancelar Cheques
096 – Baixar Cheques
098 – Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
099 – Efetuar saques, Alterar e Desbloquear Senhas
100 – Efetuar Saques de Conta Corrente
102 – Efetuar Saques de Poupança
104 – Efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP
105 – Efetuar transferências via BB digital PJ/AASP
106 – Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico

107 – Efetuar Transferências, exceto por meio eletrônico
118 – Consultar Contas/Aplic Programas Repasses Recursos Federais RPG
119 – Liberar Arq. De pagamentos via BB Digital PJ/AASP
124 – Solicitar saldos/extratos de investimentos
125 – Emitir comprovantes
128 – Efetuar transferências para mesma titularidade via BB Digital PJ/AASP
133 – Encerrar Contas de Depósito
137 – Consultar obrigações do DDA via BB Digital PJ/AASP
149 – Assinar Instrumento de Convênio e Contrato de Prestação de Serviço

Assinalar para quais contas do Ente/Órgão os poderes serão vinculados:

( ) Todas as contas do CNPJ;
(X) Agência: 5676-6. Contas específicas: 10032-3, 14791-5, 22123-6, 36896-2, 42360-2, 42386-6, 7047-5, 7121-8, 7282-6, 7461-6, 7928-6, 8039-X, 8521-9, 9156-1, 10839-1, 12045-6, 13724-3, 14094-5, 11326-3.

Em anexo, seguem cópias da Legislação e os Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
CPF: 031.072.013-32
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 82e173d75c10990ce7297a9850c63684

OFÍCIO Nº 081/2025 – GAB/PREF

OFÍCIO Nº 081/2025 – GAB/PREF

Itinga do Maranhão - MA, 12 de maio de 2025.

Agência nº 5676-6
Município Itinga do Maranhão – MA

Assunto: BANCO DO BRASIL – MANDATO MUNICIPAL 2025 – 2028

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira do(a) Ente/Órgão **MUNICÍPIO DE ITINGA DO MARANHÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 01.614.537/0001-04**, perante o Banco do Brasil, será realizada de forma conjunta pelos outorgados, com os poderes abaixo relacionados, de acordo com os documentos expedidos pelo Ente/Órgão, conforme segue:

OUTORGADOS COM NO MÍNIMO DUAS ASSINATURAS EM CONJUNTO

Nome Outorgado 1: LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
CPF: 031.072.013-32
Cargo: PREFEITA MUNICIPAL
E-mail: paulafirmiano.prefeita@gmail.com
Assinatura Obrigatória: (X) sim ou ( ) não
Telefone: (99) 992284976

Nome Outorgado 2: ANDREIA NEUMANN
CPF: 436.163.483-15
Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
E-mail: andreianeumann200@gmail.com
Assinatura Obrigatória: (X) sim ou ( ) não
Telefone: (99) 99160-5140

Poderes delegados:

009 – Emitir Cheques
010 – Abrir contas de depósito
020 – Receber, passar recibo e dar quitação
026 – Solicitar saldos, extratos e comprovantes
027 – Requisitar Talonário de cheques
036 – Retirar cheques devolvidos

038 – Endossar Cheque
094 – Susta/Contradordenar cheques
095 – Cancelar Cheques
096 – Baixar Cheques
098 – Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
099 – Efetuar saques, Alterar e Desbloquear Senhas
100 – Efetuar Saques de Conta Corrente
102 – Efetuar Saques de Poupança
104 – Efetuar pagamentos via BB digital PJ/AASP
105 – Efetuar transferências via BB digital PJ/AASP
106 – Efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
107 – Efetuar Transferências, exceto por meio eletrônico
118 – Consultar Contas/Aplic Programas Repasses Recursos Federais RPG
119 – Liberar Arq. De pagamentos via BB Digital PJ/AASP
124 – Solicitar saldos/extratos de investimentos
125 – Emitir comprovantes
128 – Efetuar transferências para mesma titularidade via BB Digital PJ/AASP
133 – Encerrar Contas de Depósito
137 – Consultar obrigações do DDA via BB Digital PJ/AASP
149 – Assinar Instrumento de Convênio e Contrato de Prestação de Serviço

Assinalar para quais contas do Ente/Órgão os poderes serão vinculados:

( ) Todas as contas do CNPJ;
(X) Agência: 5676-6. Contas específicas: 5649-9, 58082-1, 7085-8, 7773-9, 8634-7, 11227-5, 11247-X, 13192-X, 13193-8, 13492-9.

Em anexo, seguem cópias da Legislação e os Atos de nomeação dos outorgados com as devidas publicações.

Atenciosamente,

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
CPF: 031.072.013-32
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 124f7165f601e6209185c37990f9f5b8

DECRETO Nº 183/2025 – GAB

DECRETO Nº 183/2025 – GAB

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR, Prefeita de Itinga do Maranhão/MA, no uso de suas atribuições legais e amparada na Lei Orgânica deste Município e o artigo 17 da Lei 030/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar do cargo de Provimento em Comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO DA CAESI, a Sra. **ELIVANJA BESERRA OLIVEIRA**, a partir da presente data.

Art. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Itinga do Maranhão – MA, em 09 de maio de 2025.

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
Prefeita de Itinga do Maranhão

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 6b0d4f037afc516915acd55915cd942e

DECRETO Nº 195/2025 – GAB

DECRETO Nº 195/2025 – GAB

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR, Prefeita de Itinga do Maranhão/MA, no uso de suas atribuições legais e amparada na Lei Orgânica deste Município e o artigo 17 da Lei 030/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar do cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, a Sra. **MARILEUDE PEREIRA SANTIAGO**.

Art. 2º - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Itinga do Maranhão – MA, em 12 de maio de 2025.

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
Prefeita de Itinga do Maranhão

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: 833d8875ed092bdb9fd65d3e0dcca70d

DECRETO Nº 196/2025 – GAB

DECRETO Nº 196/2025 – GAB

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR, Prefeita de Itinga do Maranhão/MA, no uso de suas atribuições legais e amparada no artigo 80 da Lei

Orgânica deste Município e o artigo 17 da Lei 030/2002;

DECRETA:

Art. 1° - **NOMEAR** o Sr. **LEONARDO PEREIRA DA SILVA,** portador do RG nº 0156233720000 SESP/MA e do CPF nº 022.782.313-32, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de **TESOUREIRO.**

Art. 2° - Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Itinga do Maranhão – MA, 12 de maio de 2025.

LENY PAULA FIRMIANO AGUIAR
Prefeita de Itinga do Maranhão.

Publicado por: CAIO VITOR DELGADO CARDOSO
Código identificador: ae65e28ac472ae37360ed9a399a5ce59

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 PREGÃO ELETRÔNICA Nº 008/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2025

A Prefeitura Municipal de Jatobá, Estado do Maranhão devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J) do Ministério da Fazenda sob nº 01.616.678/0001-66, com sede à Av. Dep. Dr. José Anselmo Freitas, s/n, Centro, Jatobá, Maranhão neste ato representado pela secretária, a Sra, BRENDA RAMIRIA SILVA DE MELO DOS SANTOS, residente e domiciliado na cidade de colinas, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
    1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Futura e eventual contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de disponibilização temporária de automóveis (mensal), destinados exclusivamente as Secretarias do município de Jatobá-MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 008/2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
    1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: GRA SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 10.540.733/0001-72
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 0145, Bairro: Centro, Mirador - MA
FONE/FAX: (99) 8538-9415
Representante legal: Antônia Deltiane Santos
CPF: 604.968.973-30 / RG nº 0384998920094, SESP/MA
Valor global: R$ 2.584.800,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais)

Item	Descrição do item	Quantidade	Modelo	Marca/Fabricante	Tempo/Mês	Valor Unitário	Valor Total	
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO CAMINHONETE PICKUP CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, 2.2 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS NOVOS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADOR DE PÁRA-BRISA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E REBOQUE POR CONTA DA LOCADORA.	6	Hilux	Toyota	12	R$ 63.600,00	R$ 763.200,00	
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO SUV DE GRANDE PORTE, TRAÇÃO 4X4, 2.2 OU SUPERIOR, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS NOVOS, TODOS OS BANCOS COM APOIO DE CABEÇA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADOR DE PÁRA-BRISA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E REBOQUE POR CONTA DA LOCADORA.	2	Sw4	Toyota	12	R$ 76.000,00	R$ 912.000,00	
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOR 1.0 OU SUPERIOR, MOVIDOS A GASOLINA OU BIOCOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE DE LOTAÇÃO PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS (INCLUINDO O MOTORISTA), AR CONDICIONADO, 4 (QUATRO) PORTAS, PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR NOS VIDROS, KM LIVRE. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E REBOQUE POR CONTA DA LOCADORA.	12	Polo	Wolkswagem	12	R$ 54.000,00	R$ 648.000,00	

4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO 3/4, TRAÇÃO 4X2, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 4MIL KG, POTÊNCIA NOMINAL MÍNIMA DE 155 CV.	2	F4000	Ford	12	R$ 21.800,00	R$ 261.600,00	
VALOR TOTAL DO LOTE					**R$ 2.584.800,00**			

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
    1. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Administração, Finanças e Tesouraria.

1. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
        1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
        2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
        3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
    2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
        1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
    3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
    4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
    5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

1. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
    1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
        1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
        2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
    2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
        1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
    3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
        1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante

oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
    1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
    2. Mantiverem sua proposta original.
3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
    1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
    2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

1. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
        1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
        2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
        3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
            2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
        1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
        2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
        3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
        4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante

comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
    2. O remanejamento somente poderá ser feito:
        1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
        2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
    3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
    4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
    5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
    6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
    7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

1. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
        1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
        2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
        3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
        4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
    2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
    3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
    4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
        1. Por razão de interesse público;
        2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
        3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

1. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às

contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

1. CONDIÇÕES GERAIS
    1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
    2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Jatobá (MA), 02 de maio de 2025.

Prefeitura de Jatobá-MA		GRA SERVIÇOS LTDA
Brenda Ramiria Silva de Melo dos Santos		**Antônia Deltiane Santos**
Secretaria Municipal de Administração		SÓCIO ADMINISTRADOR
Fazenda e Planejamento e Tesouraria		CPF 604.968.973-30
ÔRGÃO GERENCIADOR		DETENTORA DO REGISTRO

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: c8c080fc78a1d80ce3487f71e75e0ed0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICA Nº 007/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2025

A Prefeitura Municipal de Jatobá, Estado do Maranhão através da sua Secretaria de Educação, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (C.N.P.J) do Ministério da Fazenda sob nº 30.248.14570001-77, com sede à Av. Dep. Dr. José Anselmo Freitas, s/n, Centro, Jatobá, Maranhão neste ato representado pela secretária, a Sra. FRANCISCA CONSUÊLO LIMA DA SILVA, residente e domiciliada na cidade de Jatobá, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2025, RESOLVE registrar os preços das empresas indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
    1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e serviços de manutenção da frota de veículos de Jatobá/MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 007/2025*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
    1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: R. A. MOURA AUTOMOTIVO SERV CAR LTDA
CNPJ: 39.933.212/0001-67
Endereço: Av. Prefeito Wall Ferraz, nº 4670, Bairro Triunfo, Teresina/PI, CEP: 64.022-005
FONE/FAX: (86) 98130-1919
Representante legal: Rogério Alves Moura
CPF: 812.851.163-72
Valor global: R$ 1.641.838,50 (um milhão, seiscentos e quarenta e um reais, oitocentos e trinta oito reais e cinquenta centavos)

R. A. MOURA AUTOMOTIVO SERV CAR LTDA CNPJ nº 39.933.212/0001-67						
Item	**Produto**	**Modelo**	**Marca/ Fabricante**	**QNT**	**Melhor Lance**	**Valor Total**
	LOTE 1 - EDUCAÇÃO - MICRO ONIBUS MARCOPOLO VOLARE V8L					

1	1ª MOLA MESTRE DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.300,00	R$ 5.200,00
2	RODA ARO 16	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 720,00	R$ 5.760,00
3	RODA ARO 17.5	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 880,00	R$ 7.040,00
4	1ª MOLA MESTRE TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 940,00	R$ 5.640,00
5	2ª MOLA VIRADA DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 835,00	R$ 3.340,00
6	2ª MOLA VIRADA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 721,00	R$ 4.326,00
7	ABRAÇADEIRA FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 190,00	R$ 1.710,00
8	ABRAÇADEIRA FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 212,00	R$ 1.908,00
9	AMORTECEDOR DT	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 971,00	R$ 5.826,00
10	AMORTECEDOR TR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 980,00	R$ 5.880,00
11	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 13,00	R$ 286,00
12	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 20,00	R$ 440,00
13	ASSENTO FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 345,00	R$ 1.380,00
14	BARRA DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	ZL	5 UN	R$ 1.030,00	R$ 5.150,00
15	BOBINA CAMPO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 650,00	R$ 2.600,00
16	BOMBA DE COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	3 UN	R$ 2.000,00	R$ R$ 6.000,00
17	BORRACHA DO VIDRO	PEÇA ORIGINAL	AUTOTRAVI	8 UN	R$ 1.400,00	R$ 11.200,00
18	BRAÇO BARRA ESTABILIZADORA TR	PEÇA ORIGINAL	ZL	4 UN	R$ 755,00	R$ 3.020,00
19	BRAÇO SETOR	PEÇA ORIGINAL	ZL	10 UN	R$ 2.215,00	R$ 22.150,00
20	BUCHAS CENTRAL DO ESTABILIZADOR TRAS	PEÇA ORIGINAL	REI	10 UN	R$ 138,00	R$ 1.380,00
21	BUCHAS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 170,00	R$ 2.040,00
22	BUCHAS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 192,00	R$ 2.304,00
23	BUCHAS LATERAL DO ESTABILIZADOR TRAS.	PEÇA ORIGINAL	REI	8 UN	R$ 90,00	R$ 720,00
24	CABO ACELERADOR	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 500,00	R$ 2.000,00
25	CABO VELOCIMETRO	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 370,00	R$ 1.480,00
26	CHAVE DE SETA	PEÇA ORIGINAL	KOSTAL	8 UN	R$ 340,00	R$ 2.720,00
27	CINTO DE SEGURANIA	PEÇA ORIGINAL	LBA	8 UN	R$ 520,00	R$ 4.160,00
28	CORREIA ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	GATES	8 UN	R$ 240,00	R$ 1.920,00
29	COXIM RADIADOR	PEÇA ORIGINAL	REI	4 UN	R$ 270,00	R$ 1.080,00
30	CRUZETAS	PEÇA ORIGINAL	MECPAR	8 UN	R$ 365,00	R$ 2.920,00
31	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 1.750,00	R$ 10.500,00
32	EMBUCHAMENTO COMPLETO	PEÇA ORIGINAL	VANNUCCI	8 UN	R$ 1.280,00	R$ 10.240,00
33	ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	4 UN	R$ 295,00	R$ 1.180,00
34	FAROL AUXILIAR	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 290,00	R$ 1.740,00
35	FAROL LE/LD	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 310,00	R$ 1.860,00
36	FILTRO AR PRIMARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 225,00	R$ 1.350,00
37	FILTRO COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 206,00	R$ 1.236,00

38	FILTRO ÓLEO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 210,00	R$ 1.680,00
39	FILTRO SECUNDARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 142,00	R$ 1.136,00
40	IMPULSOR MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	7 UN	R$ 290,00	R$ 2.030,00
41	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	5 UN	R$ 260,00	R$ 1.300,00
42	INTERRUPTOR DE OLEO	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 370,00	R$ 1.480,00
43	INTERRUPTOR DE RÉ	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 240,00	R$ 960,00
44	JOGO ARRUELA CAIXA DE SATÉLITE	PEÇA ORIGINAL	FEY	5 UN	R$ 380,00	R$ 1.900,00
45	JOGO LONA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 500,00	R$ 4.000,00
46	JOGO PASTILHA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 340,00	R$ 2.720,00
47	JUMELOS DT	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 680,00	R$ 4.080,00
48	KIT EMBREAGEM	PEÇA ORIGINAL	SACHS	3 UN	R$ 7.300,00	R$ 21.900,00
49	LÂMPADA 1034	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 15,00	R$ R$ 150,00
50	LÂMPADA 1141	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 15,00	R$ R$ 150,00
51	LÂMPADA 69	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	8 UN	R$ 8,00	R$ R$ 64,00
52	LÂMPADA H-1	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 35,00	R$ R$ 210,00
53	LÂMPADA H4 24V	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 35,00	R$ R$ 210,00
54	LANTERNA DO PISCA	PEÇA ORIGINAL	HT	4 UN	R$ 114,00	R$ R$ 456,00
55	LENTE LANTERNA TRASEIRA	PEÇA ORIGINAL	HT	6 UN	R$ 30,00	R$ R$ 180,00
56	PARABRISA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	3 UN	R$ 5.830,00	R$ R$ 17.490,00
57	PINOS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 150,00	R$ R$ 1.800,00
58	PINOS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 190,00	R$ R$ 2.280,00
59	PIVÔ INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 292,00	R$ R$ 2.044,00
60	PIVÔ SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 292,00	R$ R$ 2.044,00
61	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	10 UN	R$ 300,00	R$ R$ 3.000,00
62	RELÉ ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	DNI	10 UN	R$ 520,00	R$ R$ 5.200,00
63	RELÉ FAROL	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 220,00	R$ R$ 1.320,00
64	RETENTOR RODA DT	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 70,00	R$ 980,00
65	RETENTOR RODA TR	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 140,00	R$ 1.960,00
66	ROLAMENTO DE CENTRO	PEÇA ORIGINAL	REI	6 UN	R$ 350,00	R$ 2.100,00
67	ROLAMENTO EXT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 290,00	R$ 2.900,00
68	ROLAMENTO EXT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 305,00	R$ 3.050,00
69	ROLAMENTO INT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 400,00	R$ 4.000,00
70	ROLAMENTO INT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 440,00	R$ 4.400,00
71	SEMI-EIXO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DUREX	6 UN	R$ 3.800,00	R$ 22.800,00
72	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DURAMETAL	6 UN	R$ 3.300,00	R$ 19.800,00
73	VIDRO DA JANELAS LATERAL	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 505,00	R$ 3.030,00
74	VIDRO DA PORTA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 500,00	R$ 3.000,00

	TOTAL DO LOTE					**R$ 297.490,00**
	LOTE 2 - EDUCAÇÃO - MICRO ONIBUS IVECO/BUS 10-190E					
1	1ª MOLA MESTRE DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.500,00	R$ 6.000,00
2	RODA ARO 16	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 770,00	R$ 6.160,00
3	RODA ARO 17.5	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 940,00	R$ 7.520,00
4	1ª MOLA MESTRE TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 900,00	R$ 5.400,00
5	2ª MOLA VIRADA DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 884,00	R$ 3.536,00
6	2ª MOLA VIRADA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 802,00	R$ 4.812,00
7	ABRAÇADEIRA FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 191,00	R$ 1.719,00
8	ABRAÇADEIRA FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 213,00	R$ 1.917,00
9	AMORTECEDOR DT	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.023,00	R$ 6.138,00
10	AMORTECEDOR TR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.048,00	R$ 6.288,00
11	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 29,00	R$ 638,00
12	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 26,00	R$ 572,00
13	ASSENTO FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 368,00	R$ 1.472,00
14	BARRA DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	ZL	5 UN	R$ 1.105,00	R$ 5.525,00
15	BOBINA CAMPO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 418,00	R$ 1.672,00
16	BOMBA DE COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	3 UN	R$ 919,00	R$ 2.757,00
17	BORRACHA DO VIDRO	PEÇA ORIGINAL	AUTOTRAVI	8 UN	R$ 645,00	R$ 5.160,00
18	BRAÇO BARRA ESTABILIZADORA TR	PEÇA ORIGINAL	ZL	4 UN	R$ 802,00	R$ 3.208,00
19	BRAÇO SETOR	PEÇA ORIGINAL	ZL	10 UN	R$ 2.334,00	R$ 23.340,00
20	BUCHAS CENTRAL DO ESTABILIZADOR TRAS	PEÇA ORIGINAL	REI	10 UN	R$ 147,00	R$ 1.470,00
21	BUCHAS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 180,00	R$ 2.160,00
22	BUCHAS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 204,00	R$ 2.448,00
23	JOGO DE CASQUILHO - FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	5 UN	R$ 666,40	R$ 3.332,00
24	JOGO DE JUNTA - FIAT STRADA	SABO	SABO	5 UN	R$ 560,56	R$ 2.802,80
25	JOGO DE LONA TARSEIRO - FIAT STRADA	FRASLE	FRASLE	5 UN	R$ 352,80	R$ 1.764,00
26	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRO - FIAT STRADA	FRASLE	FRASLE	8 UN	R$ 392,39	R$ 3.139,12
27	KIT BATEDOR - FIAT STRADA	AXIOS	AXIOS	8 UN	R$ 279,30	R$ 2.234,40
28	KIT DE EMBREÁGEM - FIAT STRADA	LUK	LUK	4 UN	R$ 1.519,00	R$ 6.076,00
29	KIT PISTÃO - FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	4 UN	R$ 1.911,00	R$ 7.644,00
30	LÂMPADA DO FAROL (H4) - FIAT STRADA	PHILIPS	PHILIPS	7 UN	R$ 117,60	R$ 823,20
31	LANTERNA TARSEIRO - FIAT STRADA	ABSOLUTE	ABSOLUTE	6 UN	R$ 833,00	R$ 4.998,00
32	CABO DE VELA - FIAT STRADA	NGK	NGK	4 UN	R$ 303,80	R$ 1.215,20
33	VELA DE IGNIÇÃO - FIAT STRADA	NGK	NGK	10 UN	R$ 220,50	R$ 2.205,00
34	MOLA TRASEIRO - FIAT STRADA	MARCHETTI	MARCHETTI	4 UN	R$ 1.401,40	R$ 5.605,60

35	PARABRISA - FIAT STRADA	AUTO GLASS	AUTO GLASS	4 UN	R$ 735,00	R$ 2.940,00
36	BICO INJETOR - FIAT STRADA	MAGNETI MARELLI	MAGNETI MARELLI	10 UN	R$ 431,20	R$ 4.312,00
37	PIVÔ - FIAT STRADA	VIEMAR	VIEMAR	5 UN	R$ 215,60	R$ 1.078,00
38	VENTILADOR - FIAT STRADA	VALEO	VALEO	4 UN	R$ 735,00	R$ 2.940,00
39	ROLAMENTO DO TENSOR DO CÂBIO DIANTERIO - FIAT STRADA	SKF	SKF	5 UN	R$ 235,20	R$ 1.176,00
40	ROLAMENTO TRASEIRO - FIAT STRADA	NAKATA	NAKATA	5 UN	R$ 548,80	R$ 2.744,00
41	PISTÃO FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	5 UN	R$ 1.237,44	R$ 6.187,20
42	TAMBOR DE FREIO - FIAT STRADA	FREMAX	FREMAX	5 UN	R$ 539,00	R$ 2.695,00
43	INTERRUPTOR DE RÉ	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 262,00	R$ R$ 1.048,00
44	JOGO ARRUELA CAIXA DE SATÉLITE	PEÇA ORIGINAL	FEY	5 UN	R$ 404,00	R$ R$ 2.020,00
45	JOGO LONA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 530,00	R$ R$ 4.240,00
46	JOGO PASTILHA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 360,00	R$ R$ 2.880,00
47	JUMELOS DT	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 720,00	R$ R$ 4.320,00
48	KIT EMBREAGEM	PEÇA ORIGINAL	SACHS	3 UN	R$ 7.780,00	R$ R$ 23.340,00
49	LÂMPADA 1034	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 16,00	R$ R$ 160,00
50	LÂMPADA 1141	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 16,00	R$ R$ 160,00
51	LÂMPADA 69	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	8 UN	R$ 10,00	R$ R$ 80,00
52	LÂMPADA H-1	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 39,00	R$ R$ 234,00
53	LÂMPADA H4 24V	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 39,00	R$ R$ 234,00
54	LANTERNA DO PISCA	PEÇA ORIGINAL	HT	4 UN	R$ 122,00	R$ R$ 488,00
55	LENTE LANTERNA TRASEIRA	PEÇA ORIGINAL	HT	6 UN	R$ 32,00	R$ R$ 192,00
56	PARABRISA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	3 UN	R$ 5.100,00	R$ R$ 15.300,00
57	PINOS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 180,00	R$ R$ 2.160,00
58	PINOS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 225,00	R$ R$ 2.700,00
59	PIVÔ INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 342,00	R$ R$ 2.394,00
60	PIVÔ SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 342,00	R$ R$ 2.394,00
61	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	10 UN	R$ 349,00	R$ R$ 3.490,00
62	RELÉ ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	DNI	10 UN	R$ 616,00	R$ R$ 6.160,00
63	RELÉ FAROL	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 267,00	R$ R$ 1.602,00
64	RETENTOR RODA DT	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 90,00	R$ R$ 1.260,00
65	RETENTOR RODA TR	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 166,00	R$ R$ 2.324,00
66	ROLAMENTO DE CENTRO	PEÇA ORIGINAL	REI	6 UN	R$ 409,00	R$ R$ 2.454,00
67	ROLAMENTO EXT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 342,00	R$ R$ 3.420,00
68	ROLAMENTO EXT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 369,00	R$ R$ 3.690,00
69	ROLAMENTO INT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 495,00	R$ R$ 4.950,00
70	ROLAMENTO INT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 522,00	R$ R$ 5.220,00
71	SEMI-EIXO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DUREX	6 UN	R$ 3.900,00	R$ R$ 23.400,00

72	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DURAMETAL	6 UN	R$ 3.800,00	R$ R$ 22.800,00
73	VIDRO DA JANELAS LATERAL	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 585,00	R$ R$ 3.510,00
74	VIDRO DA PORTA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 630,00	R$ R$ 3.780,00
	TOTAL DO LOTE					**R$ 303.476,00**
	LOTE 3 - EDUCAÇÃO - ONIBUS WOLKSBUS/12.190					
1	1ª MOLA MESTRE DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.630,00	R$ R$ 6.520,00
2	RODA ARO 16	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 950,00	R$ R$ 7.600,00
3	RODA ARO 17.5	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 1.150,00	R$ R$ 9.200,00
4	1ª MOLA MESTRE TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 1.100,00	R$ R$ 6.600,00
5	2ª MOLA VIRADA DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.080,00	R$ R$ 4.320,00
6	2ª MOLA VIRADA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 980,00	R$ R$ 5.880,00
7	ABRAÇADEIRA FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 214,00	R$ R$ 1.926,00
8	ABRAÇADEIRA FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 238,00	R$ R$ 2.142,00
9	AMORTECEDOR DT	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.100,00	R$ R$ 6.600,00
10	AMORTECEDOR TR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.200,00	R$ R$ 7.200,00
11	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 15,00	R$ R$ 330,00
12	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 24,00	R$ R$ 528,00
13	ASSENTO FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 450,00	R$ R$ 1.800,00
14	BARRA DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	ZL	5 UN	R$ 1.250,00	R$ R$ 6.250,00
15	BOBINA CAMPO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 464,00	R$ R$ 1.856,00
16	BOMBA DE COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	3 UN	R$ 1.023,00	R$ R$ 3.069,00
17	BORRACHA DO VIDRO	PEÇA ORIGINAL	AUTOTRAVI	8 UN	R$ 650,00	R$ R$ 5.200,00
18	BRAÇO BARRA ESTABILIZADORA TR	PEÇA ORIGINAL	ZL	4 UN	R$ 850,00	R$ R$ 3.400,00
19	BRAÇO SETOR	PEÇA ORIGINAL	ZL	10 UN	R$ 2.500,00	R$ R$ 25.000,00
20	BUCHAS CENTRAL DO ESTABILIZADOR TRAS	PEÇA ORIGINAL	REI	10 UN	R$ 180,00	R$ R$ 1.800,00
21	BUCHAS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 220,00	R$ R$ 2.640,00
22	BUCHAS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 240,00	R$ R$ 2.880,00
23	BUCHAS LATERAL DO ESTABILIZADOR TRAS.	PEÇA ORIGINAL	REI	8 UN	R$ 120,00	R$ R$ 960,00
24	CABO ACELERADOR	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 375,00	R$ R$ 1.500,00
25	CABO VELOCIMETRO	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 320,00	R$ R$ 1.280,00
26	CHAVE DE SETA	PEÇA ORIGINAL	KOSTAL	8 UN	R$ 440,00	R$ R$ 3.520,00
27	CINTO DE SEGURANIA	PEÇA ORIGINAL	LBA	8 UN	R$ 600,00	R$ R$ 4.800,00
28	CORREIA ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	GATES	8 UN	R$ 310,00	R$ R$ 2.480,00
29	COXIM RADIADOR	PEÇA ORIGINAL	REI	4 UN	R$ 350,00	R$ R$ 1.400,00
30	CRUZETAS	PEÇA ORIGINAL	MECPAR	8 UN	R$ 322,00	R$ R$ 2.576,00
31	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 1.555,00	R$ R$ 9.330,00

32	EMBUCHAMENTO COMPLETO	PEÇA ORIGINAL	VANNUCCI	8 UN	R$ 1.075,00	R$ R$ 8.600,00
33	ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	4 UN	R$ 322,00	R$ R$ 1.288,00
34	FAROL AUXILIAR	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.280,00
35	FAROL LE/LD	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 410,00	R$ R$ 2.460,00
36	FILTRO AR PRIMARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 288,00	R$ R$ 1.728,00
37	FILTRO COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 268,00	R$ R$ 1.608,00
38	FILTRO ÓLEO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 256,00	R$ R$ 2.048,00
39	FILTRO SECUNDARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 181,00	R$ R$ 1.448,00
40	IMPULSOR MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	7 UN	R$ 376,00	R$ R$ 2.632,00
41	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	5 UN	R$ 338,00	R$ R$ 1.690,00
42	INTERRUPTOR DE OLEO	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 319,00	R$ R$ 1.276,00
43	INTERRUPTOR DE RÉ	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 256,00	R$ R$ 1.024,00
44	JOGO ARRUELA CAIXA DE SATÉLITE	PEÇA ORIGINAL	FEY	5 UN	R$ 495,00	R$ R$ 2.475,00
45	JOGO LONA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 321,00	R$ R$ 2.568,00
46	JOGO PASTILHA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 440,00	R$ R$ 3.520,00
47	JUMELOS DT	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 484,00	R$ R$ 2.904,00
48	KIT EMBREAGEM	PEÇA ORIGINAL	SACHS	3 UN	R$ 3.294,00	R$ R$ 9.882,00
49	LÂMPADA 1034	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
50	LÂMPADA 1141	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
51	LÂMPADA 69	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	8 UN	R$ 13,00	R$ R$ 104,00
52	LÂMPADA H-1	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
53	LÂMPADA H4 24V	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
54	LANTERNA DO PISCA	PEÇA ORIGINAL	HT	4 UN	R$ 150,00	R$ R$ 600,00
55	LENTE LANTERNA TRASEIRA	PEÇA ORIGINAL	HT	6 UN	R$ 40,00	R$ R$ 240,00
56	PARABRISA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	3 UN	R$ 4.316,00	R$ R$ 12.948,00
57	PINOS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 200,00	R$ R$ 2.400,00
58	PINOS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 250,00	R$ R$ 3.000,00
59	PIVÔ INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
60	PIVÔ SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
61	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	10 UN	R$ 388,00	R$ R$ 3.880,00
62	RELÉ ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	DNI	10 UN	R$ 685,00	R$ R$ 6.850,00
63	RELÉ FAROL	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 297,00	R$ R$ 1.782,00
64	RETENTOR RODA DT	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 100,00	R$ R$ 1.400,00
65	RETENTOR RODA TR	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 185,00	R$ R$ 2.590,00
66	ROLAMENTO DE CENTRO	PEÇA ORIGINAL	REI	6 UN	R$ 313,00	R$ R$ 1.878,00
67	ROLAMENTO EXT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 380,00	R$ R$ 3.800,00

68	ROLAMENTO EXT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 410,00	R$ R$ 4.100,00
69	ROLAMENTO INT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 425,00	R$ R$ 4.250,00
70	ROLAMENTO INT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 510,00	R$ R$ 5.100,00
71	SEMI-EIXO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DUREX	6 UN	R$ 2.400,00	R$ R$ 14.400,00
72	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DURAMETAL	6 UN	R$ 1.998,00	R$ R$ 11.988,00
73	VIDRO DA JANELAS LATERAL	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 650,00	R$ R$ 3.900,00
74	VIDRO DA PORTA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 700,00	R$ R$ 4.200,00
TOTAL DO LOTE						**R$ 285.584,00**
LOTE 4 - EDUCAÇÃO - ONIBUS WOLKSBUS/12.190						
1	1ª MOLA MESTRE DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.510,00	R$ R$ 6.040,00
2	RODA ARO 16	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 950,00	R$ R$ 7.600,00
3	RODA ARO 17.5	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 950,00	R$ R$ 7.600,00
4	1ª MOLA MESTRE TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 950,00	R$ R$ 5.700,00
5	2ª MOLA VIRADA DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.080,00	R$ R$ 4.320,00
6	2ª MOLA VIRADA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 980,00	R$ R$ 5.880,00
7	ABRAÇADEIRA FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 213,00	R$ R$ 1.917,00
8	ABRAÇADEIRA FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 235,00	R$ R$ 2.115,00
9	AMORTECEDOR DT	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.210,00	R$ R$ 7.260,00
10	AMORTECEDOR TR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.280,00	R$ R$ 7.680,00
11	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 15,00	R$ R$ 330,00
12	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 23,00	R$ R$ 506,00
13	ASSENTO FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 450,00	R$ R$ 1.800,00
14	BARRA DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	ZL	5 UN	R$ 1.350,00	R$ R$ 6.750,00
15	BOBINA CAMPO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 460,00	R$ R$ 1.840,00
16	BOMBA DE COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	3 UN	R$ 1.022,00	R$ R$ 3.066,00
17	BORRACHA DO VIDRO	PEÇA ORIGINAL	AUTOTRAVI	8 UN	R$ 710,00	R$ R$ 5.680,00
18	BRAÇO BARRA ESTABILIZADORA TR	PEÇA ORIGINAL	ZL	4 UN	R$ 980,00	R$ R$ 3.920,00
19	BRAÇO SETOR	PEÇA ORIGINAL	ZL	10 UN	R$ 2.850,00	R$ R$ 28.500,00
20	BUCHAS CENTRAL DO ESTABILIZADOR TRAS	PEÇA ORIGINAL	REI	10 UN	R$ 180,00	R$ R$ 1.800,00
21	BUCHAS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 220,00	R$ R$ 2.640,00
22	BUCHAS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 250,00	R$ R$ 3.000,00
23	BUCHAS LATERAL DO ESTABILIZADOR TRAS.	PEÇA ORIGINAL	REI	8 UN	R$ 120,00	R$ R$ 960,00
24	CABO ACELERADOR	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 300,00	R$ R$ 1.200,00
25	CABO VELOCIMETRO	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 321,00	R$ R$ 1.284,00
26	CHAVE DE SETA	PEÇA ORIGINAL	KOSTAL	8 UN	R$ 450,00	R$ R$ 3.600,00
27	CINTO DE SEGURANIA	PEÇA ORIGINAL	LBA	8 UN	R$ 610,00	R$ R$ 4.880,00
28	CORREIA ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	GATES	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00

29	COXIM RADIADOR	PEÇA ORIGINAL	REI	4 UN	R$ 350,00	R$ R$ 1.400,00
30	CRUZETAS	PEÇA ORIGINAL	MECPAR	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00
31	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 1.400,00	R$ R$ 8.400,00
32	EMBUCHAMENTO COMPLETO	PEÇA ORIGINAL	VANNUCCI	8 UN	R$ 1.070,00	R$ R$ 8.560,00
33	ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	4 UN	R$ 321,00	R$ R$ 1.284,00
34	FAROL AUXILIAR	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.280,00
35	FAROL LE/LD	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 410,00	R$ R$ 2.460,00
36	FILTRO AR PRIMARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 287,00	R$ R$ 1.722,00
37	FILTRO COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 268,00	R$ R$ 1.608,00
38	FILTRO ÓLEO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 256,00	R$ R$ 2.048,00
39	FILTRO SECUNDARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 180,00	R$ R$ 1.440,00
40	IMPULSOR MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	7 UN	R$ 376,00	R$ R$ 2.632,00
41	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	5 UN	R$ 338,00	R$ R$ 1.690,00
42	INTERRUPTOR DE OLEO	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 315,00	R$ R$ 1.260,00
43	INTERRUPTOR DE RÉ	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 256,00	R$ R$ 1.024,00
44	JOGO ARRUELA CAIXA DE SATÉLITE	PEÇA ORIGINAL	FEY	5 UN	R$ 495,00	R$ R$ 2.475,00
45	JOGO LONA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00
46	JOGO PASTILHA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 440,00	R$ R$ 3.520,00
47	JUMELOS DT	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 480,00	R$ R$ 2.880,00
48	KIT EMBREAGEM	PEÇA ORIGINAL	SACHS	3 UN	R$ 3.290,00	R$ R$ 9.870,00
49	LÂMPADA 1034	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
50	LÂMPADA 1141	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
51	LÂMPADA 69	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	8 UN	R$ 13,00	R$ R$ 104,00
52	LÂMPADA H-1	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
53	LÂMPADA H4 24V	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
54	LANTERNA DO PISCA	PEÇA ORIGINAL	HT	4 UN	R$ 150,00	R$ R$ 600,00
55	LENTE LANTERNA TRASEIRA	PEÇA ORIGINAL	HT	6 UN	R$ 40,00	R$ R$ 240,00
56	PARABRISA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	3 UN	R$ 3.500,00	R$ R$ 10.500,00
57	PINOS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 200,00	R$ R$ 2.400,00
58	PINOS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 250,00	R$ R$ 3.000,00
59	PIVÔ INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
60	PIVÔ SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
61	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	10 UN	R$ 388,00	R$ R$ 3.880,00
62	RELÉ ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	DNI	10 UN	R$ 685,00	R$ R$ 6.850,00
63	RELÉ FAROL	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 297,00	R$ R$ 1.782,00
64	RETENTOR RODA DT	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 100,00	R$ R$ 1.400,00
65	RETENTOR RODA TR	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 185,00	R$ R$ 2.590,00

66	ROLAMENTO DE CENTRO	PEÇA ORIGINAL	REI	6 UN	R$ 312,00	R$ R$ 1.872,00
67	ROLAMENTO EXT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 380,00	R$ R$ 3.800,00
68	ROLAMENTO EXT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 410,00	R$ R$ 4.100,00
69	ROLAMENTO INT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 424,00	R$ R$ 4.240,00
70	ROLAMENTO INT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 524,00	R$ R$ 5.240,00
71	SEMI-EIXO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DUREX	6 UN	R$ 4.000,00	R$ R$ 24.000,00
72	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DURAMETAL	6 UN	R$ 3.700,00	R$ R$ 22.200,00
73	VIDRO DA JANELAS LATERAL	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 650,00	R$ R$ 3.900,00
74	VIDRO DA PORTA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 700,00	R$ R$ 4.200,00
TOTAL DO LOTE						**R$ 305.155,00**
LOTE 5 - EDUCAÇÃO - ONIBUS WOLKSBUS/12.190						
1	1ª MOLA MESTRE DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.620,00	R$ R$ 6.480,00
2	RODA ARO 16	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 950,00	R$ R$ 7.600,00
3	RODA ARO 17.5	PEÇA ORIGINAL	BORLEM	8 UN	R$ 1.150,00	R$ R$ 9.200,00
4	1ª MOLA MESTRE TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 1.100,00	R$ R$ 6.600,00
5	2ª MOLA VIRADA DT PARABÓLICA	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 1.080,00	R$ R$ 4.320,00
6	2ª MOLA VIRADA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 980,00	R$ R$ 5.880,00
7	ABRAÇADEIRA FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 212,00	R$ R$ 1.908,00
8	ABRAÇADEIRA FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	9 UN	R$ 237,00	R$ R$ 2.133,00
9	AMORTECEDOR DT	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.210,00	R$ R$ 7.260,00
10	AMORTECEDOR TR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.280,00	R$ R$ 7.680,00
11	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 15,00	R$ R$ 330,00
12	ARRUELAS DE AJUSTE FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	METALMATRIX	22 UN	R$ 22,00	R$ R$ 484,00
13	ASSENTO FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FAMA	4 UN	R$ 450,00	R$ R$ 1.800,00
14	BARRA DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	ZL	5 UN	R$ 1.350,00	R$ R$ 6.750,00
15	BOBINA CAMPO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 462,00	R$ R$ 1.848,00
16	BOMBA DE COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	3 UN	R$ 1.020,00	R$ R$ 3.060,00
17	BORRACHA DO VIDRO	PEÇA ORIGINAL	AUTOTRAVI	8 UN	R$ 710,00	R$ R$ 5.680,00
18	BRAÇO BARRA ESTABILIZADORA TR	PEÇA ORIGINAL	ZL	4 UN	R$ 980,00	R$ R$ 3.920,00
19	BRAÇO SETOR	PEÇA ORIGINAL	ZL	10 UN	R$ 2.850,00	R$ R$ 28.500,00
20	BUCHAS CENTRAL DO ESTABILIZADOR TRAS	PEÇA ORIGINAL	REI	10 UN	R$ 180,00	R$ R$ 1.800,00
21	BUCHAS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 220,00	R$ R$ 2.640,00
22	BUCHAS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	REI	12 UN	R$ 250,00	R$ R$ 3.000,00
23	BUCHAS LATERAL DO ESTABILIZADOR TRAS.	PEÇA ORIGINAL	REI	8 UN	R$ 120,00	R$ R$ 960,00
24	CABO ACELERADOR	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 375,00	R$ R$ 1.500,00
25	CABO VELOCIMETRO	PEÇA ORIGINAL	CABOVEL	4 UN	R$ 320,00	R$ R$ 1.280,00

26	CHAVE DE SETA	PEÇA ORIGINAL	KOSTAL	8 UN	R$ 450,00	R$ R$ 3.600,00
27	CINTO DE SEGURANIA	PEÇA ORIGINAL	LBA	8 UN	R$ 610,00	R$ R$ 4.880,00
28	CORREIA ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	GATES	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00
29	COXIM RADIADOR	PEÇA ORIGINAL	REI	4 UN	R$ 350,00	R$ R$ 1.400,00
30	CRUZETAS	PEÇA ORIGINAL	MECPAR	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00
31	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 1.550,00	R$ R$ 9.300,00
32	EMBUCHAMENTO COMPLETO	PEÇA ORIGINAL	VANNUCCI	8 UN	R$ 1.074,00	R$ R$ 8.592,00
33	ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	4 UN	R$ 320,00	R$ R$ 1.280,00
34	FAROL AUXILIAR	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.280,00
35	FAROL LE/LD	PEÇA ORIGINAL	RCD	6 UN	R$ 410,00	R$ R$ 2.460,00
36	FILTRO AR PRIMARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 287,00	R$ R$ 1.722,00
37	FILTRO COMBUSTIVEL	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 268,00	R$ R$ 1.608,00
38	FILTRO ÓLEO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 256,00	R$ R$ 2.048,00
39	FILTRO SECUNDARIO	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	8 UN	R$ 181,00	R$ R$ 1.448,00
40	IMPULSOR MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	7 UN	R$ 376,00	R$ R$ 2.632,00
41	INDUZIDO MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	ARIELO	5 UN	R$ 338,00	R$ R$ 1.690,00
42	INTERRUPTOR DE OLEO	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 318,00	R$ R$ 1.272,00
43	INTERRUPTOR DE RÉ	PEÇA ORIGINAL	3-RHO	4 UN	R$ 256,00	R$ R$ 1.024,00
44	JOGO ARRUELA CAIXA DE SATÉLITE	PEÇA ORIGINAL	FEY	5 UN	R$ 495,00	R$ R$ 2.475,00
45	JOGO LONA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 320,00	R$ R$ 2.560,00
46	JOGO PASTILHA DE FREIO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	8 UN	R$ 440,00	R$ R$ 3.520,00
47	JUMELOS DT	PEÇA ORIGINAL	FAMA	6 UN	R$ 480,00	R$ R$ 2.880,00
48	KIT EMBREAGEM	PEÇA ORIGINAL	SACHS	3 UN	R$ 3.290,00	R$ R$ 9.870,00
49	LÂMPADA 1034	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
50	LÂMPADA 1141	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	10 UN	R$ 13,00	R$ R$ 130,00
51	LÂMPADA 69	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	8 UN	R$ 13,00	R$ R$ 104,00
52	LÂMPADA H-1	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
53	LÂMPADA H4 24V	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	6 UN	R$ 48,00	R$ R$ 288,00
54	LANTERNA DO PISCA	PEÇA ORIGINAL	HT	4 UN	R$ 150,00	R$ R$ 600,00
55	LENTE LANTERNA TRASEIRA	PEÇA ORIGINAL	HT	6 UN	R$ 40,00	R$ R$ 240,00
56	PARABRISA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	3 UN	R$ 4.310,00	R$ R$ 12.930,00
57	PINOS FX MOLA DT	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 200,00	R$ R$ 2.400,00
58	PINOS FX MOLA TR	PEÇA ORIGINAL	FEY	12 UN	R$ 250,00	R$ R$ 3.000,00
59	PIVÔ INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
60	PIVÔ SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	7 UN	R$ 380,00	R$ R$ 2.660,00
61	PORTA ESCOVA MOTOR DE PARTIDA	PEÇA ORIGINAL	UNIFAP	10 UN	R$ 388,00	R$ R$ 3.880,00
62	RELÉ ALTERNADOR	PEÇA ORIGINAL	DNI	10 UN	R$ 685,00	R$ R$ 6.850,00

63	RELÉ FAROL	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 297,00	R$ R$ 1.782,00
64	RETENTOR RODA DT	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 100,00	R$ R$ 1.400,00
65	RETENTOR RODA TR	PEÇA ORIGINAL	ARCA	14 UN	R$ 185,00	R$ R$ 2.590,00
66	ROLAMENTO DE CENTRO	PEÇA ORIGINAL	REI	6 UN	R$ 310,00	R$ R$ 1.860,00
67	ROLAMENTO EXT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 380,00	R$ R$ 3.800,00
68	ROLAMENTO EXT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 410,00	R$ R$ 4.100,00
69	ROLAMENTO INT. RODA DT	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 420,00	R$ R$ 4.200,00
70	ROLAMENTO INT. RODA TR	PEÇA ORIGINAL	SKF	10 UN	R$ 520,00	R$ R$ 5.200,00
71	SEMI-EIXO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DUREX	6 UN	R$ 2.660,00	R$ R$ 15.960,00
72	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	DURAMETAL	6 UN	R$ 1.995,00	R$ R$ 11.970,00
73	VIDRO DA JANELAS LATERAL	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 650,00	R$ R$ 3.900,00
74	VIDRO DA PORTA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	6 UN	R$ 700,00	R$ R$ 4.200,00
TOTAL DO LOTE						**R$ 293.396,00**
LOTE 8 - SAÚDE - SPLINTER - VAN (AMBULÂNCIA)						
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	COFAP	5 UN	R$ 578,00	R$ R$ 2.890,00
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	COFAP	5 UN	R$ 578,00	R$ R$ 2.890,00
3	ARTICULADOR DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	VIEMAR	5 UN	R$ 135,00	R$ R$ 675,00
4	BANDEJA INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	5 UN	R$ 449,00	R$ R$ 2.245,00
5	BANDEJA SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	COFAP	5 UN	R$ 627,00	R$ R$ 3.135,00
6	BIELETA - SPRINTER	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	6 UN	R$ 153,00	R$ R$ 918,00
7	BOMBA DE COMBUSTÍVEL	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	5 UN	R$ 562,00	R$ R$ 2.810,00
8	BOMBA DAGUA	PEÇA ORIGINAL	URBA	5 UN	R$ 656,00	R$ R$ 3.280,00
9	BRONZE MANCAL	PEÇA ORIGINAL	MAHLE	5 UN	R$ 859,00	R$ R$ 4.295,00
10	BRONZE BIELA	PEÇA ORIGINAL	MAHLE	5 UN	R$ 589,00	R$ R$ 2.945,00
11	BUCHA DA BALANÇA DA BANDEJA INFERIOR	PEÇA ORIGINAL	MOBENSANI	6 UN	R$ 56,00	R$ R$ 336,00
12	BUCHA DA BALANÇA DA BANDEJA SUPERIOR	PEÇA ORIGINAL	MOBENSANI	6 UN	R$ 100,00	R$ R$ 600,00
13	BUCHA DO ESTABILIZADOR	PEÇA ORIGINAL	MOBENSANI	7 UN	R$ 72,00	R$ R$ 504,00
14	CARTER	PEÇA ORIGINAL	IGASA	4 UN	R$ 723,00	R$ R$ 2.892,00
15	COXIM DO CÂMBIO	PEÇA ORIGINAL	MOBENSANI	5 UN	R$ 412,50	R$ R$ 2.062,50
16	COXIM DO MOTOR	PEÇA ORIGINAL	MOBENSANI	5 UN	R$ 306,00	R$ R$ 1.530,00
17	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 321,00	R$ R$ 1.926,00
18	DISCO DE FREIO TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	HIPPERFREIOS	6 UN	R$ 321,00	R$ R$ 1.926,00
19	FAROL	PEÇA ORIGINAL	PRIME	6 UN	R$ 1.102,00	R$ R$ 6.612,00
20	FILTRO DE AR	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 195,00	R$ R$ 1.170,00
21	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 196,00	R$ R$ 1.176,00
22	FILTRO LUBRRIFICANTE	PEÇA ORIGINAL	TECFIL	6 UN	R$ 75,00	R$ R$ 450,00

23	JOGO DE CASQUILHO	PEÇA ORIGINAL	METAL LEVE	5 UN	R$ 987,00	R$ R$ 4.935,00
24	JOGO DE JUNTA	PEÇA ORIGINAL	SPAAL	5 UN	R$ 1.311,00	R$ R$ 6.555,00
25	JOGO DE LONA TARSEIRO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	6 UN	R$ 189,00	R$ R$ 1.134,00
26	JOGO DE LUZES ESTACIONAMENTO	PEÇA ORIGINAL	DNI	6 UN	R$ 270,00	R$ R$ 1.620,00
27	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	FRASLE	5 UN	R$ 625,00	R$ R$ 3.125,00
28	KIT AMORTECEDOR E BATEDOR DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.250,00	R$ R$ 7.500,00
29	KIT AMORTECEDOR E BATEDOR TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	COFAP	6 UN	R$ 1.250,00	R$ R$ 7.500,00
30	KIT PISTÃO	PEÇA ORIGINAL	MAHLE	5 UN	R$ 2.763,00	R$ R$ 13.815,00
31	CABO DE VELA	PEÇA ORIGINAL	NGK	5 UN	R$ 270,00	R$ R$ 1.350,00
32	VELA DE IGNIÇÃO	PEÇA ORIGINAL	NGK	10 UN	R$ 343,00	R$ R$ 3.430,00
33	BICO INJETOR	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	10 UN	R$ 1.900,00	R$ R$ 19.000,00
34	PARABRISA	PEÇA ORIGINAL	BLINDEX	4 UN	R$ 1.174,00	R$ R$ 4.696,00
35	KIT DE EMBEAGEMC	PEÇA ORIGINAL	SACHS	5 UN	R$ 2.863,00	R$ R$ 14.315,00
36	RADIADOR	PEÇA ORIGINAL	VISCONDE	4 UN	R$ 1.480,00	R$ R$ 5.920,00
37	PIVÔ	PEÇA ORIGINAL	NAKATA	5 UN	R$ 177,00	R$ R$ 885,00
38	RETROVISOR	PEÇA ORIGINAL	RETROVEX	6 UN	R$ 355,00	R$ R$ 2.130,00
39	MOTOR DO VENTILADOR DO AR CONDICIONADO	PEÇA ORIGINAL	GAUSS	4 UN	R$ 480,00	R$ R$ 1.920,00
40	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRO	PEÇA ORIGINAL	SKF	6 UN	R$ 384,00	R$ R$ 2.304,00
41	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRO	PEÇA ORIGINAL	SKF	6 UN	R$ 384,00	R$ R$ 2.304,00
42	VENTILADOR	PEÇA ORIGINAL	BOSCH	4 UN	R$ 550,00	R$ R$ 2.200,00
43	TERMINAL DE DIREÇÃO	PEÇA ORIGINAL	VIEMAR	6 UN	R$ 472,00	R$ R$ 2.832,00
	TOTAL DO LOTE					**R$ 156.737,50**
	VALOR TOTAL					**R$ 1.641.838,50**

Razão Social: J. A. DE MORAIS FILHO AUTO CENTER LTDA
CNPJ: 28.810.082/0001-59
Endereço: Av. Constantino Castro, s/nº, Bairro: Pampulha, Caxias/MA, CEP: 65.608-860
FONE/FAX: (99) 98423-6472
Representante legal: José Aldomiro de Morais Filho
CPF: 007.352.443-32
Valor global: R$ 3.141.671,74 (três milhões, cento e quarenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)

J. A. DE MORAIS FILHO AUTO CENTER LTDA CNPJ nº 28.810.082/0001-59						
Item	**Produto**	**Modelo**	**Marca/ Fabricante**	**QNT**	**Melhor Lance**	**Valor Total**
	LOTE 6 - SAÚDE - TOYOTA HILUX CS 4X4 2.5 (AMBULÂNCIA)					
1	ABRAÇADEIRA FEIXO MOLA TRASEIRO	FAMA	FAMA	10 UN	R$ 185,67	R$ 1.856,70
2	AMORTECEDOR DIANTEIRO	COFAP	COFAP	6 UN	R$ 508,56	R$ 3.051,36
3	AMORTECEDOR TRASEIRO	COFAP	COFAP	6 UN	R$ 437,26	R$ 2.623,56

4	BARRA DE DIREIÃO	TRW	TRW	4 UN	R$ 1.068,26	R$ 4.273,04
5	BARRA ESTABILIZADORA	AXIOS	AXIOS	4 UN	R$ 1.923,94	R$ 7.695,76
6	BATEDOR DA MESA INFERIOR	RIFFEL	RIFFEL	4 UN	R$ 1.064,22	R$ 4.256,88
7	BATEDOR DA MESA SUPERIOR	RIFFEL	RIFFEL	4 UN	R$ 1.147,64	R$ 4.590,56
8	BATENTE SUSPENSÃO DIANTEIRA	NAKATA	NAKATA	10 UN	R$ 531,43	R$ 5.314,30
9	BIELA DO MOTOR	FAMA	FAMA	4 UN	R$ 1.266,03	R$ 5.064,12
10	BOIA DO TANQUE	MAGNETRON	MAGNETRON	3 UN	R$ 636,38	R$ 1.909,14
11	BOMBA D'ÁGUA	SCHADEK	SCHADEK	3 UN	R$ 710,37	R$ 2.131,11
12	BOMBA INJETORA	BOSCH	BOSCH	3 UN	R$ 8.045,56	R$ 24.136,68
13	BRAÇO DA BARRA ESTABILIZADORA	TRW	TRW	4 UN	R$ 768,23	R$ 3.072,92
14	BRAÇO DO LIMPADOR PARABRISA	TRW	TRW	4 UN	R$ 476,28	R$ 1.905,12
15	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA	SUPORTE REI	SUPORTE REI	10 UN	R$ 169,52	R$ 1.695,20
16	BUCHAS DA MESA INFERIOR	SUPORTE REI	SUPORTE REI	6 UN	R$ 329,62	R$ 1.977,72
17	BUCHAS DO AMORTECEDOR	SUPORTE REI	SUPORTE REI	10 UN	R$ 295,99	R$ 2.959,90
18	BUCHAS DO JUMELO TRASEIRO	SUPORTE REI	SUPORTE REI	18 UN	R$ 47,09	R$ 847,62
19	BUCHAS FEIXO MOLA TRASEIRA	SUPORTE REI	SUPORTE REI	14 UN	R$ 154,72	R$ 2.166,08
20	BUZINA	VETOR	VETOR	4 UN	R$ 209,89	R$ 839,56
21	CABO DE FREIO DE MÃO	CABOVEL	CABOVEL	4 UN	R$ 329,62	R$ 1.318,48
22	CAIXA DE DIREIÃO HIDRAULICA	TRW	TRW	3 UN	R$ 9.390,97	R$ 28.172,91
23	CALIO DA MOLA TRASEIRA	ALIPERTI	ALIPERTI	14 UN	R$ 177,60	R$ 2.486,40
24	CANOS DE FREIO TRASEIRO	TRW	TRW	4 UN	R$ 192,39	R$ 769,56
25	CÁRTER DO MOTOR	RENOTECH	RENOTECH	3 UN	R$ 2.045,02	R$ 6.135,06
26	CHAVE DE SETA	MARILIA	MARILIA	4 UN	R$ 2.193,02	R$ 8.772,08
27	CILINDRO DE FREIO TRASEIRO	TRW	TRW	4 UN	R$ 258,32	R$ 1.033,28
28	COLUNA DE DIREÇÃO	STAHL	STAHL	3 UN	R$ 1.782,67	R$ 5.348,01
29	CORREIA DENTADA	CONTINENTAL	CONTINENTAL	6 UN	R$ 231,41	R$ 1.388,46
30	COXIM MOTOR	SAMPEL	SAMPEL	6 UN	R$ 181,63	R$ 1.089,78
31	CUBO RODA DIANTEIRO LD	FREMAX	FREMAX	4 UN	R$ 725,18	R$ 2.900,72
32	CUBO RODA DIANTEIRO LE	FREMAX	FREMAX	4 UN	R$ 725,18	R$ 2.900,72
33	DISCO DE EMBREAGEM	LUK	LUK	3 UN	R$ 863,75	R$ 2.591,25
34	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	FREMAX	FREMAX	6 UN	R$ 499,14	R$ 2.994,84
35	ELEMENTO FILTRO COMBUSTIVEL	TECFIL	TECFIL	5 UN	R$ 154,72	R$ 773,60
36	ELEMENTO FILTRO DE AR	TECFIL	TECFIL	5 UN	R$ 134,54	R$ 672,70
37	FAROL DIANTEIRO	BRIWAX	BRIWAX	4 UN	R$ 1.056,15	R$ 4.224,60
38	FILTRO DE COMBUSTIVEL	TECFIL	TECFIL	5 UN	R$ 129,16	R$ 645,80
39	FILTRO DE OLEO	TECFIL	TECFIL	5 UN	R$ 531,43	R$ 2.657,15
40	FIO P/ INSTALAÇÃO	SIL	SIL	17 UN	R$ 10,76	R$ 182,92

41	FITA ISOLANTE C/ COLA	SIL	SIL	6 UN	R$ 13,46	R$ 80,76
42	HELICE DA VENTOINHA	MODEFER	MODEFER	4 UN	R$ 520,67	R$ 2.082,68
43	IMPULSOR MOTOR PARTIDA	ZEN	ZEN	4 UN	R$ 398,24	R$ 1.592,96
44	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	ZEN	ZEN	4 UN	R$ 526,05	R$ 2.104,20
45	JG DE PASTILHAS FREIO DIANTEIRO	SYL	SYL	5 UN	R$ 356,53	R$ 1.782,65
46	JG DE SAPATA DE FREIO	SYL	SYL	5 UN	R$ 491,08	R$ 2.455,40
47	JG DE VELA AQUECIMENTO	NGK	NGK	4 UN	R$ 715,76	R$ 2.863,04
48	JUMELOS TRASEIROS	RIVERTEC	RIVERTEC	4 UN	R$ 337,70	R$ 1.350,80
49	LAMPADA DE 1 POLO	PHILIPS	PHILIPS	10 UN	R$ 10,76	R$ 107,60
50	LAMPADA DE 2 POLOS	PHILIPS	PHILIPS	8 UN	R$ 10,76	R$ 86,08
51	LAMPADA H1	PHILIPS	PHILIPS	10 UN	R$ 60,54	R$ 605,40
52	LANTERNA AUX. PISCA	ABSOLUTE	ABSOLUTE	6 UN	R$ 476,28	R$ 2.857,68
53	LANTERNA DA PLACA	ABSOLUTE	ABSOLUTE	4 UN	R$ 500,50	R$ 2.002,00
54	LANTERNA TRASEIRA	ABSOLUTE	ABSOLUTE	5 UN	R$ 858,37	R$ 4.291,85
55	MAÇANETA INT. DA PORTA DT	SPARE PARTS	SPARE PARTS	5 UN	R$ 356,53	R$ 1.782,65
56	MAIANETA INT. DA PORTA TR	SPARE PARTS	SPARE PARTS	5 UN	R$ 356,53	R$ 1.782,65
57	MESA INFERIOR DIANTEIRA	AXIOS	AXIOS	4 UN	R$ 1.062,88	R$ 4.251,52
58	MESA SUPERIOR DIANTEIRA	AXIOS	AXIOS	4 UN	R$ 847,61	R$ 3.390,44
59	MOLA 2º VIRADA TRASEIRA	MARCHETTI	MARCHETTI	6 UN	R$ 438,61	R$ 2.631,66
60	MOLA 3º VIRADA TRASEIRA	MARCHETTI	MARCHETTI	5 UN	R$ 417,08	R$ 2.085,40
61	MOLA 4º TRASEIRA	MARCHETTI	MARCHETTI	5 UN	R$ 396,90	R$ 1.984,50
62	MOLA ASPIRAL DIANTEIRA	MARCHETTI	MARCHETTI	6 UN	R$ 1.019,82	R$ 6.118,92
63	MOLA MESTRE TRASEIRA	MARCHETTI	MARCHETTI	8 UN	R$ 511,26	R$ 4.090,08
64	MOTOR DO LIMPADOR PARABRISA	GAUSS	GAUSS	3 UN	R$ 995,60	R$ 2.986,80
65	MOTOR DO VIDRO PORTA	BOSCH	BOSCH	4 UN	R$ 877,21	R$ 3.508,84
66	PALHETA DO LIMPADOR	BOSCH	BOSCH	6 UN	R$ 195,09	R$ 1.170,54
67	PARABRISA DIANTEIRO	AUTO GLASS	AUTO GLASS	4 UN	R$ 1.749,04	R$ 6.996,16
68	PARAFUSO CUBO DIANTEIRO	JAHLI	JAHLI	12 UN	R$ 100,91	R$ 1.210,92
69	PINO DE CENTRO TRASEIRO	TRW	TRW	10 UN	R$ 60,54	R$ 605,40
70	PIVO DE DIREÇÃO LD	VIEMAR	VIEMAR	6 UN	R$ 356,53	R$ 2.139,18
71	PIVO DE DIREIÃO LE	VIEMAR	VIEMAR	6 UN	R$ 356,53	R$ 2.139,18
72	PLATÔ DE EMBREAGEM	LUK	LUK	3 UN	R$ 3.296,26	R$ 9.888,78
73	POLIA DO ALTERNADOR	VETOR	VETOR	4 UN	R$ 713,07	R$ 2.852,28
74	RADIADOR	VALEO	VALEO	3 UN	R$ 5.187,90	R$ 15.563,70
75	RETROVISOR EXTERNO	AUTO GLASS	AUTO GLASS	4 UN	R$ 874,51	R$ 3.498,04
76	ROLAMENTO DE EMBREAGEM	LUK	LUK	4 UN	R$ 524,71	R$ 2.098,84
77	ROLAMENTO RODA DIANTEIRO EXT.	TIMKEN	TIMKEN	6 UN	R$ 663,28	R$ 3.979,68

78	SEMI-EIXO COMPLETO LE/LD	IMA	IMA	4 UN	R$ 3.005,65	R$ 12.022,60
79	SUPORTE AMORTECEDOR DIANTEIRO LD	SAMPEL	SAMPEL	4 UN	R$ 1.132,84	R$ 4.531,36
80	SUPORTE AMORTECEDOR DIANTEIRO LE	SAMPEL	SAMPEL	4 UN	R$ 1.132,84	R$ 4.531,36
81	TAMBÔ DE FREIO TRASEIRO	FREMAX	FREMAX	6 UN	R$ 645,80	R$ 3.874,80
82	TUBO VARETA DE OLEO	MOPAR	MOPAR	3 UN	R$ 457,44	R$ 1.372,32
83	VARETA DE ÓLEO	UNIVEL	UNIVEL	3 UN	R$ 195,09	R$ 585,27
84	VOLANTE DO MOTOR	LUK	LUK	4 UN	R$ 6.235,99	R$ 24.943,96
	TOTAL DO LOTE					**R$ 322.306,58**
	LOTE 5 - EDUCAÇÃO - ONIBUS WOLKSBUS/12.190					
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO - FIAT STRADA	COFAP	COFAP	8 UN	R$ 911,40	R$ 7.291,20
2	AMORTECEDOR TRASEIRO - FIAT STRADA	COFAP	COFAP	8 UN	R$ 774,20	R$ 6.193,60
3	ARTICULADOR DE DIREÇÃO - FIAT STRADA	TRW	TRW	6 UN	R$ 421,40	R$ 2.528,40
4	BIELETA - FIAT STRADA	NAKAT	NAKAT	5 UN	R$ 127,40	R$ 637,00
5	BOMBA DE COMBUSTÍVEL - FIAT STRADA	BOSCH	BOSCH	5 UN	R$ 833,00	R$ 4.165,00
6	BUCHA DA BALANÇA - FIAT STRADA	AXIOS	AXIOS	8 UN	R$ 444,35	R$ 3.554,80
7	BUCHA DO ESTABILIZADOR - FIAT STRADA	AXIOS	AXIOS	6 UN	R$ 117,60	R$ 705,60
8	BUCHA DO FREIO DE MOLA TRASEIRO - FIAT STRADA	AXIOS	AXIOS	6 UN	R$ 107,80	R$ 646,80
9	RADIADOR - FIAT STRADA	VALEO	VALEO	4 UN	R$ 931,00	R$ 3.724,00
10	CABO DE FREIO DE MÃO - FIAT STRADA	CABOVEL	CABOVEL	5 UN	R$ 450,80	R$ 2.254,00
11	CABO DE MARCHA - FIAT STRADA	CABOVEL	CABOVEL	5 UN	R$ 465,50	R$ 2.327,50
12	CAIXA DE MARCHA 2L - FIAT STRADA	NAKATA	NAKATA	5 UN	R$ 5.325,32	R$ 26.626,60
13	CARTER - FIAT STRADA	RENOTECH	RENOTECH	4 UN	R$ 352,80	R$ 1.411,20
14	CILINDRO MESTRE DE FREIO STRADA	CONTROIL	CONTROIL	5 UN	R$ 539,00	R$ 2.695,00
15	CORREIA DENTADA - FIAT STRADA	CONTINENTAL	CONTINENTAL	5 UN	R$ 166,60	R$ 833,00
16	CORREIA DO ALTERNADOR - FIAT STRADA	CONTINENTAL	CONTINENTAL	5 UN	R$ 156,80	R$ 784,00
17	CORREIA HIDRÁULICA - FIAT STRADA	CONTINENTAL	CONTINENTAL	6 UN	R$ 171,50	R$ 1.029,00
18	COXIM DO CÂMBIO - FIAT STRADA	SAMPEL	SAMPEL	6 UN	R$ 396,90	R$ 2.381,40
19	COXIM DO MOTOR - FIAT STRADA	SAMPEL	SAMPEL	6 UN	R$ 499,80	R$ 2.998,80
20	DISCO DE FREIO DIANTEIRO - FIAT STRADA	FREMAX	FREMAX	5 UN	R$ 450,80	R$ 2.254,00
21	FAROL - FIAT STRADA	BRIWAX	BRIWAX	6 UN	R$ 1.225,00	R$ 7.350,00
22	FILTRO DE COMBUSTÍVEL - FIAT STRADA	TECFIL	TECFIL	6 UN	R$ 117,60	R$ 705,60
23	JOGO DE CASQUILHO - FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	5 UN	R$ 666,40	R$ 3.332,00
24	JOGO DE JUNTA - FIAT STRADA	SABO	SABO	5 UN	R$ 560,56	R$ 2.802,80
25	JOGO DE LONA TARSEIRO - FIAT STRADA	FRASLE	FRASLE	5 UN	R$ 352,80	R$ 1.764,00
26	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRO - FIAT STRADA	FRASLE	FRASLE	8 UN	R$ 392,39	R$ 3.139,12
27	KIT BATEDOR - FIAT STRADA	AXIOS	AXIOS	8 UN	R$ 279,30	R$ 2.234,40

28	KIT DE EMBREÁGEM - FIAT STRADA	LUK	LUK	4 UN	R$ 1.519,00	R$ 6.076,00
29	KIT PISTÃO - FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	4 UN	R$ 1.911,00	R$ 7.644,00
30	LÂMPADA DO FAROL (H4) - FIAT STRADA	PHILIPS	PHILIPS	7 UN	R$ 117,60	R$ 823,20
31	LANTERNA TARSEIRO - FIAT STRADA	ABSOLUTE	ABSOLUTE	6 UN	R$ 833,00	R$ 4.998,00
32	CABO DE VELA - FIAT STRADA	NGK	NGK	4 UN	R$ 303,80	R$ 1.215,20
33	VELA DE IGNIÇÃO - FIAT STRADA	NGK	NGK	10 UN	R$ 220,50	R$ 2.205,00
34	MOLA TRASEIRO - FIAT STRADA	MARCHETTI	MARCHETTI	4 UN	R$ 1.401,40	R$ 5.605,60
35	PARABRISA - FIAT STRADA	AUTO GLASS	AUTO GLASS	4 UN	R$ 735,00	R$ 2.940,00
36	BICO INJETOR - FIAT STRADA	MAGNETI MARELLI	MAGNETI MARELLI	10 UN	R$ 431,20	R$ 4.312,00
37	PIVÔ - FIAT STRADA	VIEMAR	VIEMAR	5 UN	R$ 215,60	R$ 1.078,00
38	VENTILADOR - FIAT STRADA	VALEO	VALEO	4 UN	R$ 735,00	R$ 2.940,00
39	ROLAMENTO DO TENSOR DO CÂBIO DIANTERIO - FIAT STRADA	SKF	SKF	5 UN	R$ 235,20	R$ 1.176,00
40	ROLAMENTO TRASEIRO - FIAT STRADA	NAKATA	NAKATA	5 UN	R$ 548,80	R$ 2.744,00
41	PISTÃO FIAT STRADA	MAHLE	MAHLE	5 UN	R$ 1.237,44	R$ 6.187,20
42	TAMBOR DE FREIO - FIAT STRADA	FREMAX	FREMAX	5 UN	R$ 539,00	R$ 2.695,00
	TOTAL DO LOTE					**R$ 149.008,02**
	LOTE 9 - SAÚDE - FORD TRANSIT (AMBULÂNCIA)					
1	AMORTECEDOR DIANTEIRO	AXIOS	AXIOS	5 UN	R$ 1.127,00	R$ 5.635,00
2	AMORTECEDOR TRASEIRO	COFAP	COFAP	5 UN	R$ 1.127,00	R$ 5.635,00
3	ARTICULADOR DE DIREÇÃO	GAUSS	GAUSS	5 UN	R$ 411,60	R$ 2.058,00
4	BANDEJA INFERIOR	SKF	SKF	5 UN	R$ 911,40	R$ 4.557,00
5	BANDEJA SUPERIOR	MAHLE	MAHLE	5 UN	R$ 568,40	R$ 2.842,00
6	BIELETA - SPRINTER	MAHLE	MAHLE	6 UN	R$ 245,00	R$ 1.470,00
7	BOMBA DE COMBUSTÍVEL	AXIOS	AXIOS	5 UN	R$ 656,60	R$ 3.283,00
8	BOMBA DAGUA	AXIOS	AXIOS	5 UN	R$ 548,80	R$ 2.744,00
9	BRONZE MANCAL	AXIOS	AXIOS	5 UN	R$ 813,40	R$ 4.067,00
10	BRONZE BIELA	RENOTECH	RENOTECH	5 UN	R$ 646,80	R$ 3.234,00
11	BUCHA DA BALANÇA DA BANDEJA INFERIOR	SAMPEL	SAMPEL	6 UN	R$ 147,00	R$ 882,00
12	BUCHA DA BALANÇA DA BANDEJA SUPERIOR	SAMPEL	SAMPEL	6 UN	R$ 147,00	R$ 882,00
13	BUCHA DO ESTABILIZADOR	FREMAX	FREMAX	7 UN	R$ 127,40	R$ 891,80
14	CARTER	FREMAX	FREMAX	4 UN	R$ 3.479,00	R$ 13.916,00
15	COXIM DO CÂMBIO	BRIWAX	BRIWAX	5 UN	R$ 352,80	R$ 1.764,00
16	COXIM DO MOTOR	CONTINENTAL	CONTINENTAL	5 UN	R$ 553,70	R$ 2.768,50
17	DISCO DE FREIO DIANTEIRO	CONTINENTAL	CONTINENTAL	6 UN	R$ 637,00	R$ 3.822,00
18	DISCO DE FREIO TRASEIRO	CONTINENTAL	CONTINENTAL	6 UN	R$ 637,00	R$ 3.822,00
19	FAROL	MAHLE	MAHLE	6 UN	R$ 1.102,50	R$ 6.615,00

20	FILTRO DE AR	SABO	SABO	6 UN	R$ 262,64	R$ 1.575,84
21	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	LONA FLEX	LONA FLEX	6 UN	R$ 524,30	R$ 3.145,80
22	FILTRO LUBRRIFICANTE	PHILIPS	PHILIPS	6 UN	R$ 68,60	R$ 411,60
23	JOGO DE CASQUILHO	COBREQ	COBREQ	5 UN	R$ 509,60	R$ 2.548,00
24	JOGO DE JUNTA	AXIOS	AXIOS	5 UN	R$ 960,40	R$ 4.802,00
25	JOGO DE LONA TARSEIRO	AXIOS	AXIOS	6 UN	R$ 176,40	R$ 1.058,40
26	JOGO DE LUZES ESTACIONAMENTO	MAHLE	MAHLE	6 UN	R$ 196,00	R$ 1.176,00
27	JOGO DE PASTILHA DIANTEIRO	NGK	NGK	5 UN	R$ 352,80	R$ 1.764,00
28	KIT AMORTECEDOR E BATEDOR DIANTEIRO	NGK	NGK	6 UN	R$ 676,20	R$ 4.057,20
29	KIT AMORTECEDOR E BATEDOR TRASEIRO	BOSCH	BOSCH	6 UN	R$ 676,20	R$ 4.057,20
30	KIT PISTÃO	AUTO GLASS	AUTO GLASS	5 UN	R$ 2.940,00	R$ 14.700,00
31	CABO DE VELA	LUK	LUK	5 UN	R$ 470,40	R$ 2.352,00
32	VELA DE IGNIÇÃO	VALEO	VALEO	10 UN	R$ 279,30	R$ 2.793,00
33	BICO INJETOR	NAKATA	NAKATA	10 UN	R$ 2.352,00	R$ 23.520,00
34	PARABRISA	AUTO GLASS	AUTO GLASS	4 UN	R$ 1.715,00	R$ 6.860,00
35	KIT DE EMBEAGEMC	BOSCH	BOSCH	5 UN	R$ 1.244,60	R$ 6.223,00
36	RADIADOR	SKF	SKF	4 UN	R$ 1.274,00	R$ 5.096,00
37	PIVÔ	SKF	SKF	5 UN	R$ 254,80	R$ 1.274,00
38	RETROVISOR	GAUSS	GAUSS	6 UN	R$ 686,00	R$ 4.116,00
39	MOTOR DO VENTILADOR DO AR CONDICIONADO	VIEMAR	VIEMAR	4 UN	R$ 1.470,00	R$ 5.880,00
40	ROLAMENTO DA RODA DIANTEIRO	SKF	SKF	6 UN	R$ 254,80	R$ 1.528,80
41	ROLAMENTO DA RODA TRASEIRO	SKF	SKF	6 UN	R$ 254,80	R$ 1.528,80
42	VENTILADOR	GAUSS	GAUSS	4 UN	R$ 931,00	R$ 3.724,00
43	TERMINAL DE DIREÇÃO	VIEMAR	VIEMAR	6 UN	R$ 186,20	R$ 1.117,20
	TOTAL DO LOTE					**R$ 176.197,14**
	LOTE 10 - SERVIÇOS					
1	SERVIÇOS DE MECANICOS	Serviço	serviço	6.800 h	R$ 170,00	R$ 1.156.000,00
2	SERVIÇOS ELÉTRICOS	Serviço	serviço	1.540 h	R$ 250,00	R$ 385.000,00
3	SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA	Serviço	serviço	972 h	R$ 380,00	R$ 369.360,00
4	SERVIÇOS DE AR CONDICIONADO	Serviço	serviço	510 h	R$ 350,00	R$ 178.500,00
5	ALINHAMENTO	Serviço	serviço	1.158 h	R$ 200,00	R$ 231.600,00
6	BALANCEAMENTO	Serviço	serviço	1.158 h	R$ 150,00	R$ 173.700,00
	TOTAL DO LOTE					R$ 2.494.160,00
	VALOR TOTAL					**R$ 3.141.671,74**

Valor Global: R$ 4.783.510,24

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
    1. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Educação.
2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
        1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
        2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
        3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
    2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
        1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
    3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
    4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
    5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

1. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
    1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
        1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
        2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
    2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
        1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
    3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
        1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
        2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
            1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
            2. Mantiverem sua proposta original.
        3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
    5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
    6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
    7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
        1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
        2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
    8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência

da ata de registro de preços.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
    1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
    1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
    2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
        1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
        2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
        3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
            2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
3. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
        1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
        2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
        3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
        4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
    2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
        1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
        2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
        3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
        4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
        5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
        6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
2. O remanejamento somente poderá ser feito:
    1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
    2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

5. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
    1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
        1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
        2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
        3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
        4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
            1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
    2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
    3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
    4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
        1. Por razão de interesse público;
        2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
        3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

6. DAS PENALIDADES
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
        1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
    2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
    3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS
    1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
    2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Jatobá (MA), 06 de maio de 2025.

R. A. MOURA AUTOMOTIVO SERV CAR LTDA		J. A. DE MORAIS FILHO AUTO CENTER LTDA
Rogério Alves Moura		**José Aldomiro de Morais Filho**
Representante Legal		Representante Legal
CPF: 812.851.163-72 DETENTOR DO REGISTRO		CPF: 007.352.443-32 DETENTOR DO REGISTRO

Prefeitura de Jatobá/MA
Francisca Consuelo Lima da Silva
Secretaria Municipal de Educação
ÓRGÃO GERENCIADOR

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: fdb023dec9f6dd3a7f019a3f8dbe655b

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2024

A Prefeitura Municipal de Jatobá - MA, através da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Infraestrutura, torna público para conhecimento dos interessados a ***homologação*** **do Pregão Eletrônico nº 007/2025**.

Objeto**:** Procedimento administrativo voltado à formalização de ata para possível e posterior contratação de entidade especializada no fornecimento de peças e serviços de manutenção da frota de veículos do município de Jatobá/MA;

Processo Administrativo n0 035/2025;

Órgão(s) interessado(s): Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde.

Amparo Legal: LEI Nº 14.133/2021;

Adjudicatários**:**

Razão Social: R A MOURA AUTOMOTIVO SERV CAR LIMITADA
CNPJ: 39.933.212/0001-67
Endereço: Av. Prefeito Wall Ferraz, nº 4670, Bairro Triunfo, Teresina/PI, CEP: 64.022-005
FONE/FAX: (86) 98130-1919
Representante legal: Rogério Alves Moura
CPF: 812.851.163-72
Valor global: R$ 1.641.838,50 (um milhão, seiscentos e quarenta e um reais, oitocentos e trinta oito reais e cinquenta centavos)

Razão Social: J A DE MORAIS FILHO AUTO CENTER LTDA
CNPJ: 28.810.082/0001-59
Endereço: Av. Constantino Castro, s/nº, Bairro: Pampulha, Caxias/MA, CEP: 65.608-860
FONE/FAX: (99) 98423-6472
Representante legal: José Aldomiro de Morais Filho
CPF: 007.352.443-32
Valor global: R$ 3.141.671,74 (três milhões, cento e quarenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e quatro centavos)

Jatobá – MA, em 06 de maio de 2025.

FRANCISCA CONSUÊLO LIMA DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: 08d30ffe04b406f0606a63e020f97198

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2024

A Prefeitura Municipal de Jatobá - MA, através da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Infraestrutura, torna público para conhecimento dos interessados a ***homologação*** **do Pregão Eletrônico nº 008/2025**.

Objeto**:** Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de disponibilização temporária de automóveis (mensal), destinados exclusivamente as Secretarias do município de Jatobá-MA;

Processo Administrativo n0 019/2025;

Órgão(s) interessado(s): Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Tesouraria Planejamento;

Amparo Legal: LEI Nº 14.133/2021;

Adjudicatários**:**

Razão Social: GRA SERVICOS LTDA
CNPJ: 10.540.733/0001-72
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 0145, Bairro: Centro, Mirador - MA
FONE/FAX: (99) 8538-9415
Representante legal: Antônia Deltiane Santos
CPF: 604.968.973-30 RG nº 0384998920094, SESP/MA
Valor global: R$ 2.584.800,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais)

Jatobá – MA, em 02 de maio de 2025.

BRENDA RAMIRIA SILVA DE MELO DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TESOURARIA

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: 08e508d3a60e3bd9c3cf9c60844abdf7

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - Nº 002/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 055/2025

ORGÃO REALIZADOR: Município de Jatobá, por intermédio da Comissão de Contratação.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021, decreto municipal nº 002/2025 e decreto municipal 006/2025.
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação dos serviços de recuperação de estradas vicinais no município de Jatobá-MA.
JULGAMENTO: Menor Preço.
ORGÃO SOLICITANTE: SECRETÁRIA MUNCIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TESOURARIA.
LOCAL/SITE: www.portalcompraspublicas.com.br
DATA: 28/05/2025.
HORÁRIO: 14h:01min
EDITAL: O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Esperança, 2025 – Centro – Jatobá-MA, no horário de 08:00 às 12:00 hs, na sala da

comissão permanente de licitação**.**

Jatobá/MA, 12 de maio de 2025.

BRENDA RAMIRIA SILVA DE MELO DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E TESOURARIA

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: 6daf0b8b30648362f0df7da9c5e8ef4a

EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATOBÁ por intermédio do(a) Secretaria de Assistência Social, com sede no(a) Av. Dr. José Anselmo, s/nº, Centro, na cidade de Jatobá/MA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.363.967/0001-30. Contratada J P L SANTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 32.353.158/0001-31. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021 Art. 75 Dispensa de Licitação Nº 005/2025. Objeto - Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, a serem distribuídas à população carente do município de Jatobá/MA. Data da Assinatura: 12/05/2025. Prazo de Vigência e Execução: O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 12/05/2026. Fonte Pagadora: Recursos Próprios. Valor Global de R$ 60.038,00 (sessenta mil e trinta e oito reais). Pela Contratante: Brenda Ramiria Silva de Melo dos Santos e pela Contratado: Johnathan Pablo Lopes Santos.

Jatobá – MA, 12 de maio de 2025.
Publique-Se

Angélica Gabriellen Costa Gonçalves Sousa
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: a6ecb14459ee42e2de993b441bc1f112

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

Considerando os autos do processo, RATIFICO os termos e autorizo a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2025 a empresa: JPL EMPREENDIMENTOS, para a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas, a serem distribuídas à população carente do município de Jatobá/MA, no valor global de R$ 60.038,00 (sessenta mil e trinta e oito reais), tudo com espeque no Art. 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21.

Játoba (MA), 12 de maio de 2025.

Atenciosamente;

ANGÉLICA GABRIELLEN COSTA GONÇALVES SOUSA
Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano
Responsável pela demanda

Publicado por: CAIO VICTOR HAYDEN FROTA
Código identificador: e8cad1f4987e2d156238b176d952c96e

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 021/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 013/2025 - SRP

Processo Administrativo nº 090403/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
DATA: 07/05/2025
ABERTURA: 10:00 HORAS

ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 021/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 013/2025 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090403/2025. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano de 2025, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA/MA**, situada na Rua Dr. Jose Falcão, N° 150, Centro, CEP 65.755-000, Joselândia - MA, na sala da COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO, situada no Prédio da Prefeitura Municipal, foi produzida a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025**, através da Secretaria Municipal de Administração, na pessoa dos Senhores : **Eder Amador Rodrigues**, Secretário Municipal de Educação, Rodrigo da Silva Santos, Secretário Municipal de Finanças e Planejamento e as Senhoras Rosane da Silva Santos, Secretária de Saúde e Jahnnaellen Rêgo Macêdo, Secretária de Assistência Social, responsáveis pelos Registros de Preços da Secretaria Municipal de Educação, Administração e Finanças, Saúde e Assistência Social denominado: **ÓRGÃOS GERENCIADORES** da presente **ATA** de **REGISTRO de PREÇOS** e a empresa: **GLOBAL EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CPNJ sob o Nº 40.440.963/001-20,** localizada na Av. Seabra de Carvalho, Nº 99, Centro, Tuntum – MA CEP: 65763-000, através de sua representante legal o Senhor: **Emerson Henrique Lima Costa** portadora do CPF: 051.504.992-18, com base na Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, na regulamentação feita pelo Decreto Municipal nº 001/2024 e demais legislações aplicáveis, em face das propostas vencedoras apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - SRP**, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, **RESOLVE:**

Registrar os preços dos produtos propostos pelas empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir, conforme as cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇOS dos itens da empresas vencedoras, conforme dados abaixo, para a prestação

de serviços de manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – Sistema de Registro de Preços - SRP, bem como das propostas comerciais das PROMITENTES CONTRATADAS.

EMPRESA: **GLOBAL EMPREENDIMENTOS LTDA**
CNPJ: 40.440.963/001-20, INSC. ESTADUAL: 12.680289-0
END: AV. SEABRA DE CARVALHO, Nº 99, CENTRO, TUNTUM – MA CEP: 65763-000

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

CLÁUSULA SEGUNDA: São obrigações dos Licitantes REGISTRADOS, entre outras:

I. Assinar o contrato de serviços com o MUNICÍPIO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal.

II. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos condicionadores de ar, conforme a necessidade da Secretaria pertinentes ao Edital, serão executados na sede da Contratante e nos locais determinados pela Secretaria sempre onde estão localizados equipamentos, (setores), podendo serem retirados para outros locais, conforme o caso e serviços a serem executados, obedecendo os dias úteis de segunda a sexta, das 08:00 ás 18:00, conforme solicitação da Secretaria Municipal, onde os serviços recebidos serão fiscalizados e conferidos pelo setor de compras do Município, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data da ordem de serviços.

III. Providenciar a imediata substituição dos itens por falhas ou irregularidades constatadas pelo MUNICÍPIO, na forma de fornecimento dos serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.

IV. Reapresentar sempre, a medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - SRP.

V. Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

VI. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

VII. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes isentos de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

VIII. Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando o MUNICÍPIO e os Órgãos Participantes de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado

DO REGISTRO DOS PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA: O preço registrado, a quantidade, marca e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS	VAL.UNIT	QUANT	UNIDADE	TOTAL	
1	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, LIMPEZA - MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO, LIMPEZA GERAL E TROCA DE TODOS OS FILTROS. COM FORNECIMENTO DO MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA. CONDICIONADO DE AR DE 09.000 A 18.000 BTU SPLIT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	R$ 183,61	180	SERVIÇOS	R$ 33.049,80	
2	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, LIMPEZA - MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO TROCA DE GÁS. COM FORNECIMENTO DO MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA. CONDICIONADO DE AR DE 18 A 30.000 BTUS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	R$ 286,05	150	SERVIÇOS	R$ 42.907,50	

3	MANUTENÇÃO DE SISTEMAS, LIMPEZA - MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE AR CONDICIONADO TROCA DE GÁS. COM FORNECIMENTO DO MATERIAL POR CONTA DA CONTRATADA. CONDICIONADO DE AR DE 30 A 60.000 BTUS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	R$ 339,99	120	SERVIÇOS	R$ 40.798,80	
VALOR GLOBAL:						**R$ 116.756,10**	

CLÁUSULA QUINTA: A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta e autorização do Município e do fornecedor, sem prejuízo das quantidades registradas nesta Ata.

Parágrafo único: As contratações adicionais previstas nesta cláusula não poderão exceder, por órgão ou entidade interessada, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA SEXTA: São obrigações do MUNICÍPIO, entre outras:

I. Gerenciar, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA/MA, SECRETARIAS MUNICIPAIS, esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

II. Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

III. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através do setor de compras/Secretarias Municipais.

IV. Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação, inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

.

DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA: Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - SRP, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, formalização seus respectivos contratos obedecendo os itens e quantidades de cada Secretaria, podendo também conforme o caso a Autoridade competente formalizar uma único contrato com os itens e quantidade de todas as Secretarias participantes.

CLÁUSULA OITAVA: O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA NONA: A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato.

DO PAGAMENTO À CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA: O MUNICÍPIO ou os órgãos municipais pagará à CONTRATADA, pelos fornecimentos dos bens de valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento será efetuado através de deposito bancário, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido o disposto da Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 001/2024 e demais legislações aplicáveis, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA/MA, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA/MA deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido;

III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão ELETRÔNICO, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação

formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais;

III. Convocar, pela ordem de classificação do PREGÃO ELETRÔNICO, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

PARÁGRAFO SEGUNDO. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

PARÁGRAFO TERCEIRO. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou 24.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

PARÁGRAFO QUINTO. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Em caso de descumprimento das obrigações contratuais ou de preceitos legais, poderão ser aplicadas sanções à Contratada, como advertência, multa e suspensão de pagamentos, com direito a recurso. (Art.156, Lei Federal 14.133/2021)

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - SRP e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O presente registro decorre de adjudicação e Homologação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência Anexo I, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 - SRP, conforme decisão da Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSELÂNDIA/MA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro da Comarca do Município de JOSELÂNDIA/MA, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 01 (uma) vias de igual teor e forma.

JOSELÂNDIA – MA, 12 de maio de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOSELÂNDIA - MA
EDER AMADOR RODRIGUES
Secretário Municipal de educação
ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO DE JOSELÂNDIA - MA
RODRIGO DA SILVA SANTOS
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento
ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOSELÂNDIA - MA
ROSANE DA SILVA SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOSELÂNDIA - MA
JAHNNAELLEN RÊGO MACÊDO
Secretária Municipal de Assistência Social
ÓRGÃO GERENCIADOR

GLOBAL EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ Nº 40.440.963/001-20
Representante: Emerson Henrique Lima Costa
CPF: 051.504.992-18
FORNECEDOR/DETENTOR DO REGISTRO

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: f7bb33b0305da98a0681c8705811ab2e

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ESCUTA PÚBLICA,ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

ATA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA ESCUTA PÚBLICA REFERENTE Á LEI ALDIR BLANC DO MUNICIPIO DE JOSELÂNDIA-MA, QUE ESTABELECE A POLÍTICA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA POPULAR PNAB.
Aos 12/05/2025, ás 8:30 horas, na Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Joselândia- MA no endereço: No auditório da prefeitura municipal R. Dr. José Falcão, 74, reuniram-se em Assembleia Geral, gestores de cultura, pessoas físicas, trabalhadores da cultura coletivos e coletivos culturais não formalizados, convocado por Edital, para deliberarem sobre a elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos da Lei Aldir Blanc, esta instituído pela Portaria nº 200, de 11 de abril de 2025, estabelece a Política Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, a popular PNAB. Assumiu a fala o Sr.(a) Gabriela de Sousa Silva, para prestar orientações sobre a lei, e este destacou sobre o propósito da PNAB frente ao fortalecimento da cultura nacional, oferecendo apoio aos municípios por um período de quatro anos. iniciando-se em 2025. Discutir-se as diretrizes fundamentais da PNAB, e a consulta à sociedade civil para a aplicação dos recursos, incumbindo o município de promover a participação da comunidade cultural e de outros atores da sociedade civil na execução dos recursos repassados pelo Governo Federal. Informou que essa consulta deve ser realizada por meio de diversos mecanismos, como audiências públicas, consultas públicas, entre outros, visando à transparência e à imparcialidade na elaboração do Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAR}. Com o objetivo de ’subsidiar a Secretária Municipal de Cultura e Turismo com informações sobre as demandas dos setores artístico e cultural, visando à futura aplicação de recursos públicos provenientes da Lei Aldir Blanc.
Ressaltando que as escutas públicas buscam promover a participação dos agentes culturais, contribuindo para o desenvolvimento geral da cultura do município. E os dados coletados, serão tratados e analisados, o resultado servirá de base para a constituição do Plano Anual de aplicação de Recursos (PAR), que é uma ferramenta norteadora para elaboração de objetos e composição de valores para a construção dos chamamentos públicos. Após a explanação Da Secretária de Cultura e Turismo , foi liberado a fala para os fazedores de cultura, que explanaram seus anseios, preocupações e expectativas frente a nova fase da cultura com a Lei Aldir Blanc, a Sr.(a) Gabriela de Sousa Silva, falou sobre a importância das capacitação e das leis de incentivo da cultura para o Município de Joselândia- MA, ressaltou sobre as participação dos grupos coletivos de cultura popular e a participação de grupos afros nas apresentações dentro do município. Nada mais havendo a tratar, a Secretária DE Cultura e Turismo Sr.(a) Gabriela de Sousa Silva agradece á presença de todos os participantes, lavrou a ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

Joselândia-MA, 12de maio de 2025.

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: 3b6183385586cc334d2115e5e66811c0

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº AD001.001/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2025. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº AD001.001/2025. ADESÃO Nº 001/2025, ATA DE REGISTRO DE PRECOS Nº 21/2024, de 29 de outubro de 2024, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO 012/2024- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação de Joselândia/MA, CONTRATADA: L F EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 37.664.917/0001-09, localizada na AV GETULIO VARGAS, nº 145, SALA 04, BAIRRO: APEADOURO, SÃO LUÍS MA, neste ato, representada pelo seu representante legal o Senhor: Luiz Felipe Aranha Pinheiro, portador do RG N° 597085960 GEJUSPC/MA e do CPF N° 024.971.883-94. OBJETO DE ADITIVO: acréscimo de 25%, equivalente a R$ 305.054,00 (Trezentos e cinco mil e cinquenta e quatro reais). Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021. Joselândia/MA, 05 de maio de 2025. Eder Amador Rodrigues - Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: c43687a2b962ef04d32792d1a5f18ac0

LEI Nº 066/2025 DE 12/05/2025 - DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOSELÂNDIA

LEI Nº 066/2025 DE 12 DE MAIO DE 2025.
“Dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Educação de Joselândia-Ma , e dá outras providências”.

O SENHOR RAIMUNDO DA SILVA SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOSELÂNDIA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara dos Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º -O Conselho Municipal de Educação, órgão colegiado consultivo e de deliberação sobre a política educacional no Município, tem por finalidade participar do planejamento, orientar e disciplinar as atividades do ensino público, exercendo atividades normativas, deliberativas, consultivas e fiscalizadoras na esfera de sua competência.
Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de proceder à estruturação do

Sistema Municipal de Educação, com base na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação atuará sempre que necessário em parceria com o Conselho Estadual de Educação e com o Ministério Público Estadual, bem como outras instituições da Sociedade Civil, constituindo-se assim como instrumento mediador entre este órgão e o Poder Público Municipal.
Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Educação, para o cumprimento das atribuições que esta Lei lhe consigna e as que lhe forem delegadas pelos órgãos governamentais da esfera federal e estadual, no âmbito de sua competência, compete:
I. Acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação-PME, e mobilizar a comunidade para participar desse processo;
II. Zelar pelo cumprimento das diretrizes e bases da educação fixadas pela legislação federal e estadual e pelas disposições e normas que forem baixadas pelos Conselhos de Educação Nacional e Estadual;
III. Propor ou adotar modificações e medidas que visem à expansão e a melhoria da qualidade do ensino público no Município.
IV. Emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica educacional que lhes sejam submetidas pelo Executivo Municipal, pelo Secretário Municipal de Educação, bem como por autoridades constituídas, entidades e pessoas interessadas;
V. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os estabelecimentos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;
VI. Estabelecer critérios e aprovação de planos, projetos e outros mecanismos adotados para aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais destinados à Educação;
VII. Manter intercâmbio com Conselhos de Educação no âmbito nacional, estadual e de outros municípios com organização que possam contribuir para o desenvolvimento da Educação no Município de Joselândia – MA;
VIII. Elaborar e, quando necessário, reformular o seu Regimento Interno;
IX. Promover e divulgar estudos sobre ensino no Município, bem como analisar dados estatísticos referentes ao mesmo;
X. Emitir quando solicitado parecer sobre convênios, acordos e contratos que o Executivo pretenda celebrar, e que estejam afetos à Educação;
XI. Publicar anualmente relatórios de suas atividades;
XII. Fiscalizar o desempenho do Sistema Municipal de Ensino face às diretrizes e metas estabelecidas, verificando os resultados alcançados;
XIII. Deliberar sobre cursos, problemas e situações específicas que se apresentem no município, relativos à área pedagógico-educacional;
XIV. Contribuir com a programação de ações para titular, atualizar e aperfeiçoar profissionais da área da educação;
XV. Emitir parecer sobre a criação, localização e ampliação de instituições municipais de ensino para expansão da oferta pelo Poder Público;
XVI. Elaborar seu relatório de atividades;
Art. 4º - O Conselho Municipal de Educação compõe-se de 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, indicados pelo Poder Público e Sociedade Civil, seguimentos e entidades da comunidade educacional e local, assim representados:
I. 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação-SEMED;
II. 02 (dois) representante dos professores, indicados pelo Sindicato dos Profissionais da educação, em efetivo exercício na rede municipal;
III. 02 (dois) representante de pais com escolaridade que corresponda no mínimo ao ensino médio, integrante do colegiado escolar ou não, quando pertencente eleito por seus pares para este fim;
IV. 02 (dois) representantes dos gestores escolares, do quadro efetivo, atuantes na rede municipal de Ensino;
V. 02 (dois) representantes da sociedade civil (igrejas, associações e entidades não governamentais);
Art. 5º - A indicação deverá incidir sobre pessoa de reconhecida conduta ética e profissional, com perfil de colaborador e proativa na área educacional.
Art. 6º - As entidades representadas por seguimentos da comunidade Educacional ou local encaminharão ao Poder Executivo um ofício informando seus representantes, titular e suplente.
Art. 7º - O suplente substituirá o membro titular em suas faltas, impedimentos e licenças, e sucedê-lo-á em casos de afastamento, para completar o respectivo mandato, devendo, na forma prevista nesta Lei, ser indicado novo suplente para o mesmo período.
Art. 8º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de até 04 (quatro) anos, vedada a reeleição e/ou indicação por uma vez consecutiva.
§ 1º. A cada 04 (quatro) anos cessará o mandato total dos membros do Conselho Municipal de Educação de Joselândia-MA;
§ 2º. Deve ser mantida, na alternância dos mandatos, a proporção estabelecida na Lei entre representantes titulares do Poder Público e Sociedade Civil;
§ 3° - As entidades não poderão reconduzir nenhum de seus representantes, para o mandato subsequente;
§°5º. A diretoria do Conselho Municipal de Educação, será constituída de: Presidente, Vice-Presidente e Secretaria Executiva.
§ 5° - A diretoria do Conselho Municipal de Educação, será de livre escolha dos membros, para o mandato de 04 anos (quatro), empossados pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto Municipal;
§ 6° - Quando os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo for ocupado por servidores efetivos municipal, ficará a critério da Administração Pública a licença ou disposição do servidor (a) com função remunerada para o exercício do mandato de conselheiro;
§ 7° - Fica criado na estrutura do Conselho Municipal de Educação, os cargos comissionado de Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a) Executivo.
§ 8º. Perderá o mandato o membro titular que:
a. Deixar de comparecer, sem justificativa aceita pelo Plenário do Conselho, a 05 (cinco) reuniões consecutivas ou à 10 (dez) alternadas, no período de 01 (ano);
b. Tiver conduta incompatível com a dignidade da função de conselheiro, apurada na forma do Regimento do Conselho.
Art. 9º - O exercício da função de conselheiro não será remunerado, sendo considerado como serviço de relevante interesse público, social e prioritário sobre qualquer cargo público municipal de que seja titular os seus membros.
Art.10º-Os segmentos e entidades responsáveis pela indicação de conselheiros terão 30 (trinta) dias de prazo para apresentar oficialmente os nomes do titular e respectivo suplente ao Chefe do Executivo Municipal, depois de sancionada a presente Lei.
Art. 11 - O Prefeito Municipal, recebidas as indicações, procederá nomeação dos conselheiros, dentro de 15 (quinze) dias, e dará posse aos mesmos nos 15 (quinze) dias subsequentes.
Art. 12 - Caberá à Secretaria municipal de Educação assegurar as condições necessárias ao funcionamento do Conselho, incluindo a infraestrutura e os recursos humanos.
Parágrafo único – As despesas com o Conselho Municipal de Educação, de que trata o caput deste artigo, correrão à conta das dotações orçamentárias, anualmente consignadas à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 13- O Conselho Municipal de Educação poderá contar com apoio técnico e administrativo de servidor efetivo, próprio ou cedido, necessário ao desempenho de suas funções e atribuições.
Art. 14 - O Regimento do Conselho Municipal de Educação disciplinará a estrutura em plenário, câmaras e comissões, o processo de eleição do Presidente e Vice-Presidente e suas competências, a periodicidade e a forma de convocação das reuniões, o processo de discussão e votação das matérias, a decisão sobre casos omissos, as características dos atos a serem emitidas, as atribuições do pessoal técnico administrativo, e demais aspectos necessários ao pleno funcionamento do colegiado.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação, depois de constituído, terá 90 (noventa) dias para elaborar seu Regimento.
Art. 15 - O Conselho Municipal de Educação atuará em Colaboração com os Conselhos de Educação da União, do Estado e dos demais Conselhos, em articulação com os outros Conselhos Municipais existentes ou que venham a ser criados.
Art. 16 - As decisões do Conselho Municipal de Educação serão tomadas na forma de parecer e resolução, estes terão validade quando homologadas pelo Secretário Municipal de Educação, após, publicadas

em veículo de comunicação designado pelo Governo Municipal.
Art.17 - Torna sem efeito a Lei Municipal nº 032/2022 de 20 agosto de 2022, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal de Educação de Joselândia -MA.
Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE JOSELÂNDIA, 12 DE MAIO DE 2025.

RAIMUNDO DA SILVA SANTOS
Prefeito de Joselândia-MA

Publicado por: FRANCISCO HERNAMILSON DE JESUS ALVES
Código identificador: 40544b786e0ecb06c43da6bd625a416e

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO MATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018.01.2.077/2025 - SEINFRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018.1.2.077/2025 – SEINFRA. REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 002.0502/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato – CNPJ nº 01.613.315/0001-77 (Contratante) e a empresa LEAL EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.169.852/0001-78 (Contratada). MODALIDADE: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024-PMLMT, oriunda da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2025 – CPL/PMLMT. OBJETO: Contratação empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos poços artesianos no Município de Lagoa do Mato - MA. AMPARO LEGAL: L Lei nº 14.133/21 e suas alterações. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: U.O. 07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura / F.P 04.122.0384.2.077 – Manut. das Atividades Gerais da Sec. Infraestrutura / C.E. 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / F.R 1749000000 – Outras Vinculações de Transferências / Lei Orçamentária Anual 2025. DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2025. VIGÊNCIA: 10 (dez) meses. **O valor global do presente Contrato se apresenta da seguinte forma:** R$ 325.502,26 (TREZENTOS E VINTE E CINCO MIL, QUINHENTOS E DOIS REAIS VINTE E SEIS CENTAVOS). SIGNATÁRIOS: Sr. Nilton Nedes Ribeiro Guimarães CPF nº 466.796.293-15 (Prefeito), pela Contratante e o Sr. Janes Santos Viana Barros CPF nº 730.714.982-68, pela Contratada. Lagoa do Mato - MA, 11 de março de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 86e25de64b94f3c854d5ac0e3e52d5dc

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036.01.2.078/2025 - SEINFRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036.1.2.078/2025 – SEINFRA. REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 008/2025. PARTES: Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato – CNPJ nº 01.613.315/0001-77 (Contratante) e a empresa ELETROCOL LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.548.494/0001-05 (Contratada). MODALIDADE: Pregão Eletrônico N.º 001/2025 - PMLMT. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de limpeza pública no município de Lagoa do Mato - MA. AMPARO LEGAL: L Lei nº 14.133/21 e suas alterações. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: U.O. 07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura / F.P 15.452.0205.2.078 – Manut. e Func. do Setor de Limpeza Pública / C.E. 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica / F.R 1500000000 – Recursos não Vinculados de Impostos / Lei Orçamentária Anual 2025. DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2025. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. **O valor global do presente Contrato se apresenta da seguinte forma:** R$ 1.350.619,32 (HUM MILHÃO, TREZENTOS E CINQUENTA MIL, SEISCENTOS E DEZENOVE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), dividido em 12 parcelas iguais de R$ 112.551,61 (CENTO E DOZE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS). SIGNATÁRIOS: Sr. Nilton Nedes Ribeiro Guimarães CPF nº 466.796.293-15 (Prefeito), pela Contratante e o Sr. Samuel Munis Oliveira Rosa CPF nº 895.166.723-53, pela Contratada. Lagoa do Mato - MA, 12 de maio de 2025.

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: af3477b41952ddd4ded2bd13d69db6fd

PORTARIA Nº 0201/2025 – GABINETE DO PREFEITO

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO MATO – ESTADO DO MARANHÃO.

O Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IV do Art. 44, da Lei Orgânica do Município de Lagoa do Mato
CONSIDERANDO a necessidade e regulamentar a aquisição de bens e serviços de natureza comum no âmbito da administração pública municipal.
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da Lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.
CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços.
ONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos.
ONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Servidor Sr. Heráclito Luís Sousa, Engenheiro nº 6388/D-MA – CPF nº 946.349.803-63, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, para desempenhar a função de Fiscal do contrato de serviços destinados manutenção preventiva e corretiva dos poços artesianos no Município de Lagoa do Mato-MA, referente ao TERMO DO CONTRATO Nº 018.01.2.077/2025-SEINFRA, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Lagoa do Mato:
Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ainda:
I – Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de fornecimento relacionados no Art. 1º desta Portaria sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Verificar a conformidade e prestar informações a respeito dos fornecimentos e de eventuais anotações nos pagamentos devidos à contratada; e quando cabível, manter o controle das ordens de fornecimento emitidas e cumpridas;
III – Atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes ao fornecimento e encaminhá-las à autoridade superior para pagamento;
IV– Acompanhar o prazo de vigência do contrato, devendo identificar quando este estiver para findar, recomendar à autoridade superior que prorrogue, aditive ou rescinda o contrato ou ainda que realize novo processo licitatório, quando necessário;
V- Manter controle atualizado dos fornecimentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
VI - Deverá comparar os preços pagos pela Administração Pública com os praticados efetivamente no mercado local, a fim de propor alteração contratual de reajuste de preços, para que a Administração Pública não pague por bens ou serviços com preços acima dos praticados no mercado local;
VII - Comunicar formalmente à autoridade superior, após contatos

prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e sanções;
VIII – Solicitar à autoridade superior esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
IX – Encaminhar à autoridade superior, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XI – Acompanhar rigorosamente o cumprimento, pelos fornecedores, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato de terceirização se for o caso, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, com o intuito de se resguardar de eventuais condenações judiciais por responsabilização subsidiária;
XII - Relatar faltas e solicitar diligências diretamente ao representante da empresa;
XIII – O fiscal deverá possuir tempo hábil suficiente para desempenho das atribuições a ele conferidas;
XIV - Deverá elaborar relatório final acerca das ocorrências da fase de execução do contrato, após a conclusão do fornecimento, para ser utilizado como fonte de informações para as futuras contratações.
Art. 3º O fiscal de contrato nomeado deverá ter acesso ao Processo Licitatório, ao Termo de Referência, ao contrato firmado e seus aditamentos, enfim, deve ter toda documentação necessária para que tenha domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da Lei Federal n° 8.666/93 ou visando frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, 12 de maio de 2025.

Nilton Nedes Ribeiro Guimarães
Prefeito

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 976991772c9ce67332f9558ed2b0d6f6

PORTARIA Nº 0202/2025 – GABINETE DO PREFEITO

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO MATO – ESTADO DO MARANHÃO.

O Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IV do Art. 44, da Lei Orgânica do Município de Lagoa do Mato
CONSIDERANDO a necessidade e regulamentar a aquisição de bens e serviços de natureza comum no âmbito da administração pública municipal.
CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da Lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.
CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços.
ONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos.
ONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Servidor Sr. Heráclito Luís Sousa, Engenheiro nº 6388/D-MA – CPF nº 946.349.803-63, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, para desempenhar a função de Fiscal do contrato de serviços destinados realização de serviços de limpeza pública no Município de Lagoa do Mato-MA, referente ao TERMO DO CONTRATO Nº 036.01.2.078/2025-SEINFRA, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Lagoa do Mato:
Art. 2º - Ao Fiscal do Contrato, ora nomeado, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ainda:
I – Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de fornecimento relacionados no Art. 1º desta Portaria sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Verificar a conformidade e prestar informações a respeito dos fornecimentos e de eventuais anotações nos pagamentos devidos à contratada; e quando cabível, manter o controle das ordens de fornecimento emitidas e cumpridas;
III – Atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes ao fornecimento e encaminhá-las à autoridade superior para pagamento;
IV– Acompanhar o prazo de vigência do contrato, devendo identificar quando este estiver para findar, recomendar à autoridade superior que prorrogue, aditive ou rescinda o contrato ou ainda que realize novo processo licitatório, quando necessário;
V- Manter controle atualizado dos fornecimentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
VI - Deverá comparar os preços pagos pela Administração Pública com os praticados efetivamente no mercado local, a fim de propor alteração contratual de reajuste de preços, para que a Administração Pública não pague por bens ou serviços com preços acima dos praticados no mercado local;
VII - Comunicar formalmente à autoridade superior, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e sanções;
VIII – Solicitar à autoridade superior esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
IX – Encaminhar à autoridade superior, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
XI – Acompanhar rigorosamente o cumprimento, pelos fornecedores, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato de terceirização se for o caso, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, com o intuito de se resguardar de eventuais condenações judiciais por responsabilização subsidiária;
XII - Relatar faltas e solicitar diligências diretamente ao representante da empresa;
XIII – O fiscal deverá possuir tempo hábil suficiente para desempenho das atribuições a ele conferidas;
XIV - Deverá elaborar relatório final acerca das ocorrências da fase de execução do contrato, após a conclusão do fornecimento, para ser utilizado como fonte de informações para as futuras contratações.
Art. 3º O fiscal de contrato nomeado deverá ter acesso ao Processo Licitatório, ao Termo de Referência, ao contrato firmado e seus aditamentos, enfim, deve ter toda documentação necessária para que tenha domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Art. 4º Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos da Lei Federal n° 8.666/93 ou visando frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, 12 de maio de 2025.

Nilton Nedes Ribeiro Guimarães
Prefeito

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 4f9bd9100aac48b8c4c5cbcf8a7e9038

PORTARIA Nº 203/2025 - GABINETE DO PREFEITO

Dispõe sobre a nomeação de Servidor de Cargo Comissionado da Administração Direta e Indireta do Município de Lagoa do Mato – MA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Lei da Reforma Administrativa nº 146/2012,

RESOLVE

Art. 1º. Fica nomeado o senhor **ROBERTO PAULO GUIMARÃES JUNIOR**, portador da cédula de identidade nº 038114972009-8 SSP/MA e do CPF **nº 604.654.963-93**, para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico Administrativo, no âmbito da Administração Pública do Município de Lagoa do Mato – MA.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão, aos 12 de maio de 2025.

Nilton Nedes Ribeiro Guimarães
Prefeito

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 5fb58175a004c7a97b52fdb9950f94f2

PREFEITURA MUNICIPAL DE LORETO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025/PML – CONCORRÊNCIA Nº 002/2025/PML.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025/PML – CONCORRÊNCIA Nº 002/2025/PML. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Loreto/MA, CNPJ nº 06.229.538/0001-59. **CONTRATADA**: CRISTAL SERVICOS E CONSTRUTORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.185.927/0001-13, sediado(a) na R AUXILIAR 02, CONDOMINIO VIA LA TOUCHE CENTER, SALA 103, COHAJAP, São Luís/MA. **OBJETO**: Construção de uma CRECHE TIPO 1 na Zona Urbana do Município de Loreto – MA, conforme descrito neste Edital, anexos e TERMO DE COMPROMISSO Nº 960962/2024/FNDE/CAIXA: **VALOR TOTAL** R$ 5.213.460,62 (cinco milhões duzentos treze mil quatrocentos sessenta reais e sessenta dois centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 12.361.0021.1-020 - Construção, ampliação, restauração e equipamento de unidades escolares - 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações. **FONTE DE RECURSO:** 500 - Recursos não Vinculados de Impostos, 569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE - TERMO DE COMPROMISSO Nº 960962/2024/FNDE/CAIXA. **VIGENCIA**: **12/05/2025 a 12/05/2027**. **DATA DA ASSINATURA**: 12 de maio de 2025 – Germano Martins Coelho, CPF nº 846.881.653-15 - Prefeito Municipal de Loreto/MA e Lindomar Pereira de Sá - Sócio.

Publicado por: MANOEL MESSIAS BORGES OLIVEIRA
Código identificador: df7c3ee7a82a0490e5df0c84561c43b7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES

DECRETO Nº 030, DE 12 DE MAIO DE 2025.

"Declara situação de emergência no Município de Matões-MA, em virtude da estiagem prolongada (seca), conforme classificação COBRADE 1.4.1.1.0 e dá outras providências."
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATÕES/MA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO os graves impactos causados pela **estiagem prolongada (seca)** que assola a zona rural e urbana do Município, comprometendo o abastecimento de água potável, a produção agrícola, a criação de animais e o sustento das famílias;
CONSIDERANDO que a escassez hídrica tem provocado prejuízos relevantes à saúde pública, à economia local e à segurança alimentar da população;
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas excepcionais para garantir a continuidade dos serviços essenciais e a proteção da população atingida,
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada **Situação de Emergência**, pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados de 1 de fevereiro de 2025, em todo o território do Município de **Matões/MA**, em razão da **estiagem severa (seca)** – **COBRADE 1.4.1.1.0** que compromete significativamente o abastecimento de água e a subsistência da população.
Art. 2º Esta declaração tem como objetivo viabilizar a adoção de medidas urgentes de resposta e mitigação da emergência, inclusive a solicitação de apoio técnico, financeiro e operacional junto ao Governo do Estado do Maranhão e ao Governo Federal.
Art. 3º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução, dentro das suas respectivas competências.
Art. 4º Com fundamento no art. 75, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, ficam autorizadas, durante a vigência da Situação de Emergência, a realização de contratações por dispensa de licitação para aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a situação emergencial.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1 de fevereiro de 2025.
Gabinete do Prefeito de Matões/MA, 12 maio de 2025. RAIMUNDO NONATO MEDEIROS CARVALHO-PREFEITO DE MATÕES

Publicado por: PATRICIA DE OLIVEIRA MELO
Código identificador: 5fcccc1db31ad2ae2ee97d1eb471bd8f

EXTRATO DO CONTRATO 161/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES – MA

EXTRATO DO CONTRATO N° 161/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210.660.025/2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma da Creche Eunice Portela, Anexo Tia Fabiana Pereira e Escola Alcebíades Medeiros. PARTES: CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. CONTRATADO: **EMPRESA RW EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA.** Valor Global: R$ 385.875,83. DATA DA ASSINATURA: 17/03/2025. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2025. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 123/2006. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0206 – FUNDEB – FDO. MUN. ED. BAS. E VAL. PROF. DA EDUCAÇÃO. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0126.2117.0000 – Manutenção e Funcionamento das Atividades da Educação Básica – Ensino Fundamental – Séries Iniciais, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.2012.2140.0000 – Manutenção e Funcionamento das Atividades da Educação Básica – Ensino Infantil – Creche; FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.2012.3007.0000 – VAAT –

Educação Infantil Creche. NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. SIGNATÁRIO: Secretaria Municipal de Educação., por seu representante ordenador de despesas o Sr. Luciano Matias Aquino, Secretário Municipal de Educação e pela contratada, EMPRESA RW EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA CNPJ Nº 28.718.762/0001-47. Matões-Ma, 12 de maio de 2025. Publique-se. Luciano Matias Aquino - Secretário Municipal de Educação.

Publicado por: PATRICIA DE OLIVEIRA MELO
Código identificador: 0fa1a0b35f6e57ee7bf7dff0b76294b7

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Nº ARP: 08/2025. Nº P.A: 017/2024. NÚMERO DO PREGÃO: 12/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Número da Ata de Registro de Preços: 08/2025. Número do Processo Administrativo: 017/2024. Número do Pregão: 12/2025-CPL. Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Mirador. Empresa beneficiária: Tatiane P. dos Santos – CNPJ 32.420.134/0001-58. Objeto: registro de preços para contratação de serviços funerários e fornecimento de urnas funerárias para atender às necessidades do Município de Mirador/MA. Valor total: R$ 507.900,00. Data da assinatura: 12 de maio de 2025. Base legal: Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023. Prazo de vigência: 12 meses a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período. Responsáveis pela assinatura: Kesalla Crystina Cabral Carvalho (representante do órgão gerenciador) e Tatiane P. dos Santos (representante da beneficiária).

Publicado por: DEUSEVAN PEREIRA DE BRITO
Código identificador: cd976eada01bd3fec36552f6e18ba385

EXTRATO DE CONTRATO. NÚMERO DO CONTRATO: 063/2025-PMM. Nº P.A : 04/2025- NÚMERO DO PREGÃO: 11/2025-

EXTRATO DE contrato. Número do contrato: 063/2025-PMM. Número do processo administrativo: 04/2025-PMM. Número do pregão: 11/2025-CPL/PMM. Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar do Município de Mirador – CNPJ 13.549.925.0001-50. Empresa contratada: 3J Empreendimentos e Participações Ltda – CNPJ 52.725.471/0001-60. Objeto: aquisição de peixes da espécie tambaqui, in natura, limpo, sem manchas e devidamente resfriado, para atender às necessidades do Município de Mirador/MA. Valor total: R$ 67.440,00. Data da assinatura: 15 de abril de 2025. Base legal: Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Prazo de vigência: até 31 de dezembro de 2025. Responsáveis pela assinatura: Kesalla Crystina Cabral Carvalho (Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar) e Francisco Julielce Maia da Costa (representante legal da contratada).

Publicado por: DEUSEVAN PEREIRA DE BRITO
Código identificador: a97ed072c7d3e812c59e8ab76ab0c11d

EXTRATO DE CONTRATO. Nº DO CONTRATO: 059/2025. Nº P.A : 058/2024. NÚMERO DO PREGÃO: 021/2024

EXTRATO DE contrato. Número do contrato: 059/2025. Número do processo administrativo: 058/2024. Número do pregão: 021/2024. Secretaria: Secretaria Municipal de Educação – CNPJ 31.158.996/0001-91. Empresa contratada: ZE DO FEIRA AUTO POSTO LTDA – CNPJ 17.262.342/0001-82. Objeto: Aquisição de combustíveis. Valor total: R$ 463.382,28. Data de assinatura: [a data precisa não foi informada no documento]. Base legal: Lei nº 14.133/2021. Prazo de vigência: 12 meses a contar da assinatura, prorrogável por até 10 anos. Responsáveis pela assinatura: Erenilde Campos Everton Bezerra (Secretária Municipal de Educação) e Francisca Leal Magalhães Brito (representante da contratada).

EXTRATO DE contrato. Número do contrato: 060/2025. Número do processo administrativo: 058/2024. Número do pregão: 021/2024. Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde – CNPJ 12.250.370/0001-66. Empresa contratada: ZE DO FEIRA AUTO POSTO LTDA – CNPJ 17.262.342/0001-82. Objeto: Aquisição de combustíveis. Valor total: R$ 416.858,83. Data de assinatura: [a data precisa não foi informada no documento]. Base legal: Lei nº 14.133/2021. Prazo de vigência: 12 meses a contar da assinatura, prorrogável por até 10 anos. Responsáveis pela assinatura: Maciel Marcos Feitosa Ferreira (Secretário Municipal de Saúde) e Francisca Leal Magalhães Brito (representante da contratada).

EXTRATO DE contrato. Número do contrato: 061/2025. Número do processo administrativo: 058/2024. Número do pregão: 021/2024. Secretaria: Secretaria Municipal de Administração e Finanças – CNPJ 06.140.818/0001-96. Empresa contratada: ZE DO FEIRA AUTO POSTO LTDA – CNPJ 17.262.342/0001-82. Objeto: Aquisição de combustíveis. Valor total: R$ 181.344,42. Data de assinatura: [a data precisa não foi informada no documento]. Base legal: Lei nº 14.133/2021. Prazo de vigência: 12 meses a contar da assinatura, prorrogável por até 10 anos. Responsáveis pela assinatura: Josinete Rodrigues da Costa (Secretária Municipal de Administração e Finanças) e Francisca Leal Magalhães Brito (representante da contratada).

EXTRATO DE contrato. Número do contrato: 062/2025. Número do processo administrativo: 058/2024. Número do pregão: 021/2024. Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social – CNPJ 13.594.925/0001-50. Empresa contratada: ZE DO FEIRA AUTO POSTO LTDA – CNPJ 17.262.342/0001-82. Objeto: Aquisição de combustíveis. Valor total: R$ 135.995,15. Data de assinatura: [a data precisa não foi informada no documento]. Base legal: Lei nº 14.133/2021. Prazo de vigência: 12 meses a contar da assinatura, prorrogável por até 10 anos. Responsáveis pela assinatura: Kesalla Crystina Cabral Carvalho (Secretária Municipal de Assistência Social) e Francisca Leal Magalhães Brito (representante da contratada)

Publicado por: DEUSEVAN PEREIRA DE BRITO
Código identificador: 0a0c29c83a94fcb5b5f296635c862030

PREFEITURA MUNICIPAL DE NINA RODRIGUES

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues/MA, por meio das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde e Assistencia Social, vem divulgar suas intençoes de aderir, como CARONA, ao Registro de Preços, nos termos da Lei Federal 14.33/2021 e a Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023, conforme especificações: Edital Pregão Eletrônico– Sistema de Registro de Preços n°. 2103001/2025-SRP e seus anexos: Ata de Registro de Preços Nº 07/2025 e publicação em diário oficial do Municipio. Vigência da Ata 21 de março de 2025 á 21 de março de 2026. Órgão Gerenciador Prefeitura Municipal de Paraibano/MA. Empresa Beneficiária: A C SOUSA GALENO, CNPJ: 20.530.627/0001-61. Especificação do Objeto é Contratação de empresa especializada na confecção de impressos e materiais gráficos:diagrama, formatação e confecção/execução de serviços gráficos diversos, para atender as Secretarias Municipais de Nina Rodrigues/MA. Valor Total da Adesão: R$ 935.800,18 (novecento e trinta e cinco mil oitocentos reais e dezoito centavos). Destarte, HOMOLOGA o procedimento de "Carona" neste ato registra do conforme justificativas demonstradas em processo administrativo.
Nina Rodrigues-MA, 05 de maio de 2025.
Lucas Martins da Conceição
Secretário Municipal de Administração
Portaria n°01/2025
Sâmara Corrêa Sá
Secretária Municipal de Educação
Portaria n°04/2025
Débora Karine Pestana Corrêa Sá
Secretária Adjunta - Saúde
Portaria nº19/2025
Luciana de Araújo Braga
Secretária Municipal de Assistencia Social
Portaria n°013/2025

Publicado por: RODOLFO GUTTIERRE TEIXEIRA SILVA
Código identificador: 9f07a2e5b1432733bdc7b48cd4404ea0

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA COLINAS

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2025

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2025

Dispõe sobre a aprovação do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de Nova Colinas - MA, referente ao decênio 2025-2035, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Colinas - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências";

Considerando a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que "Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943";

Considerando a Resolução CONANDA nº 119, de 11 de dezembro de 2006, que "Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências";

Considerando o parecer favorável da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Nova Colinas;

Considerando a deliberação dos Conselheiros presentes, em reunião ordinária do CMDCA de Nova Colinas;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de Nova Colinas - MA, referente ao decênio 2025-2035, após apresentação pela Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do município de Nova Colinas, em reunião extraordinária e deliberação em plenária, que se deu no dia 29 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Colinas – MA, 30 de abril de 2025.

Luana Ribeiro Costa
Presidente do CMDCA

Publicado por: ELIEZER LIMA BATISTA
Código identificador: 9053f9dbd1e011c34bc824a84bddbf3b

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULINO NEVES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2025 - SEMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SAÚDE. OBJETO: Aquisição parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S Comum e Óleo Diesel S10) para abastecimento da frota dos veículos oficiais do Município de Paulino Neves/MA. VALOR TOTAL: percentual de desconto de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) sobre o preço médio semanal ao consumidor estabelecido pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, região nordeste, mais precisamente no Estado do Maranhão. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. DOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.301.0023.2046.0000 – Manutenção das Ações da Saúde p/População Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.302.0031.2073.0000 – Manut. Funcionamento de todas as Unidades de Saúde Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.301.0031.2072.0000 – FUNC.DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA – PAB Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.301.0031.2066.0000 – MANUT.DAS ATIVIDADES DO PROG. S. DA FAMILIA- - PSF Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.301.0031.2068.0000 – FUNC.ATIV.DO PROGRAMA S. BUCAL – PSB Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.304.0032.2074.0000 –

MANUT E FUNC DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.305.0032.2075.0000 – MANUT E FUNC. DO PROGRAMA VIG.EPIDEMIOLOGICA ECD Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade Orçamentária: 02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Programa Atividade: 10.306.0031.2076.0000 – MAN DO. PROGRAMA DE MEDIA COMPLEXIDADE Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo. VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2025. PARTES CONTRATANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULINO NEVES/MA e L. M. ARAUJO COMERCIO E SERVICOS, CNPJ Nº 07.955.908/0001-06. DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2025.

Publicado por: JOÃO MACEDO DA SILVA
Código identificador: 8e7fec88938cf490e61a760bcd384d54

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

PORTARIA N° 192/2025

Portaria N° 192/2025 Penalva – MA, 20 de fevereiro de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 24 de fevereiro de 2025, a 24 de maio de 2025, a Servidora **LUCENIR DE JESUS BARROS AZEVEDO, PROFESSORA,** matrícula 1924, CPF 460.518.133-49.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 20 de fevereiro de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: a48dacdfc2962b1a4c3faa0c0492d14a

PORTARIA N° 198/2025

Portaria N° 198/2025 Penalva – MA, 01 de março de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença para Mestrado.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 14°, da Lei n° 340/2010, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença para cursar Mestrado por um período de 2 anos a partir de 01 de março de 2025, a 01 de março de 2027, a Servidora **JAQUELINE DE CASSIA NASCIMENTO DA SILVA, PROFESSORA, matrícula 7043, CPF N° 844.635.033-53.**
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 01 de março de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: beec1baf63c74ce85d80d4abe4913213

PORTARIA N° 208-A/2025

Portaria N° 208-A/2025 Penalva – MA, 28 de março de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 28 de março de 2025, a 28 de junho de 2025, o Servidor LUIS SILVEIRA SIMAS, VIGIA, matrícula 2008-1 CPF 702.017.303-91.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 28 de março de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: c28047a7016f6c2385f9c69af7e2f0a6

PORTARIA N° 211/2025

Portaria N° 211/2025 Penalva – MA, 31 de março de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 31 de março de 2025, a 31 de junho de 2025, o Servidor **RAIMUNDOTADEU RIBEIRO DA SILVA, GUARDA MUNICIPAL, matrícula 7990-1, CPF 237.811.143-68.**
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 24 de março de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: fec8aec01747716c7352b97939c91f22

PORTARIA N° 212/2025

Portaria N° 212/2025 Penalva – MA, 31 de março de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 24 de março de 2025, a 24 de junho de 2025, a Servidora **LIZETANIA PEREIRA SOUSA,** AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matrícula 1898, CPF 011.469.903-83.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 31 de março de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: d1ec9eac7a72897c36ed9f6afa9cf1ae

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: 88f15374af9c40fb9661c250ad7ab685

PORTARIA N° 213/2025

Portaria N° 213/2025 Penalva – MA, 31 de março de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 24 de março de 2025, a 24 de junho de 2025, o Servidor **GILDERLON GEDEAN FERREIRA MATOS,** PROFESSOR, matrícula 1145, CPF 002.864.373-92.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 31 de março de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: 4940f052c2d6371b43bedb5c853229da

PORTARIA N° 234/2025

Portaria N° 234/2025 Penalva – MA, 11 de abril de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 14 de março de 2025, a 14 de julho de 2025, o Servidor **FRANCISCO BORGES MORAES JÚNIOR, PROFESSOR** matrícula 1031-1, CPF 878.062.743-91.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 11 de abril de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: 4f0d48bfac2ec2154dd138f9a1d682bf

PORTARIA N° 236/2025

Portaria N° 236/2025 Penalva – MA, 14 de abril de 2025.
Dispõe sobre a concessão para Licença Prêmio.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais e com fulcro no Artigo 102°, da Lei n° 005/98, Regimento Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.
RESOLVE
Art. 1º - Conceder licença prêmio a partir de 14 de abril de 2025, a 14 de julho de 2025, a Servidora **MARLEIDE SILVA RODRIGUES FRANÇA, PROFESSORA,** matrícula 2709 CPF 375.286.372-20.
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrarias.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 11 de abril de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

PORTARIA Nº 229/2025

Portaria nº 229/2025 Penalva – MA, 01 de abril de 2025.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Artigo 88 da Lei Orgânica do Município e no artigo 37 da Constituição Federal.
RESOLVE
Art. 1º - Nomear a Sr.ª **MARIA DO ROSARIO MATOS LIMA,** portadora do CPF nº 355.133.303-34, para o cargo em comissão de **COORDENADORIA GERAL DO VIVA PROCON (CCS- 04).**
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 01 de abril de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: c33ec34ced5d5b0c3e8c7acfda2f1782

PORTARIA Nº 230/2025

Portaria nº 230/2025 Penalva – MA, 01 de abril de 2025.
O Prefeito Municipal de Penalva, Estado do Maranhão, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Artigo 88 da Lei Orgânica do Município e no artigo 37 da Constituição Federal.
RESOLVE
Art. 1º - Nomear a Sr.ª **ROSIVANIA RIBEIRO SANTANA,** portadora do CPF nº 016.835.133-12, para o cargo em comissão de **COORDENADORA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (CCS- 05).**
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data.
Art. 3º - Dê-se Ciência, Publique-se. E Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Penalva – MA, em 01 de abril de 2025.
Luiz Henrique Alves Guerra
Prefeito Municipal de Penalva

Publicado por: JANE MARY FONSECA MARTINS
Código identificador: 67ec00f5b122cc05c7e85fe26497ef5a

TERMO DE APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2023
DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto modificar a CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO, do Contrato Administrativo nº 17/2023, advinda do Pregão Eletrônico nº 15/2023 e do Processo Administrativo nº 005/2023-SEMUS, tendo como objeto o contratação de pessoa jurídica para prestação continuada de serviços médicos de diagnósticos de imagem, com fornecimento de equipamentos e insumos necessários a perfeita execução dos serviços, de interesse da Secretaria Municipa! de Saúde, do Município de Penalva (MA), passando a fiscalização pela execução do objeto a ser realizada pela servidora, Silvilene Barbosa Silva, Auxiliar Administrativa, matrícula no 3402-1, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, de acordo com o Ofício nº 037/2025/SEMUS.
DA RATIFICAÇÃO
Permanecem vigentes e inalteradas as cláusulas do Contrato Administrativo nº 17/2023 não alcançadas pelo presente apostilamento,

as quais são ratificadas em todas as demais cláusulas e condições, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar.
Penalva/MA, 12 de maio de 2025.
Jeanderson Teixeira de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde
(Portaria nº 002/2025)

Publicado por: WALDENIR TORRES DA SILVA
Código identificador: 49a6eec7d931a31ece396d0e21c4fae3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025

PROCESSO ADM. Nº 003/SEMUS/2025

O **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS/MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS)**, sediada na AV PIO XII, Nº 20, CENTRO, PRESIDENTE VARGAS/MA, CNPJ Nº 06.124.739/0001-91, neste ato representada respectivamente pelo(a) Secretário(a) Autoridade Competente o(a) Sr(a). **JUNAYA BEZERRA FRAZÃO LUNA DE SOUSA**, brasileira, portadora do CPF nº **020.805.483-95**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2025**, publicada, **Processo Administrativo n.º 003/SEMUS/2025** oriundo do **Pregão Eletrônico nº 026/2025**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:
1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e afins para atender as demandas da rede municipal de saúde de Presidente Vargas/MA (LOTE 4 MEDICAMENTOS INJETÁVEIS)**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo II do edital de Licitação nº **026/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

Nome empresarial: A R L LEAL E RODRIGUES LTDA									
CNPJ nº: 33.961.610/0001-00									
Endereço: AV. FRANCISCO VITORINO DE ASSUNÇÃO, Nº 929, PARQUE PIAUÍ, CEP: 65.636-310, TIMON/MA									
(DDD) Telefone: (99) 99171-2523									
E-mail: a2distribuidora20@gmail.com/ arl.licitacao@gmail.com									
Representante legal: ALLYSON RANGEL LEITÃO LEAL									
CPF nº: 959.529.773-91									
LOTE 4 - MEDICAMENTOS INJETÁVEIS									
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**Nº REG. ANVISA**	**VALIDADE/GARANTIA DO PRODUTO**	**MARCA/FABRICANTE**	**PROCEDÊNCIA**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	ÁCIDO ASCÓRBICO 500MG AMPOLA 5ML	AMPOLA	8.800	1108500280042	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 1,56	R$ 13.728,00
2	ACETILCISTÉINA 100MG/ML	AMPOLA	9.000	1049713170016	24 MESES	UNIÃO QUÍMICA	NACIONAL	R$ 8,25	R$ 74.250,00
3	ADENOSINA 3MG/ML	AMPOLA	6.000	1134301820011	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 32,01	R$ 192.060,00
4	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 5ML	AMPOLA	4.400	1163700990011	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 12,38	R$ 54.472,00
5	ÁGUA PARA INJEÇÃO - AMPOLA COM 10ML	AMPOLA	26.400	1031100720213	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 0,68	R$ 17.952,00
6	ÁGUA PARA INJEÇÃO - COM (500 ML) SISTEMA FECHADO	UNID	1.760	100410100	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 13,59	R$ 23.918,40
7	AMICACINA 500MG AMP. 2ML	AMPOLA	704	103700297	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 9,92	R$ 6.983,68
8	AMINOFILINA 24MG/ML, 10 ML	AMPOLA	704	110850024	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 6,67	R$ 4.695,68
9	AMIODARONA 50 MG/ML 3ML INJ..	AMPOLA	440	1134301220014	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 9,27	R$ 4.078,80
10	AMPICILINA 1G	AMPOLA	5.280	1037002990185	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 10,04	R$ 53.011,20
11	AMPICILINA 500MG	AMPOLA	5.280	1037002990185	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 1,38	R$ 7.286,40
12	ATROPINA 0,25MG/ML	AMPOLA	2.000	1018600100020	24 MESES	SANTISA	NACIONAL	R$ 2,25	R$ 4.500,00
13	BICARBONATO DE SODIO 8.4 % 10ML INJ..	AMPOLA	2.000	110850044	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 2,20	R$ 4.400,00
14	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML SOL.	FRASCO	1.000	1134301620020	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 2,87	R$ 2.870,00
15	BROMOPRIDA 5 MG/ML	AMPOLA	2.640	1004101820036	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 3,61	R$ 9.530,40

16	BUPIVACAINA PESADA 0.5 % S/V 4ML INJ	AMPOLA	300	1029800770025	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 8,48	R$ 2.544,00
17	BUSCOPAM SIMPLES	AMPOLA	7.040	1781708900042	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 3,05	R$ 21.472,00
18	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+ DIPIRONA (BUSCOPAN COMPOSTO)	AMPOLA	7.040	1781708910048	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 3,16	R$ 22.246,40
19	CEFALOTINA 1G	AMPOLA	2.640	1781708910048	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 11,18	R$ 29.515,20
20	CEFTRIAXONA 1G	AMPOLA	2.640	116370174	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 10,94	R$ 28.881,60
21	CETAMINA 50 MG/ML 10ML FAMP.	AMPOLA	572	1029802130163	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 180,32	R$ 103.143,04
22	CETOPROFENO 100 MG AMP IV	AMPOLA	1.760	1029803200017	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 3,72	R$ 6.547,20
23	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML	AMPOLA	5.000	1004101660055	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 8,46	R$ 42.300,00
24	CIMETIDINA 300MG/2 ML	AMPOLA	4.400	1038700250029	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 2,75	R$ 12.100,00
25	CIPROFLOXACINA 200MG/100 ML	FRASCO	1.760	1031101550011	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 22,09	R$ 38.878,40
26	CLORETO DE POTÁSSIO SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA PLÁSTICA 10% - AMPOLA COM 10 ML	AMPOLA	880	1031101600033	24 MESES	ISOFARMA	NACIONAL	R$ 0,81	R$ 712,80
27	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO INJETÁVEL 10% AMPOLA COM 10ML	AMPOLA	880	103110159	24 MESES	ISOFARMA	NACIONAL	R$ 1,07	R$ 941,60
28	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICTOR SOLUÇÃO INJETÁVEL 2% - AMPOLA COM 20 ML	AMPOLA	880	103870041	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 11,46	R$ 10.084,80
29	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML - AMPOLA COM 2 ML	AMPOLA	2.200	1108500210011	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 1,52	R$ 3.344,00
30	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25MG/ML - AMPOLA COM 2 ML	AMPOLA	3.000	1029800420164	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 9,60	R$ 28.800,00
31	CLORIDATO DE TRAMADOL 50MG/ML	AMPOLA	1.500	104971313	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 3,20	R$ 4.800,00
32	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 500MG (SUCCINIL)	FRASCO-AMPOLA	1.000	1049702060044	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 83,40	R$ 83.400,00
33	COMPLEXO B 2 ML	AMPOLA	7.040	103870029	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 1,92	R$ 13.516,80
34	DESLANOSIDEO 0.2 MG/ML 2ML INJ.	AMPOLA	440	1049712290018	24 MESES	NOVARTIS	NACIONAL	R$ 4,99	R$ 2.195,60
35	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2,5ML	AMPOLA	10.560	1038700470029	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 2,20	R$ 23.232,00
36	DICLOFENACO DE SÓDICO 25MG/3ML	AMPOLA	10.560	1108500160012	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 2,15	R$ 22.704,00
37	DIPIRONA SÓDICA 2 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	13.200	1134301200021	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 1,58	R$ 20.856,00
38	DOBUTAMINA 12,5MG/ML	AMPOLA	88	1038700570015	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 13,85	R$ 1.218,80
39	DOPAMINA 50MG/10ML	AMPOLA	88	1049711980029	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 20,74	R$ 1.825,12
40	DRAMIM INJETAVEL	AMPOLA	1.760	106390241	24 MESES	TAKEDA	NACIONAL	R$ 18,71	R$ 32.929,60
41	EPINEFRINA 1MG/ML, 1ML (ADRENALINA)	AMPOLA	528	1038700780011	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 2,82	R$ 1.488,96
42	ETILEFRINA (EFORTIL)	AMPOLA	880	1049712200019	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 4,09	R$ 3.599,20
43	ETOMIDATO 2MG/ML	AMPOLA	1.000	1029802620020	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 38,32	R$ 38.320,00
44	FITOMEDIONA VITAMINA K	AMPOLA	1.760	1038700750021	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 7,19	R$ 12.654,40
45	FENÍTOÍNA SODICA 50MG/ML	AMPOLA	800	113430171	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 2,67	R$ 2.136,00
46	FUROSEMIDA INJETÁVEL	AMPOLA	3.520	1018600180016	24 MESES	SANTISA	NACIONAL	R$ 2,32	R$ 8.166,40
47	FOSFATO DE SÓDICO + FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO (PHOSFOENEMA)	FRASCO	1.500	1029800400011	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 15,44	R$ 23.160,00
48	GENTAMICINA 40 MG -ML INJETÁVEL	AMPOLA	4.400	DC/ANVISA Nº 107 DE 25/11/2021	24 MESES	SANTISA	NACIONAL	R$ 3,66	R$ 16.104,00
49	GENTAMICINA 80 MG-ML	AMPOLA	4.400	113430119	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 2,82	R$ 12.408,00
50	GLICOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL 25% AMPOLA COM 10ML	AMPOLA	1.760	1559200060039	24 MESES	SAMTEC	NACIONAL	R$ 1,47	R$ 2.587,20

51	GLICOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL 50% AMPOLA COM 10ML	AMPOLA	1.760	1177200040111	24 MESES	EQUIPLEX	NACIONAL	R$ 1,04	R$ 1.830,40
52	HEPARINA 5.000 UI 0.25ML INJ. SUBCUTANEO	AMPOLA	880	1134302000026	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 19,10	R$ 16.808,00
53	HEPARINA 5.000 UI 5ML FAMP..	AMPOLA	880	1006301390023	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 39,22	R$ 34.513,60
54	HIDRALAZINA 20 MG/1ML	AMPOLA	880	1029800890055	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 14,39	R$ 12.663,20
55	HIDROCORTISONA 100MG	AMPOLA	4.400	1037004630021	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 7,73	R$ 34.012,00
56	HIDROCORTISONA 500MG	AMPOLA	4.400	1037004630021	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 10,42	R$ 45.848,00
57	IMUNOGLOBULINA ANTI RH(-) 300 MCG INJ	AMPOLA	44	1313600040018	24 MESES	BEHRING	NACIONAL	R$ 766,36	R$ 33.719,84
58	LIDOCAÍNA 20MG/GR 30G GEL	AMPOLA	1.000	1410701180062	24 MESES	PHARLAB	NACIONAL	R$ 10,37	R$ 10.370,00
59	METILSULFATO DE NEOSTIGMINA 0,5MG/ML	AMPOLA	2.000	1163701340029	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 4,51	R$ 9.020,00
60	MALEATO DE ERGOMETRINA 1ML	AMPOLA	176	1049701260031	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 4,63	R$ 814,88
61	NORIPURUM 100MG	AMPOLA	1.760	1063900990248	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 55,00	R$ 96.800,00
62	MORFINA 10MG 1ML	AMPOLA	100	1134301630034	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 9,00	R$ 900,00
63	METRONIDAZOL 5MG-ML (100ML) (SIST..FECHADO)	UNID	7.040	1031101190064	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 10,49	R$ 73.849,60
64	ONDASETRONA 2MG/ML 4ML	AMPOLA	2.640	1038700580045	24 MESES	HYPOFARMA	NACIONAL	R$ 3,32	R$ 8.764,80
65	OCITOCINA 5 UI/ML 1ML INJ...	AMPOLA	2.640	1163700720014	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 8,01	R$ 21.146,40
66	OMEPRAZOL 40MG INJETAVEL	AMPOLA	8.800	1163701650011	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 19,86	R$ 174.768,00
67	OXACILINA DE 500MG	FRASCO	3.520	1163701410027	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 9,47	R$ 33.334,40
68	PIPERACICLINA+TAZOBACTAM (TAZOCIN)	FRASCO/AMPOLA	1.000	100430810	24 MESES	EUROFARMA	NACIONAL	R$ 45,08	R$ 45.080,00
69	PENICILINA G BENZATINA 1.200.000	FRASCO	2.640	1037001000149	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 18,51	R$ 48.866,40
70	PENICILINA G BENZATINA 600.000	FRASCO	2.640	1037001000149	24 MESES	TEUTO	NACIONAL	R$ 18,51	R$ 48.866,40
71	PENICILINA G BENZATINA POTÁSICA 5.000.000	FRASCO	440	1163701080019	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 27,05	R$ 11.902,00
72	PENICILINA POTÁSSICA 400.000	FRASCO	880	1163701150041	24 MESES	BLAU	NACIONAL	R$ 20,29	R$ 17.855,20
73	SOLUÇÃO DE GLICERINA 2% 500 ML	FRASCO	352	1031101240177	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 22,09	R$ 7.775,68
74	SOLUÇÃO DE GLICERINA A 12% 500ML	FRASCO	440	110850012	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 31,56	R$ 13.886,40
75	SOLuÇãO DE MANITOL 20% SIST. FECHADO 250ML	FRASCO	440	1031100710048	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 20,51	R$ 9.024,40
76	SORO FISIOLOGICO 500 ML	FRASCO	4.400	117720001	24 MESES	EQUIPLEX	NACIONAL	R$ 10,14	R$ 44.616,00
77	SORO FISOLOGICO 100 ML	FRASCO	4.400	1177200010379	24 MESES	EQUIPLEX	NACIONAL	R$ 7,21	R$ 31.724,00
78	SORO FISOLOGICO 250 ML	FRASCO	4.400	1177200010379	24 MESES	EQUIPLEX	NACIONAL	R$ 9,58	R$ 42.152,00
79	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500 ML	FRASCO	4.400	1004100110264	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 13,59	R$ 59.796,00
80	SORO GLICOSADO 250 ML	FRASCO	4.400	100410107	24 MESES	FRESENIUS	NACIONAL	R$ 12,00	R$ 52.800,00
81	SORO GLICOSADO 500ML	FRASCO	4.400	1031101240177	24 MESES	HALEXISTAR	NACIONAL	R$ 15,10	R$ 66.440,00
82	SORO RINGER COM LACTADO 500ML SISTEMA FECHADO	UNID	4.400	1108500420049	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 13,52	R$ 59.488,00
83	SORO RINGER SIMPLES 500ML SISTEMA FECHADO	UNID	4.400	110850010	24 MESES	FARMACE	NACIONAL	R$ 17,00	R$ 74.800,00
84	SULFATO DE MAGNÉSIO 50% 10 ML INJ	AMPOLA	88	1559200050076	24 MESES	SAMTEC	NACIONAL	R$ 22,09	R$ 1.943,92
85	SULFATO DE SALBUTAMOL PARA NEBULIZAÇÃO 5MG/ML (AEROLIN)	FRASCO	1.000	1134301340028	24 MESES	HIPOLABOR	NACIONAL	R$ 48,22	R$ 48.220,00
86	SULPOSITORIO DE GLICERINA INFANTIL CX C/6	CX	88	108170045	24 MESES	GRANADO	NACIONAL	R$ 15,78	R$ 1.388,64
87	TENOXICAN 20MG	AMPOLA	1.760	1049714180031	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 18,01	R$ 31.697,60
88	TENOXICAN 40MG	AMPOLA	1.760	1049714180031	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 22,93	R$ 40.356,80
89	DIAZEPAM 5 MG/ML SOL. INJ	AMPOLA	1.000	101860030	24 MESES	SANTISA	NACIONAL	R$ 2,23	R$ 2.230,00
90	FENOBARBITAL SÓDICO 100 MG/ML SOL. INJ	AMPOLA	1.000	1006302820099	24 MESES	CRISTALIA	NACIONAL	R$ 6,09	R$ 6.090,00
91	HALOPERIDOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML SOL. INJ.	AMPOLA	1.000	1049701910052	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 3,27	R$ 3.270,00

92	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML 1 ML	AMPOLA	1.000	104971313	24 MESES	UNIÃO QUIMICA	NACIONAL	R$ 3,20	R$ 3.200,00
93	VASELINA LIQUIDA 100% - 1000 ML..	FRASCO	176	240830001	24 MESES	RIOQUIMICA	NACIONAL	R$ 81,14	R$ 14.280,64
VALOR TOTAL									**R$ 2.549.462,88**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS)**.

3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **Fundo Municipal de Saúde (FMS).**

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, conforme alterações proferidas pela Lei Federal nº14.770/23, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

1. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do

remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

1. Por razão de interesse público;
2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

12. DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro do Município de Vargem Grande, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Presidente Vargas/MA, 12 de Maio de 2025

_____
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VARGAS/MA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VARGAS
JUNAYA BEZERRA FRAZÃO LUNA DE SOUSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMUS)

_____
A R L LEAL E RODRIGUES LTDA
CNPJ nº: 33.961.610/0001-00
Nome: ALLYSON RANGEL LEITÃO LEAL
CPF: 959.529.773-91

Publicado por: RAVEL DO NASCIMENTO REIS
Código identificador: 8293fc61930ee963c4770b787cbc2c49

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 021-03/02/2025

RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

A Prefeitura Municipal de Riachão/MA, por meio da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, torna público o resultado da Chamada Pública nº 001/2025, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DESTINADO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE RIACHÃO/MA, onde foram CREDENCIADOS:

Zaqueu Eugenio da Silva CAF, MA122022.01.000078039CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
1	ABACAXI- Maduro, fruto de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos. Pesando por unidade entre 1 a 1,5kg.	UNIDADES	2.000	R$ 7,97	R$ 15.940,00
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (VINTE E DOIS MIL, TREZENTOS E CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).					**R$ 22.305,89**

Adriano Nogueira Coutinho CAF MA112023.01.000924546CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (CINCO MIL, QUATROCENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)					**R$ 5.410,57**

Beatriz Matos da Silva CAF MA032025.01.002780342CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL

1	ABACAXI- Maduro, fruto de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos. Pesando por unidade entre 1 a 1,5kg.	UNIDADES	2.000	R$ 7,97	R$ 15.940,00
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (DEZENOVE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).					**R$ 19.742,29**

Gilvan Teixeira da Costa CAF MA032025.01.002737572CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	24	R$ 4,65	R$ 111,60
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.066	R$ 6,02	R$ 6.417,32
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	1.132	R$ 6,74	R$ 7.629,68
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52

19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	380	R$ 8,84	R$ 3.359,20
TOTAL: (TRINTA MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)					**R$ 30.637,19**

Fabio dos Santos Coelho CPF - CAF MA082023.01.000658202CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
1	ABACAXI- Maduro, fruto de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos. Pesando por unidade entre 1 a 1,5kg.	UNIDADES	2.000	R$ 7,97	R$ 15.940,00
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (VINTE E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS).					**R$ 21.255,23**

Cleiton Silva Santos CAF MA032025.01.002740917CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08

15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	20	R$ 10,27	R$ 205,40
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	1.166	R$ 6,74	R$ 7.858,84
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (VINTE E UM MIL, QUATROCENTOS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).					**R$ 21.400,44**

Ivan Pereira da Silva Sales CAF MA072023.01.000547721CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	29	R$ 9,95	R$ 288,55
TOTAL: (QUATORZE MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E ONZE CENTAVOS).					**R$ 14.285,11**

Ana Paula Trindade dos Santos CAF MA112024.01.002291814CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
6	BATATA DOCE- Comum espécie tamanho grande ou médio, uniforme, inteira sem defeitos, sem corpo estranho ou terra aderida superfície externa.	QUILOGRAMAS	600	R$ 7,03	R$ 4.218,00
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.471	R$ 6,21	R$ 9.134,91
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	274	R$ 6,37	R$ 1.745,38
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	966	R$ 6,74	R$ 6.510,84
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
TOTAL: (TRINTA E SETE MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).					**R$ 37.867,37**

João Ribeiro dos Santos Filho CAF MA112023.01.000935120CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
6	BATATA DOCE- Comum espécie tamanho grande ou médio, uniforme, inteira sem defeitos, sem corpo estranho ou terra aderida superfície externa.	QUILOGRAMAS	600	R$ 7,03	R$ 4.218,00

9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	966	R$ 6,74	R$ 6.510,84
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (VINTE E CINCO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E TRES REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).					**R$ 25.493,48**

Francisco dos Santos Coelho CAF MA022025.01.002691593CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
1	ABACAXI- Maduro, fruto de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos. Pesando por unidade entre 1 a 1,5kg.	UNIDADES	2.000	R$ 7,97	R$ 15.940,00
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (VINTE E UM MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS).					**R$ 21.255,23**

JORDANIA MARQUES SANTOS CAF MA122024.01.002399008CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
6	BATATA DOCE- Comum espécie tamanho grande ou médio, uniforme, inteira sem defeitos, sem corpo estranho ou terra aderida superfície externa.	QUILOGRAMAS	600	R$ 7,03	R$ 4.218,00
7	BATATA INGLESA- Comum espécie, lavada tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida a superfície externa.	QUILOGRAMAS	1.300	R$ 7,38	R$ 9.594,00
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.471	R$ 6,21	R$ 9.134,91
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	270	R$ 8,84	R$ 2.386,80
TOTAL: (TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)					**R$ 39.998,58**

POLPAS DE FRUTAS VALE DE BÊNÇÃO LTDA CAF Jurídica MA122023.03.000002430CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
21	POLPA DE abacaxi- Congelada.100% natural.DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 1 KG	QUILOGRAMAS	5.000	R$ 15,28	R$ 76.400,00
22	POLPA DE acerola - Congelada.100% natural.DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 1 KG.	QUILOGRAMAS	5.300	R$ 15,29	R$ 81.037,00

23	POLPA DE Goiaba - Congelada.100% natural.DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE 1 KG.	QUILOGRAMAS	5.417	R$ 15,24	R$ 82.555,08	
TOTAL: (DUZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS).						**R$ 239.992,08**

JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DA SILVA CAF MA112023.01.000941805CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS).					**R$ 6.490,00**

Antonio Lopes Nogueira CAF MA122023.01.001027480CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	400	R$ 2,78	R$ 1.112,00
TOTAL: (SETE MIL, VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).					**R$ 7.022,55**

Jose Nilton Costa de Sousa CAF MA102023.01.000904509CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	101	R$ 14,85	R$ 1.499,85
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
TOTAL: (DOIS MIL, SEISCENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).					**R$ 2.674,62**

Victo Bruno Santos de Matos CAF MA092024.01.002048769CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	970	R$ 6,74	R$ 6.537,80
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	300	R$ 8,84	R$ 2.652,00
TOTAL: (DEZESSEIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E QUINZE CENTAVOS).					**R$ 16.799,15**

JOSINO LOPES DE MATOS NETO CAF MA112023.01.000976593CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24

10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.471	R$ 6,21	R$ 9.134,91
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
TOTAL: (VINTE E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS).					**R$ 22.353,57**

FERNANDO PEREIRA PAZ CAF MA102023.01.000920893CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	180	R$ 6,87	R$ 1.236,60
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (DOZE MIL, NOVECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SETE CENTAVOS).					**R$ 12.945,07**

LEANDRO MIRANDA DE OLIVEIRA CAF MA122023.01.001059080CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	366	R$ 3,68	R$ 1.346,88
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	350	R$ 6,27	R$ 2.194,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34

TOTAL: (OITO MIL, CENTO E TRINTA REAIS E NOVE CENTAVOS).	**R$ 8.130,09**

Cleisson Noleto Castro CAF MA042025.01.003382710CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (DEZESSETE MIL, SETENTA E CINCO REAIS E QUATRO CENTAVOS).					**R$ 17.075,04**

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA CAF MA042025.01.003379586CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	300	R$ 6,27	R$ 1.881,00
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	110	R$ 14,85	R$ 1.633,50
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.474	R$ 6,21	R$ 9.153,54
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77

15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	660	R$ 3,25	R$ 2.145,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
TOTAL: (DEZENOVE MIL, SEISCENTOS E SETE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).					**R$ 19.607,26**

PEDRO ALVES DE SOUSA CAF MA112023.01.000934017CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	336	R$ 7,98	R$ 2.681,28
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
TOTAL: (NOVE MIL, TREZENTOS E DOZE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).					**R$ 9.312,68**

Raimundo Pereira de Araújo CAF MA112023.01.000932695CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
6	BATATA DOCE- Comum espécie tamanho grande ou médio, uniforme, inteira sem defeitos, sem corpo estranho ou terra aderida superfície externa.	QUILOGRAMAS	600	R$ 7,03	R$ 4.218,00

7	BATATA INGLESA- Comum espécie, lavada tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida a superfície externa.	QUILOGRAMAS	1.300	R$ 7,38	R$ 9.594,00
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	150	R$ 6,27	R$ 940,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	80	R$ 14,85	R$ 1.188,00
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.000	R$ 6,21	R$ 6.210,00
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	300	R$ 3,25	R$ 975,00
17	MELÃO Amarelo-Com peso acima 1.5 kg, fresco amarelo de ótima qualidade.	QUILOGRAMAS	600	R$ 6,74	R$ 4.044,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	200	R$ 8,84	R$ 1.768,00
TOTAL: (TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS).					**R$ 39.978,81**

	ADELIO DE SOUSA CAF MA022025.01.002680517CAF				
ITEM	**DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO**	**UND.**	**QUANT.**	**VLR.UNIT. MENOR VLR**	**VLR. TOTAL**
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27

16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).					**R$ 5.972,62**

Raimundo Soares da Silva CAF MA102023.01.000859964CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	359	R$ 5,41	R$ 1.942,19
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
TOTAL: (SEIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS).					**R$ 6.347,14**

Bento dos Santos Viana CAF MA102023.01.000903542CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
5	BANANA PRATA OU PACOVAN- De primeira qualidade, em penca sem ponta no gancho, tamanho médio a grande	QUILOGRAMAS	1.062	R$ 6,02	R$ 6.393,24
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77

16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00	
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52	
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15	
TOTAL: (TREZE MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).						**R$ 13.260,47**

Renato Rodrigues de Araújo CAF MA012025.01.002551276CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
6	BATATA DOCE- Comum espécie tamanho grande ou médio, uniforme, inteira sem defeitos, sem corpo estranho ou terra aderida superfície externa.	QUILOGRAMAS	600	R$ 7,03	R$ 4.218,00
7	BATATA INGLESA- Comum espécie, lavada tamanho grande ou médio, uniforme, inteira, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida a superfície externa.	QUILOGRAMAS	1.300	R$ 7,38	R$ 9.594,00
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	150	R$ 6,27	R$ 940,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.471	R$ 6,21	R$ 9.134,91
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
14	MAMÃO- De primeira in natura, com 80 a 90% de maturação fruta de tamanho aproximadamente 400g	QUILOGRAMAS	271	R$ 6,37	R$ 1.726,27
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00

18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (TRINTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E ONZE CENTAVOS).					**R$ 39.854,11**

Ivanete Carvalho da Silva CAF MA062024.01.001627739CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	250	R$ 6,27	R$ 1.567,50
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	18	R$ 17,34	R$ 312,12
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	290	R$ 8,84	R$ 2.563,60
TOTAL: (DOZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).					**R$ 12.990,36**

VALDERES DE BRITO SANTOS CAF MA112023.01.000953424CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
3	ABOBRINHA - maduro tipo, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	21	R$ 4,65	R$ 97,65
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
8	CHEIRO VERDE - Folhas de cor verde de primeira qualidade com molho grudado, composto de cebolinha e coentro.	MAÇO	300	R$ 6,27	R$ 1.881,00
9	COUVE-COR VERDE- Fresco tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta.	MAÇO	333	R$ 7,98	R$ 2.657,34

11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	14	R$ 17,34	R$ 242,76
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
24	QUIABO- Fresco, intacto, sem lesões, rachaduras ou cortes, isento de sujeiras, parasitas lavas e quaisquer tipos de insetos.	QUILOGRAMAS	17	R$ 9,95	R$ 169,15
25	TOMATE-Tamanho médio, de primeira qualidade, com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, sem manchas com coloração uniforme	QUILOGRAMAS	310	R$ 8,84	R$ 2.740,40
TOTAL: (ONZE MIL, DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS).					**R$ 11.226,37**

ISONEIDE DO NASCIMENTO NOGUEIRA CAF MA062024.01.001685061CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
15	MAXIXE- Fresco graúdo, consistência firme, características sensoriais mantida, ausência de parasitas, sujidades, lavas e corpos estranhos aderidos na casca, sem danos físicos e mecânicos, oriundos no manuseio e transporte	QUILOGRAMAS	12	R$ 10,27	R$ 123,24
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	48	R$ 13,84	R$ 664,32
20	PIMENTINHA DE CHEIRO- Não ardósia devem apresentar características dos cultivos bem formados limpos, com coloração própria da espécie, livres de danos mecânicos fisiológicos, deve estar em perfeito estado de conservação e manutenção.	QUILOGRAMAS	50	R$ 15,49	R$ 774,50
TOTAL: (CINCO MIL, TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).					**R$ 5.364,35**

Wilho Franco dos Santos Coelho CAF MA072023.01.000505573CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
1	ABACAXI- Maduro, fruto de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniforme, sem ferimentos ou defeitos. Pesando por unidade entre 1 a 1,5kg.	UNIDADES	2.000	R$ 7,97	R$ 15.940,00

2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
12	LARANJA -1ª Qualidade madura sem batidas, tamanho médio, não serão aceitos produtos com os seguintes defeitos: podridão, dano por praga, ferimento, murcho e imaturo. De colheita recente.	QUILOGRAMAS	1.942	R$ 6,21	R$ 12.059,82
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
TOTAL: (TRINTA E TRES MIL, TREZENTOS E QUINZE REAIS E CINCO CENTAVOS).					**R$ 33.315,05**

Edvan Rodrigues dos Reis CAF MA022025.01.002646558CAF

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO	UND.	QUANT.	VLR.UNIT. MENOR VLR	VLR. TOTAL
2	ABÓBORA- maduro tipo caipira de tamanhos grande, uniformes, sem defeitos, turgescente intactas, firme e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes a superfície.	QUILOGRAMAS	347	R$ 3,68	R$ 1.276,96
4	ALFACE- Fresca tamanho e coloração uniformes,	MAÇO	357	R$ 5,41	R$ 1.931,37
10	FARINHA DE MANDIOCA (BRANCA OU AMARELA) - Fina branca, crua, embalados em pacotes plásticos transparente, contendo 01 kg, ou em fardos de no máximo 30 kg, apresentando prazo de validade de no mínimo 06 meses, a partir da data de fabricação.	QUILOGRAMAS	95	R$ 14,85	R$ 1.410,75
11	FEIJÃO VERDE- Primeira qualidade, grãos na cor característica a variedade correspondente, tamanho e formato naturais, maduros limpos e secos. Ausência de parasitas sujidades, lavas e corpos estranhos, aderidos a casca. Embalagem de 1 kg.	QUILOGRAMAS	12	R$ 17,34	R$ 208,08
13	MACAXEIRA- Tipo branca / amarela, de primeira qualidade, raízes grandes, no grau normal de evolução, no tamanho, sabor e cor próprios da espécie, uniforme frescas com cascas	QUILOGRAMAS	171	R$ 6,87	R$ 1.174,77
16	MELANCIA- Redonda, graúda, de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com poupa firme e intacta	QUILOGRAMAS	480	R$ 3,25	R$ 1.560,00
18	MILHO VERDE EM ESPIGA- Na palha, novo, tamanho médio a grande, de primeira qualidade.	UNIDADES	384	R$ 2,78	R$ 1.067,52
19	PIMENTÃO – Cor verde, tamanho maior ou igual a 10 cm e menor que 15 cm, deve apresentar as características do cultivo bem formado	QUILOGRAMAS	44	R$ 13,84	R$ 608,96
TOTAL: (NOVE MIL, DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).					**R$ 9.238,41**

O Presidente da Comissão informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal Riachão, Estado do Maranhão.

Riachão/MA, 12 de maio de 2025.

ADEMILTON BATISTA DE SOUSA
Membro Titular

ANTENOR PAULINO SANTOS MURADA LIMA

Membro Titular

FRANCISCO DA GUIA MENDES DE SOUSA ALVES
Membro Titular

WALISSON CUNHA DUARTE
Presidente da Comissão

Publicado por: WALISSON CUNHA DUARTE
Código identificador: 9b05d375b3f757fedc7248b248db08cc

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2025 QUE FAZEM ENTRE SI A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO/MA**, **POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** E A EMPRESA **D R REPRESENTAÇÕES LTDA. A**través do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS,** inscrito no CNPJ nº 11.982.875/0001-52, neste ato representada pela Sra. **SOLANGE TEIXEIRA LIMA. N**o **Processo Administrativo nº 001.01.02/2024-PMR** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 002/2024, Ata de Registro de Preços N.º 19/2024.**
O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos, correlatos, insumos para laboratório, aparelhos médico-hospitalares e odontológicos, visando suprir as necessidades do Hospital, Postos de Saúde e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Município de Riachão – MA.
O prazo de vigência da contratação é até dia 31 de dezembro de 2025 contados da data da assinatura deste instrumento contratual, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
O valor total da contratação é de **R$ 558.919,26 (**quinhentos e cinquenta e oito mil novecentos e dezenove reais e vinte e seis centavos**).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Órgão: 04 - RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS				
Unidade: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS				
Ação: 10.302.0210.2-056 - Manutenção do atendimento básico de saúde				
3.3.90.30.00.00 - 500(1002) - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 600(0000) - Material de Consumo				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
ÓRGÃO: 04 FMS UNIDADE: 13-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ação: 10.302.0210.2-055 - Manutenção do atendimento de média e alta complexidade MAC				
3.3.90.30.00.00 - 621(0000) - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 500(1002) - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 600(0000) - Material de Consumo				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
ÓRGÃO: 04 FMS UNIDADE: 13-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ação: 10.301.0210.2-050 - Manutenção da estratégia da saúde da família - ESF				
3.3.90.30.00.00 - 600(0000) - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 500(1002) - Material de Consumo				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
ÓRGÃO: 04 UNIDADE: 13-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
Ação: 10.303.0230.2-058 - Assistência básica farmacêutica				
3.3.90.30.00.00 - 500 - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 600 - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 621 - Material de Consumo				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:				
ÓRGÃO: 04 FMS UNIDADE: 13-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
Ação: 10.301.0210.2-051 - Manutenção do programa de saúde bucal - PSB				
3.3.90.30.00.00 - 600(0000) - Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00 - 500(1002) - Material de Consumo				

DATA DE ASSINATURA:**Riachão/MA, 06 de maio de 2025.**

Publicado por: UBIRANDÊ SANTIAGO PEREIRA NETO
Código identificador: 275ca73dbe9dc03940af0523f59dea45

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE RIACHÃO-MA, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER** E A EMPRESA **B. D. DE S. CARDOSO. P**or intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER - MDE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº06.077.052/0001-42, neste ato representado pela secretaria de educação Srª. Núria Figueira Coelho. No **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045.18.06/2024- PMR, ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024-PMR**, que adere a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2024/SRP/PMFN** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material esportivo.
O prazo de vigência da contratação é até dia **31 de dezembro de 2025** contados da data da assinatura deste instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
O valor total da contratação é de R$ **196.507,75** (cento e noventa e seis mil quinhentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Órgão:-RIACHÃO-MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE					
Unidade: -SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER					
AÇÃO: 12.361.0403.2-034 – Secretaria municipal de Educação, Esporte e Lazer					
3.3.90.30.00.00 500(1001) - Material de Consumo					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Órgão:-RIACHÃO-MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE					

Unidade: -MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA ENSINO – MDE					
AÇÃO: 12.361.0403.2-087 – Ações custeadas pelo QSE					
3.3.90.30.00.00 550(0000) - Material de Consumo					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Órgão: 06 - RIACHÃO-MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE					
Unidade: 11 - MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA ENSINO - MDE					
Ação: 12.361.0403.2-040 - Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental					
3.3.90.30.00.00 - 500(1001) - Material de Consumo					
3.3.90.30.00.00 - 569(0000) - Material de Consumo					

DATA DE ASSINATURA: Riachão/MA, 07 de maio de 2025.

Publicado por: UBIRANDÊ SANTIAGO PEREIRA NETO
Código identificador: 4539d633604bfcb79b587b08c2a37324

TERMO DE RETIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE RETIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS/TO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2024**.**

.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. SOLANGE TEIXEIRA LIMA**,** torna público, a todos os interessados que, na ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS/TO**,** oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATVO N.º** 370/2024**, Pregão Eletrônico nº** 370/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, SÃO LUÍS, SEXTA no dia *09 DE MAIO DE 2025* VOL.19, Nº3596/2025 ISSN 2763-860X, pg. 176. Altera-se os seguintes:
Termos:
Onde lê-se:
O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - MA, com sede administrativa situada à Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742, Centro, Riachão - MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.282.801/0001-00, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. SOLANGE TEIXEIRA LIMA, torna público que aderiu na "**condição de não participante**" à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPA DE CAMPOS LINDOS/TO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2024, que tem como Órgão Gerenciador a PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 25.063.959/0001-05, em que foram registrados os preços da Empresa: LABORATORIO SÃO JUDAS TADEU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.157.772/0001-10, situada na Rua Tito Coelho, n.º 05, Sala A, Centro, CEP 65.990-000, Riachão/MA, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS**.**
LEIA-SE:

O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - MA, com sede administrativa situada à Praça Nossa Senhora de Nazaré, 742, Centro, Riachão - MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.282.801/0001-00, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. SOLANGE TEIXEIRA LIMA, torna público que aderiu na "**condição de não participante**" à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA MUNICIPA DE CAMPOS LINDOS/TO, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 370/2024, que tem como Órgão Gerenciador a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 25.063.959/0001-05, em que foram registrados os preços da Empresa: LABORATORIO SÃO JUDAS TADEU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.157.772/0001-10, situada na Rua Tito Coelho, n.º 05, Sala A, Centro, CEP 65.990-000, Riachão/MA, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS**.**

Riachão/MA, 12 de MAIO de 2025.

Publicado por: UBIRANDÊ SANTIAGO PEREIRA NETO
Código identificador: b77e1e4a1e831ab832f005e3283fbb1b

TERMO DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

TERMO DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025, ORIUNDA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079-07/04/2025.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

A **Prefeitura Municipal de Riachão/MA,** neste ato representado pela Secretária Municipal de PLANEJAMENTO, Sr PEDRO UBIRJARA NETO torna público, a todos os interessados que, na INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2025**,** oriundo do **PROCESSO ADMINISTRATVO N.º** 079-07/04/2025**, publicado** no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, SÃO LUÍS, QUARTA no dia *07 DE MAIO DE 2025* VOL.19, Nº3594/2025 ISSN 2763-860X, pg. 138. Altera-se os seguintes:
Termos:
Onde lê-se:

RIACHÃO/MA, 05 de abril 2025.

LEIA-SE:

RIACHÃO/MA, 05 de maio 2025.

Riachão/MA, 12 de MAIO de 2025.

Publicado por: UBIRANDÊ SANTIAGO PEREIRA NETO
Código identificador: c7bcc4152eea8a64912d133073c72a16

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAMAR FIQUENE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (SEM DISPUTA) DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (SEM DISPUTA)
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2025

O Município de Ribamar Fiquene - MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a Contratação Direta na modalidade **Dispensa Eletrônica nº 006/2025**, Processo Administrativo n° **23/2025**, do tipo **MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA (GLP), PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE RIBAMAR FIQUENE - MA,** com data de abertura dia **13/05/2025, às 08:00h**. O Aviso de Contratação Direta estará à disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos GRATUITAMENTE pela internet no portal da transparência do município

(https://www.ribamarfiquene.ma.gov.br/portal-transparencia), no Portal de Compras de Ribamar Fiquene (https://licitaribamarfiquenema.com.br/) e no Portal Nacional de Compras Públicas Nacional – PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais).

Publicado por: WANDERSON PEREIRA LIBERATO
Código identificador: 09f0fbaba91c350500216a33a70a5523

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Concorrência Eletrônica Nº 003/2025
Processo Administrativo Nº 20/2025

A **Secretaria Municipal de Educação ADJUDICA e HOMOLOGA,** com fundamento na legislação vigente constante no preâmbulo do Edital, a **Contratação de empresa especializada na Ampliação da Escola Wanderly Ferraz para atender as demandas da secretaria municipal de Educação de Ribamar Fiquene/MA,** conforme abaixo:
RENOVE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - 37.113.308/0001-53**,** decorrendo deste Processo de Concorrência Eletrônica n° 003/2025, no valor de **R$ 669.844,03 (seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e três centavos).**

Ribamar Fiquene/MA, 09 de maio de 2025.

Helia Maria Silva Nogueira
Secretário Municipal de Educação

Publicado por: WANDERSON PEREIRA LIBERATO
Código identificador: f19981ac36a08a34b429b654c4d1f4ea

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica Nº 002/2025
Processo Administrativo Nº 11/2025

A **Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Meio Ambiente ADJUDICA e HOMOLOGA,** com fundamento na legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Dispensa nº 002/2025, Processo Administrativo nº 0011/2025, a **Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de projeto básico, para Construção de unidades habitacionais em área urbana, em conformidade com o termo de compromisso Nº 970300/2024/MCIDADES/CAIXA - CONVÊNIO Nº 970300/2024 TRANSFEREGOV,** conforme abaixo:
A3 CONSULTORIA E PROJETOS - 40.791.412/0001-01, a3.ceprojetos@gmail.com - (99) 99842-6979, decorrendo deste Processo de Dispensa Eletrônica Nº 002/2025, no valor de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais).**

Ribamar Fiquene/MA, 09 de maio de 2025.

LUIS SABINO BARROS GUIMARAES
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Meio Ambiente

Publicado por: WANDERSON PEREIRA LIBERATO
Código identificador: 64374610a3bdb144e7fd20a14125c8d5

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 41/2025 - SEMED

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO nº 41/2025, Processo Administrativo nº 20/2025. Partes: Município de Ribamar Fiquene – MA (Secretaria Municipal de Educação) e a empresa RENOVE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 37.113.308/0001-53. **Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação da unidade Municipal Integral Wanderly Ferraz, nas condições estabelecidas no Projeto Básico**. Dotação orçamentária: ÓRGÃO = PM RIBAMAR FIQUENE – FUNDEB; UNIDADE: FUNDO DE MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BASICA – FUNDEB; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 12.365.0024.1040.0000 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL; 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES. Data da assinatura: 12/05/2025. ASSINATURAS: P/Contratante: Helia Maria Silva Nogueira, Secretaria Municipal de Educação. P/ Contratada: Fernando Valério da Silva, Representante Legal da Contratada. Ribamar Fiquene (MA), 12/05/2025.

Publicado por: WANDERSON PEREIRA LIBERATO
Código identificador: e436b19ac091b4951aa668c2b03ce9c8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA

PORTARIA DE EXORENAÇÃO Nº 98/2025- GAB

PORTARIA DE EXORENAÇÃO Nº 98/2025- GAB

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA), MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar, a pedido do servidor, **CIRINEU RODRIGUES COSTA FILHO**, inscrito no CPF nº 054.217.853-27, matrícula funcional nº 4590-1, cargo efetivo de Engenheiro Civil (nomeado pela Portaria nº 152/2020, em 22/12/2020), da rede municipal de Sambaíba/MA.
Parágrafo Único – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA DE SAMBAÍBA, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 08 (OITO) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2025.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS
Prefeita Municipal

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 13082a71e0e5b502961f46c7831fcc76

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA Nº 01/2025- GAB

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA Nº 01/2025- GAB

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA), MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS, no uso de suas atribuições conferidas por lei,
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº OFC-PJSRM-602025, expedido pela Promotoria de Justiça da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras,

referente à Notícia de Fato SIMP nº 180-509/2025, que versa sobre eventual irregularidade funcional atribuída ao servidor **Clayton Carvalhedo de Queiros**, supostamente ausente de suas funções na Secretaria Municipal de Educação, bem como, **CONSIDERANDO** a necessidade de apuração dos fatos com a devida observância ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal:

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar **Sindicância Administrativa**, com o objetivo de apurar os fatos relacionados a eventual ocorrência de irregularidades funcionais, especialmente quanto à (in)existência de servidor público recebendo remuneração sem exercer suas funções, por parte do servidor Clayton Carvalhedo de Queiros, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Designar os seguintes servidores efetivos para comporem a COMISSÃO SINDICANTE: **MAZOLENE DUTRA DA SILVA**, matrícula nº 4486-2, Presidente; **JOÃO PAULO ALVES FERREIRA**, matrícula nº 2034-1, Membro e **PAULENE BARBOSA DOS SANTOS**, matrícula nº 2403-2, Membro.

Art. 3º A Comissão Sindicante terá o prazo de **60 (sessenta) dias**, a contar da ciência da comissão e/ou da publicação desta portaria, nos termos do Art. 362 do Estatuto Municipal do Servidor, para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório conclusivo, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 4º Compete à Comissão proceder a todas as diligências necessárias à elucidação dos fatos, requisitar documentos e informações, dá conhecimento ao investigado, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA DE SAMBAÍBA, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 05 (CINCO) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2025.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS
Prefeita Municipal

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 4cafdc59e7c9ba6449ce94cc984b22d6

PORTARIA Nº 97/2025- GAB

PORTARIA Nº 97/2025- GAB

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAMBAÍBA (MA), MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **SILNARA BRAGA MARTINS RODRIGUES,** inscrita no CPF sob o nº 060.582.323-50, para o cargo em comissão de Assessor da Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo Único – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA DE SAMBAÍBA, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2025.

MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DANTAS
Prefeita Municipal

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 2cf3e29ed626ed7fd6b53cfccac6db5c

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 – SRP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Expediente, destinados a atender à demanda das Secretarias e Órgãos a elas vinculadas do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 08h, do dia 26 de maio de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br/. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 12 de maio de 2025. Edson da Silva Santos – Agente de Contratação.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 1352fc18c1446594fea307f911945270

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 – SRP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para o fornecimento de Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, destinados a atender à demanda das Secretarias e Órgãos a elas vinculadas do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 14h, do dia 27 de maio de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br/. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 12 de maio de 2025. Edson da Silva Santos – Agente de Contratação.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: c17d8256d7c722d2633b188e8c238bd2

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 – SRP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para a Aquisição de Próteses Dentárias para o atendimento de reabilitação dos pacientes da rede pública do Município de Sambaíba/MA, em

conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 14h, do dia 28 de maio de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br/. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 12 de maio de 2025. Edson da Silva Santos – Agente de Contratação.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 4941826061645f9ac30fa2cb89d31290

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 – SRP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para a Aquisição de Gêneros Alimentícios, destinados a atender à demanda das Secretarias e Órgãos a elas vinculadas do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 14h, do dia 29 de maio de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br/. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 12 de maio de 2025. Edson da Silva Santos – Agente de Contratação.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 2095bcc7a5e72f16f993353001d2706d

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 – SRP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Sambaíba - MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação dos Serviços de Dedetização, Desratização, Descupinização, destinados a atender à demanda das Secretarias e Órgãos a elas vinculadas do Município de Sambaíba/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais, Leis complementares e as condições do Edital à realizar-se às 10h, do dia 30 de maio de 2025. A sessão pública de julgamento será realizada eletronicamente no site: https://www.portaldecompraspublicas.com.br no dia e horário marcados. O edital está disponível para todos os interessados, poderá ser consultado e obtido através do E-mail: sambaibacpl@gmail.com, seus respectivos avisos estarão disponíveis no Portal da Transparência do Município: http://www.sambaiba.ma.gov.br/. Esclarecimento adicional no mesmo endereço de e-mail citado. Sambaíba (MA), 12 de maio de 2025. Edson da Silva Santos – Agente de Contratação.

Publicado por: EDSON DA SILVA SANTOS
Código identificador: 5f56e3b99f873fbd228e8539896710f2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001.001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06.0702.0001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

A Secretaria Municipal de Educação, de Santa Filomena do Maranhão inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.612.632/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) senhora OSEANE BARBOSA DE SOUZA, Secretária Municipal de Educação, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001.001/2025 processo administrativo n.º 06.0702.0001/2025 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
    1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades do município Termo de Referência, anexo **Edital de Licitação nº 005/2025** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
    1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA
CNPJ n° 09.675.112/0001-17
Endereço: Av. Jose Olavo Sampaio, Centro, Presidente Dutra/MA, CEP: 65.760-000
Telefone: (99) 3663 1706

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Quantidade	Unidade	Total	Marca
1	Açafrão, tempero puro em pó, embalado em 100 gramas.	R$ 4,75	250	Gramas	R$ 1.187,50	UBON
2	Açúcar, tipo cristal, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar em Embalagem de 1kg	R$ 4,00	2900	Pacotes	R$ 11.600,00	BLANCO
3	Alho Graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido,	R$ 25,26	16	Quilogramas	R$ 404,16	IN NATURA
4	Arroz, tipo 1, tipo classe longo fino, em embalagem de 1kg	R$ 5,00	4700	Pacotes	R$ 23.500,00	PAINHO
5	Bebida láctea sabor morango	R$ 4,50	500	Bandejas	R$ 2.250,00	NESTLE

6	Biscoito cream cracker 3/1, acondicionado em embalagem una.	R$ 3,99	8000	Pacotes	R$ 31.920,00	ESTRELA
7	Biscoito tipo Maisena 3/1 acondicionado em embalagem una.	R$ 3,58	4000	Pacotes	R$ 14.320,00	ESTRELA
8	Biscoito tipo maria sabor chocolate, 400g,	R$ 4,85	1750	Pacotes	R$ 8.487,50	ESTRELA
9	Carne Moída, partir da moagem e homogeneização de massas musculares de carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos	R$ 18,53	3250	Quilogramas	R$ 60.222,50	FORBOI
10	Coco ralado 100g	R$ 3,20	900	Pacotes	R$ 2.880,00	LA PREFERIDA
11	Chocolate em pó, 500g.	R$ 24,26	2100	Pacotes	R$ 50.946,00	MARATA
12	Corante 30g.	R$ 4,27	125	Pacotes	R$ 533,75	MARATA
14	Feijão do Tipo Preto, 1kg	R$ 6,55	400	Pacotes	R$ 2.620,00	POPY
15	Flocos de arroz (flocão), Pct 500g.	R$ 2,00	300	Pacotes	R$ 600,00	NUTRIVITA
17	Frango congelado 1kg.	R$ 12,00	4250	Quilogramas	R$ 51.000,00	NORDESTE
18	Linguiça - defumada, tipo calabresa 1kg	R$ 15,00	100	Quilogramas	R$ 1.500,00	FRIMESA
19	Leite em pó, características adicionais: tipo integral, 1ª, emalagem de 400g.	R$ 11,98	10000	Pacotes	R$ 119.800,00	SOL
20	Macarrão espaguete pct de 500g.	R$ 3,99	2250	Pacotes	R$ 8.977,50	ESTRELA
21	Margarina com sal 500g	R$ 5,87	400	Pacotes	R$ 2.348,00	PRIMOR
22	Massa preparada sabores chocolate e coco 400g	R$ 12,60	700	Pacotes	R$ 8.820,00	MARATA
24	Molho de tomate peso aproximado 350g.	R$ 2,45	1625	Pacotes	R$ 3.981,25	MARATA
25	Milho verde em conserva 170g	R$ 2,50	360	Pacotes	R$ 900,00	PREDILECTA
26	Óleo de soja 900ml	R$ 6,30	425	Frascos	R$ 2.677,50	ABC
27	Ovos Cartela com 30 unidades	R$ 19,00	1325	Cartelas	R$ 25.175,00	EMAPE
29	Pimenta do reino 50g	R$ 5,30	250	Pacotes	R$ 1.325,00	MARATA
36	Tomate	R$ 3,47	500	Quilogramas	R$ 1.735,00	IN NATURA
Valor Global:					**R$ 439.710,66**	

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
    1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Secretaria Municipal de Administração.
2. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
2. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

1. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
    1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a 5.4.1 5.4.2 Possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo

previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.3 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.4 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.5 Mantiverem sua proposta original.
5.4.6 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

1. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
2. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

1. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos

termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
    1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
    2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

1. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

1. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
    1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

1. **DAS PENALIDADES**
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

1. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

1. **CONDIÇÕES GERAIS**
    1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
    2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Santa Filomena do Maranhão – Ma, 14 de março de 2025

OSEANE BARBOSA DE SOUZA
Secretária Municipal De Educação
ORGÃO GERENCIADOR DA ATA

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA
CNPJ: 09.675.112/0001-17
Representante: GILVAN FERNANDES REGO, CPF n.º 297.518.883-87
FORNECEDOR REGISTRADO

Publicado por: RODOLFO FARUK BARBOSA DE SOUZA
Código identificador: 64d3b20de8cb16e6ce46dd8f7615acc1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002.001/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002.001/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06.0702.0001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2025

A Secretaria Municipal de Educação, de Santa Filomena do Maranhão inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.612.632/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) senhora OSEANE BARBOSA DE SOUZA, Secretária Municipal de Educação, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001.001/2025 processo administrativo n.º 06.0702.0001/2025 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
    1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos para atender as necessidades do município Termo de Referência, anexo **Edital de Licitação nº 005/2025** que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
    1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: TDB DSITRIBUIDORA LTDA
CNPJ: n° 11.494.673/0001-61
Endereço: Rua Umbilino 14 – Quadra 268 – nº 04 – Galpão 03/04 BAIRRO: DIRCEU ARCOVERDE II CIDADE/UF: TERESINA-PI CEP: 64078-290
Telefone: (99) 99999-6436
Endereço eletrônico (e-mail): tdbteresina@gmail.com

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Marca	Quantidade	Unidade	Total
13	Feijão do Tipo Carioquinha, 1KG	R$ 9,59	**RIO MARIA**	1100	Pacotes	R$ 10.549,00
16	Flocos de milho (flocão) Pct 500g.	R$ 4,24	**SERTÃO**	6500	Pacotes	R$ 27.560,00
23	Milho branco para canjica 500g	R$ 8,66	**CHERTA**	1750	Pacotes	R$ 15.155,00
28	Pão tipo hot dog, peso aproximado 350g.	R$ 0,68	**MASSA FINA**	15000	Unidades	R$ 10.200,00
30	Polpa de fruta sabor (acerola) 1kg	R$ 19,45	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 38.900,00
31	Polpa de fruta sabor (maracujá) 1kg	R$ 27,97	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 55.940,00
32	Polpa de fruta sabor (goiaba) 1kg	R$ 23,16	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 46.320,00
33	Polpa de fruta sabor (abacaxi) 1kg	R$ 22,76	**ISAPOLPAS**	1500	Pacotes	R$ 34.140,00
34	Sal 1kg	R$ 2,49	**COMBATE**	210	Pacotes	R$ 522,90
35	Sardinha 125g	R$ 7,79	**ROBINSON CRUSUE**	375	Unidades	R$ 2.921,25
37	Vinagre de alcool 500ml	R$ 5,18	**GOTA**	250	Frascos	R$ 1.295,00
	Valor Global:					**R$ 131.607,00**

1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
    1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Secretaria Municipal de Administração.
2. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
    1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

1. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
2. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
3. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata

de registro de preços.

1. **VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
    1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a 5.4.1 5.4.2 Possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.3 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.4 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.5 Mantiverem sua proposta original.
5.4.6 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

1. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
2. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

1. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
    1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.4 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.5 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
    1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
    1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
    2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

1. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

1. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
    1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.5. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
2. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

1. **DAS PENALIDADES**
    1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

1. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

1. **CONDIÇÕES GERAIS**
    1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
    2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Santa Filomena do Maranhão – Ma, 14 de março de 2025

_____
OSEANE BARBOSA DE SOUZA
Secretária Municipal De Educação
ORGÃO GERENCIADOR DA ATA

_____
TDB DSITRIBUIDORA LTDA CNPJ n.º 11.494.673/0001-61
Representante: FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA DA SILVA JUNIOR, RG: 2.163.730-PI
CPF: 984.760.093-72
FORNECEDOR REGISTRADO

Publicado por: RODOLFO FARUK BARBOSA DE SOUZA
Código identificador: 09d08ef5e27bac84cbbd7258ecd60df9

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 06.0702.0002/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA: 10/03/2025
ABERTURA: 09:00horas

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

pelo presente termo considerada a de julgamento do processo em epígrafe, adjudico o objeto à proponente abaixo registrada:

EMPRESA:

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA
CNPJ n° 09.675.112/0001-17
Endereço: Av. Jose Olavo Sampaio, Centro, Presidente Dutra/MA, CEP: 65.760-000
Telefone: (99) 3663 1706

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Quantidade	Unidade	Total	Marca
1	Açafrão, tempero puro em pó, embalado em 100 gramas.	R$ 4,75	250	Gramas	R$ 1.187,50	UBON
2	Açúcar, tipo cristal, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar em Embalagem de 1kg	R$ 4,00	2900	Pacotes	R$ 11.600,00	BLANCO
3	Alho Graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido,	R$ 25,26	16	Quilogramas	R$ 404,16	IN NATURA
4	Arroz, tipo 1, tipo classe longo fino, em embalagem de 1kg	R$ 5,00	4700	Pacotes	R$ 23.500,00	PAINHO
5	Bebida láctea sabor morango	R$ 4,50	500	Bandejas	R$ 2.250,00	NESTLE
6	Biscoito cream cracker 3/1, acondicionado em embalagem una.	R$ 3,99	8000	Pacotes	R$ 31.920,00	ESTRELA
7	Biscoito tipo Maisena 3/1 acondicionado em embalagem una.	R$ 3,58	4000	Pacotes	R$ 14.320,00	ESTRELA
8	Biscoito tipo maria sabor chocolate, 400g,	R$ 4,85	1750	Pacotes	R$ 8.487,50	ESTRELA
9	Carne Moída, partir da moagem e homogeneização de massas musculares de carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos	R$ 18,53	3250	Quilogramas	R$ 60.222,50	FORBOI
10	Coco ralado 100g	R$ 3,20	900	Pacotes	R$ 2.880,00	LA PREFERIDA
11	Chocolate em pó, 500g.	R$ 24,26	2100	Pacotes	R$ 50.946,00	MARATA
12	Corante 30g.	R$ 4,27	125	Pacotes	R$ 533,75	MARATA
14	Feijão do Tipo Preto, 1kg	R$ 6,55	400	Pacotes	R$ 2.620,00	POPY
15	Flocos de arroz (flocão), Pct 500g.	R$ 2,00	300	Pacotes	R$ 600,00	NUTRIVITA
17	Frango congelado 1kg.	R$ 12,00	4250	Quilogramas	R$ 51.000,00	NORDESTE
18	Linguiça - defumada, tipo calabresa 1kg	R$ 15,00	100	Quilogramas	R$ 1.500,00	FRIMESA
19	Leite em pó, características adicionais: tipo integral, 1ª, emalagem de 400g.	R$ 11,98	10000	Pacotes	R$ 119.800,00	SOL
20	Macarrão espaguete pct de 500g.	R$ 3,99	2250	Pacotes	R$ 8.977,50	ESTRELA
21	Margarina com sal 500g	R$ 5,87	400	Pacotes	R$ 2.348,00	PRIMOR
22	Massa preparada sabores chocolate e coco 400g	R$ 12,60	700	Pacotes	R$ 8.820,00	MARATA
24	Molho de tomate peso aproximado 350g.	R$ 2,45	1625	Pacotes	R$ 3.981,25	MARATA
25	Milho verde em conserva 170g	R$ 2,50	360	Pacotes	R$ 900,00	PREDILECTA
26	Óleo de soja 900ml	R$ 6,30	425	Frascos	R$ 2.677,50	ABC
27	Ovos Cartela com 30 unidades	R$ 19,00	1325	Cartelas	R$ 25.175,00	EMAPE
29	Pimenta do reino 50g	R$ 5,30	250	Pacotes	R$ 1.325,00	MARATA
36	Tomate	R$ 3,47	500	Quilogramas	R$ 1.735,00	IN NATURA
Valor Global:					**R$ 439.710,66**	

Razão Social: TDB DSITRIBUIDORA LTDA
CNPJ: n° 11.494.673/0001-61
Endereço: Rua Umbilino 14 – Quadra 268 – nº 04 – Galpão 03/04 BAIRRO: DIRCEU ARCOVERDE II CIDADE/UF: TERESINA-PI CEP: 64078-290
Telefone: (99) 99999-6436
Endereço eletrônico (e-mail): tdbteresina@gmail.com

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Marca	Quantidade	Unidade	Total
13	Feijão do Tipo Carioquinha, 1KG	R$ 9,59	**RIO MARIA**	1100	Pacotes	R$ 10.549,00
16	Flocos de milho (flocão) Pct 500g.	R$ 4,24	**SERTÃO**	6500	Pacotes	R$ 27.560,00
23	Milho branco para canjica 500g	R$ 8,66	**CHERTA**	1750	Pacotes	R$ 15.155,00
28	Pão tipo hot dog, peso aproximado 350g.	R$ 0,68	**MASSA FINA**	15000	Unidades	R$ 10.200,00
30	Polpa de fruta sabor (acerola) 1kg	R$ 19,45	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 38.900,00
31	Polpa de fruta sabor (maracujá) 1kg	R$ 27,97	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 55.940,00
32	Polpa de fruta sabor (goiaba) 1kg	R$ 23,16	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 46.320,00
33	Polpa de fruta sabor (abacaxi) 1kg	R$ 22,76	**ISAPOLPAS**	1500	Pacotes	R$ 34.140,00
34	Sal 1kg	R$ 2,49	**COMBATE**	210	Pacotes	R$ 522,90
35	Sardinha 125g	R$ 7,79	**ROBINSON CRUSUE**	375	Unidades	R$ 2.921,25
37	Vinagre de alcool 500ml	R$ 5,18	**GOTA**	250	Frascos	R$ 1.295,00
	Valor Global:					**R$ 131.607,00**

SANTA FILOMENA DO MARANHÃO (MA), em 12 de março de 2025.

OSEANE BARBOSA DE SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado por: RODOLFO FARUK BARBOSA DE SOUZA
Código identificador: 8b56e2279fded3e74bd8db648eafea69

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 06.0702.0002/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2025
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA: 10/03/2025
ABERTURA: 09:00horas

A Prefeitura de SANTA FILOMENA DO MARANHÃO torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº 001/2025 conforme segue Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar para atender as necessidades do município. Participaram do certame as empresas**: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA CNPJ: 09.675.112/0001-17, TDB DSITRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 11.494.673/0001-61**. Após a etapa de julgamento das propostas e de habilitação deu – se o seguinte resultado; **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA CNPJ: 09.675.112/0001-17,** sagrou-se vencedora com valor total de R$ 439.710,66 (quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e dez reais e sessenta e seis centavos.), **TDB DSITRIBUIDORA LTDA CNPJ: 11.494.673/0001-61**, sagrou-se vencedora com valor total de R$ 131.607,00 (Cento e trinta e um mil seiscentos e sete reais). Não houve interesse em interposição de recurso. Por fim adjudicou-se o objeto em favor da licitante supracitada**.**

SANTA FILOMENA DO MARANHÃO, em 12 de março de 2025.

Oilania Barboza de Souza
PREGOEIRA

Publicado por: RODOLFO FARUK BARBOSA DE SOUZA
Código identificador: e6c3013f178b2eb9676d44bb42c036ae

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. º 001/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Em face ao ato de adjudicação antes prolatado, resolvo com base no inciso IV Art. 71 da Lei 14.133/21 Homologar o objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N. º 001/2025,** conforme especificações na Ata de julgamento de demais atos, na seguinte forma;

Razão Social: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAMPOS LTDA
CNPJ n° 09.675.112/0001-17
Endereço: Av. Jose Olavo Sampaio, Centro, Presidente Dutra/MA, CEP: 65.760-000
Telefone: (99) 3663 1706

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Quantidade	Unidade	Total	Marca
1	Açafrão, tempero puro em pó, embalado em 100 gramas.	R$ 4,75	250	Gramas	R$ 1.187,50	UBON
2	Açúcar, tipo cristal, composição origem vegetal, sacarose de cana de açúcar em Embalagem de 1kg	R$ 4,00	2900	Pacotes	R$ 11.600,00	BLANCO
3	Alho Graúdo do tipo comum, cabeça inteira fisiologicamente desenvolvido,	R$ 25,26	16	Quilogramas	R$ 404,16	IN NATURA
4	Arroz, tipo 1, tipo classe longo fino, em embalagem de 1kg	R$ 5,00	4700	Pacotes	R$ 23.500,00	PAINHO
5	Bebida láctea sabor morango	R$ 4,50	500	Bandejas	R$ 2.250,00	NESTLE
6	Biscoito cream cracker 3/1, acondicionado em embalagem una.	R$ 3,99	8000	Pacotes	R$ 31.920,00	ESTRELA
7	Biscoito tipo Maisena 3/1 acondicionado em embalagem una.	R$ 3,58	4000	Pacotes	R$ 14.320,00	ESTRELA
8	Biscoito tipo maria sabor chocolate, 400g,	R$ 4,85	1750	Pacotes	R$ 8.487,50	ESTRELA
9	Carne Moída, partir da moagem e homogeneização de massas musculares de carcaças de bovinos, seguido de imediato congelamento. Carnes obtidas de massas musculares esqueléticas de bovinos	R$ 18,53	3250	Quilogramas	R$ 60.222,50	FORBOI
10	Coco ralado 100g	R$ 3,20	900	Pacotes	R$ 2.880,00	LA PREFERIDA
11	Chocolate em pó, 500g.	R$ 24,26	2100	Pacotes	R$ 50.946,00	MARATA
12	Corante 30g.	R$ 4,27	125	Pacotes	R$ 533,75	MARATA
14	Feijão do Tipo Preto, 1kg	R$ 6,55	400	Pacotes	R$ 2.620,00	POPY
15	Flocos de arroz (flocão), Pct 500g.	R$ 2,00	300	Pacotes	R$ 600,00	NUTRIVITA
17	Frango congelado 1kg.	R$ 12,00	4250	Quilogramas	R$ 51.000,00	NORDESTE
18	Linguiça - defumada, tipo calabresa 1kg	R$ 15,00	100	Quilogramas	R$ 1.500,00	FRIMESA
19	Leite em pó, características adicionais: tipo integral, 1ª, emalagem de 400g.	R$ 11,98	10000	Pacotes	R$ 119.800,00	SOL
20	Macarrão espaguete pct de 500g.	R$ 3,99	2250	Pacotes	R$ 8.977,50	ESTRELA
21	Margarina com sal 500g	R$ 5,87	400	Pacotes	R$ 2.348,00	PRIMOR
22	Massa preparada sabores chocolate e coco 400g	R$ 12,60	700	Pacotes	R$ 8.820,00	MARATA
24	Molho de tomate peso aproximado 350g.	R$ 2,45	1625	Pacotes	R$ 3.981,25	MARATA
25	Milho verde em conserva 170g	R$ 2,50	360	Pacotes	R$ 900,00	PREDILECTA
26	Óleo de soja 900ml	R$ 6,30	425	Frascos	R$ 2.677,50	ABC
27	Ovos Cartela com 30 unidades	R$ 19,00	1325	Cartelas	R$ 25.175,00	EMAPE
29	Pimenta do reino 50g	R$ 5,30	250	Pacotes	R$ 1.325,00	MARATA
36	Tomate	R$ 3,47	500	Quilogramas	R$ 1.735,00	IN NATURA
Valor Global:					**R$ 439.710,66**	

Razão Social: TDB DSITRIBUIDORA LTDA
CNPJ: n° 11.494.673/0001-61
Endereço: Rua Umbilino 14 – Quadra 268 – nº 04 – Galpão 03/04 BAIRRO: DIRCEU ARCOVERDE II CIDADE/UF: TERESINA-PI CEP: 64078-290
Telefone: (99) 99999-6436
Endereço eletrônico (e-mail): tdbteresina@gmail.com

Item	Nome	Preço Estimado Calculado	Marca	Quantidade	Unidade	Total
13	Feijão do Tipo Carioquinha, 1KG	R$ 9,59	**RIO MARIA**	1100	Pacotes	R$ 10.549,00
16	Flocos de milho (flocão) Pct 500g.	R$ 4,24	**SERTÃO**	6500	Pacotes	R$ 27.560,00
23	Milho branco para canjica 500g	R$ 8,66	**CHERTA**	1750	Pacotes	R$ 15.155,00
28	Pão tipo hot dog, peso aproximado 350g.	R$ 0,68	**MASSA FINA**	15000	Unidades	R$ 10.200,00
30	Polpa de fruta sabor (acerola) 1kg	R$ 19,45	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 38.900,00
31	Polpa de fruta sabor (maracujá) 1kg	R$ 27,97	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 55.940,00
32	Polpa de fruta sabor (goiaba) 1kg	R$ 23,16	**ISAPOLPAS**	2000	Pacotes	R$ 46.320,00
33	Polpa de fruta sabor (abacaxi) 1kg	R$ 22,76	**ISAPOLPAS**	1500	Pacotes	R$ 34.140,00
34	Sal 1kg	R$ 2,49	**COMBATE**	210	Pacotes	R$ 522,90
35	Sardinha 125g	R$ 7,79	**ROBINSON CRUSUE**	375	Unidades	R$ 2.921,25
37	Vinagre de alcool 500ml	R$ 5,18	**GOTA**	250	Frascos	R$ 1.295,00
	Valor Global:					**R$ 131.607,00**

SANTA FILOMENA DO MARANHÃO (MA), em 13 de março de 2025.

OSEANE BARBOSA DE SOUZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado por: RODOLFO FARUK BARBOSA DE SOUZA
Código identificador: b46e185a1e1d0da2ea2be4d289177ac7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ

AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2025, assinado em 29/04/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUA – MA. Processo Administrativo nº 026/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 010/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público, CNPJ nº 12.511.093/0001-06, CONTRATADO: MG EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 18.224.783/0001-52. Valor Global: R$ 8.597.805,76 (oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos). Vigência Inicial: 29 de Abril de 2025. Vigência Final: 29 de Abril de 2026. Flavio José Padilha de Almeida - Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças Receita e Patrimônio Público. Santa Luzia do Paruá - MA, 29 de Abril de 2025.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: f9c7b90f9864abdae71f7a49a6f8c1e1

AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2025, assinado em 08/05/2025. Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Processo Administrativo nº 029/2025. Modalidade: Credenciamento nº 002/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.039.467/0001-06, CONTRATADO: ASSOCIACAO DOS APICULTORES AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES RURAIS DAS QUADRAS XV XVI E XVII E POVOADO CIRCUNVIZINHOS-AGROMEL, CNPJ nº 26.212.762/0001-45. Valor Global: R$ 492.250,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 8 de Maio de 205. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2025. Sebastiana de Kassia Santos Freitas Moura - Secretária Municipal de Educação. Santa Luzia do Paruá - MA, 8 de Maio de 2025.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 9fbfb4e2e9a1062a4bcb8837af3f1cb8

AVISO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2025, assinado em 08/05/2025. Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE. Processo Administrativo nº 029/2025. Modalidade: Credenciamento nº 002/2025. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação, CNPJ nº 30.039.467/0001-06, CONTRATADO: ASSOCIACAO DE MORADORES DA PARUA JACUNICAUA, CNPJ nº 01.534.256/0001-41. Valor Global: R$ 492.250,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 8 de Maio de 2025. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2025. Sebastiana de Kassia Santos Freitas Moura - Secretária Municipal de Educação. Santa Luzia do Paruá - MA, 8 de Maio de 2025.

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 1118ed944712d78c5b79351c3b8f9c73

DECRETO Nº 231/2025, DE 07 DE MAIO DE 2025 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL

DECRETO Nº 231/2025, DE 07 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 11ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO PARUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, no uso de suas atribuições legais, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, e considerando a necessidade de avaliar, propor e fortalecer diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município e etc.,

CONSIDERANDO*: A Resolução CNAS/MDS nº 174/2024, de 14 de novembro de 2024, que convoca a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, com o tema "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência", e estabelece o período de realização das conferências municipais entre 31 de março e 11 de julho de 2025;*
CONSIDERANDO, *Os eixos abordados na 14ª Conferência Nacional serão definidos pela Comissão Organizadora e divulgados aos conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal até fevereiro de 2025.*
CONSIDERANDO *a urgente necessidade de refletir e avaliar coletivamente os avanços e desafios da Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social/SUAS no município;*

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a **11ª Conferência Municipal de Assistência Social**, a ser realizada no dia **26 de junho de 2025**, no **Centro Educacional Cleobeto de Oliveira Mesquita**, com o tema central ***"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"***,
Art. 2º - A 11ª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema: ***"20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência"***, com 5 eixos estratégicos que servirão de base para os debates e as deliberações da Conferência e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.
Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social previsto na Lei Orçamentária Anual/LOA/2025 e dos recursos do cofinanciamento federal (IGD PBF).
Art. 4º - Para a organização da 11ª Conferência Municipal de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora coordenada pela Presidente do CMAS, com composição paritária dos representantes do governo e da sociedade civil, a ser definida em Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE,
Publique-se e Cumpra-se.

PALÁCIO ADONIAS CARVALHO RAMOS, SEDE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ, ESTADO DO MARANHÃO, EM 07 DE MAIO DE 2025.

ANTONIO VILSON MARREIROS FERRAZ
Prefeito Municipal

CHARLENE CRISTINA REINALDO LIMA
PRESIDENTE DO CMAS

Publicado por: WYLLYAM PINHEIRO RODRIGUES
Código identificador: 96333c1d7b83dcc96831577f4f8dadb8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA

PORTARIA Nº 073, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 68 c/c Art. 93 da lei orgânica deste município, **RESOLVE**:Art. 1º - Nomear o senhor PABLO GUILHERME MORAES ROSA, para o cargo em comissão de ENGENHEIRO AMBIENTAL, Prefeitura Municipal de Santa Rita. Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA, ESTADO DO MARANHÃO, 07 DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2025. ***MILTON GONÇALO - PREFEITO MUNICIPAL***

Publicado por: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO
Código identificador: 06f739db2676ae686decaefaaef357b1

PORTARIA Nº 074, DE 07 DE ABRIL DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 68 c/c Art. 93 da lei orgânica deste município, **RESOLVE**: Art. 1º - Nomear o senhor NAYLLA OLIVEIRA LIMA, para o cargo em comissão de ENGENHEIRA AMBIENTAL, Prefeitura Municipal de Santa Rita. Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publique-se, registre-se e cumpra-se. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA, ESTADO DO MARANHÃO, 07 DIA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2025. ***MILTON GONÇALO - PREFEITO MUNICIPAL***

Publicado por: JOAO FLORENCIO MONTEIRO NETO
Código identificador: 92af2145d046c2a15220ce924de826ff

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO

DECRETO N°008, DE 28 DE ABRIL DE 2025

Decreto N° 008, de 28 DE ABRIL de 2025
Decreto de Regulamentação da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional — CAISAN

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o disposto na Lei nº132/2024 *que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional de São Domingos do Azeitão,* **DECRETA:**
Art.1° A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional-CAISAN do Município de São Domingos do Azeitão Estado do Maranhão no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional–SISAN, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração públicas municipais afins à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I. - elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMSEA e da Conferência Municipal, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;
II. - coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III- apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

I. - monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
II. – Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartipe, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;
III. - solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.
IV. - assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do COMSEA pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

- de 25 de Outubro 2024 – SISAN.

Art.2° A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das liberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 1° - o Plano Municipal de SAN deverá:

I - conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; II - ser quadrienal e ter a vigência correspondente ao plano plurianual;

I. - dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto nº7.272/2010, entre outros temas apontados pelo COMSEA e pela Conferência Municipal de SAN;
II. - explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;
III. - incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de Insegurança Alimentar e Nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;
IV. - definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação.

I. - ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEA e no monitoramento da sua execução., com base nas orientações da política de SAN e na realidade municipal.

Art. 3° A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.
Art. 4° A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá, preferencialmente, ser integrada pelas mesmas secretarias que

integram o COMSEA, podendo ser ampliadas para outras secretarias que venham contribuir com o SISAN e presidida, preferentemente, por titular da pasta a qual se vincula a Política de SAN, com atribuições de articulação e integração.
Art. 5° A Secretaria Executiva da CAISAN deve ser exercida pela secretaria que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.
Art.6° A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.
Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Data,28 de Abril 2025

Lourival Leandro dos Santos Júnior
Prefeito Municipal

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 442b45413695014261a7158fc78391ce

DECRETO N°009 DE 28 DE ABRIL DE 2025

DECRETO N°009 DE 28 DE ABRIL DE 2025
Decreto de Regulamentação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- COMSEA

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Domingos do Azeitão do Estado do Maranhão no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO DO ESTADO DE MARANHÃO no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 132/2024, de 25 de outubro de 2024.
DECRETA:
CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1° - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão deliberativo e de assessoramento imediato ao Prefeito de São Domingos do Azeitão, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, instituído pela Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.
Art. 2° - Compete ao COMSEA

I. - organizar e coordenar, em articulação com a CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional convocada pelo Chefe do Poder Executivo, com periodicidade não superior a quatro anos;
II. - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência considerando as recomendações do CONSEA Estadual;
III. - propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de SAN, as diretrizes e as prioridades do Plano Municipal de SAN, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
IV. - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de SAN;
V. - mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
VI. - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
VII. - zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

I. - manter articulação permanente com outros Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

IX- elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§1° - O COMSEA manterá diálogo permanente com a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.
§2°: Na ausência de convocação por parte do Chefe do Poder Executivo no prazo regulamentar, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será convocada pelo COMSEA.
CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3° - O COMSEA será composto por seis (06) membros, titulares e igual número de suplentes, dos quais **4 (quatro)** dois terços de representantes da sociedade civil e **2 (dois)** um terço de representantes do poder público, conforme disposto no art. 11 da Lei nº 132 de 2024 SISAN Municipal).
§1° ° A representação do poder publico no COMSEA será exercida pelos seguintes membros titulares:

I. **Titular**: Secretaria Municipal de Assitência Social

Suplente: Secretaria Municipal de Saúde

I. **Titular**: Secretaria municpal de Agricultura
II. : Secretaria Municipál de Educação

§ 2° As entidades que comporão o COMSEA serão eleitas em plenária especifica da sociedade civil.
§ 3° O COMSEA poderá convidar, na qualidade de observadores, representantes de conselhos afins, do Ministério Público, indicados pelos titulares das respectivas instituições, mediante convite formulado pelo Presidente do COMSEA.
Art. 4° - Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão indicados pelas suas entidades e os representantes do poder público titulares e suplentes, serão designados pelo poder público, sendo todos nomeados pelo Prefeito com mandato de dois anos.
Parágrafo único. Será Impedido para o exercício do mandato de conselheiro/a como representante da sociedade civil ocupantes de cargos públicos governamentais de livre nomeação e exoneração, em todas as esferas de governo, enquanto estiver exercendo o cargo.
Art. 5° - O COMSEA, previamente ao término do mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, constituirá comissão eleitoral, composta por, pelo menos, 06 membros, dos quais 2/3 será representante da sociedade civil, incluído o Presidente do Conselho.
§ 1° Cabe à comissão eleitoral convocar assembleia para definição das entidades da sociedade civil que comporão o COMSEA, observados os critérios de representação deliberados pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.
§ 2° A comissão eleitoral terá prazo de quinze dias, antes do término do mandato dos conselheiros, para apresentar as entidades e seus representantes da sociedade civil no CONSEA Municipal ao Chefe do Poder Executivo para efeito de nomeação.
Art. 6° - O COMSEA tem a seguinte organização:

I. - Plenário;

I. – Presidência (*sociedade civil*);

I. – Secretaria Geral (*sociedade civil*);

I. – Secretaria Executiva (*poder público*);

V -Comissões Temáticas.

Seção I

Da Presidência e da Secretaria Geral

Art. 7° - O COMSEA será presidido por um representante da sociedade civil, eleito pelo Conselho, entre seus membros.
Parágrafo único: No prazo de até 15 dias, após a nomeação dos conselheiros, o Presidente da comissão eleitoral convocará uma reunião, durante a qual será eleita a nova diretoria do COMSEA.
Art. 8° - Ao Presidente incumbe:

I - zelar pelo cumprimento das deliberações do COMSEA; II - representar externamente o COMSEA;

I. - convocar, presidir e coordenar as reuniões do COMSEA;

I. - manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;
II. - convocar reuniões extraordinárias, juntamente com o Secretário-Geral; e

I. - propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e os demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo COMSEA.

Art. 9° O Secretário Geral do COMSEA será eleito entre os representantes da sociedade civil e terá as seguintes competências:

I. – Substituir o Presidente em seus impedimentos

I. – Apoiar e participar com o Presidente no desempenho de todas as funções do COMSEA;

Seção II

Da Secretaria Executiva

Art. 10. Para o cumprimento de suas funções, o COMSEA contará, em sua estrutura organizacional, com uma Secretaria-Executiva, que dará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.
Parágrafo único. Os recursos orçamentários e financeiros necessários à estruturação e funcionamento da Secretaria-Executiva serão consignados diretamente no orçamento do Governo Municipal.
Art. 11. A Secretaria-Executiva será coordenada pelo Secretário-Executivo e a ela compete:
I - assistir o Presidente e o Secretário-Geral do COMSEA, no âmbito de suas atribuições;

I. - estabelecer comunicação permanente com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o CONSEA Nacional, mantendo-os informados e orientados acerca das atividades e propostas do COMSEA;
II. - assessorar e assistir o Presidente do COMSEA em seu relacionamento com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, órgãos da administração pública e organizações da sociedade civil;
III. – Apoiar com informações e estudos as comissões temáticas, grupos de trabalho e conselheiros , visando auxiliar a formulação e análise das propostas apreciadas pelo COMSEA .

V-dirigir, coordenar e orientar o planejamento, a execução e avaliação das atividades da Secretaria-Executiva, sem prejuízo de outras atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente e pelo Secretário Geral do Conselho.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 12. Poderão participar das reuniões do COMSEA, a convite de seu presidente, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como, pessoas que representem a sociedade civil, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.
Art. 13. O COMSEA contará com comissões temáticas de caráter permanente ou temporária, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas, e grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas no seu âmbito de atuação.
Art. 14. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria Executiva do COMSEA serão feitas pela sua diretoria ao chefe do executivo.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Domingos do Azeitão – MA, 30 de Abril 2025

Lourival Leandro dos Santos Júnior
Prefeito municipal

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: daa23182b1f40da9d48ceefec380ee89

LEI Nº 014/2017

Lei nº 014/2017.
Institui a Lei Municipal de resíduos sólidos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e a Constituição da República Federativa do Brasil, faz saber que Câmara Municipal de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
CAPITULO 1
SEÇÃO 1
Disposições Gerais
Art. 1° - Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos do Município de São Domingos do Azeitão/MA, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.
§1° Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.
§2° Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.
§3° Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a mesma classificação do disposto no artigo 13 da Lei Federal n° 12.305/2010, também conhecida como Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
Art. 2" - Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, o disposto em normas regulamentares do Sistema Nacional de Meio Ambiente, Código Estadual do Meio Ambiente e legislação correlata, dentre outras normas que regulem a matéria.
CAPITULO II

Da Política Municipal de resíduos sólidos Seção I

Dos Princípios
Art. 3° - A política Municipal de resíduos sólidos, desenvolvida em consonância com as políticas nacionais de meio ambiente, de recursos hídricos, de saneamento básico, urbana, de educação ambiental, agrícola, de ação social, de saúde pública e das demais políticas relativas ao saneamento ambiental, atenderá aos seguintes princípios:

I. - a prevenção, precaução e educação;
II. - o poluidor-pagador;
III. - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis, ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
IV. - o desenvolvimento sustentável;
V. - a eco eficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
VI. - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
VII. - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
VIII. - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
IX. - o respeito às diversidades local e regional;
X. - o direito da sociedade à informação, participação e ao controle social;
XI. - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Seção II Dos Objetivos
Art. 4" - São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I. - proteção da saúde pública ec da qualidade ambiental;
II. - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

I. - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
II. - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
III. - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
IV. - incentivo à indústria da reciclagem, lendo em vista fomentar o uso de matérias primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
V. - gestão integrada de resíduos sólidos;
VI. - articulação entre as demais esferas do poder público, e com o setor empresarial e a sociedade civil organizada, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
VII. - capacitação técnica sistemática e continuada na área de resíduos sólidos;
VIII. - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;
IX. - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:
    a. produtos reciclados e recicláveis;
    b. bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
X. - integração e valorização profissional dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
XI. - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;
XII. - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.
XIII. - promover a formação junto a sociedade em geral por meio de campanhas de conscientização e aprendizado, objetivando o seu compromisso e responsabilidade na preservação ambiental e sustentabilidade.

Seção III
Dos Instrumentos
Art. 5° - São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros;

I. - o Conselho e o Fundo Municipal do Meio Ambiente;
II. - o Diagnóstico e o Plano Municipal de resíduos sólidos;
III. - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;
IV. - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
V. - o incentivo à criação, fortalecimento e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
VI. - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;
VII. - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
VIII. - a pesquisa científica e tecnológica;
IX. - a Política de educação ambiental;
X. - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios, bem como sanções penais e administrativas; XI- o Conselho Municipal de Saúde, no que couber, e vigilância sanitária;

I. - os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, em especial de defesa ambiental e a avaliação de impactos ambientais;
II. - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

CAPÍTULO III
Do gerenciamento dos Resíduos sólidos Seção I
Das finalidades

Art. 6° - O gerenciamento de resíduos sólidos tem por finalidade;

I. - a redução da quantidade e nocividade dos resíduos gerados;
II. - o máximo reaproveitamento, reutilização, recuperação e reciclagem de resíduos que não podem ser evitados;
III. - disposição final realizada de maneira a assegurar a proteção ao meio ambiente e à saúde pública;

Art. 7° - O gerenciamento de resíduos sólidos deve obedecer ao plano integrado de resíduos sólidos do Município, de acordo com as atividades devidamente licenciadas pelo órgão ambiental.
Parágrafo único - Constituirão o Plano integrado de resíduos sólidos, no mínimo, os seguintes planos;

I. - Plano de gerenciamento de resíduos orgânicos domésticos, de poda, capina e de feiras livres;
II. - Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
III. - Plano de gerenciamento de resíduos inservíveis de grande porte;

IV. - Plano de gerenciamento de resíduos de materiais recicláveis;
V. - Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil.

Seção II
Plano Municipal de Resíduos Sólidos
Art. 8° - O Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS) será elaborado pela Secretaria Municipal de obras, com a participação das demais secretarias municipais afins e da sociedade civil, observado os dispostos na Lei Federal n° 12.305/2010, tendo como conteúdo mínimo;

I. - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposições finais adotadas;
II. - proposição de cenários, incluindo tendências, local, regional, estadual e nacional e socioeconômica;
III. - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, observado o plano diretor e o zoneamento ambiental;

I. - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;
II. - metas para a eliminação de lixões e recuperação das áreas degradadas pela atividade de lixões e outras possíveis áreas focos de descartes clandestinos de resíduos;
III. - metas de inclusão social e emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
IV. - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;
V. - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos públicos municipais c fundos socioambientais do meio ambiente, aval e acesso a recursos públicos, estadual ou federal quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;
VI. - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada no perímetro urbano e consórcio intermunicipal dos resíduos sólidos, considerando os critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos, visando uma maior responsabilidade com os recursos públicos c as formas de prevenção dos riscos ambientais;
VII. - diretrizes para o planejamento c demais atividades de gestão e de gerenciamento de resíduos sólidos;
VIII. - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social;
IX. - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;
X. - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos.
XI. - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a cargo do poder público;
XII. - programas e ações de capacitação técnica de todos agentes ambientais envolvidos voltados para sua implementação e operacionalização;
XIII. - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;
XIV. - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;
XV. - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

I. - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento:
II. - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;
III. - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

Parágrafo Único - O Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas e poderá estar inserido no Plano de Saneamento Ambiental previsto na Lei n° 12.305/2010.
Art. 9" - Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I. - os geradores de resíduos sólidos dos serviços públicos de saneamento básico, de resíduos industriais e de resíduos de serviços de saúde;
II. - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:
    a. gerem resíduos perigosos;
    b. gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;
III. - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do município, do estado e do SISNAMA;
IV. - os responsáveis pelos terminais e pelos resíduos sólidos de serviços de transportes e;
V. - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do município, do estado e do SISNAMA;

Art. 10® - O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I. - descrição do empreendimento ou atividade;
II. - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a cies relacionados;
III. - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do estado, do SISNAMA e pelo plano ' municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a. explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;
b. definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

I. - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;
II. - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
III. - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, à reutilização e reciclagem;
IV. - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação;
Art. 11- O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Município.
Parágrafo Único - Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe ao Conselho Municipal do Meio Ambiente.
Seção III
Da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
Art. 12. O sistema de gestão integrada de resíduos sólidos engloba, no todo ou em partes, as fases e atividades abaixo indicadas:
I - Produção ou Geração;
II - Acondicionamento; III-Coleta;
IV -Transporte:
V - Triagem e Tratamento; VI-Valorização;

VII - Destinação Final Adequada, compostagem, reciclagem e utilização das melhores tecnologias disponíveis;
VIII - Conservação e manutenção dos equipamentos e das infraestruturas;
IX - atividades de caráter administrativo, financeiro e de fiscalização.
CAPITULO IV
Do Programa Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos Seção I
Das Responsabilidades e Atribuições
Art. 13. Fica instituído o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos, instrumento para a implementação da gestão dos resíduos recicláveis, orgânicos e rejeitos, cujo objetivo é o cumprimento da legislação quanto à redução da produção, segregação na fonte, transporte e destinação final adequada dos resíduos, e regulamentação do exercício das responsabilidades dos grandes geradores de resíduos sólidos urbanos domiciliares, transportadores e receptores de resíduos.
Art. 14. Todos os geradores de resíduos sólidos deverão ter como objetivo a não geração de resíduo e a sua redução, a segregação na fonte geradora nas tipologias de resíduos orgânicos, recicláveis e rejeitos, promovendo o adequado acondicionamento, prioritariamente destinando os resíduos gerados o retorno ao ciclo produtivo, por meio da respectiva destinação à compostagem, à reutilização ou reciclagem, além da destinação final adequada, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação e normas técnicas,
Parágrafo único: O não cumprimento do disposto no caput deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.
Seção II
Das responsabilidades dos Geradores de Resíduos Sólidos
Art. 15. Compete a todos os geradores de resíduos sólidos a responsabilidade pelos resíduos gerados, compreendendo as etapas de segregação, acondicionamento e disponibilização adequada para a coleta.
§ 1° O pequeno gerador de resíduos sólidos urbanos terá cessada a sua responsabilidade com a disponibilização adequada de seus resíduos sólidos para a coleta seletiva.

§ 2° Somente cessará a responsabilidade do grande gerador de resíduos sólidos quando os resíduos forem reaproveitados em produtos, na forma de novos insumos ou quando ocorrer destinação ambientalmente adequada.
Art. 16. No caso de dano envolvendo resíduos sólidos, a responsabilidade pela execução de medidas mitigatórias, corretivas e preparatórias será da atividade ou empreendimento causador do dano, solidariamente, com seu gerador.
Parágrafo único: A responsabilidade disposta no caput deste artigo se aplica tanto ao pequeno gerador de resíduos sólidos urbanos e rurais, como ao terceirizado responsável pela coleta quando o dano decorrer diretamente de sua ação ou omissão.
Seção III
Da coleta seletiva
Art. 17. Compete ao Município de São Domingos do Azeitão, direta ou indiretamente, planejar o sistema e realizar a coleta seletiva e remoção dos resíduos sólidos urbanos de pequenos geradores, de forma diferenciada para cada tipologia de resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis, conforme horários e programação definidos e divulgados previamente à população.
Art. 18. A coleta seletiva dos resíduos recicláveis constitui parte essencial do Programa Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e será realizada no Município dando prioridade as ações de geração de renda e incentivo à formação de cooperativas formadas por catadores de materiais recicláveis.
Parágrafo único. O Município fornecerá apoio institucional para formação da cooperativa a que se refere este artigo.
CAPÍTULO V
Da Limpeza Pública e do Despejo Irregular de Resíduos Sólidos SEÇÃO I
Resíduos Verdes Urbanos
Art. 22. É proibido colocar nos equipamentos, vias, logradouros e outros espaços públicos os resíduos verdes urbanos.
Art. 23. O gerador de Resíduos Verdes Urbanos deve assegurar sua destinação final ambientalmente adequada e a valorização dos resíduos, no local de origem, cumprindo as

normas de segurança e salubridade pública, ou assegurar o seu transporte nas devidas condições de segurança e efetuar a destinação em local específico, licenciado, para este fim.
§ 1° O pequeno gerador de resíduos verdes urbanos terá cessada sua responsabilidade com a disponibilização adequada desses resíduos para a coleta seletiva.
§ 2° Nos casos em que o gerador dos resíduos não possua os meios necessários para o cumprimento deste caput, poderá solicitar a municipalidade a remoção, quando esta possuir tal serviço, mediante pagamento de tarifa pela realização do serviço.
Seção II
Do Despejo Irregular
Art. 24. E proibido o despejo irregular de todo e qualquer tipo de resíduo sólido, devendo o gerador promover sua adequada segregação na fonte e acondicionamento.
CAPÍTULO VI
Dos Instrumentos Econômicos e Financeiros
Art. 25. O Município de São Domingos do Azeitão, no âmbito de sua competência, poderá editar normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitada as limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal, para as indústrias e entidades dedicadas à reutilização, à reciclagem e ao tratamento de resíduos sólidos produzidos no território do Município, bem como, para o desenvolvimento de programas voltados à logística reversa, prioritariamente em parceria com cooperativas de catadores de materiais recicláveis reconhecidas pelo poder público e formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda.
CAPÍTULO VII
Das Proibições e Infrações SEÇÃO I
Das Disposições Gerais
Art. 26. Qualquer violação das disposições presentes nesta Lei e a imposição de penalidades competem aos órgãos municipais com competência fiscalizadora para as atividades objeto desta Lei.
Parágrafo único. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar a situação e a reparar os danos causados que estiverem cm desacordo com as disposições contidas nesta Lei.

SEÇÃO II
Das Proibições
Art. 27. Ficam proibidas as seguintes formas de disposição final de rejeitos, que não são formas de disposição final ambientalmente adequada:
I - lançamento nos corpos hídricos e no solo, de modo a causar danos ao meio ambiente, à saúde pública e à segurança;
II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos, não licenciados para esta finalidade;
III - para alimentação animal;
IV - outras formas vedadas pela legislação federal, estadual e municipal, bem como se estiverem contrárias as Normas Técnicas estabelecidas.
Art. 28. Ficam proibidas, nas áreas de disposição final de rejeitos, as seguintes atividades:
I - catação em qualquer hipótese;
II - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
III - trânsito de pessoas sem prévia autorização;
IV - outras atividades que venham a ser definidas pelo poder público municipal.
SEÇÃO III
Das Penalidades
Art. 29. A não observância ao disposto nesta Lei, total ou parcialmente, sujeitará o infrator, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, ao que segue:

I. - advertência mediante a notificação;
II. - multa simples e/ou diária a ser estabelecida de acordo com a

infração cometida, contada a partir da notificação do infrator;
III. - cassação das licenças e/ou alvarás de funcionamento.

§ 1° Serão advertidas conforme disposto na Lei Federal n° 9605 de 12/02/98
§ 2° Serão punidas na reincidência com multas simples as seguintes infrações:

I. - a realização, não autorizada, de atividade econômica de deposição, remoção, transporte, armazenamento, valorização, tratamento e eliminação dos resíduos sólidos - multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a RS 50.000,00 (cinqüenta mil reais);
II. - despejo irregular de resíduos sólidos, bem como sua colocação fora dos dias e horários da coleta seletiva ou em acondicionamento inadequado - multa de RS 50,00 (cinqüenta reais) a RS 500,00 (quinhentos reais);
III. - deposição de resíduos sólidos urbanos diferentes daqueles a que destina os equipamentos públicos de acondicionamento e deposição - multa de RS 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) a RS 500,00 (quinhentos reais);
IV. - destruir, provocar danos e afixar cartazes ou publicidade em recipientes destinados deposição de resíduos sólidos urbanos - multa de RS 500,00 (quinhentos reais) a RS 5.000,00 (cinco mil reais);
V. - lançar qualquer resíduo sólido nas sarjetas e sumidouros - multa de RS 500,00 (duzentos e cinqüenta reais) a R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais);
VI. - poluir a via pública com dejetos - multa de RS 250.00 (duzentos e cinqüenta reais) a R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais);
VII. - despejar a carga de veículos, total ou parcialmente, com prejuízo para a limpeza publica, sem efetuar a limpeza dos resíduos daí resultante - multa de RS 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
VIII. - não proceder à limpeza de todos os resíduos provenientes de obras que afetem o asseio das vias e outros espaços públicos multa de RS 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
IX. - violação de outros dispositivos desta lei que não expressamente acima mencionados - multa de R$ 50,00 (cinqüenta reais) a R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais).

§ 3° As multas serão agravadas para o dobro por cada reincidência.
§ 4° Nos casos de infração continuada a penalidade deverá ser aplicada na forma de multa diária e/ou interdição do estabelecimento ou atividade.
§6° Considerar-se-á como atenuante a ocorrência de circunstâncias tais como:

a. acidente sem dolo;
b. comunicação, à autoridade, de forma imediata e espontânea do dano causado;

a. a adoção imediata e espontânea de medidas cabíveis de reparação, proteção ambiental e/ou de mitigação dos danos causados.

SEÇÃO IV
Das Notificações
Art. 30. A Notificação será lavrada e assinada pela autoridade competente devidamente identificada, sempre que houver exigências a cumprir.
Art. 31. A Notificação deverá sempre indicar, explicitamente, as exigências a serem cumpridas e o dispositivo legal infringido, bem como, a data em que foi lavrado e o prazo concedido para seu cumprimento.
Parágrafo único. Para o exercício do contraditório e ampla defesa, é assegurado ao infrator o direito de recorrer no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação.
Art. 32. O prazo concedido para cumprimento das exigências poderá ser prorrogado, através de decisão fundamentada da autoridade imediatamente superior àquela que lavrou a Notificação, por igual período de tempo ao termo inicial, por meio de requerimento administrativo, desde que protocolado até 02 (dois) dias antes do término do prazo estipulado.
Parágrafo único. O pedido de prorrogação de prazo não suspenderá os efeitos da Notificação.
Art. 33. A Notificação será entregue pelo agente municipal ou Secretário de Obras, que exigirá do destinatário recibo datado e assinado.
§ 1® Quando esta formalidade não for cumprida, os motivos serão declarados na própria notificação.
§ 2° A segunda via da notificação devidamente assinada pelo agente da fiscalização ambiental municipal, permanecerá em poder do notificado, mesmo que este se recuse a assiná-la, nela sendo anotadas a data e a hora da ciência.
§ 3® Quando de toda maneira não for possível fazer a entrega da Notificação, esta será encaminhada via carta registrada, fazendo-se publicar no órgão de imprensa oficial as exigências a serem cumpridas.
SEÇÃO V
Do Auto de Constatação
Art. 34. O Auto de Constatação é instrumento de fé pública, coercitivo, para aplicação inicial de penalidade prevista nesta Lei, devendo sempre, além da identificação do infrator, indicar explicitamente o dispositivo legal infringido, a descrição circunstanciada do fato determinante

de sua lavratura, bem como as atenuantes ou agravantes, se houver, em caracteres bem legíveis.
Art. 35. Impõe-se o Auto de Constatação quando verificada infração, que por sua natureza, exija a aplicação imediata de penalidade prevista nesta Lei.
Parágrafo único. A emissão do Auto de Constatação não exime o infrator da obrigação de fazer ou deixar de fazer, nem da aplicação de outras penalidades civis, penais e administrativas.
Art. 36. O Auto de Constatação será lavrado e assinado pelo agente público, lotado no órgão executivo municipal devidamente identificado, bem como pelo autuado ou, na sua ausência, pelo seu representante legal ou preposto.
§1° Em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e seus motivos serão declarados no Auto de Constatação.
SEÇÃO VI
Do Auto de Infração
Art. 38. Apreciado o Auto de Constatação e definida a penalidade a ser aplicada, o processo administrativo retomará à fiscalização que lavrará o respectivo Auto de Infração.
Art. 39. Lavrado o Auto de Infração, será entregue uma via ao infrator e assinada por este ou, na sua ausência, por seu representante legal ou preposto.
§ 1° Em caso de recusa, esta será consignada, no próprio documento, pelo agente da fiscalização com a assinatura de duas testemunhas, se houver, fazendo-se, em qualquer hipótese, a entrega do auto.
§ 2® Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, poderá o Auto, ser assinado a rogo, na presença de duas testemunhas ou, na falta delas, deverá ser feita a devida ressalva pelo agente da fiscalização ambiental, no próprio Auto de Infração.
§ 3" Para a efetivação das providências a que se refere este artigo, o autuado poderá ser notificado mediante carta registrada e publicação no órgão de imprensa oficial.
CAPÍTULO XI
Das Disposições Finais e Transitórias
Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS DO AZEITÃO, ESTADO DO MARANHÃO, em 18 de setembro de 2017.

Nicodemos Ferreira Guimarães
Prefeito Municipal

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 55093a79e4ea230b2ccc959b2f8855b3

PORTARIA Nº 023/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 023/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, ao Sr. José Ailton Rodrigues da Silva, **CPF:** 032.835.683-24**, Motorista**, 01 (uma) diária, para custeio de despesas a serem efetuadas em São Luís- MA, com valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), **viagem a serviço da Secretaria municipal de Saúde, para retirada da Ambulância na SES (Secretaria de Estado da saúde) doada pelo Estado do Maranhão,** na data de 08/05/2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em São Domingos do Azeitão – MA, 07 de maio de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDA ARRUDA FRANÇA TONIAZZO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: e31ac65850e9e26246ad36932c278250

PORTARIA Nº 035/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS- CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 035/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS- CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, a Sra. Fernanda Arruda França Toniazzo, **CPF:** 009.954.723-60**, Secretária de Saúde**, 01 (uma) diária, para custeio de despesas a serem efetuadas em São João dos Patos- MA, com valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), para participar **da Reunião Ordinária da CIR – Comissão Intergestora Regional** em São João dos Patos- MA na data de 08/05/2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, em São Domingos do Azeitão – MA, 08 de maio de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EFISSON GOMES PEREIRA
Secretário de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: 524904725bd48a315e77f488ffa46b4d

PORTARIA Nº 036/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS- CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 036/2025 – SEC. DE ADM E RECURSOS HUMANOS- CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, ao Sr. Raimundo Evangelista Guimarães, **CPF:** 549.239.721.49**, Motorista**, 05 (cinco) diárias, para custeio de despesas a serem efetuadas Goiânia- GO, com valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais**), para retirada da Ambulância adquirida em Goiânia- GO na empresa HOPE** no período de 12/05/2025 a 16/05/2025.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, em São Domingos do Azeitão – MA, 12 de maio de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

EFISSON GOMES PEREIRA
Secretário de Administração e Recursos Humanos.

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: ecb1c23cec6ffe0008202bbb3b2a906b

PORTARIA Nº 022/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 022/2025 – SEC. DE SAÚDE – CONCESSÃO DE DIÁRIAS

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de São Domingos do Azeitão, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições, em consonância com a Lei Municipal nº 059/2021,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder, a Sra. Luana Karoline Rimar Ribeiro Cardoso, **CPF:** 004.276.643-57**, Enfermeira**, 02 (duas) diárias, para custeio de despesas a serem efetuadas em São João dos Patos- MA, com valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando R$ 300,00 (trezentos reais), **para participar da Oficina Tutorial do Planifica Maranhão em São João dos Patos** nos dias 05/05/2025 e 06/05/2025.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, em São Domingos do Azeitão – MA, 05 de maio de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDA ARRUDA FRANÇA TONIAZZO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por: CARLOS MAGNO ALVES SOUSA
Código identificador: a17a909a5ef6ac08eb54218ab4d85f52

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO

DECRETO N.º 10, DE 30 DE ABRIL DE 2025.

“Declara situação de emergência no Município de São Francisco do Maranhão em razão de estiagem prolongada”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO, no uso

das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município;

Considerando, o disposto na Lei Federal nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020 e na Instrução Normativa nº 2/2016 – MDR

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência no Município de São Francisco do Maranhão/MA em razão do desastre caracterizado como **Estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0)**, pelo prazo de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da publicação deste decreto.
§ 1º A área abrangida pela emergência compreende todo o território municipal, rural e urbano, o prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, mediante ato motivado do Chefe do Poder Executivo e parecer favorável da Defesa Civil Estadual.

Art. 2º Ficam autorizadas, pelo prazo deste decreto, as seguintes medidas administrativas excepcionais:
I. Dispensa de licitação para contratação de bens, serviços e obras destinados ao enfrentamento da estiagem, na forma do art. 29 do Decreto Federal nº 10.593/2020
II. Abertura de crédito adicional especial, suplementação orçamentária ou remanejamento de dotações para atendimento das ações emergenciais;

Art. 3º Os secretários municipais de Governo, Agricultura, Infraestrutura, Saúde e Assistência Social ficam responsáveis pela adoção das providências necessárias ao cumprimento deste decreto, devendo:
I. Elaborar plano de ação emergencial;
II. Prestar informações semanais à Defesa Civil Estadual e ao Gabinete do Prefeito;

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sem prejuízo de outras fontes de financiamento, inclusive federal e estadual.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo vigente pelo prazo de 180 dias.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Francisco do Maranhão - MA, 30 de abril de 2025.

FRANCISCO NETO RODRIGUES DE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado por: ANTÔNIO CARLOS AUSTRIACO FILHO
Código identificador: 06b7a939d023718ac531b73f29ff80aa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2025 -PMSJP-MA. CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 - PMSJP-MA.

AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2025 -PMSJP-MA.
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 - PMSJP- MA.
A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e com suporte do Setor de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Credenciamento nº 01/2025, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de exames de análises clínicas, visando garantir o adequado funcionamento do Hospital Municipal Joca Chaves e das Unidades Básicas de Saúde do Município.** A documentação de habilitação será recebida no período de 13 de maio a 03 de junho de 2025, 24 horas por dia, das 00h00 às 23h59, exclusivamente por meio do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, acessível no Portal licitasaojoaodoparaiso.com.br. O processo será conduzido pelo Agente de Contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações. O edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico do Portal licitasaojoaodoparaiso.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema SINC – Contrata e no site oficial da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, disponível em https://www.saojoaodoparaiso.ma.gov.br. São João do Paraíso - MA, 09 de maio de 2025. **Ilton Rodrigues de Sousa Agente de Contratação Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA**

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: e35179d4f537dce5a3b5649109d352f7

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2025, ASSINADO EM 12/05/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2025, assinado em 12/05/2025. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de informática, Computadores, impressoras recarga de cartucho de interesse de diversas Secretarias da prefeitura municipal de são João do paraíso – MA.. Processo Administrativo nº 075/2025. Modalidade: Dispensa sem Disputa nº 11/2025. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PLANEJAMENTO, CNPJ nº 01.597.629/0001-23, CONTRATADO: EDUARDO DE LIMA ZAVARIZE SERVICOS, CNPJ nº 24.850.817/0001-17. Valor Global: R$ 60.257,31 (sessenta mil, duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e um centavos). Vigência Inicial: 12 de Maio de 2025. Vigência Final: 31 de Dezembro de 2025. ZAQUEU DA SILVA CASTRO - Secretário de Governo e Planejamento. São João do Paraíso - MA, 12 de Maio de 2025.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 80fe705205025a007ab1dd6f9856563b

LEI Nº 0279/2025

LEI Nº 0279/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. - Esta Lei cria e regulamenta o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM de que trata o Município de São João do Paraíso, conforme Capítulo IV da Política Municipal Ambiental.

Art. 2º. - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM possui natureza contábil e financeira e é vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, na forma de seu regimento interno.

Art. 3º. - O Fundo Municipal de Meio Ambiente tem como finalidade mobilizar e gerir recursos para financiamentos de planos, programas e projetos que tenham como objetivo proteger, planejar, controlar, coordenar, preservar, melhorar, recuperar e fiscalizar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, compreendendo as seguintes atividades:

I – subsídio à formulação de normas técnicas e legais de acordo com os padrões de qualidade ambiental;
II – apoio à capacitação técnica dos servidores da SEMMA, assim como na participação e realização de eventos, seminários, congressos,

conferências, cursos, campanhas, programas de educação e de gestão ambiental, com as respectivas passagens e diárias.
III – suporte às ações para implantação e coordenação da Agenda 2030 de São João do Paraíso;
IV – estímulo à administração da SEMMA e apoio ao desenvolvimento de atividades concernentes a implementação do zoneamento urbano;
V – promoção da educação ambiental e apoio a extensão e pesquisa científica, visando à conscientização da população sobre a necessidade de proteger, preservar, conservar e recuperar o meio ambiente;
VI – manutenção da qualidade do meio ambiente do município, mediante a intensificação das ações de prevenção e fiscalização ambiental e de controle urbano;
VII – incentivo ao uso e projeto de pesquisa de tecnologia limpa;
VIII – apoio à implantação e manutenção do cadastro multifinalitário;
IX – controle, análise, fiscalização, monitoramento e avaliação dos recursos naturais, artificiais, culturais e do trabalho, bem como das atividades potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
X – apoio à implantação e a manutenção de um sistema de informações referentes ao meio ambiente e controle urbano, em parceria com as demais secretarias;
XI – apoio às politicas de proteção aos recursos naturais, artificiais, culturais e do trabalho;
XII – apoio à formação de consórcio intermunicipal de interesse ambiental;
XIII – articulação e colaboração de convênios, termo de cooperação técnica e outros ajustes, com órgãos, organismos e instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, para obtenção de financiamentos e execução da política ambiental;
XIV – incentivo à produtividade dos servidores da SEMMA, a ser definido por instrução normativa;
XV – contratação de estudos, projetos e serviços de natureza ambiental, de pessoas físicas e jurídicas, nacional e internacional;
XVI – aquisição de equipamentos, veículos e execução de obras relacionadas à administração, execução, planejamento, coordenação, proteção, preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e fiscalização do meio ambiente.

Art. 4º. - Constitui recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I – dotações orçamentarias e créditos adicionais;
II – transferências de recursos da União, do Estado, do município ou de outras entidades públicas e privadas;
III – acordos, convênios, contratos e consórcios de ajuda à cooperação institucional;
IV – doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bem moveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privados, nacionais ou internacionais.
V – multas administrativas cobradas por inflações às normas ambientais na forma da legislação municipal, estadual e federal;
VI – condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente;
VII – rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como renumeração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
VIII – recursos decorrentes da aplicação de medidas compensatórias e decorrentes de ajustamento de condutas e compromissos ambientais;
IX – recursos advindos da obrigação compensatória imposta pelo art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000.
X – outros destinados por lei, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC ou Termo de Compromisso Ambiental – TAC;

Parágrafo único. Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente integrarão o patrimônio da SEMMA.

Art. 5º. - O Fundo Municipal de Meio Ambiente será gerenciado por um Conselho Gestor, que terá as seguintes atribuições:

I – estabelecer e executar um plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, amplamente divulgado pela SEMMA, submetendo-o para homologação pelo COMDEMA;
II – apoiar, acompanhar, avaliar e aprovar a realização de ações e projetos relativos ao planejamento, coordenação, proteção, preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, controle e fiscalização meio ambiente;
III – elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação a cargo do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentária observada os prazos legais do exercício financeiro a que se referem;
IV – aprovar as demonstrações mensais e receita e despeja do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM;
V – firmar convênios, acordos e contratos, visando à obtenção de recursos a serem administrados pelo Fundo.

Art. 6º. - O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I – 01 (um) presidente, que será o secretário da SEMMA, a quem compete, dentre outras atribuições, representar o Fundo, em juízo ou fora dele;
II – 01 (um) Coordenador Executivo, indicado pelo secretário da SEMMA;
III – 01 (um) membro do COMDEMA escolhido entre os representantes da sociedade civil organizada;
IV – 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento;
V – 01 (um) representante do poder público municipal indicado pelo prefeito;

§ 1º - Os membros integrantes do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA não terão direito à percepção de nenhuma remuneração em decorrência do exercício dessas atividades.

§ 2º - O membro do COMDEMA, integrante do Conselho Gestor terá mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 7º. - O Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM terá um coordenador executivo coma as seguintes atribuições:

I – secretariar as atividades do Conselho Gestor;
II – movimentar, juntamente com secretário da SEMMA, os recursos financeiros do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
III – elaborar demonstrativos mensais sobre a situação patrimonial e financeira do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
IV – manter registros financeiros e contábil das receitas e despesas relacionadas às ações desenvolvidas pelo Fundo;
V – elaborar a prestação de contas trimestral do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM;
VI – exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário da SEMMA ou pelo Conselho Gestor.

Art. 8º. - As receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Art. 9º. - O regimento interno da SEMMA disporá sobre os procedimentos de administração do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMMAM não descritas nesta Lei.

Art. 10. - O poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 11. Para realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e seus regulamentos, resoluções e instruções normativas, poderá a SEMMA utilizar-se, além dos recursos financeiros, técnicos e humanos que dispõe e do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convenio, contrato, acordo e cooperação técnica.

Art. 12. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, aos 09 dias do mês de maio do ano de 2025.

MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: aec0718ffc625ad2049772bfce6c8699

LEI Nº 0280/2025

LEI Nº 0280/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. – Esta Lei cria e regulamenta o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de São João do Paraíso, conforme Capítulo IV da Política Municipal Ambiental.

Art. 2º. – O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA é o órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, recursivo, deliberativo e normativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA.

Art. 3º. – São atribuições do COMDEMA:

I – definir a política ambiental do Município de São João do Paraíso;
II – aprovar as normas, critérios, parâmetros, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para o uso dos recursos ambientais do município de São João do Paraíso, observadas as legislações estadual e federal;
III – garantir a participação comunitária no planejamento, execução ou vigilância de atividades que visem à proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental;
IV – acompanhar e apreciar os processos de licenciamento ambiental sob responsabilidade do Município;
V – analisar a proposta de projeto de lei de relevância ambiental de iniciativa do Poder Executivo, antes de ser submetida à deliberação da Câmara Municipal;
VI – acompanhar a análise e emitir parecer sobre os estudos ambientais submetidos ao Município;
VII – requerer a realização de audiência pública;
VIII – estabelecer critérios básicos e fundamentados para a elaboração do zoneamento ambiental do Município, podendo referendar ou não a proposta encaminhada pelo órgão ambiental municipal competente;
IX – apresentar sugestões para a reformulação do Plano Diretor no que concerne às questões ambientais;
X – propor a criação de unidade de conservação;
XI – examinar matérias em tramitação na administração pública municipal que envolva a questão ambiental, a pedido do Poder Executivo, de qualquer órgão ou entidade do SISMUMA, ou por iniciativa própria, através de qualquer de seus membros;
XII – propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando á proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida;
XIII – fixar as diretrizes de gestão do **Fundo Municipal Do Meio Ambiente**, acompanhar sua execução financeira e homologar plano de aplicação dos recursos estabelecidos pelo conselho gestor do fundo municipal do meio ambiente**;**
XIV – decidir em última instância administrativa sobre recursos relacionados a atos e penalidade aplicada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente- **SEMMA;**
XV – decidir, em última instância, conflitos relacionados com determinação do conceito de significativo impacto ambiental;
XVI – sugerir a SEMMA proposta de portaria, regulamento e instrução normativa.

Art. 4º - As sessões plenárias do COMDEMA serão sempre públicas, permitida a manifestação oral de representantes de órgãos, entidades e empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pela maioria dos conselheiros.

Parágrafo único. - O fórum das reuniões plenárias do COMDEMA será de 1/3 (um terço) de seus membros para abertura das sessões e de maioria simples para deliberações.

Art. 5º. - A estrutura necessária ao funcionamento do COMDEMA será de responsabilidade da SEMMA.

Art. 6º. - O COMDEMA será composto, de forma partidária, por represente do poder público e da sociedade civil organizada, a saber;

I - Representantes do Poder Público:

a. 01 (um) representante titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA;
b. 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal designado pelos vereadores;
c. 02 (dois) representantes de órgão municipal da saúde pública, educação e/ou ação social;
d. 01 (um) representante de órgão municipal de obras públicas e serviços urbanos.

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a. 01 (um) represente do setor organizado da sociedade, tal como: setor do turismo, da agricultura, da pesca, da indústria e comércio, clubes de serviços, sindicatos e ou pessoa comprometida com a questão ambiental;
b. 01 (um) representante de entidade civil criada com o objetivo de defesa dos interesses dos moradores, com atuação no município;
c. 01 (um) representante de entidades civil criada com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, da educação ou da cultura com atuação no âmbito do município;
d. 02 (dois) representantes de instituição de ensino e pesquisa comprometido com a questão ambiental.

§ 1°. O COMDEMA será presidido em sua primeira gestão pelo secretário da SEMMA e nas demais pelo conselheiro eleito por voto direito e maioria absoluta;

I. em caso de empate, o vencedor será aquele que tem maior tempo comprovado de experiência em gestão ambiental.

§ 2°. O presidente do COMDEMA exercerá seu direito de voto qualitativo, em casos de empate;

§ 3°. Os representantes do poder Público Municipal obedecerão a seguinte composição:

a. (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA;
b. 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;
c. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação – SEMED ou da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;
d. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 4°. Os representantes da sociedade civil organizada serão os

seguintes:

a. 01 (um) representante da Colônia de Pescadores, da Associação comercial e Industrial, do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Sindicato dos Professores e de Servidores Públicos de São João do Paraíso;
b. 01 (um) representante de Organização Não Governamental que deverá obrigatoriamente estar sediada no Município, legalmente constituída com no mínimo 02 (dois) anos de existência e cadastrada na SEMMA, tendo em seus atos constitutivos objetivos referentes ao meio ambiente;
c. 01 (um) representante da Associação de Moradores de São João do Paraíso;
d. 01 (um) representante de Instituição Acadêmica e de pesquisa de nível superior;

§ 5°. Os membros do COMDEMA e seus suplentes serão investigados na função por meio de Decreto do chefe do executivo municipal para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

§ 6°. O mandato de conselheiro do COMDEMA será gratuito e considerado serviço relevante para o Município;

§ 7°. Os membros da sociedade civil e seus respectivos suplentes serão escolhidos na conferência Municipal de Meio Ambiente ou em evento destinado a este fim;

§ 8°. O membro do Ministério Público terá apenas direito de voz como observador nas reuniões do COMDEMA, mesmo que não tenha sido convocado para tal.

Art. 7°. - O COMDEMA deverá dispor de Câmara Especializada como organismo de apoio técnico às suas ações consultivas e deliberativas.

Parágrafo único. Caberá a SEMMA providenciar o pleno funcionamento das Câmaras Especializadas.

Art. 8°. O Presidente do COMDEMA, de ofício ou por indicação dos membros das Câmaras Especializadas, poderá convidar dirigentes de órgãos públicos, pessoas físicas ou jurídicas, para esclarecimentos sobre matéria em exame.

Art. 9°. – O COMDEMA manterá intercâmbio com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais.

Art. 10. – O COMDEMA, a partir de informação ou notificação de medida ou ação causadora de impacto ambiental, diligenciará para que o órgão competente providencie sua apuração e determine as providências cabíveis.

Art. 11. - As sessões plenárias do COMDEMA serão sempre públicas, permitidas a manifestação oral de representantes de órgãos, entidades e empresas ou autoridades, quando convidados pelo presidente ou pela maioria simples dos conselheiros.

Art. 12. – No prazo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Meio Ambiente elaborará seu regimento interno que deverá ser homologado por decreto do chefe do poder executivo municipal também no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13. – Os atos do COMDEMA são de domínio público e serão amplamente divulgados pela SEMMA.

ART. 14. - O poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 15. - Para realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e seus regulamentos, resoluções e instruções normativas, poderá a SEMMA utilizar-se, além dos recursos financeiros, técnicos e humanos que dispõe e do concurso de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, mediante convênio, contrato, acordo de cooperação técnica.

Art. 16. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, aos 09 dias do mês de maio do ano de 2025.

MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: f7c4e157c7b6d0d874ffb76f27a9457e

LEI Nº 0281/2025

LEI Nº 0281/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei cria e implanta o Conselho Municipal do Direitos da Mulher do Município de São João do Paraíso.

Art. 2º - O CMDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação municipal voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle de políticas públicas de igualdade entre os gêneros masculino e feminino, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no município de São João do Paraíso/MA.

Art. 3º - O CMDM possui as seguintes atribuições:

I - promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

II - avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, de acordo com a legislação em vigor, visando a eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do município de São João do Paraíso/MA;

III - propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração de Plano Municipal, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

IV - acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do município, indicando à Secretaria Municipal responsável pelas políticas da mulher as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho;

V - acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;

VI - elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal responsável pelas políticas públicas da mulher, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

VII - propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos municipais diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

VIII - oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

IX - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;
X - articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres; analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;
XI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;
XII - promover canais de diálogo com a sociedade civil;
XIII - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas pela Secretaria Municipal responsável pelas políticas da mulher;
XIV - aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;
XV - elaborar o Regimento Interno do CMDM;
XVI - apresentar, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data de promulgação desta Lei, o Plano Municipal de Políticas Públicas de Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;
XVII - organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres.

Parágrafo único. O CMDM poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Município, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

Art. 4º - O CMDM será composto por 26 (vinte e seis) integrantes e respectivos suplentes, dos quais 62% (sessenta e dois por cento) serão representantes do Poder Público e 38% (trinta e oito por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º - A representação do Poder Público será composta por 16 (dezesseis) representantes titulares e respectivos suplentes de órgãos ou políticas governamentais, devidamente indicadas e nomeadas por decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 10 (dez) representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e com experiência na atuação da promoção dos direitos das mulheres no último ano no âmbito do Município de São João do Paraíso/MA.

Art. 7º - Serão convidados a participar das reuniões do CMDM, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão, e pessoas que, por seus conhecimentos e experiências que possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Parágrafo único. O CMDM poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão, e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 8º - A eleição das integrantes da sociedade civil organizada do CMDM será realizada em Assembleia convocada especificamente para este fim.
§ 1º - A Assembleia de eleição será convocada a cada dois anos pela Presidente do CMDM.
§ 2º - A Presidente do CMDM deverá convocar a Assembleia de eleição com antecedência de 60 (sessenta) dias do término do mandado das integrantes da sociedade civil.
§ 3º - As entidades da sociedade civil com representação municipal deverão apresentar documentação de suas atividades há pelo menos um ano e indicar uma representante titular e uma suplente para participação na Assembleia Municipal dos Direitos da Mulher.
§ 4º - O Ministério Público assistirá e fiscalizará à eleição das integrantes da sociedade civil organizada durante a Assembleia convocada especificamente para este fim.

Art. 9º - Caberá aos órgãos públicos e às entidades da sociedade civil a indicação de suas integrantes efetivas e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria Municipal responsável pela execução da política de atendimento à mulher.

Art. 10 - A não indicação de representante titular e representante suplente pela entidade da sociedade civil eleita, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal responsável pela execução da política de atendimento à mulher, ensejará a perda do mandato e a consequente substituição da entidade por aquela mais votada na ordem de sucessão.

Art. 11 - As representantes das organizações da sociedade civil e suas respectivas suplentes não poderão ser destituídas durante seu mandato, salvo por deliberação de 2/3 (dois terços) das integrantes do Conselho, desde que presentes os requisitos constantes do Regimento Interno.

Art. 12 - As Conferências Municipais da Mulher ocorrerão mediante o calendário nacional de conferências.

Art. 13 - O CMDM reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de sua Presidente ou a requerimento da maioria de suas representantes.

Art. 14 - O Regimento Interno do CMDM deverá ser elaborado no prazo de 120 dias.

Art. 15 - As integrantes do CMDM e suas respectivas suplentes serão nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16 - O desempenho da função de integrante do CMDM, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Município, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 17 - As deliberações do CMDM serão tomadas pela maioria simples, estando presente a maioria absoluta das integrantes do Conselho.

Art. 18 - Todas as reuniões do CMDM serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados que, a critério da Presidente, poderão fazer uso da palavra.

Art. 19 - À Presidente do CMDM compete:
I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
II - dirigir as atividades do Conselho;
III - convocar e presidiras sessões do Conselho;
IV - proferir voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 20 - A Presidente do CMDM será substituída em suas faltas e impedimentos pela Vice-Presidente do Conselho e, na ausência simultânea de ambas, presidirá o Conselho a sua integrante mais antiga.

Art. 21 - A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandado presidido por uma representante do Poder Público e outro por uma representante da sociedade civil organizada.

Art. 22 - À Secretária-Geral do CMDM compete:
I - providenciar a convocação, organizar a secretariar as sessões do Conselho; II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
II - manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
III - organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
IV - exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 23 - A Presidente, a Vice-Presidente e a Secretária-Geral do CMDM serão eleitas pela maioria qualificada do Conselho. As eleições gerais estarão dispostas em Regimento Interno.

Art. 24 - A Secretaria Municipal responsável pela política da mulher prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura necessários ao pleno funcionamento do CMDM.

Art. 25 - O CMDM deverá ser instalado em local destinado pelo Município, cabendo à Secretaria Municipal responsável pela política da mulher adotar as medidas necessárias para tanto.

Art. 26 - O Poder Executivo do Município arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência das Conselheiras e seus acompanhantes, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.

Art. 27 - O Poder Executivo do Município poderá, conforme

disponibilidade orçamentária, custear as despesas das integrantes, dos representantes da sociedade civil e do poder público, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença em eventos cuja participação tenha sido deliberada em sessão plenária do Conselho.
Parágrafo único - A previsão do caput deste artigo refere-se tanto às Delegadas representantes do Poder Público quanto às Delegadas representantes da sociedade civil organizada.
Art. 28 - O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Municipais dos Direitos da Mulher.
Art. 29 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu Regimento Interno.
Art. 30 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 31 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão. Ao(s) 09 dia(s) do mês de maio do ano de 2025.

MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 28d7c8089c4cd3f31ab63bbff0300a8f

LEI Nº 0282/2025

LEI Nº 0282/2025

Lei que Altera a lei ordinária N° 0231/2023 de 07 de Março de 2023, do Município de São João do Paraiso-MA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, ESTADO DO MARANHÃO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso de suas atribuições legais atribuídas pela Constituição da República Federal do Brasil e pela Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 0231/2022, de 07 de Março de 2023.
Art. 2º O artigo 1º da Lei nº 0231/2023, de 07 de março de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art.1°. Fica determinado que a título de prêmio em forma de incentivo ao desenvolvimento do Esporte, fica o poder executivo municipal autorizado a repassar em valores líquidos a importância de R$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), para as seguintes premiações:

Categoria Veteranos:

1º lugar -equipe Campeã- Valor R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais);

2º lugar-equipe Vice – Campeã- Valor R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais);

Melhor Jogador – R$ 100,00 (cem reais);

Melhor Artilheiro – R$ 100,00 (cem reais);

Melhor Goleiro – R$ 100,00 (cem reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, do Município de São João do Paraiso (MA), aos 09 dias do Mês de maio de 2025.

Marcos Vinicius de França Ferreira
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: e875cb421e0d51c00dc6acc73e3e6df9

RESENHA DE CONTRATO Nº 116/2025/PMSJP. PROCESSO Nº 54/2025 – PMSJP

RESENHA DE CONTRATO Nº 116/2025/PMSJP. PROCESSO Nº 54/2025 – PMSJP. Contratação direta por dispensa de licitação por valor. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 01.597.629/0001-23, e DIGITUS SOLUCOES EM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. º 21.528.528/0001-08. BASE LEGAL art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de implementação, licenciamento, manutenção, suporte técnico contínuo, incluindo implantação e treinamento/capacitação de sistema de gestão educacional para dar suporte a Secretaria de Educação e as unidades de ensino municipais de São João do Paraíso/MA. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura. VALOR GLOBAL: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02; 01 – Secretaria Municipal de Governo e Planejamento; 12 – Educação; 361 – Ensino Fundamental; 0003 – Gestão da Educação; 2011 – Manutenção da Secretaria de Educação; 3.3.90.39.00. São João do Paraíso/MA, 09 de maio de 2025. Eneida Rocha dos Santos. Secretária Municipal de Educação.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 92420424cd6cc2152d6246788430834b

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

ERRATA DO EXTRATO DE CONTARTO Nº CONTRATO Nº 015.015/2023 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2023.

Errata do 2º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 015.015/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de janeiro de 2025, pág. 186, Nº 2763/860X2025. Pelo presente instrumento, o município de São João Patos/MA, através da Secretaria Municipal de Administração, inscrito no CNPJ no nº 06.089.668/0001-33, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Sr. Lourdes Karylla Mendes Cavalcante, Secretária Municipal de Administração, celebra-se o presente instrumento para que se faça constar: Onde se lê: Thuany Costa de Sá Gomes Leia-se: Lourdes Karylla Mendes Cavalcante.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: a5f4a0f4f5bea4b014e4b6248c05105c

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – SRP

No uso das atribuições legais, em cumprimento ao regime estabelecido pela Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações. **RESOLVE HOMOLOGAR O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 – SRP** – Processo Administrativo nº 240304/2025. Objeto: prestação de serviços de limpeza hospitalar, coleta, transporte, incineração de resíduos de saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa Vencedora: **VJDA COMERCIO E SERVIÇOS E CONSTRUCOES – CNPJ nº: 47.844.650/0001-87**, localizada na Estrada Canafista, Nº 144, Bairro: São Benedito, Presidente Dutra/MA - CEP: 65.760-000. Representado pela Senhora: Dangyla Tassila Rodrigues Alves Carnib, CPF: 062.786.163-60, RG:025303682003-1. Processo Licitatório Homologado no dia 12 de maio de 2025, pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Senhor: Kairo Coelho De Sousa Correa.

Publicado por: LOURDES KARYLLA MENDES CAVALCANTE
Código identificador: 09a2527fdea1fd0a0659a7d020c444d3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 395/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADA: ALEANDRO GONÇALVES PASSARINHO - EPP, CNPJ: 00.795.813/0001-15. Valor R$ 419.676,30 (quatrocentos e dezenove mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta centavos). OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretária de Saúde do munícipio de São Pedro dos Crentes – MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal 004/2024. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de maio a 31 de dezembro de 2025. São Pedro dos Crentes – MA, 12 de maio de 2025. ROMULO COSTA ARRUDA – Prefeito Municipal.

Publicado por: ANE CARINE DOS SANTOS CARDOSO
Código identificador: 15889d3150cf058bce58b6198c2e3986

EXTRATO DE CONTRATO Nº 396/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 396/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADA: DENTAL IPO LTDA - EPP, CNPJ: 50.567.060/0001-69. Valor R$ 19.319,90 (dezenove mil, trezentos e dezenove reais e noventa centavos). OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretária de Saúde do munícipio de São Pedro dos Crentes – MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal 004/2024. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de maio a 31 de dezembro de 2025. São Pedro dos Crentes – MA, 12 de maio de 2025. ROMULO COSTA ARRUDA – Prefeito Municipal.

Publicado por: ANE CARINE DOS SANTOS CARDOSO
Código identificador: 9d9cb1074d5975b9b5a01070370d74f3

EXTRATO DE CONTRATO Nº 397/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 397/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADA: M S C DOS SANTOS SERVIÇOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP, CNPJ: 09.229.703/0001-60. Valor R$ 212.959,60 (duzentos e doze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretária de Saúde do munícipio de São Pedro dos Crentes – MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal 004/2024. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de maio a 31 de dezembro de 2025. São Pedro dos Crentes – MA, 12 de maio de 2025. ROMULO COSTA ARRUDA – Prefeito Municipal.

Publicado por: ANE CARINE DOS SANTOS CARDOSO
Código identificador: b0c019207e0693640f38224e81cb930c

EXTRATO DE CONTRATO Nº 398/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 398/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 052/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ nº 01.577.844/0001-62. CONTRATADA: ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CNPJ: 37.676.047/0001-80. Valor R$ 181.794,91 (cento e oitenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos). OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais odontológicos para atender as necessidades da Secretária de Saúde do munícipio de São Pedro dos Crentes – MA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133 de 2021, Decreto Municipal 004/2024. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: 07/05/2025. PRAZO DE VIGÊNCIA: 07 de maio a 31 de dezembro de 2025. São Pedro dos Crentes – MA, 12 de maio de 2025. ROMULO COSTA ARRUDA – Prefeito Municipal.

Publicado por: ANE CARINE DOS SANTOS CARDOSO
Código identificador: f7646de726d234610c56cba206f4813d

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA. Ref.: Processo Administrativo nº 077/2025. Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2025. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes – MA, CNPJ: 01.577.844/0001-62. CONTRATADO: **G & M ENERGIA LTDA,** CNPJ: **47.896.657/0001-42,** Valor R$ 11.505,00 (onze mil, quinhentos e cinco reais), OBJETO: Contratação de empresa com fornecimento de materiais incluindo mão de obra para instalação da caixa múltipla de medição no mercado municipal para atender as necessidades da secretaria de administração do município de São Pedro dos Crentes/MA, no exercício de 2025. FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, II, da Lei nº 14133/21 e demais legislações aplicáveis. Termo de dispensa de 12/05/2025. Ratificação em 12/05/2025. São Pedro dos Crentes - MA, 12 de maio de 2025. ROMULO COSTA ARRUDA - Prefeito Municipal.

Publicado por: ANE CARINE DOS SANTOS CARDOSO
Código identificador: 175dcf277fc963c575fd6a5b119eaf3c

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 34/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 34/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo

Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: A C P DA SILVA Q COMERCIO E SERVIÇOS
CNPJ: 20.473.312/0001-20
Endereço: Travessa Antônio Monteiro, 26 LT 10 Bairro Cabral – Município Nilópolis – RJ
Cep: 26515-243
Nome do Representante: ANA CARLA PEREIRA DA SILVA QUINOY
Telefone: 21-4137-0025 **E-mail:** acpcomercio@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
26	CHUVEIRO PVC LUCONI BRANCO 4 S/REGISTRO 1600	R$ 4,49	225	LUCONI	UND	R$ 1.010,25
44	VALVULA PVC LAV/TANQ 1 7/8 1872 PLASBOHN	R$ 3,30	225	PLASBOHN	UND	R$ 742,50
302	RELE FOTOCELULA QUALITRONIX NA QR53	R$ 22,88	200	QUALITRONIX	UND	R$ 4.576,00
VALOR TOTAL					R$ 6.328,75	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para

fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 05 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
A C P DA SILVA Q COMERCIO E SERVIÇOS
CNPJ: 20.473.312/0001-20
ANA CARLA PEREIRA DA SILVA QUINOY
CPF Nº: 025.647.877-54

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 4021c8b9520157b44cdcd879836e2b16

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 35/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 35/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. **DO OBJETO**
1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que

seguem:

Razão Social: Alexandre Freire Ltda
CNPJ: 39.334.587/0001-00
Endereço: Rua Júlio Navega, 8 – Parada XV de Novembro – São Paulo – CEP. 08.248-035 – SP
Nome do Representante: Alexandre Freire
Telefone: (11) 2074-6746 / (11) 96859-7833 **E-mail:** alepamajhuinfo@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
49	Cadeado SafariMax/SP 30mm Descrição do Produto: Mantenha a segurança dos seus bens com cadeados de excelente qualidade. Comprimento: 3 cm Material: Aço Itens inclusos: 1 cadeado 2 chaves	12,10	57	Safarimax/SP	unid	689,70
50	Cadeado SafariMax/SP 40mm Descrição do Produto: Mantenha a segurança dos seus bens com cadeados de excelente qualidade. Comprimento: 4 cm Material: Aço Itens inclusos: 1 cadeado 2 chaves	18,50	57	Safarimax/SP	unid	1.054,50
254	Cadeado SafariMax/SP 50mm Descrição do Produto: Mantenha a segurança dos seus bens com cadeados de excelente qualidade. Comprimento: 5 cm Material: Aço Itens inclusos: 1 cadeado 2 chaves	26,86	26	SafariMax/ SP	unid	698,36
VALOR TOTAL					R$ 2.442,56	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de

programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 05 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
Alexandre Freire Ltda
CNPJ: 39.334.587/0001-00
Alexandre Freire
CPF Nº: 263986578-10

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: bfa2a554aeb4c8d2081d56930bc08821

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 36/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 36/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: DMGR COM. DE MAQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS EIRELI
CNPJ: 24.090.700/0001-82
Endereço: Rua Cloves Ferreira, nº 79 - Cj Angelo Maggi Ibiporã - Paraná - CEP 86200-000
Nome do Representante: SILVIA GRIGOLLI RANIERI
Telefone(43) 3158.3413 **E-mail:** dmgrequipamentos@hotmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
113	FILTRO P/ CAIXA D'ÁGUA 7"	R$ 97,48	21	CAR001 S/ ELEMNETO	unid	R$ 2.047,08
114	FILTRO P/ CAIXA D'ÁGUA 9"	R$ 111,41	21	CAR025 S/ ELEMENTO	unid	R$ 2.339,61
115	REFIL FILTRO P/ CAIXA D'ÁGUA 7"	R$ 33,34	21	LuloBlock/PP 5" 5µ	unid	R$ 700,14
116	REFIL FILTRO P/ CAIXA D'ÁGUA 9"	R$ 36,80	21	Luloblock/PP 9" 5µ	unid	772,80
VALOR TOTAL					R$ 5.859,63	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço

(art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 05 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
DMGR COM. DE MAQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS EIRELI
CNPJ24.090.700/0001-82
SILVIA GRIGOLLI RANIERI
CPF Nº: 028.878.109-01

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: b64b7877beb1d3ca06f3d191351d7a53

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 37/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 37/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 29.843.035/0001-74
Endereço: Rua Fritz Spernau, 1000 - Galpão 1 - CEP: 89.055-200 Blumenau/SC
Nome do Representante: Jean Carlos Sestrem
Telefone: (47) 3232-1221 **E-mail:** sentinela@sentinelavale.com.br

ITEM	DISCRIÇÃO	V.UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
22	BUCHA ESPUD P/ VASO	R$ 1,80	111	Socel	UND	R$ 199,80
97	MANGUEIRA AZUL 1/2" X 2,0mm	R$ 3,71	450	CARPES	MTS	R$ 1.669,,50
155	ARAME RECOZIDO BMG18	R$15,92	40	VONDER	KG	R$ 636,00
193	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 25MM RRA	R$8,70	80	Plastilit	UND	R$ 696,00
199	BUCHA DE REDUÇÃO 50X32MM	R$ 4,52	100	Plastilit	UND	R$ 452,00
304	ELETRODUTO CORRUGADO LEVE 1/2"(20MM)	R$ 1,49	100	Plastilit	MTS	R$ 149,00
305	ELETRODUTO CORRUGADO LEVE 3/4"(25MM)	R$ 1,99	100	Fort Concreto, Tubo de Concreto Simples DN 500mm x 600mm	MTS	R$ 199,00
VALOR TOTAL					**R$ 4.002,10**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 05 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI
CNPJ: 29.843.035/0001-74
JEAN CARLOS SESTREM
CPF Nº: 670.349.349-91

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: c3ca7857d1f26a9cc0f1f062884ecc3e

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 38/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 38/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA
CNPJ: 37.278.673/0001-18
Endereço: Rua Jorge da Silva, 38 – CEP: 99709-369 – ERECHIM/RS
Nome do Representante: ELIANE J. ARCEGO
Telefone: (54) 3712-5442 - (54) 9 8131-8686 **E-mail:** vendas.eremaster@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
54	CANTONEIRA 5/8X2,5MMX6M(5/8X1/8)	R$ 48,29	21	ARCELOR	BARRAS	R$ 1.014,09

VALOR TOTAL	**R$ 1.014,09**

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 05 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

CNPJ: 37.278.673/0001-18
ELIANE J. ARCEGO
CPF Nº: 834.611.670-53

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: d33feeeb569398142aa7de7823fa2c64

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 39/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 39/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: S V DE ALMEIDA EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 04.098.835/0001-87
Endereço: RUA ALFARRA, N° 10 – TURU – SÃO LUIS/MA
Cep: 65.065-640
Nome do Representante: SEBASTIÃO VALDOMIRO DE ALMEIDA
Telefone: (98) 99237-5879 **E-mail:** almeida.empreendimentos24@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
57	Vergalhão Armação Concreto Material: Aço, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12M, Bitola: 5MM, Características Adicionais: Liso	R$ 30,84	225	FERRO NORTE	UND	R$ 7.864,20
59	Vergalhão Armação Concreto Material: Aço, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12M, Bitola: 5MM, Características Adicionais: Liso	R$ 26,86	225	FERRO NORTE	UND	R$ 6.849,30
VALOR TOTAL					R$ 14.713,50	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado,

desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites

previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
S V DE ALMEIDA EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 04.098.835/0001-87
SEBASTIÃO VALDOMIRO DE ALMEIDA
CPF Nº: 026.049.019-07

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: da4a885e385807f2d8ffd78fc88fec4e

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 40/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 40/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: M F G COSTA & CIA LTDA
CNPJ: 14.884.135/0001-71
Endereço: Rua Major Felipe de Abreu, nº 165, no Centro de São Raimundo das Mangabeiras – MA
Nome do Representante: MARCOS FABIO GOMES COSTA
Telefone: (99) 3532-1121 **E-mail:** mfgcosta321@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL	
7	FIO NYLON QUADRADO 3MM X 200MT	R$ 119,80	111	VONDER	RLS	R$ 13.297,80	
8	KIT DE PNEU C/CÂMARA P/ CARRO DE MÃO	R$ 27,00	90	LEVORIN	UND	R$ 2.430,00	
10	TELA COLEIRA BRANCA PARA GALINHEIRO 2X23X1,50M, ROLO 50M	R$ 185,00	21	COLEIRA BRANCA	RLS	R$ 3.885,00	
15	LUVA SOLDÁVEL LR 32x1/2MM	R$ 2,19	180	KRONA	UND	R$ 394,20	
16	JOELHO SOLDÁVEL 75MM	R$ 4,00	180	KRONA	UND	R$ 720,00	
17	LUVA SOLDÁVEL LR 20x1/2MM	R$ 1,09	180	KRONA	UND	R$ 196,20	
18	ASSENTO ALMOFADADO	R$ 20,00	111	HERC	UND	R$ 2.220,00	
19	BACIA TURCA	R$ 220,00	45	CELITE	UND	R$ 9.900,00	
27	CURVA DE ESGOTO 100MM CURTA	R$ 7,96	225	FORTLEV	UND	R$ 1.791,00	
28	ENGATE FLEX. 50CM	R$ 4,05	111	PEVILON	UND	R$ 449,55	
34	PIA DE PLASTICO PARA BANHEIRO	R$ 15,00	225	HERC	UND	R$ 3.375,00	
35	PIA DE MÁRMORE 1,20MTS (Pedra trabalhada)	R$ 243,88	15	VENTURINI	UND	R$ 3.658,20	
36	REDUÇAO ESGOTO 50X40MM	R$ 1,47	66	FORTLEV	UND	R$ 97,02	
37	REDUÇAO ESGOTO 150X100MM	R$ 1,48	66	FORTLEV	UND	R$ 97,68	
38	SIFÃO TRIPLO	R$ 10,00	45	ASTRA	UND	R$ 450,00	
40	TE ESGOTO 75MM	R$ 10,00	180	KRONA	UND	R$ 1.800,00	
41	TE ESGOTO REDUÇÃO 100x50MM	R$ 9,40	180	KRONA	UND	R$ 1.692,00	
43	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA	R$ 13,00	225	KRONA	UND	R$ 2.925,00	
45	LÂMINA DE SERRA	R$ 5,60	225	STARRET	UND	R$ 1.260,00	
46	DESEMPENADEIRA 19X29CM	R$ 16,00	45	FOXLUX	UND	R$ 720,00	
47	VASSOURÃO REFORÇADA COM CABO 23 cm	R$ 23,00	225	COMPEL	UND	R$ 5.175,00	
48	BOTINA SEGURANÇA DO N.º 37 AO 44	R$ 45,00	45	GARRA	UND	R$ 2.025,00	

51	BARRA CHATA 5,8X2,5X6M	R$ 31,00	21	ACO CEARENSE	UND	R$ 651,00	
52	BARRA CHATA 3,4X1,8X6M	R$ 27,00	21	ACO CEARENSE	UND	R$ 567,00	
53	BARRA CHATA 1/4X6M	R$ 16,00	21	ACO CEARENSE	UND	R$ 336,00	
55	CANTONEIRA 1X1,8MMX6M	R$ 24,00	21	ACO CEARENSE	Barras	R$ 504,00	
56	COLUNA 5/16(8mm) C/06M	R$ 90,00	225	ACO CEARENSE	UND	R$ 20.250,00	
58	FERRO 1/4 (CA50 6,30MM) C/12M	R$ 19,00	225	GERDAU	UND	R$ 4.275,00	
60	METALON GALVANIZADO 30X50 BARRA DE 6M	R$ 76,00	21	ACO CEARENSE	Barras	R$ 1.596,00	
61	METALON 15X15 BARRA DE 6M	R$ 27,00	21	ACO CEARENSE	Barras	R$ 567,00	
62	METALON 20X20 BARRA DE 6M	R$ 38,30	21	ACO CEARENSE	Barras	R$ 804,30	
64	PREGO 16X24	R$ 16,50	45	GERDAU	KG	R$ 742,50	
65	PREGO 17X21 PARA RIPA	R$ 15,00	111	GERDAU	KG	R$ 1.665,00	
69	PREGO S/CABEÇA 12x12	R$ 15,00	45	GERDAU	KG	R$ 675,00	
70	TELA PAINEL Q196 2,45X6M	R$ 37,60	45	ACO CEARENSE	UND	R$ 1.692,00	
71	TRELIÇA 4,2/6,3 MM C/06 M	R$ 33,00	450	ACO CEARENSE	UND	R$ 14.850,00	
72	VERGALHÃO 8MM 1/2" BARRA 12M	R$ 13,30	225	ACO CEARENSE	UND	R$ 2.992,50	
73	VERGALHÃO 8MM 5/16" BARRA 12M	R$ 37,00	225	ACO CEARENSE	UND	R$ 8.325,00	
76	BARRA ROSCADA 3/8" 1M	R$ 4,50	336	BELENUS	UND	R$ 1.512,00	
77	BARRA ROSCADA 5/16" 1M	R$ 4,17	336	BELENUS	UND	R$ 1.401,12	
79	PARAFUSO COM PORCA 250MM	R$ 9,88	225	BELENUS	UND	R$ 2.223,00	
80	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 1/2"	R$ 0,52	500	BELENUS	UND	R$ 260,00	
81	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 5/8"	R$ 2,68	500	BELENUS	UND	R$ 1.340,00	
82	PORCA SEX PARA BARRA ROSCADA 5/16"	R$ 0,39	500	BELENUS	UND	R$ 195,00	
83	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 10	R$ 0,84	450	BELENUS	UND	R$ 378,00	
84	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 6	R$ 0,34	450	BELENUS	UND	R$ 153,00	
85	PARAFUSOS COM BUCHA N.º 8	R$ 0,34	450	BELENUS	UND	R$ 153,00	
86	CABO MULTIPLEXADO 10MM	R$ 3,10	300	SIL	M	R$ 930,00	
87	CLIPS P/ INSTALAÇÃO ELETRICA TRIFÁSICA	R$ 0,80	540	ROMAZI	UND	R$ 432,00	
88	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400W	R$ 55,95	45	INTRAL	UND	R$ 2.517,75	
89	SOQUETE DE LAMPADA E-40	R$ 5,70	45	DECORLUX	UND	R$ 256,50	
96	QUADRO PARA BOMBAS 10 CV TRIFASICO	R$ 1.130,00	9	FAME	UND	R$ 10.170,00	
99	MANGUEIRA PRETA P/IRRIGAÇÃO 1" PEÇA 100M	R$ 242,22	45	SANTA RITA	PEÇAS	R$ 10.899,90	
102	TÊ INTERNO PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO 1 1/4"	R$ 3,47	225	AGROJET	UND	R$ 780,75	
106	LAVANDERIA DE CIMENTO DUPLA	R$ 160,00	66	TANQFORTE	UND	R$ 10.560,00	
109	TÊ GALVANIZADO DE 1 1/2	R$ 19,32	180	TUPY	UND	R$ 3.477,60	
110	TORNEIRA ESFERA MET.1/2	R$ 10,90	66	PEVILON	UND	R$ 719,40	
111	TORNEIRA PARA PIA PLASTICO 25MM	R$ 4,47	111	HERC	UND	R$ 496,17	
117	CURVA M.F LONGA 90º GALVANIZADA 1 ½"	R$ 44,00	45	TUPY	UND	R$ 1.980,00	
118	CAIBRO EM MADEIRA 3M	R$ 19,00	675	IPE	UND	R$ 12.825,00	
119	CAIBRO EM MADEIRA 4M	R$ 16,00	675	IPE	UND	R$ 10.800,00	
120	CAIBRÃO EM MADEIRA 6/10	R$ 23,37	225	IPE	UND	R$ 5.258,25	
121	CHAPA DE COMPENSADO DE 4MM	R$ 66,00	111	RIBEIRO	UND	R$ 7.326,00	
122	CHAPA DE COMPENSADO DE 10MM	R$ 112,00	111	RIBEIRO	UND	R$ 12.432,00	
123	CHAPA DE COMPENSADO DE 12MM	R$ 122,00	111	RIBEIRO	UND	R$ 13.542,00	
124	LINHA EM MADEIRA 5M	R$ 58,00	225	IPE	UND	R$ 13.050,00	
125	LINHA EM MADEIRA 6M	R$ 104,00	225	IPE	UND	R$ 23.400,00	
126	MADEIRITE 1,10X2,20 10MM	R$ 63,00	200	RIBEIRO	UND	R$ 12.600,00	
133	CIMENTO SACO 50 KG	R$ 36,50	180	ELIZABET	UND	R$ 6.570,00	
134	EMENDA P/FORRO BARRA 6M	R$ 34,00	336	MAIS PVC	UND	R$ 11.424,00	
135	FORRO PVC	R$ 17,00	1000	MAIS PVC	M²	R$ 17.000,00	

137	ARREMATE PARA FORRO PEÇA DE 6M	R$ 31,58	300	MAIS PVC	Peças	R$ 9.474,00	
139	SOLVENTE PARA TINTA GALÃO 900ML	R$ 18,43	115	ANJO	Galões	R$ 2.119,45	
140	SUPORTE PARA ROLO 23CM	R$ 26,41	40	CONDOR	UND	R$ 1.056,40	
141	TINTA ESMALTE SINTÉTICO GALÃO 3,6L	R$ 95,79	450	TINTAS IPE	Galões	R$ 43.105,50	
142	TINTA PARA MARCAÇÃO - AMARELA 18L	R$ 203,27	200	TINTAS IPE	Galões	R$ 40.654,00	
143	TINTA PARA MARCAÇÃO - BRANCA 18L	R$ 223,19	200	TINTAS IPE	Galões	R$ 44.638,00	
148	VERNIZ EXTRA RAPIDO GALÃO 3,6L	R$ 63,00	150	IQUINI	Galões	R$ 9.450,00	
149	TELHA COLONIAL	R$ 1.404,40	546	ROMANA	Milhares	R$ 766.802,40	
153	TIJOLOS 8 FUROS (PRIMEIRA QUALIDADE)	R$ 760,00	455	CERAMICA MAIA	Milhares	R$ 345.800,00	
156	LIXAS Nº 80 COMUM	R$ 2,11	50	NORTON	UND	R$ 105,50	
157	LIXAS Nº 80 PARA FERRO	R$ 2,89	50	NORTON	UND	R$ 144,50	
158	LIXAS N.º 120 PARA FERRO	R$ 3,10	50	NORTON	UND	R$ 155,00	
159	LIXAS N.º 150 PARA FERRO	R$ 3,10	50	NORTON	UND	R$ 155,00	
164	SACOS DE FIBRA PARA ESTERCO 60X90CM	R$ 4,89	100	NOVO	UND	R$ 489,00	
169	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL 60X50MM	R$ 3,07	30	KRONA	UND	R$ 92,10	
177	COLAR SOLDÁVEL TOMADA 110x1/2MM	R$ 16,60	100	KRONA	UND	R$ 1.660,00	
178	COLAR SOLDÁVEL TOMADA 110x13/4MM	R$ 16,60	100	KRONA	UND	R$ 1.660,00	
179	CURVA SOLD. DE 50MM CURTA	R$ 11,00	100	FORTLEV	UND	R$ 1.100,00	
180	CURVA SOLD. DE 60MM CURTA	R$ 12,46	100	FORTLEV	UND	R$ 1.246,00	
185	JOELHO SOLDÁVEL 60MM	R$ 10,00	80	FORTLEV	UND	R$ 800,00	
191	LUVA SOLDÁVEL 75MM	R$ 8,90	80	FORTLEV	UND	R$ 712,00	
192	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 20MM	R$ 5,33	80	FORTLEV	UND	R$ 426,40	
210	JOELHO ESG.C/VIS.100x50MM	R$ 11,50	80	KRONA	UND	R$ 920,00	
211	TE ESGOTO 40MM	R$ 1,45	80	KRONA	UND	R$ 116,00	
212	VALVULA DE PIA (COZINHA)	R$ 10,62	100	JAPI	UND	R$ 1.062,00	
213	CILINDRO PARA FECHADURA	R$ 19,40	50	SOPRANO	UND	R$ 970,00	
229	CARRINHOS DE MÃO REFORÇADO COM PNEU E CÂMARA	R$ 165,00	50	FICHER	UND	R$ 8.250,00	
230	CABO DE ENXADA 1,5M	R$ 14,00	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 700,00	
231	CABO DE MARRETA 0,90CM	R$ 10,00	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 500,00	
232	CABO PICARETE 0,95CM	R$ 10,00	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 500,00	
233	CAVADEIRA C/CABO 1,30CM	R$ 48,44	10	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 484,40	
238	ENXADA ESTREITA 2 1/2”	R$ 20,00	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 1.000,00	
239	ENXADA ESTREITA 2”	R$ 46,49	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 2.324,50	
240	ENXADÃO 2”	R$ 36,20	50	MISTA MARCHETTO	UND	R$ 1.810,00	
267	BARRA ROSCADA 3/4" 1M	R$ 26,67	150	BELENUS	UND	R$ 4.000,50	
273	PARAFUSO MAQUINA 16X250MM C/PORCA	R$ 6,18	200	BELENUS	UND	R$ 1.236,00	
274	ARMAÇÃO COM PONTALETE MONOFÁSICO	R$ 57,44	24	ACO BRAS	UND	R$ 1.378,56	
275	ARMAÇÃO SECUNDARIA 2 ESTRIBOS GALVANIZADA GRANDE	R$ 24,00	12	ACO BRAS	UND	R$ 288,00	
276	CABO PP 2x6mm	R$ 13,11	180	SIL	UND	R$ 2.359,80	
284	CODULET DE ALUMÍNIO 4 TAMPAS	R$ 31,18	24	KRONA	UND	R$ 748,32	
287	DISJUNTOR MONOFASICO 63A	R$ 11,00	12	TRAMONTINA	UND	R$ 132,00	
289	INTERRUPTOR 2TECLA 4x2 EMBUTIDO	R$ 8,52	360	FAME	UND	R$ 3.067,20	
290	INTERRUPTOR 3TECLA 4x2 EMBUTIDO	R$ 12,46	360	FAME	UND	R$ 4.485,60	
292	LUVA DE VAQUETA	R$ 18,00	60	MUCANBO	Pares	R$ 1.080,00	
293	PAR DE LUVA VAQUETA PARA ELETRICISTA	R$ 25,50	12	MUCANBO	UND	R$ 306,00	
294	PAR DE ESPORA PARA ELETRICISTA	R$ 248,00	7	HBS	Pares	R$ 1.736,00	
300	TOMADA DUPLA 4X2 INTERNA	R$ 14,77	360	FAME	UND	R$ 5.317,20	
301	CANALETA PVC 2M	R$ 6,80	480	FAME	UND	R$ 3.264,00	
306	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 500 LT	R$ 219,56	10	FAME	UND	R$ 2.195,60	

307	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 1.000 LT	R$ 404,97	46	FAME	UND	R$ 18.628,62	
309	BOMBA SUBMERSA P/ POÇO TUBULAR 2 CV BOMB. 4R5 C/12 EST. TRIF.	R$ 845,33	4	ALTRI	UND	R$ 3.381,32	
316	TUBO EDUTOR DE 1 ½" PARA POÇOS PROFUNDOS 4M	R$ 64,00	100	LUPERPLAS	UND	R$ 6.400,00	
317	LUVA GALVANIZADA 2"	R$ 17,00	20	TUPY	UND	R$ 340,00	
319	TORNEIRAP/JARDIM 1/2 PRETA	R$ 2,40	100	KRONA	UND	R$ 240,00	
320	TORNEIRA P/LAVATORIO BICA MOVEL	R$ 9,00	50	METAIS LEAO	UND	R$ 450,00	
321	PINCEL 1.1/2"	R$ 3,60	30	CONDOR	UND	R$ 108,00	
322	PORTA MADEIRA PRENSADA 0,90x2,10 C/ CAIXILHO	R$ 263,35	30	CLM	UND	R$ 7.900,50	
323	PORTA MADEIRA PRENSADA.0,80x2,10 C/ CAIXILHO	R$ 170,12	30	CLM	UND	R$ 5.103,60	
324	PORTA DE FERRO 60X2,10M C/ CAIXILHO	R$ 383,00	30	VITRALFER	UND	R$ 11.490,00	
329	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG	R$ 8,00	150	QUARTZOLIT	UND	R$ 1.200,00	
330	SELADOR ACRÍLICO GALÃO 18L	R$ 59,50	190	LUX	Litros	R$ 11.305,00	
333	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE P/ CONCRETO GALÃO 18L	R$ 129,00	100	VEDACIT	Litros	R$ 12.900,00	
334	TELHA BRASILIT 4mm2,44x0,50m	R$ 38,00	200	ETERNIT	UND	R$ 7.600,00	
335	BRITA 0	R$ 125,63	100	BRITA SUL	M	R$ 12.563,00	
336	BRITA 01	R$ 129,75	100	BRITA SUL	M	R$ 12.975,00	
340	MANILHA PARA FOSSAS E POÇOS COM ARAMAÇÃO 1000MMX500MM	R$ 170,35	100	RITALEX ARTEFATOS	UND	R$ 17.035,00	
341	TAMPA PARA TUBO 1000MM	R$ 104,00	100	KRONA	UND	R$ 10.400,00	
342	TAMPA PARA TUBO 400MM	R$ 104,00	100	KRONA	UND	R$ 10.400,00	
Valor Total						**R$ 1.788.610,36**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
M F G COSTA & CIA LTDA.
CNPJ: 14.884.135/0001-71
MARCOS FABIO GOMES COSTA
CPF Nº 253.343.873-15

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 75e800440aa88e3d84e1149f5b4a9217

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 41/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 41/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. **DO OBJETO**
1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: M M LEME-ME
CNPJ: 31.746.513/0001-70
Endereço: AV FRANCISCA DAS CHAGAS, nº 116, no Centro de São Raimundo das Mangabeiras – MA
Nome do Representante: MURILO MORAIS LEME
Telefone: (99) 984753710 **E-mail:** lucianecirqueira@htmail.com

ITEM	DISCRIÇÃO	V.UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
1	ARAME GALVANIZADO 14	R$ 16,70	90	Morlan, Zincado Fino 14 BWG	KG	R$ 1.503,00
2	FITA CREPE 18MMx50M	R$ 4,10	270	Adelbras, 720	UND	R$ 1.107,00
3	FITA CREPE 48MMx50M	R$ 9,00	270	3M, 101 LA	UND	R$ 2.430,00
5	CORDA NYLON 8mm	R$ 0,90	336	Tramontina, Trançada	M	R$ 302,40
6	CORDA NYLON 12mm	R$ 1,72	336	Tramontina, Trançada Reforçada	M	R$ 577,92
21	BOIA ELETRICA P/ USO EM CAIXA D'ÁGUA	R$ 15,00	111	Lorenzetti, Boia Elétrica Automática	UND	R$ 1.665,00
23	CAIXA DE DESCARGA DE PLÁSTICO	R$ 27,00	225	Astra, CD90	UND	R$ 6.075,00
25	CAP ESGOTO 75mm	R$ 4,30	45	Amanco, Cap de Fechamento PVC 75mm	UND	R$ 193,50
29	JOELHO ESG.45° 150MM	R$ 13,00	180	Krona, Joelho 45° PVC 150mm	UND	R$ 2.340,00
30	JOELHO ESG.45° 75MM	R$ 6,20	180	Tigre, Bucha de Redução Espud PVC	UND	R$ 1.116,00
31	JOELHO ESG.PRIM.75MM	R$ 3,68	180	Amanco, Joelho Primário PVC 75mm	UND	R$ 662,40
32	LUVA ESGOTO 100MM	R$ 3,53	180	Krona, Luva de Esgoto PVC 100mm	UND	R$ 635,40
33	LUVA ESGOTO 75MM	R$ 3,57	180	Tigre, Luva de Esgoto PVC 75mm	UND	R$ 642,60
42	TE ESGOTO REDUÇÃO 75x50MM	R$ 9,40	180	Amanco, Tê de Redução PVC 75x50mm	UND	R$ 1.692,00
66	PREGO 19X36 PARA CAIBRO	R$ 15,20	111	Bemfixa, Prego 19x36mm	KG	R$ 1.687,20
67	PREGO 22X48	R$ 17,50	45	Bemfixa, Prego 22x48mm	KG	R$ 787,50
68	PREGO 26X78	R$ 21,00	45	Bemfixa, Prego 26x78mm	KG	R$ 945,00
127	RIPA EM MADEIRA 6M DUZIA	R$ 24,00	416	Madeira Brasil, Ripa de Pinus 6m	M	R$ 9.984,00
128	TABUA DE PINUS 0,30CMX2CMX3M	R$ 39,00	90	Madeira Brasil, Tábua de Pinus	UND	R$ 3.510,00
129	Adesivo para Revestimentos Cerâmicos	R$ 24,00	111	Quartzolit, Cimentcola ACIII	Galões	R$ 2.664,00
131	CAL COMUM 20KG	R$ 33,00	1000	Votorantim, Cal Hidratada CH-I 20kg	UND	R$ 33.000,00
132	CIMENTO SACO 50 KG	R$ 47,44	1820	Votorantim, Cimento Todas as Obras 50kg	UND	R$ 86.340,80
145	VEDALIT GALÃO 1L	R$ 14,00	225	Vedacit, Vedalit 1L	Galões	R$ 3.150,00
146	VEDALIT GALÃO 3.6L	R$ 30,07	225	Vedacit, Vedalit 3.6L	Galões	R$ 6.765,75
147	VEDALIT GALÃO 18L	R$ 126,00	180	Vedacit, Vedalit 18L	Galões	R$ 22.680,00
150	TELHA COLONIAL	R$ 1.404,40	54	Cerâmica São João, Telha Colonial Tradicional	Milhares	R$ 75.837,60
151	TIJOLOS 6 FUROS (PRIMEIRA QUALIDADE)	R$ 810,91	910	Cerâmica Tupy, Tijolo 6 Furos	Milhares	R$ 737.928,10
152	TIJOLOS 6 FUROS (PRIMEIRA QUALIDADE)	R$ 810,91	90	Cerâmica Tupy, Tijolo 6 Furos	Milhares	R$ 72.981,90
154	TIJOLOS 8 FUROS (PRIMEIRA QUALIDADE)	R$ 890,00	45	Cerâmica Tupy, Tijolo 8 Furos	Milhares	R$ 40.050,00
160	LIXAS N.º 150 COMUM	R$ 1,97	50	Norton, Lixa de Ferro nº 160	UND	R$ 98,50
161	LIXAS N.º 160 PARA FERRO	R$ 1,84	50	Norton, Lixa de Madeira nº 160	UND	R$ 92,00
162	LIXAS N.º 160COMUM	R$ 1,98	50	Volk, Luva de Látex Natural	UND	R$ 99,00
163	LUVA LATEX	R$ 6,96	10	Tigre, Adaptador Soldável 32mm	Pares	R$ 69,60

165	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 32MM	R$ 1,86	100	Amanco, Adaptador Soldável 75mm	UND	R$ 186,00
166	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 75MM	R$ 17,09	1000	Krona, Bucha de Redução 40x32mm	UND	R$ 17.090,00
168	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL 50X40MM	R$ 3,18	30	Amanco, Cap Soldável 20mm	UND	R$ 95,40
172	CAP SOLDÁVEL 60mm	R$ 7,70	20	Tigre, Adesivo Plástico 17g	UND	R$ 154,00
174	COLA P/CANO PVC 75G	R$ 4,00	50	Krona, Adesivo Plástico 750g	UND	R$ 200,00
181	FITA VEDAROSCA 12MMx10M	R$ 1,99	40	Tigre, Joelho Soldável PVC 32mm	UND	R$ 79,60
182	JOELHO SOLDÁVEL 32MM	R$ 1,99	80	Amanco, Joelho Soldável PVC 40mm	UND	R$ 159,20
183	JOELHO SOLDÁVEL 40MM	R$ 2,22	80	Krona, Joelho Soldável PVC 50mm	UND	R$ 177,60
184	JOELHO SOLDÁVEL 50MM	R$ 3,13	80	Tigre, Joelho Soldável Longo Raio 20x1/2mm	UND	R$ 250,40
187	JOELHO SOLD.LR 25x3/4MM	R$ 2,23	80	Krona, Joelho Soldável Longo Raio 25x1/2mm	UND	R$ 178,40
188	JOELHO SOLD.LR.25x1/2MM	R$ 1,45	80	Tigre, Luva Soldável Longo Raio 25x1/2mm	UND	R$ 116,00
189	LUVA SOLDÁVEL LR 25x1/2MM	R$ 1,76	80	Amanco, Luva Soldável PVC 32mm	UND	R$ 140,80
190	LUVA SOLDÁVEL 32MM	R$ 1,38	80	Krona, Luva de Correr PVC 32mm	UND	R$ 110,40
194	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 32MM	R$ 13,80	80	Tigre, Luva de Correr PVC 40mm	UND	R$ 1.104,00
195	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 40MM	R$ 16,00	80	Amanco, Luva de Correr PVC 50mm	UND	R$ 1.280,00
196	LUVA SOLDÁVEL DE CORRER 50MM	R$ 13,60	80	Krona, Luva Corrediça PVC 60mm	UND	R$ 1.088,00
197	LUVA SOLDÁVEL CORREDIÇA 60MM	R$ 22,00	80	Tigre, Luva LL PVC 50mm	UND	R$ 1.760,00
198	LUVA LL PVC DE 50MM	R$ 2,70	80	Amanco, Luva de Redução PVC 50x32mm	UND	R$ 216,00
200	LUVA DE REDUÇÃO 60X40MM	R$ 5,90	100	Tigre, Luva de Redução PVC 60x50mm	UND	R$ 590,00
201	LUVA DE REDUÇÃO 60X50MM	R$ 7,30	100	Amanco, Registro de Esfera Soldável 32mm	UND	R$ 730,00
202	REGISTRO SOLDÁVEL 32MM	R$ 11,00	30	Krona, Registro de Pressão Soldável 20mm	UND	R$ 330,00
205	TÊ SOLDÁVEL 75MM	R$ 31,97	80	Krona, Tê Soldável com Rosca Longo Raio 25	UND	R$ 2.557,60
207	TE SOLDAVEL C/ROSCA LR 20	R$ 2,73	80	Amanco, Tubo Soldável PVC 60mm	UND	R$ 218,40
208	TUBO SOLDÁVEL 60MM	R$ 89,90	50	Krona, Joelho Esgoto PVC 40mm	UND	R$ 4.495,00
214	DOBRADIÇA DE 3 1/2" POL	R$ 3,15	30	Pado, Dobradiça Aço Inox 3"	UND	R$ 94,50
215	DOBRADIÇA DE 3" POL	R$ 3,90	30	Pado, Dobradiça Aço Inox 3"	UND	R$ 117,00
216	DOBRADIÇA P/ CANCELA	R$ 16,00	20	Stam, Dobradiça para Portão Tipo Cancela	UND	R$ 320,00
217	FECHADURA SIMPLES C/ TRINCO	R$ 38,00	80	Pado, Fechadura Externa 1000	UND	R$ 3.040,00
218	ALAVANCA BARRA SEXTAVADA 7/8X1,5M	R$ 115,00	20	Gedore, Alavanca Sextavada 7/8" x 1,5m	UND	R$ 2.300,00
219	ALAVANCA BARRA SEXTAVADA 1X2,0M	R$ 115,00	10	Gedore, Alavanca Sextavada 1" x 2,0m	UND	R$ 1.150,00
220	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL	R$ 76,00	4	Minipa, ET-3200	UND	R$ 304,00
221	FECHADURA SIMPLES C/ TRINCO	R$ 26,72	10	Pado, Convencional	UND	R$ 267,20
222	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	R$ 30,87	10	Tramontina, 41003/106	UND	R$ 308,70
223	ALICATE ELETRICISTA 8" 1000 WATTS	R$ 31,00	56	Vonder, 35.86.008.000	UND	R$ 1.736,00
224	ARCO DE SERRA	R$ 21,42	20	Starrett, K140	UND	R$ 428,40
225	BROCA PARA CONCRETO 6MM	R$ 4,15	20	Bosch, CYL-3	UND	R$ 83,00
226	BROCA PARA CONCRETO 8MM	R$ 6,50	20	Irwin, 1867389	UND	R$ 130,00
227	BROCA PARA CONCRETO 10MM	R$ 6,70	20	Makita, D-00882	UND	R$ 134,00
228	BROCA PARA CONCRETO 12MM	R$ 9,75	20	Dewalt, DW00712	UND	R$ 195,00
234	COLHER PARA PEDREIRO Nº 09	R$ 13,00	10	Tramontina, 77390/109	UND	R$ 130,00
235	DESEMPENADEIRA DENTADA 12X40	R$ 16,00	10	Vonder, 31.56.124.000	UND	R$ 160,00

236	DISCO DIAMANTADO	R$ 10,63	16	Norton, Clipper Classic	UND	R$ 170,08
237	DISCO SERRA CIRCULAR 7"	R$ 9,40	6	Makita, B-09167	UND	R$ 56,40
241	MARTELO 27 MM	R$ 29,83	10	Gedore, 7597-27	UND	R$ 298,30
242	MARRETA DE 2KG	R$ 55,99	10	Tramontina, 40500/020	UND	R$ 559,90
243	MARRETA DE 3KG	R$ 78,00	10	Vonder, 35.55.030.000	UND	R$ 780,00

244	MARRETA DE 5KG	R$ 115,50	10	Belzer, 234567	UND	R$ 1.155,00
245	PICARETE COM CABO PONTA E PÁ 0,90CM	R$ 90,47	20	Tramontina, 77390/105	UND	R$ 1.809,40
246	PRUMO DE CENTRO 500GR	R$ 26,00	10	Starrett, 99012-05	UND	R$ 260,00
247	PRUMO DE CENTRO 700GR	R$ 27,50	10	Vonder, 31.91.700.000	UND	R$ 275,00
248	RASTELO COM REGULAGEM	R$ 26,83	100	Trapp, RR-24	UND	R$ 2.683,00
249	FOICE	R$ 35,80	50	Tramontina, 77220/004	UND	R$ 1.790,00
250	SERROTE 50cm	R$ 27,55	20	Stanley, 15-726	UND	R$ 551,00
251	TORQUESA PARA ARMADOR 10"	R$ 28,41	6	Gedore, 029.10	UND	R$ 170,46
252	TORQUESA PARA ARMADOR 12"	R$ 29,81	6	Belzer, 234568	UND	R$ 178,86
253	TRENA BÁSICA DE 5 METRO	R$ 13,00	20	Komelon, KMC-30	UND	R$ 260,00
255	FERRO 4/2 (CA60 4,20) C/12M	R$ 11,00	100	Gerdau, CA60 4,2mm	UND	R$ 1.100,00
256	FERRO 5/16 (CA50 8,00MM) C/12M	R$ 35,00	100	Arcelor Mittal, CA50 8,0mm	UND	R$ 3.500,00
257	FUNDO SERRALHEIRO ZARCÃO GALÃO 20L	R$ 102,00	50	Coral, Zarcão	UND	R$ 5.100,00
258	MANTA ADESIVA P/ TELHADO 10CM PEÇA C/10M	R$ 17,50	100	Vedacit, Manta Líquida	UND	R$ 1.750,00
259	MANTA ADESIVA P/ TELHADO 20CM PEÇA C/ 10M	R$ 31,50	20	Quartzolit, Manta Asfáltica	UND	R$ 630,00
260	MANTA ADESIVA P/ TELHADO 30 CM PEÇA C/ 10M	R$ 48,50	100	Viapol, Viapolant	UND	R$ 4.850,00
261	PREGO 15X18	R$ 18,00	20	Gerdau, 15x18	UND	R$ 360,00
262	PREGO 18X27 PARA RIPA	R$ 15,00	50	Gerdau, 18x27	UND	R$ 750,00
263	PREGO 19X39 PARA CAIBRO	R$ 15,00	50	Gerdau, 19x39	UND	R$ 750,00
264	ARUELAS 1/2"	R$ 0,59	300	Tramontina, 44950/012	UND	R$ 198,00
265	ARRUELAS 1/4"	R$ 1,07	300	Tramontina, 44950/004	UND	R$ 321,00
266	ARRUELAS 3/4"	R$ 1,17	300	Tramontina, 44950/019	UND	R$ 351,00
268	HASTE DE ATERRAMENTO 1M	R$ 17,90	20	Cobrecom, Haste Copperweld	UND	R$ 358,00
269	HASTE DE ATERRAMENTO 1.2M	R$ 17,90	20	Cobrecom, Haste Copperweld	UND	R$ 358,00
270	HASTE DE ATERRAMENTO 1.5M	R$ 17,90	20	Cobrecom, Haste Copperweld	UND	R$ 358,00
271	HASTE DE ATERRAMENTO 2M	R$ 22,39	20	Cobrecom, Haste Copperweld	UND	R$ 447,80
272	HASTE DE ATERRAMENTO 2.4M	R$ 31,40	20	Cobrecom, Haste Copperweld	UND	R$ 628,00
279	CABO FLEXÍVEL TORCIDO 2X1,5MM PEÇA C/100M	R$ 150,00	9	Sil, Antichama	M	R$ 1.633,23
280	CABO FLEXÍVEL TORCIDO 2X2,5MM PEÇA C/100M	R$ 250,00	9	Sil, Antichama	M	R$ 2.683,80
281	CABO MULTIPLEXADO 16MM	R$ 3,90	600	Prysmian, Multiplex 16mm	M	R$ 2.340,00
282	CAIXA DE LUZ MONOFÁSICA	R$ 43,00	24	Tigre, Caixa Standard	UND	R$ 1.032,00
283	CAIXA DE LUZ TRIFÁSICA	R$ 148,00	12	Tigre, Caixa Standard	UND	R$ 1.776,00
285	CONECTOR PERFURANTE C/1 PARAFUSO	R$ 9,40	12	WEG, Conector IPC	UND	R$ 112,80
286	CLIPS P/ INSTALAÇÃO ELETRICA MONOFÁSICA	R$ 0,99	240	Tigre, Clip de Fixação	UND	R$ 237,60
295	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 6/8 DISJUNTOR	R$ 41,00	60	Steck, QDW 8	UND	R$ 2.460,00
296	QUADRO DISTRIBUIÇÃO 12/16 DISJUNTOR	R$ 60,00	60	Steck, QDW 16	UND	R$ 3.600,00
297	LUVA DE MALHA PIGMENTADA 4 FIOS	R$ 3,80	40	Volk, Luva de Segurança	Pares	R$ 152,00
298	LUVA DE RASPA CANO CURTO 7CM	R$ 11,29	40	Kalipso, Luva de Raspa	Pares	R$ 451,60
299	LUVA DE RASPA CANO LONGO	R$ 18,79	48	Kalipso, Luva de Raspa	Pares	R$ 901,92
308	CAIXA POLIETILENO C/TAMPA 5.000 LT	R$ 2.050,00	9	Fortlev, Caixa d'Água 5000L	UND	R$ 18.450,00

310	TÊ INTERNO PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO 1/2"	R$ 1,48	100	NaanDanJain, Tê de Engate Rápido	UND	R$ 148,00
311	TÊ INTERNO PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO 3/4"	R$ 1,70	100	NaanDanJain, Tê de Engate Rápido	UND	R$ 170,00
313	UNIÃO INTERNA DE 1 1/2" PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO	R$ 3,13	50	Irritec, União Interna de Engate Rápido 1 1/2"	UND	R$ 156,50
314	UNIÃO INTERNA DE 1 1/4" PARA MANGUEIRA DE IRRIGAÇÃO	R$ 1,98	50	Fortlev, União Interna Roscável para Irrigação 1 1	UND	R$ 99,00
325	JANELA VENESIANA 1,00x1,00	R$ 229,00	60	Sasazaki, Alumínio Branca 1,00 x 1,00 c/ Grade	UND	R$ 13.740,00
326	JANELA VENESIANA 1,20x1,00	R$ 275,00	60	Pado, Alumínio Branca 1,20 x 1,00 c/ Grade	UND	R$ 16.500,00
327	PISO CERÂMICO 60X60	R$ 34,00	500	Eliane, Porcelanato Classe A Polido 60x60cm	UND	R$ 17.000,00
328	PIGMENTO DE COLORIR TINTA, PÓ XADREZ CAIXA COM 500G	R$ 13,98	100	Xadrez, Pó para Tinta – Embalagem 500g	UND	R$ 1.398,00
332	TINTA ACRILICA GALÃO 18L	R$ 64,00	184	Suvinil, Toque de Seda – Branco Gelo – 18L	Litros	R$ 11.776,00

337	TUBO DE CONCRETO COM ARMAÇÃO 800MMX1000MM	R$ 220,00	50	Tubonasa, Tubo de Concreto Armado DN 800mm x 1000m	UND	R$ 11.000,00
338	TUBO DE CONCRETO SEM ARMAÇÃO 400MMX400MM	R$ 225,99	50	Fort Concreto, Tubo de Concreto Simples DN 400mm x 400mm	UND	R$ 11.299,50
339	TUBO DE CONCRETO SEM ARMAÇÃO 500MMX600MM	R$ 138,00	100	Fort Concreto, Tubo de Concreto Simples DN 500mm x 600mm	UND	R$ 13.800,00
VALOR TOTAL					**R$ 1.329.542,92**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
M M LEME-ME
CNPJ: 31.746.513/0001-70
MURILO MORAIS LEME
CPF Nº: 928.730.491-20

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: f9cc69523a9d955826f5e5b1996c24f5

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 42/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 42/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:
1. **DO OBJETO**
1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: ECOMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA
CNPJ: 51.313.030/0001-99
Endereço: Rod. PB-115, S/N, Galpão 02 Quadra B Lote 04, bairro Sitio Barro Vermelho, cidade Puxinanã/PB, CEP 58.115-000
Nome do Representante: MURILO MORAIS LEME
Telefone: 83 3330-0511 / 98608-7407 **E-mail:** contato@ecomixtintas.com.br

ITEM	DISCRIÇÃO	V. GANHO	QUANT	MARCA / MODELO	UND	V. TOTAL GANHO
130	MASSA CORRIDA PVA 18L	R$ 50,00	675	ECOMIX	GALÕES	R$ 33.750,00
138	ROLO LA CARNEIRO S/SUPORTE 23CM	R$ 15,00	22	CASTOR	UND	R$ 330,00
144	TINTA PVA LATA 18L	R$ 99,00	54	ECOMIX	GALÕES	R$ 5.346,00
331	TINTA PVA LATA 18L	R$ 118,00	276	ECOMIX	UNID	R$ 32.568,00
VALOR TOTAL					**R$ 71.994,00**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia

pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
ECOMIX INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA
CNPJ: 51.313.030/0001-99
FRANCISCO DE ASSIS SOUZA NETO
CPF Nº: 054.012.434-64

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 0fed335950b714cb8c8ec86212b67809

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 44/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 44/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: RLUX ILUMINAÇÃO LTDA
CNPJ: 23.535.805/0001-35
Endereço: Pedro Ferreira, 333 - Sala 1206, Box 140 - Centro - 88.301-030 - Itajaí – SC
Cep: 88.301-030
Nome do Representante: MARCOS RIBAS
Telefone: (19) 2139-7145 / (19) 2139-7155 **E-mail:** contato@rlux.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
288	DISJUNTOR TRIFÁSICO 80A	R$ 80,59	12	ELGIN / 52A001033080	UND	R$ 967,08

303	LUMINÁRIA DE LED 200W	R$ 94,52	20	MGC / RKT-200BF	UND	R$ 1.890,40
VALOR TOTAL					R$ 2.857,48	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da

Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
RLUX ILUMINACAO LTDA
CNPJ: 23535805/0001-35
MARCOS RIBAS
CPF Nº: 286.176.978-57

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: c491884b50041318b13e4827c3e28c5f

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 45/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 45/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: Supra Comercial Ltda
CNPJ: 46.867.247/0001-00
Endereço: , Avenida LO 23, QD. 16, LOTE 23, Sala 01
Palmas-TO | CEP: 77017-276 Q ACSO 91
Nome do Representante: Hugo de Carvalho Milhomens
Telefone: (63) 98144-7007 **E-mail:** brsuprabr@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
104	JOELHO GALVANIZADO DE 1 ½"	R$ 19,60	45	H-MECH	UND	R$ 882,00
108	REDUÇÃO GALVANIZADA DE 2" P/1 1/2	R$ 16,90	11	H-MECH	UND	R$ 2.208,90
VALOR TOTAL					**R$ 2.757,90**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do

cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 07 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
Supra Comercial Ltda
CNPJ: 46.867.247/0001-00
Hugo de Carvalho Milhomens
CPF Nº: 047.905.761-32

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 1d1f725d5b9b0d8fc487b890c6113d1f

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 46/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 46/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ: 54.494.740/0001-50
Endereço: Rua Joci Jose Martins, n° 247 sala 1302, Palhoça, SC, CEP 88132148.
Nome do Representante: MATHEUS ALEXANDRE GRANDO
Telefone: (47) 991860966 **E-mail:** contratos@grupom3.com.br

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
277	CABO FLEXIVEL 6,00 MM PEÇA C/100M	R$ 399,99	4	FILLS	UND	R$ 1.599,99
338	TUBO DE CONCRETO SEM ARMAÇÃO 400MMX400MM	R$ 337,99	4	FILLS	UND	R$ 1.351,96
VALOR TOTAL					**R$ 2.951,95**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da

sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 07 de maio de 2025

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ: 54.494.740/0001-50
MATHEUS ALEXANDRE GRANDO
CPF Nº: 075.961.479-25

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 09098dcab551b5ab109329e084450549

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 47/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 47/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela

alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: E. RODRIGUES DOS REIS CONSTRUCOES E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 07.940.654/0001-44
Endereço: Praça Parsondas de Carvalho, nº 165, Anexo A BAIRRO: Centro: Riachão – MA
Nome do Representante: MURILO MORAIS LEME
Telefone: (99) 3531-0155 / (99) 98801-4202 **E-mail:construmarriachao@gmail.com**

ITEM	DESCRIÇÃO	V. UNITARIO	QUANT	MARCA	UND	VALOR TOTAL
4	PAR DE BOTA PARA ELETRICISTA P/ ELETRICISTA (4045) BEL5 COM BICO PVC Nº 37 AO 44	R$ 49,00	12	OURO FORTE	PAR	R$ 588,00
63	PREGO 10X10	R$ 16,80	45	FERRO FORTE	KG	R$ 756,00
74	ARUELAS 3/8"	R$ 0,25	675	CISER	UND	R$ 168,75
75	ARUELAS 5/16"	R$ 0,25	675	CISER	UND	R$ 168,75
78	HASTE DE ATERRAMENTO 3M	R$ 37,80	45	INTELLI	M	R$ 1.701,00
90	ELETRODUTO CORRUGADO 1" (32MM)	R$ 2,10	225	TRAMONTINA	M	R$ 472,50
95	QUADRO PARA BOMBAS 7 CV TRIFASICO	R$ 1,57	9	VINTK	UND	R$ 14,13
112	TORNEIRA P/PIA BICA MOVEL	R$ 9,50	111	HERC	UND	R$ 1.054,50
136	ARGAMASSA PCT C/20KG	R$ 14,00	300	SUPER MASSA	PEÇAS	R$ 4.200,00
VALOR TOTAL					**R$ 9.123,63**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de

registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou

parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES
10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS
11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 08 de maio de 2025

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
E. RODRIGUES, DOS REIS CONSTRUCOES E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 07.940.654/0001-44
Edvaldo Rodrigues dos Reis
CPF Nº: 449.264.993-04

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 59c484c0e5747595d839e6836bb60c44

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 43/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - SRP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2025

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇO REGISTRO Nº 43/2025.

O Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 06.651.616/0001-09, neste ato representada pela Agente de Contratação Dacilene Rodrigues Aguiar, designada pela Portaria nº 016 de 01 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 900005/2025, Processo Administrativo n.º 22/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. **DO OBJETO**
1.1 Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa (as) do ramo pertinente para REGISTRO DE PREÇOS, visando o eventual fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico, para recuperação e manutenção, visando suprir a demanda das diversas Secretarias Públicas e Fundos Municipais, de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social: GERATEK - EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COM E SERV - ME
CNPJ: 31.261.184/0001-77
Endereço: Rua: dos Auetes, 86, Vila Costa e Silva, Campinas - SP CEP: 13.081-180
Nome do Representante: Edinieide de Fatima Vasques Brito
Telefone: (19) 2042-2991/(19) 981768028 **E-mail:** comercial.geratek@gmail.com

91	BOMBA SUBMERSA P/ POÇO TUBULAR 2 CV C/ BOMBEADOR, 4R5 8 ESTÁGIO MONOFÁSICA.	R$ 1.257,1100	10	Tubonasa, Tubo de Concreto Armado DN 800mm x 1000m	UND	R$ 12.571,1000
93	BOMBA SUBMERSA P/ POÇO TUBULAR 10 CV BOMBEADOR R11 C/ 14 ESTÁGIO TRIFÁSICA.	R$ 2.793,0000	7	Fort Concreto, Tubo de Concreto Simples DN 400mm x 400mm	UND	R$ 19.551,0000
94	BOMBA SUBMERSA P/ POÇO TUBULAR 5,5 CV BOMBEADOR 4R8-2 C/ 12 ESTÁGIO TRIFÁSICA	R$ 1.791,0100	9	Fort Concreto, Tubo de Concreto Simples DN 500mm x 600mm	UND	R$ 16.119,0900
VALOR TOTAL					**R$ 48.241,1900**	

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.
3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM Nº	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTDADE

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da Ata de Registo de Preço- ARP, qualquer Órgão Municipal que não tenha participado do certame, poderão aderir à ARP mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador e anuência da empresa beneficiária, observados os seguintes requisitos:
4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5 . O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.
4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.
5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor

convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos

participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1 Por razão de interesse público;
9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 06 de maio de 2025.

_____
Dacilene Rodrigues Aguiar
Agente de Contratação
Órgão Gerenciador

_____
CONTRATADO(A)
GERATEK - EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COM E SERV – ME
CNPJ: 31.261.184/0001-77
Edinieide de Fatima Vasques Brito
CPF Nº: 724.301.338-49

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: d566552c64a568aa1a6dfc0fb7451a00

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2025

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Ref.: Processo de Dispensa de Licitação de nº 10/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de três sala de armazenamento de lixo nas unidades básicas de saúde do município de São Raimundo das Mangabeiras - Ma.
Vencedor: CONSTRUMAX CONSTRUCÕES E LOCACÃO LTDA, CNPJ Nº 50.644.684/0001-32;
Valor: R$ 78.165,96(setenta e oito mil centos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos), Período: Será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos limites e condições estabelecidas no art. 95 Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, respeitando-se o exercício financeiro em relação à Nota de Empenho e declaração orçamentária na proporção do saldo.
Afigurando-me que o procedimento de contratação em epígrafe encontra-se regularmente desenvolvido e, estando ainda presente o interesse da Administração na contratação direta que deu ensejo à instauração do presente processo.

De acordo com o parecer jurídico e fundamentos constantes do presente nos autos, **AUTORIZO** com fulcro no art. 72, VIII da Lei 14.133/2021, o presente processo de dispensa de licitação.

Formalize-se o termo de contrato, empenhe-se e publique-se.

São Raimundo das Mangabeiras – MA, 12 de maio de 2025.

_____
ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA
Prefeito

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: 40dccc26f3694f81891f4d0a054bc4e9

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90003/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 61/2025

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 61/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Município de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para reforma e melhoria dos prédios: Hospital São Raimundo Nonato e Prefeitura (PALÁCIO PREFEITO FRANCISCO CARDOSO) e do Antigo Prédio da Prefeitura, no município de São Raimundo das Mangabeiras – MA, conforme condições e especificações constantes do projeto básico e anexos (MEMORIAL E PLANILHAS).

- **MODALIDADE**: **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE.**
- **ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO:** Do dia 13/05/2025, às 08h00min. ao dia 28/05/2025 às 09h59min. Horário de Brasília/DF.
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA:** Dia 28/05/2025 às 10h00min. Horário de Brasília/DF.
- **FONTE DE RECURSOS:** RECURSOS ORDINÁRIOS.
- **VALOR ESTIMADO:** VALOR SIGILOSO

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital poderá ser obtido ou consultado na nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/, no site da Prefeitura municipal de São Raimundo das Mangabeiras/MA: https://www.saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br/; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); Mais informações poderão ser consultadas e obtidas através do e-mail da CPL: cpl@saoraimundodasmangabeiras.ma.gov.br.

São Raimundo das Mangabeiras/MA, 12 de maio de 2025.

Camila Sousa Brito Rocha
Agente de Contratação

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: aeec5137941d4ac20dbbcbc24bd13244

DECRETO Nº. 11/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025.

DECRETO nº. 11/2025, DE 12 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A INDICAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEICULOS, SUCATAS, MATERIAL INSERVÍVEIS, IRRECUPERAVÉIS E ANTIECONÔMICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO POSTERIOR ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO RAIMUNDO DA MANGABEIRA – Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições Orgânicas e Legais:

DECRETA

Art.1° - Fica o Poder Executivo Municipal de SÃO RAIMUNDO DA MANGABEIRA, Estado do Maranhão, autorizado a alienar Veículos e Bens Inservíveis para o serviço público na modalidade Leilão Público, pelo melhor preço ofertado.
Art. 2° - Ficam nomeados os servidores públicos municipais abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Especial de Organização e Avaliação de alienação de bens móveis, pertencentes ao município de SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS.

a. ALLINY COELHO DE SÁ, portadora do CPF nº ***.379.19*-**, lotada na Secretária Municipal Administração;
b. RODRIGO DA ROCHA SANTOS LOPES, portador do CPF nº ***.956.77*-**, lotado na Secretária Municipal de Infraestrutura;
c. RUIMATTUS RIBEIRO GUIDA DA SILVA, portador do CPF nº ***.583.62*-**, lotado na Secretária Municipal de Transporte.

Art. 3° - Os valores apurados com a venda dos veículos leiloados serão revertidos para a conta de titularidade da Prefeitura Municipal de SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - MA.
Art. 4°- Os recursos arrecadados no Leilão com alienação dos bens móveis referidos nessa Lei, serão alocados em rubrica específica e serviram para a aquisição de novos equipamentos para uso do município: aquisição de veículos novos, pneus e peças novas para reposição da frota de veículos e máquinas da prefeitura, material de informáticas e moveis em geral para aparelhamento das secretarias municipais.
Art. 5°- Será contratado um Leiloeiro Oficial do Estado para a realização do Leilão e avaliação dos bens.
Art. 6° - Este DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Raimundo das Mangabeiras – MA, 12 de maio de 2025.

Accioly Cardoso Lima e Silva
Prefeito Municipal

Publicado por: LEANDRA DA SILVA SANTOS
Código identificador: 6180f7ef6bf6c44e51f3ddfe7e1a45d9

PORTARIA N° 209-A, DE 30 DE ABRIL DE 2025

PORTARIA N° 209-A, DE 30 DE ABRIL DE 2025

DECLARA A EXONERAÇÃO E VACÂNCIA DE CARGO EM RAZÃO DE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 158, I, da Constituição do Estado do Maranhão e art. 76, II, da Lei Orgânica do Município.
RESOLVE:
Art. 1. ° Exonerar a pedido, do cargo de Conselheiro Tutelar, da matrícula 7197-1, então exercido pelo(a) servidor(a) **FRANCISCO XAVIER CONCEIÇÃO GUERRA**, a partir de 01 de maio de 2025.
Art. 2. ° Declarar a vacância do cargo acima citado, em razão da exoneração decorrente do pedido de exoneração do servidor.
Art. 3.º Os serviços da secretaria deverão registrar a vacância e baixar o prontuário do(a) servidor(a) para o arquivo.
Art. 4. ° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique – se e cumpra – se, tão inteiramente quanto nela se contém.

São Raimundo das Mangabeiras, 30 de abril de 2025.

ACCIOLY CARDOSO LIMA E SILVA
Prefeito

Publicado por: LEANDRA DA SILVA SANTOS
Código identificador: 2d7b917d477c63bd6ad48136dc2c9c7f

RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025-SRP.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90012/2025- SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2025
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025-SRP.

A Prefeitura Municipal de São Raimundo das Mangabeiras, CNPJ nº 06.651.616/0001-09, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025-SRP, tendo por objeto **Registro de Preço para eventual Aquisição de coletores de lixo para atender às demandas das instituições municipais de São Raimundo das Mangabeiras - MA.** Considerando que o critério de julgamento das propostas determinado pelo PREGÃO ELETRÔNICO N° 90012/2025-SRP, foi o de MENOR PREÇO POR ITEM, obtivemos a seguinte **Resultado por Fornecedor**:

Fornecedor **CITY CLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 48.256.518/0001-17**,** vencedor dos **ITENS: 1,2,3 E 4**, totalizando o valor de R$ 71.496,00 (setenta e um mil e quatrocentos e noventa e seis reais).

São Raimundo das Mangabeiras - MA, 12 de maio de 2025.

Dacilene Rodrigues Aguiar
Pregoeira

Publicado por: CAMILA SOUSA BRITO ROCHA
Código identificador: fcddee2b6c8641cfe48f7221d5cf27aa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE FERRER

DISTRATO AMIGÁVEL DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PARTES: MUNICIPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER E EDITE DE JESUS CHAVES, CPF Nº 898.691.767-04. **DO OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo a Rescisão Amigável do Contrato de **LOCAÇÃO DO IMÓVEL**, localizado na Rua Aeroporto, s/n, Centro, São Vicente Férrer-MA, nesta cidade. Locado à locatária para fins especifico de continuidade do Centro de Convivência,, devendo ser considerado a partir de 12 de maio de 2025. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A presente rescisão dá-se, tendo em vista este requerimento apresentado pela Contratada e em consonância com art. 79, II da Lei nº 8.666/93.ASSINATURA: MARIA DO CARMO MACHADO FREITAS- Secretaria Municipal de Assistência Social; EDITE DE JESUS CHAVES - 2ª distratante.

Publicado por: MATHEUS RAFAEL GASPAR MELONIO
Código identificador: 9e1c7068560bcde806c81b798d5c1775

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 45/2025
REFERENTE: Adesão à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 21/2024 CONDUZIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Materiais de Construção, para atender as necessidades do Município de São Vicente Férrer-MA, para o exercício de 2025.
EMPRESA: POTENCIAL EMPREENDIMENTOS E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.532.614/0001-40, com sede na Av. Carlos Raimundo Figuereido, SN, Bairro Novo, cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão

VALOR: R$ 557.739,89 (quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos)

"Autorizo, Adjudico, Homologo e Ratifico o julgamento referente ao objeto em epigrafe. "

São Vicente Férrer - MA, 09 de maio de 2025

ADRIANO MACHADO DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por: MATHEUS RAFAEL GASPAR MELONIO
Código identificador: 2c386d3a6b7ed98b908e6ff4e03fbbf4

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, sediada na Rua Cônego Aderson, SN– Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.688/0001-34, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, SR. **ALLAKIS MORAIS SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 056.231.753-84, RG nº 021693802002-3, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 10/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa **M A R DISTRIBUIDORA MARANHÃO LTDA**, CNPJ n.º 41.039.614/0001-64, com sede na Rua José Lourenço, s/n, Centro, Governador Archer/MA, neste ato representada pela Sra. **ROBERTA DE SOUSA TERTO**, brasileira, empresária, portadora do CPF nº 607.548.523-69, e RG nº 041604472011-2 SSP/MA, e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 32/2025, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **M A R DISTRIBUIDORA MARANHÃO LTDA**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, POR ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO**

DE 2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**,** para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 32/2025.
Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

2.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

2.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

2.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada**.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Senador Alexandre Costa.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA
Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Fornecimento emitida pelo Órgão Contratante
Parágrafo Segundo – O prazo para o início do fornecimento será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência **- Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS
Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
d. Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
e. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.
Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.
Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO
O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO
Fica eleito o foro da comarca da cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Senador Alexandre Costa, 12 de maio de 2025.

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	ROBERTA DE SOUSA TERTO **M A R DISTRIBUIDORA MARANHÃO LTDA**

ANEXO ÚNICO

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2025 - PMSAC/MA
PROCESSO N.º 32/2025
VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 13/2025, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Senador Alexandre Costa e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2025 – PMSAC/MA.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**.**

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA: M A R DISTRIBUIDORA MARANHÃO LTDA	
CNPJ: 41.039.614/0001-64	Telefone: (99) 98268-3042
Endereço: Rua José Lourenço, s/n, Centro, Governador Archer/MA.	E-mail: roberta.terto@outlook.com

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	UND	V.UNIT.	V.TOTAL
25	Armario confeccionado em chapa de aço de 22 mm com 2 portas com chaves e 4 prateleiras internas com o tratamento anti-ferrugem e pintura epóxi aplicado no armário. Dimensões: 1.95x 0.90x 0.40 na cor cinza	Elite Aço	15	UND	R$ 1.485,19	R$ 22.277,85
26	Armario confeccionado em chapa de aço de 22 mm com 2 portas com chaves e 3 prateleiras internas com o tratamento anti-ferrugem e pintura epóxi aplicado no armário. Dimensões: 1.60x 0.75x 0.35 na cor cinza	Elite Aço	10	UND	R$ 1.312,67	R$ 13.126,70
27	Roupeiro confeccionado em chapa de aço de 22mm com 12 portas pequenas com pitão para cadeado com o tratamento anti-ferrugem e pintura epóxi aplicado no armário. Dimensões: 1.95x 0,99x 0.40	ULTRA Móveis	15	UND	R$ 2.512,83	R$ 37.692,45

28	Estante de aço: aberta com 06 bandejas com reforço, com o tratamento anti-ferrugem e pintura epóxi nas dimensões: 1.98x 0.92x 0.30. na cor cinza	Elite Aço	40	UND	R$ 510,06	R$ 20.402,40
29	Fogão Industrial: com 04 bocas simples com forno Material Chapa de Ferro Pintada Quantidade de Bocas: 02 Bocas Alta Pressão com pé Funcionamento: Gás GLP Informações Técnicas Pintura letrostática na cor preta texturizada Material chapa de ferro pintada 1,2 mm de espessura Grelha de ferro fundido esmaltado Bandeja coletora zincada (removível) em 0,7mm de espessura Queimador de ferro fundido chama simples com espalhador em ferro fundido Quadro da mesa e suporte aneleiro em Perfil 7cm reforçado Pés em perfil "L" 4cm com vinco reforçado Tubo de distribuição de gás, 1"(25mm) de diâmetro na cor preta Pés de borracha nitrílica de alta resistência	**Fundiferro**	10	UND	R$ 2.325,31	R$ 23.253,10
30	Freezer : 2 portas freezer horizontal. (220 volts) características- 4 pés com rodízios. - ongelamento rápido- preserva as propriedades naturais dos alimentos e ainda possui acionamento no painel frontal. - dreno frontal. - facilita o degelo e a limpeza. - dupla função. - pode ser usado na função de freezer ou refrigerador. - maior resistência à corrosão e impactos especificações técnicas- capacidade total bruta: 526l. - capacidade total líquida: 519l - cor: branco. - - potência: 184 watts. - voltagem: 220 volts dimensões-altura: 960 mm. - largura: 1473 mm. - profundidade: 780 mm. - peso: 94 kg temperatura: -16º a -20ºc ou +1º a +7º c. modelo ref: chb53	Metalfrio	3	UND	R$ 4.950,66	R$ 14.851,98
31	Freezer horizontal 1 porta tem um design moderno e sofisticado, contando com 1 Tampa. conta com uma capacidade bruta de até apacidade líquida de 303 Litros. A Variação de Temperatura do Freezer Horizontal é de -22 ºC a 3,5 ºC com uma potência de até 220v de acordo com a voltagem. Funções e Características Selo Procel. Funções e Características Congelamento Rápido, Degelo, Pés com Rodízios, Trava na Porta, Ele conta com dreno frontal que facilita a limpeza. Tamanhos aproximados Largura 945mmx Altura920 mm,Profundidade 650 mm	Metalfrio	3	UND	R$ 4.313,07	R$ 12.939,21
32	Geladeira 1 porta linha branca frostfree (rf3). Geladeira Frost Free com porta reversível e controle de temperatura externo Capacidade total: 300 litros Congelador espaçoso de 47 litros e compartimento extrafrio no refrigerador Prateleiras ajustáveis, porta-latas, porta-ovos e gaveta de legumes	Consul	4	UND	R$ 4.496,84	R$ 17.987,36
33	Fogão domestico 4 bocas: Grades de ferro fundido: Grades robustas de ferro fundido com design pensado para aguentar os preparos Design Frente Única: possui menos recortes para deixar a limpeza cada vez mais simples e descomplicada - Forno Limpa + Fácil: União da cavidade Cleartec + o Vidro interno Vedado - Tecnologia Cleartec: Inovadora ecnologia utilizada nos fornos de embutir mais modernos, garante mais facilidade de limpeza, pois possui revestimento totalmente liso e esmaltado, vitando absorção de gordura - O vidro interno do forno é vedado, evitando o acúmulo de gordura ou sujeira entre os vidros da porta - Gaxeta Integral: A vedação nessa região, ajuda a não aumentar a temperatura do produto e evita o amarelamento das suas peças externas - Pés Duplo Clique: Pés frontais de fácil instalação, em dois cliques é possível posicionar os pés no fogão. Os pés traseiros são rosqueados, permitindo uma regulagem para ajudar na estabilidade do fogão- Manípulos removíveis que garantem uma maior facilidade de limpeza.	Fundiferro	10	UND	R$ 1.350,18	R$ 13.501,80

34	Smart TV 43" Full HD LED Android Consumo de energia de apenas 80W com fonte bivolt automática Desempenho Rápido: Processador CA55 Quad Core, memória de 1GB e armazenamento de 8GB Conectividade Completa: 3 portas HDMI, 2 USB, Wi-Fi, Bluetooth 5.0 Potência de saída de áudio de 8Wx2 Tecnologia LED, resolução Full HD e HDR para imagens mais nítidas e vibrantes	Philco	3	UND	R$ 2.700,36	R$ 8.101,08
35	Ar condicionado, capacidade 18.000 BTUs, tipo split inverter, 220 volts, Ciclo: Frio. Controle remoto com display em cristal líquido. Design moderno, na cor branca. Display led no painel da unidade interna com visualização da temperatura selecionada para o ambiente. Silencioso A tecnologia Inverter combinada com um design avançado permite resfriar ambientes 43% mais rápido. Função Auto Clean Quando o ar condicionado é desligado, a função de limpeza automática opera sozinha um ventilador para remover pó e umidade no trocador de calor.Vazão de ar Evaporadora: 486 Controle de ar (cima/baixo) Evaporadora: Automático Controle de ar (direita/esquerda) Evaporadora: Manual Diâmetro da linha (sucção) Evaporadora: 3/8 pol Diâmetro da linha (líquido) Evaporadora: 1/4 po	Agratto	6	UND	R$ 6.300,84	R$ 37.805,04
36	Ar condicionado, capacidade 12.000 BTUs,tipo split inverter, 220 volts, Ciclo: Frio. Controle remoto com display em cristal líquido. Design moderno, na cor branca. Display led no painel da unidade interna com visualização da temperatura selecionada para o ambiente. Silencioso A tecnologia Inverter combinada com um design avançado permite resfriar ambientes 43% mais rápido. Função Auto Clean Quando o ar condicionado é desligado, a função de limpeza automática opera sozinha um ventilador para remover pó e umidade no trocador de calor.Vazão de ar Evaporadora: 486 Controle de ar (cima/baixo) Evaporadora: Automático Controle de ar (direita/esquerda) Evaporadora: Manual Diâmetro da linha (sucção) Evaporadora: 3/8 pol Diâmetro da linha (líquido) Evaporadora: 1/4 po	Agratto	26	UND	R$ 4.763,13	R$ 123.841,38
37	Ar condicionado, capacidade 9.000 BTUs,tipo split inverter, 220 volts, Ciclo: Frio. Controle remoto com display em cristal líquido. Design moderno, na cor branca. Display led no painel da unidade interna com visualização da temperatura selecionada para o ambiente. Silencioso A tecnologia Inverter combinada com um design avançado permite resfriar ambientes 43% mais rápido. Função Auto Clean Quando o ar condicionado é desligado, a função de limpeza automática opera sozinha um ventilador para remover pó e umidade no trocador de calor.Vazão de ar Evaporadora: 486 Controle de ar (cima/baixo) Evaporadora: Automático Controle de ar (direita/esquerda) Evaporadora: Manual Diâmetro da linha (sucção) Evaporadora: 3/8 pol Diâmetro da linha (líquido) Evaporadora: 1/4 po	Agratto	10	UND	R$ 4.335,57	R$ 43.355,70

38	Cadeira de rodas possui uma estrutura dobrável em X que facilita no transporte e armazenamento. O assento tem 40cm de largura, oferecendo um espaço confortável para o usuário. Os apoios de braços são fixos, proporcionando estabilidade e segurança. Os apoios de pés também são fixos, permitindo o descanso dos membros inferiores. Com pneus maciços, a cadeira oferece melhor tração em diferentes tipos de superfície e minimiza a necessidade de manutenção. Cor: Preto Material: Aço Carbono Braços: Fixos Apoio de Braço: Nylon Apoio de Pé: Fixo nylon Encosto: Nylon duplo Assento: Nylon duplo Aro impulsor: Bilaterais nylon Garfo: Aço carbono maciço Rodas Dianteiras: Aro 6" Rodas Traseiras: Aro 24"	Dellamed	4	UND	R$ 2.242,79	R$ 8.971,16
39	Maca divâ cabeçeira movel, sem grade sem rodizio dimensões 190x55x80 na cor branco Estrutura tubular em aço redondo Leito estofado revestido em courvim	Epóxi	14	UND	R$ 1.687,72	R$ 23.628,08
40	Carro curativo pintado com rodizio, 80x0,46x0,85 Estrutura: Confeccionada em tubo de aço 3/4. Tampo e prateleira em chapa 1,20 mm. Acessórios: Sem Balde e Bacia. Pés: Tubos 3/4, com rodízios 2". Acabamento: Tratamento antiferruginoso. Puxador em tubo 3/4.	Metal Solution	5	UND	R$ 1.335,17	R$ 6.675,85
41	Escada 02 degraus confeccionados em tubo de aço inoxidável de ø 7/8 x 1,20 mm, com ponteiras de borracha. Dimensões: 0,37 x 0,25 x 0,23 1º degrau; 0,37 x 0,25 x 0,45 2º degrau (C x L x A) Piso:em material antiderrapante e bordas em chapa de aço inoxidável de 0,80	Tubomed	10	UND	R$ 412,55	R$ 4.125,50
42	Mesa secretaria hospitalar com 2 gavetas pintada Totalmente em Pintura Epóxi Dimensões externas aproximadas: Comprimento: 0,90 cm Largura: 0,55 cm Altura: 0,80 m	Salutem	10	UND	R$ 967,62	R$ 9.676,20
43	Negatoscopio inox 1 corpo Construído em Chapa de Aço Espessura de 046 mm Bitola 26 Pintura Epóxi com Frente De Acrílico Leitoso Fixação de RX por Roletes em Bivolt Com Lâmpada de LED Plug Bipolar	Prevtech	5	UND	R$ 1.380,18	R$ 6.900,90
44	Cadeira simples hospitalar esmaltada 4 pés Totalmente em Chapa de Aço Pintura Epóxi Pés Com Ponteiras Dimensões externas aproximadas: Comprimento: 52cm Profundidade: 38cm Altura: 85cm	Sanitas Moveis	10	UND	R$ 412,55	R$ 4.125,50
45	Mesa genicologica pintada com leito estofado e porta coxa estrutura da base: Construída em Aço SAE 1020, tubo redondo 1 1/14 X 1,06 mm, leito: Dividido em três partes, acolchoado com espuma densidade 23, revestido em courino. dimensões: Altura= 890 mm, Largura = 550 mm, Comprimento = 1820 mm. Pintura eletrostática (pó) Pés com ponteiras em PVC.	Salutem	6	UND	R$ 1.837,74	R$ 11.026,44
46	Armario vitrine em aço com 1 porta 3 prateleiras Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epoxi; Portas de vidro cristal de 3mm, com ; 03 Prateleiras de vidro. Dimensões externas aproximadas: Comprimento 0,40 cm Profundidade: 0,40 cm Altura: 1,60 m	Elite Aço	8	UND	R$ 1.207,66	R$ 9.661,28
47	Armario vitrine em aço com 2 portas 3 prateleiras Porta com fechadura cilíndrica; Fundo e teto em chapa de aço esmaltado epoxi; Portas de vidro cristal de 3mm, com ; 03 Prateleiras de vidro. Dimensões externas aproximadas: Comprimento 0,70 cm Profundidade: 0,40 cm Altura: 1,60 m	Elite Aço	8	UND	R$ 1.312,67	R$ 10.501,36
48	Suporte para soro fixo – base em quadripé confeccionado em Aço Carbono, com pintura eletrostática - Branca; Coluna em tubo redondo de Aço Carbono, com pintura eletrostática - Branca; Haste superior em tubo de aço inox, com polimento de alto brilho, Possui 4 ganchos confeccionado em Aço Inox, em formato de cruz; Base com ponteiras.	Salutem	10	UND	R$ 299,28	R$ 2.992,80
						R$ 487.421,12

VALOR TOTAL REGISTRADO R$ 487.421,12 (quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e doze centavos).

Senador Alexandre Costa – MA, 12 de maio de 2025

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	ROBERTA DE SOUSA TERTO **M A R DISTRIBUIDORA MARANHÃO LTDA**

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: 7fc86c16998d7ac41c9f10a89e8a8fd1

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, sediada na Rua Cônego Aderson, SN– Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.688/0001-34, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, SR. **ALLAKIS MORAIS SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 056.231.753-84, RG nº 021693802002-3, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 10/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa **GOP MOVEIS LTDA**, CNPJ n.º 50.199.240/0001-35, com sede na Rua Nascimento de Moraes /Rua 1, - São Francisco, São Luís/MA, neste ato representada pelo Sr. **GABRIEL DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA**, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 61965919324, e RG nº 053770972014-6 SSP/MA, e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 32/2025, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:

Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **GOP MOVEIS LTDA**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, POR ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**,** para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 32/2025.
Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

2.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

2.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

2.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada**.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Senador Alexandre Costa.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA
Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Fornecimento emitida pelo Órgão Contratante
Parágrafo Segundo – O prazo para o início do fornecimento será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência **- Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS
Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação

econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
d. Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
e. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.
Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.
Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO
O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Senador Alexandre Costa, 12 de maio de 2025.

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	GABRIEL DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA **GOP MOVEIS LTDA**

ANEXO ÚNICO

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2025 - PMSAC/MA
PROCESSO N.º 32/2025
VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 14/2025, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Senador Alexandre Costa e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2025 – PMSAC/MA.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**.**

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA: GOP MOVEIS LTDA	
CNPJ: 50.199.240/0001-35	Telefone: (98)99154-3843
Endereço: Rua Nascimento de Moraes /Rua 1, - São Francisco, São Luís/MA.	E-mail: gopmoveisltda@gmail.com

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	V.UNIT.	V.TOTAL
1	Cadeira escolar com assento encosto e prancheta em polipropileno AZUL Produto fabricado pelo processo de injeção plástica, confeccionado em resina termoplástica de alto impacto, PP (Polipropileno) ou ABS (Acrilonitrila butadieno estireno). Dimensões acabadas de 343 x 560mm, com prancheta na lateral fixa acoplada a estrutura, Prancheta com um porta lapis em polipropilneno fixada a estrutura atraves de parafusos.. Encosto confeccionado em polipropileno (PP), com tamanhos de 300mmx470mm no sistema de injeção termoplástica Fixa-se na estrutura através de encaixes, com travamento na estrutura através de pino-tampão, também confeccionado em polipropileno (PP) da mesma cor do encosto. Assento confeccionado em polipropileno (PP), com tamanhos de 410mmx465mm no sistema de injeção termoplástica. Com travamento feito atraves de parafusos. . O porta-livros é produzido em vergalhão 5/16 com pintura eletrostática em pó com tratamento anti-corrosivo, fixado na estrutura da base, através de solda mig em tubo 7/8 na chapa 16 mm. . A estrutura é fabricada em tubos de aço 7/8 na chapa 16, sendo a base de ligação do assento e encosto e as pernas com tubos de secção tubular. Duas travessas horizontais em tubo de 22 mm de diâmetro e 1,2mm de espessura de parede que servem de encaixe para o suporte da prancheta Esse por sua vez é fabricado em um tubo 19 mm de diâmetro e 1,06 mm de espessura de parede reforçado internamente por um tubo 16 mm de diâmetro e 1,2mm de espessura de parede. As colunas são feitas de tubos 7/8, espessura de parede de 1,2 mm, fixadas na base de ligação do assento e encosto através de 4 (quatro) parafusos com porcas embutidas. . Todas as peças da estrutura metálica são unidas por solda MIG, tratadas em conjuntos de banhos químicos e pintadas com tinta epóxi (pó), o que garante proteção antioxidante e uma maior vida útil ao conjunto. Além disso todas as pontas dos tubos são cobertas com peças plásticas para acabamento, sendo os pés da cadeira com buchas escalonadas e as atravessas com buchas cilíndricas com aba.Todas as peças da estrutura metálica são unidas por solda MIG, tratadas em conjuntos de banhos químicos e pintadas com tinta epóxi (pó) na cor cinza ou branco Marca: adequa moveis modelo c-e	450	UND	R$ 439,00	R$ 197.550,00
2	Conjunto do aluno individual FNDE tamanho 03, composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira para aluno de tamanho de 1.19m a 1.42m . Mesa - Tampo em (MDF) com espessura de 18 mm, revestido na face superior texturizado na cor CINZA cantos arredondados acabamento em perfil 2 abas na cor Amarelo, fixação do tampo à estrutura através de porcas garra, Porta livros em polipropileno afixado à estrutura por rebites Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem afixado por meio de encaixe. Coluna e travessa longitudinal em tubo oblongo 29 x 58 mm (CH 16), travessa superior em tubo Ø 1 ¼" (CH 16) e pés confeccionados em tubo Ø 1 ½" (CH 16). Cadeira Assento e encosto em polipropileno cor AMARELO Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites. Estrutura em tubo de aço Ø 7/8 ". Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Marca: adequa moveis mode: cj-fnde	100	UND	R$ 447,00	R$ 44.700,00

3	Conjunto do aluno individual FNDE tamanho 04, composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira para aluno de tamanho de 1.33m a 1.59m . Mesa - Tampo em (MDF) com espessura de 18 mm, revestido na face superior texturizado na cor CINZA cantos arredondados acabamento em perfil 2 abas na cor Vermelho, fixação do tampo à estrutura através de porcas garra, Porta livros em polipropileno afixado à estrutura por rebites Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem afixado por meio de encaixe. Coluna e travessa longitudinal em tubo oblongo 29 x 58 mm (CH 16), travessa superior em tubo Ø 1 ¼" (CH 16) e pés confeccionados em tubo Ø 1 ½" (CH 16). Cadeira Assento e encosto em polipropileno cor vermelho Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites. Estrutura em tubo de aço Ø 7/8 ". Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Marca: adequa moveis mode: cj-fnde	120	UND	R$ 523,00	R$ 62.760,00
4	Conjunto do aluno individual FNDE tamanho 06, composto de 1 (uma) mesa e 1 (uma) cadeira para aluno de tamanho de 1.59m a 1.88m . Mesa - Tampo em (MDF) com espessura de 18 mm, revestido na face superior texturizado na cor CINZA cantos arredondados acabamento em perfil 2 abas na cor Azul, fixação do tampo à estrutura através de porcas garra, Porta livros em polipropileno afixado à estrutura por rebites Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem afixado por meio de encaixe. Coluna e travessa longitudinal em tubo oblongo 29 x 58 mm (CH 16), travessa superior em tubo Ø 1 ¼" (CH 16) e pés confeccionados em tubo Ø 1 ½" (CH 16). Cadeira Assento e encosto em polipropileno cor Azul Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites. Estrutura em tubo de aço Ø 7/8 ". Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Marca: adequa moveis mode: cj-fnde	300	UND	R$ 597,50	R$ 179.250,00
5	Conjunto do professor mesa com cadeira, mesa tampo em mdf de 28mm acabamento com fita ABS de 3mm de espessura com borda de pvc Base em aço carbono com travessa superior em aço retangular 20 x 30 e central 30x50 com parede 1.20mm com acabamento em PVC, travessa inferior (base) em chapa de aço estampada em "U" com espessura de 2,65mm com 560mm de comprimento e altura de 25mm com 60mm de largura,cadeira fixa 4 pés em tubo redondo, com assento e encosto em polipropileno. Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º .Comprimento 1,20 Largura 0,60 Altura 0,75 Marca: adequa moveis mode: cjp	30	UND	R$ 1.026,00	R$ 30.780,00
6	Conjunto infantil composto de 1 (uma) mesa e 4 (quatro) cadeiras. Conjunto infantil pré-escola para alunos com idade de 2 a 5 anos / Educ. Infantil, Mesa tampo em polipropileno med: 0,80x0,80x0,61 com estrutura tubular de 1'1/2 .Cadeiras Assento e encosto é sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido . A estrutura, fabricada em tubos de aço industrial 7/8 na parede 1,20mm . Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º, acabamento em sapatas em nylon injetado Marca: adequa moveis mode: cj4l	20	UND	R$ 1.180,00	R$ 23.600,00

7	Conjunto para Refeitório Adulto tampo da mesa e banco confeccionado em MDF 18 mm de espessura em formica branca lisa brilhante acabameto do tampo e banco em fita abs sistema de colagem hot mel de 3mm, com estrutura em metalon secção quadrada 30x50 na chapa 16" e pés em tubo redondo tubular de 2" , Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º, com mesa med: 180x0,80x0,75 banco 1,80x0,30x46 cor: branco ou cinza cristal Marca: adequa moveis mode: cjr	10	UND	R$ 1.600,00	R$ 16.000,00

8	Conjunto para Refeitório Juvennil tampo da mesa e banco confeccionado em MDF 18 mm de espessura em formica branca lisa brilhante acabameto do tampo e banco em fita abs sistema de colagem hot mel de 3mm, com estrutura em metalon secção quadrada 30x50 na chapa 16" e pés em tubo redondo tubular de 2" , Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º, com mesa med: 180x0,80x0,70 banco 1,80x0,30x42 cor: branco ou cinza cristal Marca: adequa moveis mode: cjr	10	UND	R$ 1.400,00	R$ 14.000,00
9	Conjunto infantil formado por 06 (SEIS) Cadeiras e 1 (UMA) Mesa Hexagonal tampo em polipropileno med: 1,20x0,60 com estrutura tubular de 2'' . Cadeiras Assento e encosto é sem nenhum tipo de ventilação ou abertura, fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento polido. A estrutura, fabricada em tubos de aço industrial 7/8 na parede 1,20mm Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210ºcom acabamento em sapatas em nylon injetado Marca: adequa moveis mode: cj6l	15	UND	R$ 1.430,00	R$ 21.450,00
10	Ventilador de parede grade de aço com 03 hélices em polipropileno natural desenvolvido com a mais alta tecnologia. As grades de aço são fabricadas em um processo de alta tecnologia (galvanização) em aço cromado com tratamento anti-ferrugem na cor preta, Marca: ventidelta mode: 71	30	UND	R$ 510,00	R$ 15.300,00
11	Quadro confeccionado em MDF 15mm, sobreposto por laminado melamínico (Fórmica branca brilhante) moldura em aluminio em MDF 15 mm com estrutura em alumínio Comprimento 3,00 Largura 0,2 Altura 1,20 Marca: ambiencia moveis mode: q-e	20	UND	R$ 1.330,00	R$ 26.600,00
12	Quadro Lousa de vidro temperado de 8mm com fundo branco Laterais lapidadas com acessorios alongador para montagem Comprimento 2,40 Altura 1,10 Marca: emvidros mode: qlv	20	UND	R$ 1.580,00	R$ 31.600,00

13	Armário em MDF com 02 portas , tampo de 28 mm, e corpo de 15mm com 03 prateleira interna de 15mm com revestimento em laminado melânico texturizado de alta pressão, acabamento com fita ABS de 3 mm de espessura sistema de colagem hot mel , portas de abrir com 02 puxadores em PVC com chave Dobradiças Metálicas fixadas atraves de parafuso tampo fixado a base através de parafusos e base com sapatas de regulagem em nylon .Dimensões: 0,90x0, 40x 1,60m (largura x profundidade x altura). na cor branco ou cinza cristal Marca: ambiencia moveis mode: veneza	15	UND	R$ 1.060,00	R$ 15.900,00

14	Mesa para Escritório com 2 Gavetas em MDF tampo de 28mm revestimento em laminado melamínico texturizado de alta pressão, acabamento com fita ABS de 3mm de espessura com borda de pvc, Base em aço carbono com travessa superior em aço retangular 20 x 30 e central 30x50 com parede 1.20mm com acabamento em PVC, travessa inferior (base) em chapa de aço estampada em "U" com espessura de 2,65mm com 560mm de comprimento e altura de 25mm com 60mm de largura, possui sapata niveladora de piso em PVC com diâmetro de 60mm com parafuso 5/16 de espessura, Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Altura:75 cm, Largura: 120,00 cm, Profundidade: 60 cm cor: branco ou cinza cristal Marca: adequa moveis mode: m2g	40	UND	R$ 759,00	R$ 30.360,00
15	Mesa de reuniões retangular com 6 lugares mdf em mdf com tampo de 28mm revestimento em laminado melamínico texturizado de alta pressão, acabamento com fita ABS de 3mm de espessura com borda de pvc, Base em aço carbono com travessa superior em aço retangular 20 x 30 e central 30x50 com parede 1.20mm com acabamento em PVC, travessa inferior (base) em chapa de aço estampada em "U" com espessura de 2,65mm com 560mm de comprimento e altura de 25mm com 60mm de largura, possui sapata niveladora de piso em PVC com diâmetro de 60mm com parafuso 5/16 de espessura, Todas as pesas metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Altura: 75 cm, Largura 100 cm, Comprimento 200 cm cor: branco ou cinza cristal Marca: adequa moveis mode: mr	3	UND	R$ 1.400,00	R$ 4.200,00
16	Mesa para cadeirante tampo em mdf de 28mm revestimento em laminado melamínico texturizado de alta pressão, acabamento em perfil postforming de 180º Base em aço carbono com travessa superior em aço retangular 20 x 30 e central 30x50 com parede 1.20mm com acabamento em ponteiras de PVC, Todas as peças metálicas recebem tratamento ante corrosivo, ante ferrugem por imersão e acabamento com pintura eletrostática em pó com secagem em estufa a 210º Altura:75 cm, Largura: 110 cm, Profundidade: 60 cm cor: branco ou cinza cristal Marca: adequa moveis mode: mc	5	UND	R$ 1.030,00	R$ 5.150,00
17	Longarinas 3 lugares: O assento é fabricado em polipropileno copolímero injetado, moldado anatomicamente com acabamento , unidos a estrutura por meio de 4 (quatro) cavidades reforçadas com aletas, que acomodam parafusos para plástico FL de diâmetro 5x30 mm O encosto em polipropileno copolímero injetado, moldado anatomicamente com acabamento texturizado . É unido à estrutura por meio de suas cavidades posteriores que se encaixam à estrutura metálica, travada por dois pinos retráteis injetados em polipropileno copolímero na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos Base em aço Retangular 30x50 na parede 1,20 mm encosto em tubo 7/8 na parede 1,20mm na parede 1,20 mm com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática em pó com acabamento em sapatas em nylon injetado cor: azul ,vermelho,preto Marca: adequa moveis mode:l3l	30	UND	R$ 590,00	R$ 17.700,00

19	Bebedouro de garrafão modelo coluna GLP com 2 torneiras, tampo em plástico injetado, poliestireno de alto impacto (material rígido, pouco frágil com maior durabilidade, frontal superior em plástico injetado, as peças injetadas garantem maior qualidade e durabilidade ao produto evitando o aparecimento de trincas e envelhecimento Fornece água Gelada e Natural; Gabinete de aço pintado nas laterais e frente em PSAI , com tampa e base injetados; Controle manual de temperatura; CFC Free - Gás R 134A; Reservatório em material polietileno atóxico Serpentina externa, não fica em contato com a água; Não enferruja; . Capacidade de Armazenamento 3 Litros Baixo consumo de energia, alta capacidade de refrigeração 23 copos/hora, termostato para controle de temperatura, compressor de fabricante certificado e de qualidade assegurada.Produto ecológico utiliza gás refrigerante que não estraga a camada de ozônio gás R134 A Marca: smaltec mode: bbg	15	UND	R$ 1.460,00	R$ 21.900,00
20	Cadeira Secretária fixa 4 pés sem braço Assento e encosto –é fabricado em polipropileno copolímero injetado, moldado anatomicamente com acabamento texturizado em polipropileno injetado (Marfinite) Base em aço branco ou cinza tubo redondo 7/8 na parede 1,20mm pintura eletrostática em pó com acabamento em sapatas em nylon injetado Cor: Azul, preto, vermelho Marca: adequa moveis mode: c4pnw	50	UND	R$ 268,00	R$ 13.400,00
21	Cadeira de Diretor Com braço regulável na lateral, Base giratória cromada sistema de elevação de altura a gás com rodízios duplos em nylon com eixo de aço. Assento e encosto em madeira multilaminada anatômico com porca garra de aço de ¼ , espuma injetada D45 de alta resistência com excelente retorno, revestimento em couro ecológico ou tecido polipropileno, com braço ferragem de fixação na madeira com duração híbrida: triangular 33 x 50 mm e/ou distância entre furos de 120 mm, apoio injetado em PP na cor preta. Assento Diretor Liso com rebaixo para lâmina, Espessura Encosto (cm): 5,5cm ± 1cm Largura Assento (cm): 50cm ± 1cm Profundidade Assento (cm): 50cm ± 1cm Espessura Assento (cm): 5,5cm ± 1cm Largura Encosto (cm): 50cm ± 1cm na cor: azul, preto, vermelho Marca: ambiencia moveis	10	UND	R$ 1.285,00	R$ 12.850,00
22	Cadeira de Presidente Com braço regulável na lateral, Base giratória cromada sistema de elevação de altura a gás com rodízios duplos em nylon com eixo de aço. Assento e encosto em madeira multilaminada anatômico com porca garra de aço de ¼ , espuma injetada D45 de alta resistência com excelente retorno, revestimento em couro ecológico ou tecido polipropileno, com braço ferragem de fixação na madeira com duração híbrida: triangular 33 x 50 mm e/ou distância entre furos de 120 mm, apoio injetado em PP na cor preta. Assento Presidente Liso com rebaixo para lâmina, Espessura Encosto (cm): 5,5cm ± 1cm Largura Assento (cm): 50cm ± 1cm Profundidade Assento (cm): 50cm ± 1cm espessura Assento (cm): 5,5cm ± 1cm Largura Encosto (cm): 50cm ± 1cm cor: azul, preto, vermelho Marca: ambiencia moveis mode: 3000	5	UND	R$ 1.503,00	R$ 7.515,00

23	Cadeira secretaria executiva estrutura fixa 4 pés, SEM BRAÇO com estrutura em aço tubo redondo 7/8 na parede 1,20mm pintura eletrostática em pó com acabamento em sapatas em nylon. Assento e encosto em madeira multilaminada anatômico com porca garra de aço de ¼ , espuma injetada D45 de alta resistência com excelente retorno, revestimento em couro ecológico ou tecido polipropileno, Medidas Assento: 46 cm largura x 43 cm profundidade Medidas Encosto: 42 cm largura x 36 cm altura na cor preta. cor: azul, preto , vermelho Marca: adequa moveis mode: executiva	40	UND	R$ 522,00	R$ 20.880,00
24	Cadeira secretaria executiva Base giratória cromada sistema de elevação de altura a gás com rodízios duplos em nylon com eixo de aço. Assento e encosto em madeira multilaminada anatômico com porca garra de aço de ¼ , espuma injetada D45 de alta resistência com excelente retorno, revestimento em couro ecológico ou tecido polipropileno, com braço ferragem de fixação na madeira com duração híbrida: triangular 33 x 50 mm e/ou distância entre furos de 120 mm, apoio injetado em PP Medidas Assento: 46 cm largura x 43 cm profundidade Medidas Encosto: 42 cm largura x 36 cm altura na cor preta. cor: azul, preto , vermelho Marca: adequa moveis mode: executiva	60	UND	R$ 665,00	R$ 39.900,00
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 853.345,00**

VALOR TOTAL REGISTRADO R$ 853.345,00 (oitocentos e cinquenta e tres mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Senador Alexandre Costa – MA, 12 de maio de 2025

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	GABRIEL DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA **GOP MOVEIS LTDA**

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: 8dfe48b17af37975f552368b173b7152

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, sediada na Rua Cônego Aderson, SN– Centro, Senador Alexandre Costa – Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.688/0001-34, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, SR. **ALLAKIS MORAIS SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 056.231.753-84, RG nº 021693802002-3, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 10/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ n.º 24.675.507/0001-03, com sede na AVENIDA LAGOA ENCANTADA, N. 220 (ARMZ 06, SALA 08) - VALE ENCANTADO, VILA VELHA/ES, CEP: 29.113-515, neste ato representada pelo Sr. **DIEGO LUIZ MARTINELLI**, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 092.102.009-00, e RG nº 5.529.458, e daqui por diante denominada simplesmente EMPRESA REGISTRADA, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme despacho dos autos do Processo Administrativo nº 32/2025, tudo com fulcro nas disposições das **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006,** e mediante as seguintes cláusulas e condições:

OBS: Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

RESOLVE:
Registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, POR ITEM, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **LEI 14.133/2021,** e, **LEI COMPLEMENTAR Nº123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Parágrafo Primeiro - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**,** para atender as demandas dos Órgãos Participantes, especificados no **Anexo I** do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras, conforme consta nos autos do processo nº 32/2025.
Parágrafo Segundo - Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no **ANEXO ÚNICO** deste documento,

podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

2.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

2.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

2.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada**.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - O gerenciamento deste instrumento caberá à **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, do Município de Senador Alexandre Costa.

Parágrafo Segundo – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
Os preços registrados, as especificações dos produtos, os quantitativos, empresas beneficiárias e representante(s) legal(is) das empresa(s), encontram-se elencados no **ANEXO ÚNICO** da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA
Parágrafo Primeiro – A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Fornecimento emitida pelo Órgão Contratante
Parágrafo Segundo – O prazo para o início do fornecimento será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da “Ordem de Fornecimento” ou “Nota de Empenho”, de acordo com o Termo de Referência **- Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA
A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de prestação dos serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS
Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o ÓRGÃO GERENCIADOR solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
Parágrafo Primeiro - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
Parágrafo Segundo - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS
Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;
Parágrafo Primeiro - Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
Parágrafo Segundo - A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;
Parágrafo Terceiro - Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;
Parágrafo Quarto - O registro a que se refere o parágrafo terceiro, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços;

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Parágrafo Primeiro - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

a. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
d. Sofrer sanção prevista na Lei nº 14.133/2021.
e. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo(s) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) ou pelo ÓRGÃO GERENCIADOR ou por fato surpeveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o(s) Fornecedor(es) será(ão) comunicado(s) formalmente, através de documento que será juntado ao processo administrativo da presente Ata, após sua ciência.
Parágrafo Terceiro – No caso de recusa do Fornecedor em dar ciência da decisão, a comunicação será feita através de publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir dela.

Parágrafo Quarto – A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, facultando-se à este, neste caso, a aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA ONZE – DA PUBLICAÇÃO
O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar o extrato da presente Ata no Diário Oficial, após sua assinatura, nos termos da Legislação vigente.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Parágrafo Primeiro - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.
Parágrafo Segundo - Integra esta Ata, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025 – PMSAC/MA** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.
Parágrafo Terceiro - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.
Parágrafo Quarto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO
Fica eleito o foro da comarca da cidade de Governador Eugênio Barros, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Senador Alexandre Costa, 12 de maio de 2025.

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	DIEGO LUIZ MARTINELLI **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**

ANEXO ÚNICO

REF.: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2025 - PMSAC/MA
PROCESSO N.º 32/2025
VIGENCIA: 12 MESES

Este documento integra a Ata de Registro de Preços nº 15/2025, celebrada perante a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, tendo como partes o Município de Senador Alexandre Costa e as Empresas que tiveram seus preços registrados, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2025 – PMSAC/MA.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA**.**

QUADRO 1 – DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA.

EMPRESA: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA	
CNPJ: 24.675.507/0001-03	Telefone: (47) 3919-0012
Endereço: Avenida lagoa encantada, n. 220 (armz 06, sala 08) - vale encantado, vila velha/es, cep: 29.113-515.	E-mail: empenhos@microfort.com.br

QUADRO 2 – MATERIAL REGISTRADO

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL

18	10	Unid.	Bebedouro todo em aço inox com 3 torneiras, Água filtrada em um único reservatório. Acompanha filtro (externo) de carvão ativado, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. Possui um filtro interno composto de carvão ativado e celulose. Acompanha 03 torneiras de latão cromado. Seu sistema funcional é composto por: Reservatório interno em Aço Inox 304, com uma boia para regulagem do nível da água; Unidade condensadora EMBRACO de 1/5HP, sendo as tensões 127v (2,5A) ou 220 v(1,10A) 60Hz-280w; Reservatório em PP Isolado termicamente em EPS, retendo a temperatura; Termostato interno com regulagem fixa de 4 a 11C e tomada de 03 pinos; Serpentina externa em cobre; Gás ecológico R134A, Suas dimensões são: Altura: 1,50 cm Frente: 100 cm Lateral: 56 cm Armazena: 150 l	ECOBLU // E 200 4TRG	R$ 3.480,00	R$ 34.800,00
Valor Total Registrado						**R$ 34.800,00**

VALOR TOTAL REGISTRADO R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).

Senador Alexandre Costa – MA, 12 de maio de 2025

ALLAKIS MORAIS SILVA **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**	DIEGO LUIZ MARTINELLI **MICROFORT INFORMÁTICA LTDA**

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: ff2e0828664b56b02908db28451271ae

AVISO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 05/2025-SRP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 05/2025-SRP- OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de Reforma de praças e/ou Construção de canteiros ou similares no Municipio de Senador Alexandre Costa-MA.. **ABERTURA:** Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 13/05/2025, Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 08:00 horas do dia 28/05/2025**,** horário de Brasília/DF, local https://licitanet.com.br/. **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **OBTENÇÃO E CONSULTA DE EDITAL:** O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Prefeitura de Senador Alexandre Costa, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do email: cplprefeiturasac@gmail.com. Senador Alexandre Costa -MA, 08 de maio de 2025. ANTONIO SOARES DE OLIVEIRA CABRAL **–** Pregoeira/Agente de Contratação.

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: 4ce0bf3f33440966a162517fc0bfb8cb

RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 46/2021

RESENHA DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 46/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ALEXANDRE COSTA, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA MORIAH EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA(CNPJ nº 26.659.908/0001-03). OBJETO: Prorrogar por mais 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº 46/2021, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de máquinas pesadas para o Município de Senador Alexandre Costa-MA. AMPARO LEGAL: art. 57, II da LEI N° 8.666/93 e suas alterações posteriores. SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA, 02 de MAIO DE 2025. ALLAKIS MORAIS SILVA, Secretário Municipal de Administração; JOSÉ LUCAS BRANDÃO CHAVES – Representante Legal.

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: ddae02bb4fed42a12bd34196a9b8c0ae

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO do(a) MUNICÍPIO DE SENADOR ALEXANDRE COSTA/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 10/2025 referente à Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA, que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):
Fornecedor : G.O.P MOVEIS LTDA - 50.199.240/0001-35
Valor Adjudicado: R$ 853.345,00
Fornecedor : MICROFORT INFORMATICA LTDA - 24.675.507/0001-03
Adjudicado: R$ 34.800,00
Fornecedor : M A R DISTRIBUIDORA MARANHAO LTDA - 41.039.614/0001-64
Valor Adjudicado: R$ 487.421,12
Senador Alexandre Costa - Maranhão, 12 de Maio de 2025
ALLAKIS MORAIS SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, para atender as necessidades do Município de Senador Alexandre Costa-MA
Fornecedor : G.O.P MOVEIS LTDA - 50.199.240/0001-35
Valor Adjudicado: R$ 853.345,00
Fornecedor : MICROFORT INFORMATICA LTDA - 24.675.507/0001-03
Adjudicado: R$ 34.800,00
Fornecedor : M A R DISTRIBUIDORA MARANHAO LTDA - 41.039.614/0001-64
Valor Adjudicado: R$ 487.421,12
HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos
Senador Alexandre Costa - Maranhão, 12 de Maio de 2025
ALLAKIS MORAIS SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por: ALLAKIS MORAIS SILVA
Código identificador: 21e3f2083a0af01e00cbd85316590b76

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANO DO MARANHÃO

LISTA DE INSCRIÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO – PCP EDITAL Nº 01/2025

A Prefeitura Municipal de Serrano do Maranhão, por meio da Comissão de Acompanhamento do Processo de Concurso Público, referente ao Edital nº 001/2025, por sua Presidente, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, tornar pública, para fins de conhecimento e esclarecimento aos interessados, a **LISTA DE INSCRIÇÃO PRELIMINAR**, em **ANEXO**.

Serrano do Maranhão 09 de maio de 2025

NIZE AMORIM GONÇALVES
Presidente da Comissão
PMSM/MA nº104/2025

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025.
NÍVEL SUPERIOR ENFERMEIRO (A)

ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL	Nº DE INSCRIÇÃO
1	MAYSA DA SILVA FEITOSA	606.272.913-17	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4786
2	UALACI CALDAS SILVA	036.774.113-00	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2793
3	ANA PAULA MARCOS MIRANDA	066.909.503-60	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	8300
4	JOBIANE ALMEIDA	038.281.673-06	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5729
5	CLEI CRISTINA COSTA DOS ANJOS	019.119.723-83	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7639
6	JANAÍNA LIMA BRITO SANTOS	957.635.622-91	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7173
7	WEDSON FERREIRA DA COSTA	606.940.013-50	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5534
8	TAYANNA DIAS AVELAR	042.116.543-06	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5174
9	MARCOS EDUARDO ROCHA CALDAS	618.273.073-07	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4758
10	ERIKA VANESSA SILVA CARDOZO	627.502.093-82	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7273
11	ADRIANO GATINHO SILVA	013.528.473-29	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	6786
12	SHIRLEY MARINA RIBEIRO SAMPAIO	064.044.683-36	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7439
13	JANETE DE JESUS LIMA	786.785.793-15	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1399
14	RAFIZA DE SOUSA GONÇALVES ABRANTES	004.757.793-20	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2734
15	IASMIM SOFIA TERCEIRO NUNES	607.868.803-09	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0108
16	LAIANNA CAPIM	025.733.123-99	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3712
17	RANNA SILVA ABREU	066.887.463-52	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3744
18	TATIARA CÂMARA CAPIM	609.575.313-97	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	8410
19	GERFSON CORREA GARCIA	060.306.943-67	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	9607
20	JAINE CANTANHEDE CORRÊA	610.752.343-01	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0138
21	INACIO SILVA	606.723.023-22	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3113
22	LUCIRLEY REIS FERREIRA	006.068.263-94	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2630
23	MONISE SANTOS SOUZA	612.642.303-89	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0612
24	SAMAYRA SANTOS BORGES	059.275.893-16	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2592
25	MARIA NEUSA SILVA PINTO	550.579.263-49	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7521
26	REGIANE DE JESUS PINTO	020.601.533-01	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7576
27	IVALDO SOUSA	010.334.343-10	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	6012

28	CHRYSTIAN MARCIO AZEVEDO AMADO	604.103.783-48	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0911
29	SERGIO RIBEIRO CORREIA FILHO	605.683.513-80	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4207
30	DANIEL LOPES LOUZEIRO	053.465.403-77	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5318
31	DRIELLY RANNA CARNEIRO SALDANHA	606.454.133-48	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1027
32	FERNANDO AZEVEDO	093.426.043-58	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	6307
33	RAYANE FONSECA DE BRITO RODRIGUES	612.640.173-59	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0413
34	BRENDA STEPHANY RABELO MOREIRA	079.718.063-02	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1661
35	YARLISSON PEREIRA DA CUNHA	609.601.213-23	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2084
36	SHEILA MARIA FARIAS PIMENTEL	626.466.243-79	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5092
37	JOCINAURA CUNHA NERY	606.823.133-00	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2966
38	IVANILDO FONSECA REIS	852.328.313-72	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3713
39	ELCILENE VIEGAS MARINHO	040.428.393-47	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	6289
40	MARA MÔNICA LIMA DA SILVA	027.352.553-01	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4631
41	ADRIANA PAVÃO DE SOUSA	054.301.833-42	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4538
42	CARLOS WILLIAN ROCHA DOS SANTOS	615.270.963-60	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2879
43	STEFANNY CAMPELO SILVA	080.422.783-73	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3681
44	MÁRCIA MARTINS	989.857.370-78	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5199
45	MILENA SOUSA REIS	622.512.313-07	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	8572
46	ALDA GABRIELA ABREU DE OLIVEIRA	025.732.793-24	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7221
47	HELLEN MAYANA RABELO VIEIRA	618.407.373-79	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5757
48	CLEICE RIBEIRO GATINHO	075.617.263-25	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5106
49	TALIANE MAFRA	028.709.333-63	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	4260
50	LUIS ANTONIO SANTOS DIAS	028.995.243-30	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1809
51	IMMILY CHRISTINE RIBEIRO FONSECA BORGES	612.579.943-36	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	0278
52	LAIZA CRISTINA MONDEGO ALVES	039.091.053-86	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	3962
53	TONY CHARLES ROCHA SANTOS	608.279.843-08	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1519
54	ANDRESSA CARDOSO	056.743.803-17	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	477
55	MAIANA MELO OLIVEIRA	617.959.583-67	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	1189
56	JOHN EDSON SILVA DA SILVA	609.400.303-90	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7256
57	KARINY RIBEIRO PIRES	605.262.793-03	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	8661
58	KLEYSON KRISTIAN LOPES RIBEIRO	623.824.873-48	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	2192
59	LUANA RIBEIRO SARAIVA	622.363.793-40	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	5800
60	SAMARA DOS SANTOS CASTRO	085.225.843-70	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	7755
61	DADSON ALBERTO LISBOA DE ABREU	038.750.863-50	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	9819
62	KARLA YHANNE FONSÊCA FRAZÃO	612.931.203-24	ENFERMEIRO(A) - NÍVEL SUPERIOR	8662

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025.
MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR

ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL	Nº DE INSCRIÇÃO
1	JADSON DOUGLAS LOPES LEITE	031.634.853-83	MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR	7474
2	GEROMY DORNELES REIS FILHO	701.417.112-72	MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR	9788
3	ALYSSON DUARTE LIMA ALVES	043.295.303-50	MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR	5634
4	BEATRIZ FERREIRA NASCIMENTO	043.315.863-83	MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR	5032
5	CARLOS VITOR ALVES DE SOUZA DE SOUZA	910.688.353-20	MÉDICO - NÍVEL SUPERIOR	6930

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR

Nº ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	THAIS EUTÁLIA LEITE DE CASTRO BARBOSA	617.157.293-40	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	8081
2	IAN FERREIRA	064.705.503-12	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	0840
3	CAMILLY GABRIELLY ABREU MARTINS	086.672.663-29	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	0968
4	MATHEUS WYLLIAN SOARES PINHEIRO	609.578.173-63	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	0101
5	LORENA FRANCO QUEIROZ WESTPHALEN	050.709.283-09	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	7714
6	SUELLEN CRISTINE SANTOS TAVARES	027.493.293-88	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	0055
7	CLEYTON MARRONE FERREIRA GARCIA	606.946.253-02	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	7488
8	MAYANA ALMEIDA ARAÚJO DOS SANTOS	054.100.113-25	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	4321

10	JOVENILIA FRANCIELLY DA HORA	620.425.073-69	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	9267
11	LUENNE NETO LOPES	606.363.933-05	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	2761
12	JANDERSON PAVAO	609.433.673-95	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	7512
13	ISRAEL FILIPPE FONTES DE OLIVEIRA	048.488.413-13	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	2999
14	DARA LOURENNA SILVA DA NÓBREGA	616.073.463-62	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	6388
15	LUCAS FREIRE PEREIRA	612.657.453-23	ODONTÓLOGO – NÍVEL SUPERIOR	3715

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR

Nº ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	CESIANE CORDEIRO	609.383.123-08	FISIOTERAPEUTA	2523
2	KETELY REGINA SOARES FONSECA SOARES	621.394.063-46	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	1995
3	BRENNA RAYANE RABELO MOREIRA	072.312.193-14	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	9145
4	LAYLA DOS SANTOS TAVARES	605.988.313-39	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	8418
5	ÁDAM THIAGO	052.460.963-27	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	2480
6	WESLLY MSRTINS CAMPELO	624.380.643-07	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	7697
7	SINARA CRISTINA SOUZA DE JESUS	607.574.823-76	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	3368
8	MILLA MAFRA ABREU	009.752.033-04	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	699
9	JHENYFER LARA SILVA RAMOS	055.574.903-70	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	8397
10	KERLA RABELO FONSECA	036.201.063-39	FISIOTERAPEUTA – NÍVEL SUPERIOR	1192

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025

PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR

Nº ORDEM	Nome Completo	CPF	CARGO/NIVEL	Nº DE INSCRIÇÃO
1	IANARA CECÍLIA ALMEIDA PEREIRA	037.961.893-18	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	4315
2	ERICA ROSA DOS SANTOS	055.392.873-20	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	7510
3	BRENNA SOUSA LOPES	622.195.303-02	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	3083
4	ANANDA CRISTINE MACHADO COSTA	045.820.723-30	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	1186
5	ELIZIE ABREU FERREIRA	034.801.692-10	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	4545
6	LUAN COSTA DE ALMEIDA	068.182.923-05	PSICOLOGO - NÍVEL SUPERIOR	5704

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR

Nº ORDEM	Nome Completo	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	MILLE ELLEN FERREIRA OLIVEIRA	013.251.563-61	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	673
2	GÉSSICA MILENA ABREU SILVA	076.561.253-45	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	4309
3	FERNANDA OLIVEIRA CAPIM	057.575.933-00	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	3942
4	NAIANA PIMENTEL PEREIRA	176.251.937-21	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	7221
5	CLAUDIA RENATA FONSECA	606.713.883-20	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	4529
6	KAWRY MATOS PEREIRA	609.555.453-58	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	8355
7	SARAH MICHELLY SALES DE OLIVEIRA	074.902.313-96	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	1764
8	FERNANDA GABRIELLY SANTIAGO DE SOUZA	051.411.513-01	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	2155
9	JOCILIA CRISTINE DA HORA ROCHA	048.266.903-98	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	2920
10	MIRIA MONTEIRO BARATA	606.699.223-66	NUTRICIONISTA - NÍVEL SUPERIOR	2912

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR

Nº ORDEM	Nome Completo	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	FRANCIMAR DE ARAÚJO BOTÃO	804.762.363-04	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	3312
2	LÍLIA DE CASSIA AZEVEDO SÁ	043.972.303-58	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	8277

3	IDEANA REIS SOUZA REIS SOUZA	051.910.193-69	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	3682
4	PAMELLA COSTA ASEVEDO GUAYAO PAMELLA	059.442.053-93	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	8320
5	EDNA VERA SANTOS	617.920.283-42	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	8639
6	ALDILENE SALGUEIRA SANTOS	006.096.703-01	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	1026
7	LIDIANE SANTOS	023.091.193-50	ASSISTENTE SOCIAL - NÍVEL SUPERIOR	2112

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025.
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS DE NIVÉL MÉDIO
TÉCNICO EM RADIOLOGIA - NÍVEL MÉDIO

Nº ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	JÚLIO SILVA SOUZA	635.669.613-37	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	0961
2	ALIRSON LOPES CASTRO	612.024.143-46	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	9230
3	TAYNARA CAMPELO	607.033.623-21	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	4991
4	FRANCISCO CONCEIÇÃO	605.174.213-13	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	7397
5	LAEDSON FERREIRA	068.785.323-02	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	9742
6	MARAIZA DE JESUS CADETE	020.630.253-39	TÉCNICO EM RADIOLOGIA MÉDIO	6480
7	WYLKY ABREU	007.469.262-35	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	5226
8	WERBET CÉSAR MATOS PEREIRA	602.880.373-16	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	2053
9	GERUSA SANTOS	606.361.393-52	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	5648
10	THAIS DANIELY FERREIRA COSTA	055.139.053-02	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	9502
11	ANTÔNIO DE OLIVEIRA NOGUEIRA SOBRINHO	986.022.923-68	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	0522
12	WILMA ALMEIDA CONDE	617.985.663-03	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	9610
13	LÍVIA FERREIRA DE JESUS	618.313.743-07	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	3995
14	FRANCISCO DE JESUS TELES SOUSA JUNIOR	731.614.463-72	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	2343
15	PAULO VINÍCIUS SANTOS NEVES	019.627.671-32	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	7101
16	CARLOS ALBERTO COSTA JÚNIOR	025.447.023-89	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	7823
17	LIDIANIRA SILVA CARNEIRO	988.569.013-15	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	5375
18	LAIS DA LUZ DOS SANTOS	619.195.833-19	TÉCNICO EM RADIOLOGIA - MÉDIO	3714

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - NÍVEL MÉDIO / TÉCNICO

Nº ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL	Nº DE INSCRIÇÃO
1	ELIAS SOUZA DE SOUZA	634.005.022-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0539
2	DIANA LÚCIA ABREU SILVA	012.946.313-22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1660
3	ERIKA DE JESUS COIMBRA FONSECA	076.835.493-55	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3112
4	BRUNO EDUARDO NOGUEIRA GAMA	053.545.183-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8043
5	ELIDEUZA SILVA PINTO	029.216.903-57	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	600
6	SANDRA REGINA SILVA RIBEIRO	877.476.342-34	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5077
7	NAYANE CARDOSO SILVA	612.590.283-80	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3683
8	AGRIPINA ROCHA CARVALHO	818.910.403-91	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	8495
9	LEIDE ANNE SILVA BORGES	043.211.843-80	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7718
10	MARCELO CARVALHO SANTOS	621.467.803-80	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4385
11	LUCENIRA TEIXEIRA DE JESUS	004.382.223-18	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7049
12	JOAO PEDRO FERREIRA	063.453.451-30	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2215
13	NÁLIA NAYANE FERREIRA COSTA	627.496.323-58	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5429
14	SUELLEN CORRÊA MACIEL	605.308.313-50	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7451
15	JEANE MARIANA SANTOS	694.899.982-49	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9210
16	WARLESON DE MELO CAMPELO	609.538.553-92	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3432
17	JOINA DO SANTO FERREIRA CARVALHO	725.240.301-72	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	9561
18	JOSÉLIA AZEVEDO COSTA	020.188.353-86	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5168
19	SILVIANE PEREIRA REIS	022.649.203-60	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4091
20	JOSILENE LIMA LINHARES VASCONCELOS	015.889.063-96	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6642
21	RAQUELINE DE OLIVEIRA	934.972.103-15	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5642
22	JEANE SOARES PINTO	400.443.352-53	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4108
23	IOLANDA OLIVEIRA PEREIRA PONTES	460.676.983-15	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0679
24	WANDERSON BARBOSA BATISTA	609.679.313-47	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5353
25	NELCILENE REIS SANTOS	053.981.283-88	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6734
26	GLEYCI MAYARA ALMEIDA GONÇALVES	054.569.703-41	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	2236

27	MARÍLIA CHAVES BANDEIRA	602.875.613-05	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4488
28	THAIARA FERREIRA MONDEGO	067.227.673-96	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1092
29	SYANA ABREU SOARES	617.945.393-44	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8235
30	LUCAS VIEGAS MONTEIRO	062.826.183-71	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5045
31	GRACIJANE DE JESUS DA SILVA	053.956.923-20	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5650
32	MARIA DA CONCEIÇÃO SA	058.038.223-02	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8203
33	LUCENILDE REIS CARDOSO	625.515.243-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7304
34	DERCY SOUSA	440.179.442-72	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5102
35	RAFAEL COSTA PINTO	071.017.023-84	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	8052
36	LIA SILVA COSTA	619.095.063-97	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2138
37	RAYCLICYA COSTA CALDAS	067.195.653-11	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1957
38	JANAINA LOPES SETÚBAL	625.062.563-18	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8267
39	CLEIANE CADETE	061.679.763-09	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3535
40	SARAH GARCIA DA SILVA GOMES	609.647.893-02	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0923
41	ALDILENE PIRES OLIVEIRA	009.532.842-47	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7206
42	MARIA NAILDE CUNHA DE MELO	026.505.993-32	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0759
43	GABRIEL DE OLIVEIRA MAFRA	629.844.473-44	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7204
44	RIVIA CHAVES COSTA	020.045.083-29	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	9381
45	CLAUDINEY SOUZA	602.537.193-80	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3649
46	JOSIANE SARAIVA FERREIRA	002.478.053-78	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7852
47	FILONILCE DO NASCIMENTO SOUSA	004.150.833-54	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3188
48	VANESSA SIRLEY XAVIER MARTINS	030.929.883-02	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5832
49	DORENILDES MONTEIRO PIMENTA	017.849.713-40	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2622
50	ELINALVA VIEIRA PINTO REIS	800.616.133-04	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4800
51	CHIRLENE AZEVÊDO VAZ CHIRLENE	032.738.193-08	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5515
52	ANATALIA GATINHO SILVA ALVES	602.005.643-07	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8246
53	VALDIRENE SILVA FERREIRA	019.758.553-10	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	5535
54	LUIS MAURO FERREIRA MACHADO	023.714.963-08	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7292
55	ROMARIO DA SILVA MARQUES	629.730.723-79	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1031
56	IVONE FERREIRA VAZ	628.629.943-24	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4866
57	PATRICK RIBEIRO DE JESUS	963.096.013-34	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5845
58	TAYANE CARINA MOURA MAFRA	612.212.313-75	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2132
59	MARIA GABRIELI CARVALHO COSTA	617.285.413-52	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0489
60	JOSENILDE MONTEIRO	010.507.573-60	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2131
61	ANA LÚCIA NUNES LOPES	729.250.193-15	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3422
62	IZABELE FOICINHA ROCHA	059.931.283-13	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	0507
63	SÉRGIO ELIZIARIO SILVA	013.385.333-04	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5693
64	JOYCE ABREU ROCHA	609.492.273-58	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7986
65	ELISÂNGELA OLIVEIRA ABREU	012.192.813-60	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0952
66	IGOR PATRICK DO NASCIMENTO COSTA	618.285.313-16	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6407
67	VANUZA SILVA FERNANDES	460.480.653-53	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1153
68	GECIANE SILVA MAFRA	001.741.082-73	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7401
69	ANELMA REGINA PINTO MOTA	015.429.633-38	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6820
70	EDILENE OLIVEIRA DE SOUZA	736.299.523-72	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3533
71	SUELMA PEREIRA COSTA	081.583.463-24	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	0000
72	JOSIANE FERREIRA LOPES	622.160.423-07	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8580
73	WANDERSON PINHEIRO ALMEIDA	057.842.493-20	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3040
74	RONALD SANTOS DE ANDRADE	976.148.403-30	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7685
75	LUCIMERE GATINHO COSTA	042.458.043-86	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8689
76	MAGNO APULIO LOPES FONSECA	070.955.293-96	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7260
77	ROSENILDE PINTO COSTA	612.325.623-86	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9341
78	KELE PEREIRA FONSECA	058.089.803-21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	1520
79	MARILAN AVELAR MENDES	032.031.933-45	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9603
80	LUCIMÁRIA SILVA RABELO	026.005.173-08	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	5289
81	VIVIAN GLACIELE ABREU MENDES	009.067.992-01	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4075
82	ADRIAN VICTOR SANTIAGO GATINHO SANTIAGO	073.015.143-36	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8561
83	HELIO FERNANDO SANTOS RAMOS SANTOS	026.153.943-47	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0076
84	ÉLIDA MARIA DOS SANTOS DA SILVA FONSECA	021.376.033-90	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3591
85	ILDENY DIAS GOMES	609.696.293-97	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1448

86	SAMUEL RABELO FERREIRA	085.402.403-43	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6139
87	RILVANE CASTRO VIANA CHAVES	005.728.503-95	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1220
88	RAQUEL DE SOUSA SILVA	040.521.833-80	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1097
89	PAULETTE BASTOS SIMAS	984.279.113-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	3454
90	ROSIMARIA SILVA BORGES	962.002.003-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5686
91	THAÍSS MARA SILVA	068.025.443-93	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7648
92	ISMAEL SANTOS GOMES	625.535.763-58	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8922
93	JAYANE RABELO PEREIRA	630.269.403-56	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2829
94	JANETY AZEVEDO MONDEGO AZEVEDO	030.246.333-08	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2887
95	RENATA MENDES PEREIRA	040.227.033-93	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6344
96	JEICIELE CALDAS SILVA	048.176.073-35	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3217
97	ELIEUDE COSTA DOS SANTOS	053.852.653-06	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6316
98	JONIELMA SILVA LOUZEIRO	967.629.182-04	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	3054
99	ALEX DA SILVA FERREIRA	613.325.063-13	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6675
100	ADELICE RODRIGUES	013.896.413-09	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3387
101	MARINILDE RAMOS PIMENTEL	023.683.242-59	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9004
102	JAQUELINE SANTOS FOICINHA	095.146.243-19	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6965
103	WEDSON SILVA CUNHA WEDSON	609.398.433-82	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8608
104	VIVIANE CÂMARA CASTRO FARIAS	618.050.263-30	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4737
105	JOILTON FARIAS CASTRO	602.535.013-26	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7201
106	JOSEMARIA SILVA PINTO	606.395.373-67	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	7155
107	GRACIENE MENDES	058.341.763-99	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	7069
108	SIRLEY BARBSOA	037.487.003-93	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3979
109	LUANA CAROLAYNE ARANHA DA SILVA	076.422.223-60	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8572
110	NAIRAN REIS	317.773.008-35	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5154
111	JERUSA SANTOS SILVA	609.599.273-79	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	3305
112	EDSON CARLOS AZEVEDO TAVARES	601.647.333-29	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4331
113	KAMILLY KRISTINY CARVALHO MACHADO	626.379.493-33	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2349
114	SHIRLENE PEREIRA CARDOSO	973.189.493-49	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9817
115	THAMIRES COSTA RAMOS	044.626.563-26	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4537
116	FRANCILENE MONTEIRO RABELO	605.271.623-10	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	4166
117	THIAGO ALBERTO RAMOS SILVA	061.719.303-77	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2673
118	CRISLIANE SILVA	062.994.863-17	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6940
119	AILZILENE SILVA MARQUES	617.896.393-95	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	4955
120	SUEYNA VIEIRA LISBOA	609.549.713-29	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9887
121	NATIELLY PIMENTA PINTO	619.090.233-29	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	2753
122	JAKCIANE MENDES MONTEIRO	055.354.013-07	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6044
123	ROSILENE BITENCOURT DE SOUZA LIMA	594.661.112-72	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	5675
124	ISTEFFANE REIS SOUSA	618.054.703-37	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0371
125	ROSA MARIA DOS ANJOS ASEVEDO	819.784.723-15	TÉCNICO EM ENFERMAGEM MÉDIO	4717
126	LEONICE SANTOS REIS	927.038.443-87	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	0150
127	THALLY CHAGAS PINHEIRO	619.101.773-18	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8813
128	ELISANGELA SILVA FONSECA	606.703.973-77	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	6333
129	LIS RAQUEL LOPES GATINHO	612.530.543-04	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9096
130	BRUNA ELLEN DO CARMO FERREIRA	079.920.653-95	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9555
131	LUCINEIDE TEIXEIRA SANTIAGO	031.425.853-11	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	9386
132	ANTONIO MARCOS ALMEIDA COSAT	040.520.583-05	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	8929
133	LEONICIO PEREIRA FILHO	324.965.672-00	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - MÉDIO	1777

PROCESSO CONCURSO PÚBLICO-PCP EDITAL 001/2025
GUARDA MUNICIPAL - NÍVEL MÉDIO

Nº ORDEM	NOME COMPLETO	CPF	CARGO/NIVEL.	Nº DE INSCRIÇÃO
1	MARCUS BARBOSA	140.037.367-02	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8438
2	MICHAEL DOUGLAS FERREIRA DO NASCIMENTO DOUGLAS	062.746.563-32	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2911
3	LILIAN MAFRA COSTA	627.503.403-30	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8419
4	JORDILAN MONTEIRO FERREIRA	953.499.523-15	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	5142
5	JOSEILTON VIEIRA MELO	068.569.393-70	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3390
6	RENATO MANFREDINE PAVÃO DA SILVA	115.987.987-74	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3551
7	JAIME COELHO BEZERRA	615.600.833-01	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0506

8	VALDEILSON AMARAL MORAES	615.688.313-40	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4016
9	EVANILSON RODRIGUES DOS ANJOS	601.986.703-03	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	6033
10	GUILHERME DE ARAUJO CADET?	625.546.983-25	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3085
11	MARIA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS PEREIRA	563.926.563-91	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0937
12	CARLIETE DOS SANTOS REIS	048.048.433-37	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4400
13	IGOR VIEIRA OLIVEIRA	609.573.293-00	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4503
14	LUIS ANTÔNIO SANTOS MEIRELES JÚNIOR	968.060.105-63	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8649
15	KEVEN EDUARDO SOARES FONSECA	622.891.323-90	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4187
16	FABRICIO AROUCHA	611.382.713-57	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2561
17	LUCIVALDO MORAES CHAVES	609.552.783-09	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	1828
18	FRANKLIN MENDONCA BARROS	036.526.933-61	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3901
19	ANDERSON FERREIRA GARROS	622.097.313-56	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0556
20	JOSÉ BENEDITO PIMENTEL SOUSA	025.817.203-79	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	5900
21	DENILSON DINIZ BORGES	601.982.463-23	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7202
22	JÁDINA CASTELHANO FIGUEREDO	606.748.313-06	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	1078
23	MILTON JORGE MOREIRA JUNIOR	621.388.373-86	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4431
24	CARLOS WAGNER VIEIRA DA SILVA	024.416.482-76	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	9188
25	PAULO SERGIO MAFRA JUNIOR	051.073.033-74	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2501
26	GILCIVALDO COSTA GONCALVES	029.429.663-86	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7904
27	GLAUBERMÁRCIO PESTANA FREITAS	661.454.302-49	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3263
28	GILBERTO JONNES PEREIRA DE ALMEIDA	614.216.333-96	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8176
29	EDENILTON FONSECA	034.824.393-62	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4465
30	HERMEILSON MADIÃ FERREIRA MARTINS	018.982.463-86	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7460
31	MARISELMA CHAVES PEREIRA DOS SANTOS	609.410.433-12	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0921
32	RAYSSA RIBEIRO ALMEIDA	627.500.063-50	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2415
33	PAULO RICARDO SILVA MARQUES	617.918.173-00	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0665
34	JOAO GABRIEL CORREA DURANS	613.124.943-10	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3758
35	RAQUEL SILVA SA	992.696.273-49	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3391
36	CARUSO ANDRE ROCHA DE ARAUJO	932.897.153-53	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3621
37	HERSON MACEL MACHADO	025.213.063-47	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2509
38	LEANDRO BORGES	008.780.762-98	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2913
39	VALDEMIR ARAUJO DA LUZ FILHO	171.690.357-23	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2127
40	DHEFFERSON RODRIGUES LUZ DE SOUSA	045.663.413-48	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7551
41	TIAGO CARNEIRO FERREIRA	625.510.603-97	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7586
42	ALISSON CADETE REIS	055.393.023-03	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3726
43	LUCAS KELVINE MATOS PEREIRA	621.507.543-47	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3262
44	RENÊ ZAYDAN VILA NOVA ALVARENGA	014.620.853-69	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	1938
45	CARLOS ANDRÉ VIEIRA GOMES	014.073.742-14	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	9031
46	ALESSANDRA DE JESUS SILVA FERREIRA	038.570.313-95	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3421
47	ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOTA	700.132.012-98	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0059
48	GUSTAVO FONSECA CASTRO	624.328.253-81	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8134
49	DAVID KENNUY RABELO CALDAS	624.470.583-14	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2456
50	JOSEANE MONTEIRO FERREIRA	004.977.063-26	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2973
51	ARICLENES DE SOUSA LIMA	024.858.613-07	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0621
52	CARLOS ALEXANDRE BAETAS SIMAS	513.431.342-34	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8893
53	KEILA DA TRINDADE MACHADO	702.887.462-10	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8300
54	WILLIAM FERNANDO SOARES MACEDO	011.623.783-01	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8133
55	RENÊ ALMEIDA FILHO	032.475.253-94	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	6890
56	LUÍS GUILHERME PEREIRA SANTOS	630.165.813-29	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4268
57	CARLOS ROBERTO GALVÃO DA SILVA	013.455.457-46	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3806
58	DANIELE DOS SANTOS TEIXEIRA	064.192.433-00	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	5427
59	JAILSON JOSÉ CADETE MONTEIRO	030.381.913-88	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3650
60	BENEDITO JÚLIO DO NASCIMENTO PIEDADE	017.832.803-01	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3430
61	JHONALT PEREIRA SILVA	609.561.683-29	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8198
62	ROMULO RIBEIRO FURTADO	011.035.653-54	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2572
63	CARLOS ADRIANO CASTELHANO FONSECA	775.001.723-20	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	9504
64	JOSÉ LIMA SOUSA SILVA	055.700.193-59	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2610
65	IRANILDO SANTOS CASTELHANO	617.895.243-00	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0114
66	WALLISON LISBOA SIMAS	054.537.073-64	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2267

67	EMANOEL VINÍCIUS SOUSA ARAÚJO	079.529.053-50	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	7720
68	GLEITON DA FONSECA SILVA	625.523.133-02	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	9348
69	ISRAEL BATISTA DE SOUSA	089.141.183-63	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	6348
70	GILDEAN LIMA BELEM	602.895.003-93	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	5111
71	JOSÉ ROBERTO CARVALHO	466.793.673-87	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	654
72	HILTON DIAS	003.214.233-13	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	5560
73	JOSUÉ BARBOSA FERREIRA	968.223.683-53	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	9875
74	PEDRO RICARDO SOUSA DINIZ	625.538.833-66	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	6004
75	GEYDSON CAMPELO ABREU	612.194.773-03	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	4571
76	DIEGO MILTON MONTEIRO SANTOS	061.096.273-64	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	8764
77	GLAUDISON SILVA PIZON	609.546.183-94	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	2195
78	JACKSON FONSECS NUNES	013.652.563-67	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	6238
79	MATHEUS VICTOR SANTOS LIMA	047.742.952-13	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3980
80	HUDSON DE SOUSA SILVA	052.482.613-76	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	3780
81	WILDSON DINIZ SERRA	033.926.333-48	GUARDA MUNICIPAL - MÉDIO	0805

Serrano do Maranhão, 09 de maio de 2025

NIZE AMORIM GONÇALVES
Presidente da Comissão
PMSM/MA nº104/2025

Publicado por: OZIEL SANTOS SILVA
Código identificador: caef32810a895937561441c38cc0bbbc

PORTARIA Nº. 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº. 019, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.
"NOMEIA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SERRANO DO MARANHÃO".
VALDINE DE CASTRO CUNHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 55, IV e V a Lei Orgânica do Município, além da Constituição Federal em especial o art. 30 e
CONSIDERANDO *os corolários constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade ou finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público;*
CONSIDERANDO *a estruturação dos órgãos da Administração Pública em conformidade Lei Orgânica do Município e Lei nº 01 de 1º de janeiro de 2021,*
RESOLVE
Art. 1º. Nomear o senhor **ELCIO CADETE SILVA,** brasileiro, casado, portador do RG Nº.024199442003-4, inscrito no CPF Nº.013.560.223-83 para exercer o Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA** do Município de Serrano do Maranhão/MA.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DE SERRANO DO MARANHÃO/MA, 02 DE JANEIRO DE 2025

VALDINE DE CASTRO CUNHA
Prefeita do Município de Serrano do Maranhão

Publicado por: OZIEL SANTOS SILVA
Código identificador: 9f1f42dfcfd279eb7707c8e6d38a1178

PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO

ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 643/2025

O MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**, no uso de sua atribuição legal, notadamente conferida por Lei Municipal, sanciona expressamente a Lei nº. 643/2025, aprovada pela Nobre Casa Legislativa em sessão plenária.
Outrossim, determino que o Chefe de Gabinete diligencie no sentido de publicar imediatamente a supracitada lei (em apenso), que **"ALTERA A LEI 517/2017 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: a9498d1c3bd55fb47c9d0a9d9c713795

ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 644/2025

O MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**, no uso de sua atribuição legal, notadamente conferida por Lei Municipal, sanciona expressamente a Lei nº. 644/2025, aprovada pela Nobre Casa Legislativa em sessão plenária.
Outrossim, determino que o Chefe de Gabinete diligencie no sentido de publicar imediatamente a supracitada lei (em apenso), que **"ESTABELECE A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TASSO FRAGOSO - MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: e30088e705b6ab3d71bde115378c51c7

ATO DE SANÇÃO – LEI Nº. 645/2025

O MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO/MA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**, no uso de sua atribuição legal, notadamente conferida por Lei Municipal, sanciona expressamente a Lei nº. 645/2025, aprovada pela Nobre Casa Legislativa em sessão plenária.
Outrossim, determino que o Chefe de Gabinete diligencie no sentido de publicar imediatamente a supracitada lei (em apenso), que **"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ARISSON RIBEIRO DE MACEDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: cd6e46e4d9eb796efd0b8ce086ea6ca6

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025-PMTF/MA.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2025-PMTF/MA. A **Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso- MA**, através da Secretaria de Educação, torna público, o Edital de Chamada Pública nº 01/2025-PMTF/MA, objetivando o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para fornecimento de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para complementação da merenda escolar. A Realização será às **9h:00min do dia 02 de junho de 2025**, no setor de Licitação, situada na Av. Santos Dumond, S/N, Centro – Tasso Fragoso - MA, na forma do Art. 14 da Lei Federal nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº. 06/2020 e na Resolução nº 21/2021. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Secretaria de Educação, na Comissão de Licitação - CPL, situada na Av. Santos Dumond, S/N, Centro – Tasso Fragoso de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h às 12h e das 14h às 17h. e no site da Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso https://www.tassofragoso.ma.gov.br. Poderá ser solicitado também através do e-mail: cpltasso@gmail.com. Tasso Fragoso, 09 de maio de 2025. **Manoel Messias Borges Oliveira**- Agente de Contratação – Tasso Fragoso/MA.

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: 610e4eedb05d42a3e6491608ec784e46

LEI Nº 643 DE 12 DE MAIO DE 2025.

"ALTERA A LEI 517/2017 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
O EXECELENTÍSSIMO SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
FAZ SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte:
Art. 1º - Fica fixado, na Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso, o valor do pagamento de despesas e de diárias de viagem, que rege-se-á segundo as normas dessa lei.
Art. 2º - Os valores das diárias serão fixados em duas categorias, considerando a distância da cidade ou do estado dentro da federação, conforme anexo único dessa lei:

I. Prefeito, vice-prefeito e secretários municipais;
II. Servidores.

§1° O executivo municipal fica autorizado a atualizar, periodicamente, por decreto, os valores das diárias de viagens constantes da tabela do anexo único dessa lei, mediante aplicação do coeficiente representativo da variação da inflação, nos termos do índice oficial do Governo Federal.
Art. 3º - Entende-se por diária de viagem o numerário colocado a disposição de um servidor, a fim de lidar condições de realizar despesas de viagem a outras cidades ou estado da federação para tratar de interesse do Município.
§1° A diária devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento, tornando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada na sede.
§2° Quando o servidor se afastar por período igual ou superior a 12 (doze) horas e inferior a 24(vinte e quatro) horas, havendo comprovação de pagamento de pousada, por meio de documento legal, será devida diária integral.
§3° Ocorrendo afastamento por período igual ou superior a 6 (seis) horas, serão devidos 50% (cinquenta por cento) da diária integral.
§ 4° Ao servidor que dispuser de alimentação ou de pousada oficial gratuita, será devida a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral.
Art. 4º – Serão competente para requisitar diária de viagem constante nessa lei:

I. Prefeito;
II. Vice-Prefeito;
III. Chefe de Gabinete;
IV. Secretários Municipais.

Art. 5º - Os pagamentos serão efetuados mediante ato legal do Prefeito Municipal, do titular da Secretaria Muncipal de Administração e Finanças, ou através do regime de adiantamento que nesse caso poderá ser feito pelo titular da conta de Pronto Pagamento.
Art. 6º - Realização das despesas de diárias de viagem ocorrerão por conta do programa de trabalho correspondente à unidade orçamentária onde o servidor está lotado.
Art. 7º - As requisições de diárias de viagens serão feitas pelo servidor autorizado, atarvés de ofício dirigidos à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Art. 8º - No ato do pagamento de diárias, o servidor deverá receber cópia da portaria de concessão e emitir recibo de pagamento.
Art. 9º - O servidor que receber indenização de despesas de transporte, prestará conta junto à Secretaria de Administração de Finanças mediante a nota fiscal, recibos ou outro documento contábil, contendo no mesmo, CPF ou CNPJ do beneficiário final.
Art. 10º- Esta lei entra na data de sua publicação.
Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

ANEXO ÚNICO

CATEGORIA	BALSAS/MA	IMPERATRIZ/MA	SÃO LUÍS/MA	CAPITAIS DE OUTROS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL
I	R$ 250,00	R$ 600,00	R$ 1.000,00	R$ 1.500,00
II	R$ 180,00	R$ 300,00	R$ 600,00	R$ 750,00

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: 2828abc1135a3e2ae3825234b98e1c3f

LEI Nº 644 DE 12 DE MAIO DE 2025.

ESTABELECE A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TASSO FRAGOSO - MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXECELNTÍSSIMO SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Lei Orgânica do município, e demais disposições legais e constitucionais, em consonância com A Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205, 206 e 227; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, nos artigos 34 e 87,; no Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 8069/1990); no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei nº 14.113/2020), no Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, nas bases que estabelecem as diretrizes no Plano Nacional de Educação, Lei n° 13.005/14 e no Plano Municipal de Educação de Tasso Fragoso-MA, Lei nº 492, de 23 de junho de 2015, e na Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral,

FAZ SABER, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte:

Art. 1º Esta Lei estabelece a implantação e implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral na rede pública municipal de educação de Tasso Fragoso-MA, e dá outras providências.

Parágrafo único. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral define as diretrizes e as concepções que contemplam os processos e ações que derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias.

Art. 2º A Educação Integral em Tempo Integral visa a qualificação da Educação Escolar a partir da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas para todos os estudantes da rede pública de ensino, tendo como princípios:

- Qualificação do processo de ensino aprendizagem visando a garantia do direito de aprender a ler, escrever e produzir conhecimento;
- Ampliação de tempos e oportunidades educacionais, sociais, culturais, tecnológicas, esportivas, de saúde e de lazer, com vistas a aprendizagens significativas que visa a formação humana e integral;
- Oferta de Educação com qualidades humanísticas, democráticas e inclusiva;
- A articulação entre a escola e a comunidade assegurando o compromisso coletivo com a construção de um Projeto Político Pedagógico que estimule o respeito aos direitos humanos, ao exercício da cidadania e a promoção da igualdade racial e justiça social, além da pesquisa e da tratativa dos problemas concretos vivenciados pela comunidade abrangida por cada unidade educacional como metodologia do conhecimento. Promovendo assim, uma educação integral integrada.
- Proporcionar atenção e proteção a crianças, adolescentes e jovens;
- Promover a formação continuada, ampliação de espaço de debate, acerca da educação integral em tempo integral para os profissionais da educação que atuam na política municipal de educação integral;
- Construir propostas curriculares e processos educativos de forma coletiva envolvendo a participação efetiva dos profissionais da educação.

Art. 3°. São diretrizes nacionais da educação integral em tempo integral:

I - a expansão das matrículas e escolas em tempo integral orientada pela concepção da Educação Integral;

II - o currículo da educação em tempo integral comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

III - a superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno para um currículo integrado e integrador de experiências;

IV - a constituição de referencial para a educação em tempo integral que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa cientifica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

V - a melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VI - a utilização de material didático e pedagógico contextualizado, significativo, acessível, diversificado e sustentável, considerando a diversidade étnico-racial, ambiental, cultural e linguística do país;

VII - o fomento e valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva interdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;

VIII - a participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio em uma perspectiva de progressiva autonomia;

IX - o fortalecimento de processos de escuta, diálogo, participação e deliberação coletiva na escola, que envolva estudantes e educadores em processos democráticos de construção das práticas educativas e da proposta pedagógica da escola, inclusive com o fomento à instauração e qualificação permanente de instâncias como os conselhos de escola, os grêmios escolares, associações e assembleias estudantis, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio;

X - a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento, da valorização e da mobilização dos saberes e das práticas socioculturais vivenciadas no seu entorno;

XI - a articulação intersetorial com políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;

XII - a melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral;

XIII - o atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação Bilíngue de Surdos e Educação Especial;

XIV - o estabelecimento de metas e de estratégias de política educacional, gestão escolar e práticas pedagógicas que promovam a redução de desigualdades étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da Educação Bilíngue de Surdos, o público-alvo da Educação Especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas;

XV - a oferta de matrículas em tempo integral na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, na forma integrada ou concomitante intercomplementar, integrando-se, ao Ensino Médio e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia;

XVI - a oferta de matrículas em tempo integral nas modalidades de Educação Especial, Educação Bilíngue de Surdos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, considerando as respectivas Diretrizes Curriculares e outras normativas;

XVII - a valorização e inclusão das diretrizes curriculares nacionais para a educação em direitos humanos, para a educação ambiental, para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de

liberdade nos estabelecimentos penais, para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, sempre preconizando a gestão democrática, a participação social e a adoção de ações intersetoriais que atendam às necessidades das realidades diversas das escolas e sistemas de ensino;
XVIII - participação social dos sujeitos envolvidos de modo a que suas necessidades, percepções, conhecimentos, histórias, culturas e línguas sejam considerados na concepção, na implementação e na avaliação; e
XIX - a priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros.
Art. 4º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral prevê a ampliação gradativa e progressiva para todas as etapas de ensino da Educação Básica, em todas as Unidades Escolares sob a responsabilidade da rede pública Municipal.
Art. 5º A Educação Integral em Tempo Integral na Educação Infantil e Ensino Fundamental terá a carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais e máxima de 10 (dez) horas diárias ou 50 (cinquenta) horas semanais, considerando o tempo contínuo.
Art. 6º As escolas de Educação Integral em tempo integral devem revisar e adequar os seus regimentos internos e projetos políticos pedagógicos, segundo concepção e princípios da proposta curricular da educação integral conforme o artigo 2º desta lei, considerando também:

- Apresentar os fins e os objetivos da educação integral em escola de tempo integral, acrescidos dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidos;
- Explicitar as concepções de ser humano e sociedade, de educação integral, de escola de tempo integral e da respectiva proposta pedagógica;
- Fundamentar a concepção de proposta curricular para a educação integral nesta escola, a articulação das áreas do conhecimento, da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada;
- Descrever as diversas metodologias a serem utilizadas pela escola;
- Especificar os processos gerais da escola, tais como: matrícula, calendário escolar, organização das turmas/agrupamentos de estudantes, organização do trabalho pedagógico, processo de avaliação da aprendizagem, proposta pedagógica, registros, conselho de classe, estudos de recuperação, controle da frequência, classificação, progressões, aceleração de estudos, transferência, aproveitamento de estudos e adaptação, reclassificação e certificação.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação deverá desenvolver, de forma coletiva, proposta pedagógica de educação Integral em tempo integral, enquanto referência para as diferentes etapas de ensino, o qual dará base para reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos.
Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação deverá instituir Equipe Técnica e/ou Comissão de Elaboração/Revisão e sistematização da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Parágrafo Único. A proposta pedagógica e demais atos normativos da educação integral em tempo integral ao qual se refere o artigo 6º deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.
Art. 9º. Cabe ao poder Público Municipal, a instituição e manutenção de tal política educacional, por meio da efetivação e bases legais.
Art. 10º. Compete a Secretaria Municipal de Educação:

- Orientar e acompanhar, o processo da implantação e implementação da Educação em Tempo Integral, envolvendo a comunidade escolar, a família e sociedade em geral sobre a necessidade e a importância da Educação Integral;
- Proporcionar formação continuada aos profissionais de Educação envolvidos na Política de Educação em Tempo Integral, possibilitando educação de qualidade e a valorização profissional;
- Orientar as escolas na efetivação e desenvolvimento da Política da Educação Integral;
- Ampliar o quadro de profissionais quando necessário, visando atender as demandas apresentadas nos processos de implantação e implementação da política de educação integral.

Art. 11° Compete a escolas:

- Adequar seus regimentos internos e Proposta Pedagógica ao contexto de Educação em Tempo Integral;
- Ter Projeto Político Pedagógico, embasado nas concepções que fundamentam a proposta de educação integral em tempo integral;
- Desenvolver a proposta curricular em consonância com os documentos indicados pela Secretaria municipal de Educação, a saber: documento curricular referencial do município de Tasso Fragoso-MA, documento orientador da educação integral, pareceres e resoluções emitidas pelo Conselho Municipal de Educação, Portaria emitidas pela Secretaria municipal de Educação, dentre outros instrumentos orientadores;
- Desenvolver permanente articulação entre escola, comunidade e todo o seu território.
- Cumprir o quanto disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 12° Os estudos e atividades realizadas pelos estudantes regularmente matriculados educação integral em tempo integral, com carga-horária mínima de 35 (trinta e cinco) horas semanais, anterior a esta publicação, serão aproveitadas e recepcionadas pela Política Municipal de Educação Integral em tempo Integral estabelecida por esta lei.
Art. 13° Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Equipe Técnica de implementação da política de Educação Integral da rede municipal de ensino.
Art. 14° Este Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: 3ac376ef426083fa93eb38a2488e84ce

LEI Nº 645 DE 12 DE MAIO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ARISSON RIBEIRO DE MACEDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXECELNTÍSSIMO SENHOR KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais garantidas pela Lei Orgânica do município, e

RESOLVE:

Art. 1º A unidade administrativa situada na Rua Gonçalves Dias, Centro, no Município de Tasso Fragoso, Maranhão, será renomeada como "**CENTRO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL PROFESSOR ARISSON RIBEIRO DE MACEDO**"

Art. 2º A escolha do nome "**PROFESSOR ARISSON RIBEIRO DE**

MACEDO" se dá em reconhecimento à sua relevante contribuição para a educação municipal, sua dedicação ao magistério e à formação de gerações de alunos ao longo de sua trajetória profissional.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, adotará as providências necessárias à efetivação desta Lei, incluindo a confecção e instalação da nova identificação da unidade escolar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA
Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: 3f07248115fde7032d177f52e4a90fbd

RESENHA DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº009/2024. PROCESSO Nº49/2025.

RESENHA DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº009/2024. PROCESSO **Nº49/2025**. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, CNPJ nº 06.997.563/0001-82 e a EMPRESA **SFS CONSTRUÇÕES E PRE MOLDADOS LTDA**, CNPJ nº 14.743.703/0001-14. **OBJETO DO ADITIVO:** O presente termo tem por objeto a realização de aditivo de acréscimo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens especificados no Contrato nº 009/2024; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 124, inciso I, alínea “b” e art. 125 da Lei nº 14.133/2021. e CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES do Contrato nº 009/2024. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade: 08 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO; 15; 452; 0018; 2-025; 15.452.0018.2-025; 3.3.90.39.00.00; 1751**. Tasso Fragoso/MA, 01 de abril de 2025. Kelson Richard Carvalho Holanda Vieira. **Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA**

Publicado por: IGOR RIBEIRO SANTOS
Código identificador: c164c13082104f61eadd9346df8494bf

JOSE ROBERTO COSTA SANTOS

Presidente

www.famem.org.br

Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

Avenida dos Holandeses, Nº 6, Quadra 08, CEP: 65071380

Calhau - São Luís / MA

Contato: 9821095400

www.diariooficial.famem.org.br

FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO: 12526786000164

Digitally signed by FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO: 12526786000164
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PJ A1; Presencial; 41346144000181; AC SyngularID Multipla, cn=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHAO:12526786000164
Date: 13.05.2025 05:32:18 -0300